UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MAURÍCIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de
crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso.

(versão corrigida)

São Paulo
2012

MAURÍCIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de
crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso.

(versão corrigida)

Tese apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de
Doutor em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Social

Orientadora: Prof^a. Titular
Maria Inês Assumpção Fernandes.

SÃO PAULO

2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Almeida, Mauricio Ribeiro.

Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso / Mauricio Ribeiro Almeida; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2012.

223 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Adoção (criança) 2. Pais homossexuais 3. Homossexualidade 4. Famílias 5. Homoparentalidade I. Título.

HV875

Nome: ALMEIDA, Maurício Ribeiro de

Título: Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof (a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a) Dr(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às famílias de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Essas são famílias audaciosas, que ousam proclamar e reivindicar sua existência, apesar do preconceito e da discriminação que ainda vigoram.

Em especial à família de nosso estudo e às outras três famílias que indiretamente contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

Esperamos que um dia essas famílias sejam vistas como quaisquer outras: nem supervalorizadas, tampouco segregadas, mas concebidas como grupos de intrincadas relações de conjugalidade e de parentalidade, que se dispõem a contribuir para a emergência do humano.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Lúcia, e aos meus filhos, Victor e Leonardo, pelo apoio e compartilhamento em todas as fases deste trabalho.

À minha família de origem: minha mãe, Francisca; meu pai, José Ribeiro, em memória; meus irmãos, Maria Helena, José Antonio, Sílvia, Márcia e Luis Geraldo – pessoas com quem compartilhei afetos que marcaram significativamente minha subjetividade.

À Professora Maria Inês Assumpção Fernandes, pela orientação competente, e pela forma respeitosa e acolhedora com que me conduziu no estudo das relações vinculares, o que possibilitou uma maior perspicácia no que tange às dimensões psíquicas das relações humanas, motivando-me a fazer outras incursões na Psicanálise.

Aos professores Manoel Antônio dos Santos e Marilene Proença Rebello de Souza, pelas valiosas sugestões no momento da qualificação, as quais foram indispensáveis à materialidade desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, pela colaboração, companheirismo e apoio para que esta pesquisa se realizasse. Em especial à Jane Rossana de Campos e à Lúcia Ap^a. Fonseca, colegas que sempre estiveram dispostas a ouvir e a compartilhar conhecimentos.

Aos colegas e amigos do Conselho Regional de Psicologia – Subsede de Bauru; em especial à Orlene, grande amiga, com quem aprendi a ser mais combativo frente às desigualdades sociais e a sempre brindar a vida apesar dos percalços que possam existir.

Ao Centro Universitário Unisalesiano e Faculdades Integradas de Bauru, pelo incentivo e apoio para que eu pudesse cumprir as demandas deste trabalho.

Aos colegas do Laboratório de Psicanálise e Psicologia Social - LAPSO, com quem tive a oportunidade de vivenciar interessantes momentos de aprendizagem, os quais se frutificaram neste trabalho. Em especial ao Robson Colósio, com quem pude dialogar mais intensamente sobre meu tema de pesquisa e que simbolicamente encarnou a figura de superego para que eu não me desviasse da tarefa, e ao Ricardo, pela acolhida.

Aos profissionais, colegas e amigos que contribuíram significativamente para a realização deste trabalho: Carlos Ferreira dos Santos (USP-BAURU), Sandra Elena Spósito (CRP/SP), Antonio Carlos Sardinha, Ângelo B. Pereira, Paulo Sérgio Fernandes, Norma Domingos, Eunice Ferreira Granato.

Em especial aos Professores Fernando Silva Teixeira-Filho – Unesp/Assis, Lidia Levy - PUC do Rio de Janeiro e Maria de Fátima Araújo, com os quais tive a oportunidade de encontrar valiosos instrumentos para fazer a travessia exigida por esta pesquisa.

À Shirley Pinatto, pessoa com quem estabeleci interlocução sobre o trabalho, e com quem aprendi a ser mais conciso e a expressar mais claramente minhas ideias; meus sinceros agradecimentos pelo incentivo e apoio.

O sujeito da herança - como o do inconsciente - está dividido entre a necessidade de ser para si mesmo seu próprio fim e ser o elo de uma corrente à qual está unido sem a participação de sua vontade.

Kaës, parafraseando Freud.

RESUMO

ALMEIDA, M. R. de. Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso. 2012. (223 f.) Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A adoção por casais homoafetivos é tema emergente na contemporaneidade. No Brasil, tais experiências se multiplicam, obrigando diversos segmentos, principalmente os sistemas de justiça, a compreenderem esse modelo de família. Em geral, os operadores do Direito preocupam-se com riscos para o desenvolvimento da criança em um lar homoafetivo. Além disso, os segmentos mais conservadores da sociedade pressupõem que, se houver o reconhecimento legal da família homoafetiva, desordens enfraquecerão os valores que dão sustentação à família tradicional, tais como proteção, reconhecimento da diferença sexual e socialização de seus membros. Este estudo analisa os processos subjetivos em uma família homoafetiva composta por dois homens que vivem em união estável há mais de doze anos em uma Comarca do estado de São Paulo. O casal acolheu, com fins de adoção, dois meninos, irmãos biológicos com um ano e meio, e três anos de idade, respectivamente, à época do pedido de adoção. A abordagem da família ocorreu após um ano do acolhimento das crianças. Para o levantamento e a análise dos dados, empregou-se a estratégia metodológica de estudo de caso e o aporte teórico da psicanálise vincular, que se mostraram necessários para dimensionar os processos subjetivos na adoção. Foram estudados os procedimentos dos adotantes no exercício da parentalidade, e ainda se esses promoveriam rupturas e instalariam outros modos de criação e socialização das crianças; portanto se inaugurariam estilos parentais diferentes dos já incorporados socialmente. As análises levantaram as relações entre a *prática de parentalidade* – associada aos cuidados de uma criança – e a *vivência de parentalidade* – que remete aos conteúdos fantasmáticos que agem no desejo de filho e no de formar família. Em relação ao processo vincular, foi destacada a transmissão psíquica, tomando-se por eixo a história de vida individual e a do casal, bem como a experiência de adoção. Os dados levantados demonstram que a família composta por casal homoafetivo, apesar de singular, retoma valores da família tradicional. Assim, observou-se convergência entre prática e vivência de parentalidade, pois esta família homoafetiva não se diferencia significativamente dos modelos tradicionais de família. As crianças se inserem na genealogia familiar adotiva incorporando novas denominações de parentesco, pelo fato de terem dois pais. A ampliação do debate é indispensável, porque, se a família homoafetiva não necessariamente desconstrói valores socialmente aceitos, não cabe pensá-la como ameaça social. Ademais, o grupo em estudo não deixa de ser atravessado pelos fatores que geram sofrimento às famílias tradicionais, como rigidificação de suas estruturas e perpetuação do heterossexismo. A constituição de um vínculo de rede entre os adotantes, e entre estes e os profissionais envolvidos na adoção poderá diminuir isolamentos e romper o silêncio, permitindo o enfrentamento dessas questões nos âmbitos político, social, jurídico e psíquico.

Palavras-Chave: Adoção (criança). Pais homossexuais. Homossexualidade. Famílias. Homoparentalidade.

ABSTRACT

ALMEIDA, M. R. The subjective processes in sheltering and adoption of children by same-sex couples: a case study. 2012. (223 f.). Thesis (Ph.D.). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

The adoption of children by homosexual couples is an emerging subject in contemporary times. In Brazil, such cases are becoming increasingly common, forcing many segments, especially the juridical system, to understand this family model. In general, law enforcers are concerned about risks to the development of the child in a same sex couple environment. Moreover, the most conservative segments of society assume that if there is legal recognition of a same-sex families, disorders may weaken family values, such as protection, recognition of sexual difference and socialization of its members. This study examines the subjective processes of a same sex family consisting of two men living in a stable union for over twelve years in a countryside town in the state of Sao Paulo. The couple sheltered, aiming to adoption, two biological brothers, one year and a half and three years old, respectively, at the time of the adoption petition. The family was approached one year after the children had arrived. To carry out survey and data analysis, we used the methodological strategy of case study and a theoretical psychoanalysis link, which have proven necessary to scale up the subjective processes in adoption. We studied the procedures of adopting parents in the exercise of parenting, and if they would promote disruptions and would install unconventional modes of child-rearing and socialization of children, thus inaugurating different parenting styles from those socially embedded. The analysis looked into relations between *parenting practices* - associated with the care of a child - and *parenthood experimenting* - which refers to phantasmatic contents that act over the child's desire to form a family. Regarding the binding process, psychic transmission was highlighted, taking into consideration personal history of adoptees as well as that of the couple in an adoption experience. Data collected show that the family consisting of a same-sex couple, though novel, takes on traditional family values. Thus, there was convergence between practice and experience of parenting, because this same-sex family does not differ significantly when it comes to traditional family models. Children fall into the adoptive family lineage incorporating new designations of relationship, because they have two fathers. The broadening of the debate is essential, because if a same-sex family does not necessarily deconstructs socially accepted values, it does not seem reasonable to think of it as a social threat. Moreover, the study group also displays factors that cause distress in traditional families, such as stiffening of their structures and perpetuation of heterosexism. The establishment of a network link between adopting parents and between these and professionals involved in adoption may reduce isolation and break the silence, allowing the confrontation of these issues in the political, social, legal and psychological scopes.

Keywords: Adoption (children). Homossexual parents. Homosexuality. Family Homoparental

RÉSUMÉ

ALMEIDA, M. R de. Les processus subjectifs dans la réception et l'adoption d'enfants par un couple d'union Homoaffective: une étude de cas. 2012. (223 f.). Thèse (Doctorat). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

L'adoption par des couples homosexuels est un thème émergent à l'époque contemporaine. Au Brésil, ces expériences se multiplient, obligeant de nombreux segments de la société, en particulier le système de justice, de comprendre ce modèle de famille. En général, les opérateurs du Droit se préoccupent des risques au développement de l'enfant dans une famille homoaffective. En outre, les parties les plus conservatrices de la société supposent que, s'il y a la reconnaissance juridique de la famille homoaffective, des troubles affaibliront les valeurs qui soutiennent la famille traditionnelle, tels que la protection, la reconnaissance de la différence sexuelle et de la socialisation de ses membres. Cette étude analyse les processus subjectifs dans une famille homoaffective composée de deux hommes vivant dans une union stable depuis plus de douze ans dans une commune de l'état de Sao Paulo. Le couple a accueilli, à des fins d'adoption, deux garçons, frères biologiques d'un an et demi et trois ans, respectivement, au moment de la demande d'adoption. L'abordage de la famille a eu lieu un an après l'accueil des enfants. Pour la collecte et l'analyse des données, on a utilisé la stratégie méthodologique d'étude de cas et l'apport théorique de la psychanalyse du lien, qui se sont montrés nécessaires à mesurer les processus subjectifs dans l'adoption. On a étudié les démarches des adoptants dans l'exercice de la parentalité, et aussi si celles-ci entraîneraient des ruptures et installeraient d'autres modes d'éduquer et de socialiser les enfants, cela veut dire, si l'on aurait des styles parentaux différents de ceux qui sont déjà socialement incorporés. Les analyses ont relevé les rapports entre *la pratique de la parentalité* – associée aux soins d'un enfant – et *le vécu de la parentalité* – qui renvoient aux contenus fantasmatiques qui s'exercent dans le désir d'avoir des enfants et dans celui de constituer une famille. En ce qui concerne le processus de lien, il a été mise en évidence la transmission psychique, en prenant comme axe l'histoire de vie individuelle et celle du couple, ainsi que l'expérience d'adoption. Les données recueillies ont montré que la famille composée par un couple d'union homoaffective, malgré la singularité, reprend des valeurs familiales traditionnelles. Ainsi, on a observé la convergence entre la pratique et le vécu de la parentalité, parce que la famille homoaffective ne diffère pas significativement des modèles traditionnels de la famille. Les enfants s'insèrent dans la généalogie familial adoptive incorporant de nouvelles désignations de parenté, puisqu'ils ont deux pères. L'élargissement du débat est essentiel, parce que, si la famille homoaffective ne défait pas nécessairement les valeurs socialement acceptées, il ne faut pas la considérer comme une menace sociale. En plus, le groupe en étude ne cesse pas d'être traversé par les facteurs qui entraînent de la souffrance aux familles traditionnelles, telles que la rigidification de leurs structures et la perpétuation de l'hétérosexisme. La constitution d'un lien de réseau entre les adoptants eux-mêmes

et entre ceux-ci et les professionnels impliqués dans l'adoption pourra diminuer les isolements et briser le silence, permettant d'affronter ces questions dans le cadre politique, sociale, juridique et psychologique.

MOTS-CLÉS: Adoption (enfant). Parents homosexuels. Homosexualité. Famille. Homoparentalité.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo proposto por Mark Poster e ampliado por Osório (2002). Fonte: *Casais e famílias: uma visão contemporânea*.....41

Quadro 2 – Adoções por homossexuais: contexto e formulário encaminhados.....113

Quadro 3 – Adoções concluídas e em andamento por casais homoafetivos nas Comarcas do interior do estado de São Paulo.....114

Quadro 4 – Inscrições individuais de homossexuais e de casais homoafetivos para o Cadastro de Adoção nas Comarcas do interior do estado de São Paulo.....115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO 1 FAMÍLIA: CONVERGÊNCIAS ENTRE O SOCIAL E O PSÍQUICO.....	33
2.1	Influências históricas, sociais e políticas na família.....	33
2.2	As dimensões psicológicas emergentes na família: contribuições da psicanálise.....	44
2.3	O sujeito como sujeito do vínculo.....	48
2.4	O casal e a família na perspectiva vincular.....	53
2.5	O vínculo e a questão da transmissão psíquica	56
2.6	A adoção e a constituição dos vínculos: a importância da remalhagem de vínculos e a influência da transmissão psíquica	64
3	CAPÍTULO 2 A VISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS.....	70
3.1	Questões contemporâneas.....	70
3.2	A parentalidade e a filiação na adoção por casais homoafetivos: perspectivas e desafios para a constituição de vínculos.....	76
3.3	As questões legais concernentes ao Direito de Família: os desafios da família homoafetiva na sociedade contemporânea	85
4	CAPÍTULO 3 PRECONCEITO E HOMOFOBIA: REPERCUSSÕES NA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS.....	94
4.1	Considerações sobre o preconceito.....	94
4.2	As questões contemporâneas da homofobia – implicações para a adoção por casais homoafetivos.....	100
5	CAPÍTULO 4 MÉTODO	107
5.1	Delineamento do estudo de caso.....	107
5.2	A história de adoção em uma família homoafetiva	121
5.3	Análise dos dados.....	124
6	DISCUSSÃO.....	195
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
	REFERÊNCIAS.....	206
	ANEXOS.....	214

1 INTRODUÇÃO

Para se apreender a totalidade de uma pesquisa, é preciso conhecer os diferentes caminhos trilhados pelo pesquisador até a apresentação final de seu trabalho. Não raro essa trajetória é marcada por gratificações, momentos de hesitação, desânimo e desafios, o que leva, muitas vezes, ao desgaste físico-emocional e à necessária superação: matéria-prima importante para a finalização do trabalho.

Tais implicações são inerentes ao pensamento e à produção científica, que exigem clareza e conexões entre a realidade social e as motivações internas do pesquisador para iniciar seu trabalho e permanecer no campo a que pretende se dedicar. Por muitos anos, ou mesmo durante toda a sua carreira, um pesquisador estará envolvido com o universo de seu objeto de estudo. Assim, instala-se um desafio importante: como se dedicar à pesquisa sem se deixar tomar excessivamente por ela? Manuais clássicos sobre a elaboração de pesquisa recomendam um distanciamento mínimo do objeto, para que o cientista preserve sua capacidade de análise e a conduza com clareza e objetividade, de modo a ampliar o olhar sobre o assunto estudado.

No nosso caso, não foi diferente. As questões da adoção conjunta por casais homoafetivos e seu impacto no que habitualmente se denominam *novas configurações de família*, vivenciadas em nossa trajetória profissional, foram as motivações iniciais para a escolha do tema *adoção*. Além disso, a participação em eventos sociais e políticos ligados à questão dos direitos humanos, da diversidade sexual e da adoção se mostrou indispensável à delimitação de nosso campo de estudo.

Em 4 de julho de 1996, ingressamos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na função de Psicólogo Judiciário. Naquela época, a área de Psicologia começava a se expandir na instituição, no entanto dispunha de escassas referências e práticas em consolidação. De nossa parte havia um interesse em atuar no referencial de uma Psicologia articulada com as questões sociais e que realmente fizesse diferença na vida das pessoas. O ingresso no Poder Judiciário representava a oportunidade de expandir nossa área de atuação e ainda de nos apropriarmos de conhecimentos e intervenções que pudessem afinar a Psicologia com o paradigma

dos Direitos Humanos. No campo da Justiça, um primeiro desafio foi lidar com a natureza da instituição, que entra, muitas vezes, em descompasso com os questionamentos que o conhecimento da Psicologia pode provocar nessa estrutura de poder. Ou seja, ao mesmo tempo em que os conceitos dessa ciência assessoram as decisões judiciais, também as inquietam, incomodam, provocam.

Após esse primeiro impacto, começamos a pensar que um caminho possível para enfrentar essa dicotomia seria a identificação das possibilidades do saber psicológico conjugadas às questões éticas indispensáveis, sem desconsiderar os limites impostos pela realidade institucional. À medida que as referências se intensificaram, conquistamos maior segurança, fortalecendo a ideia de que o psicólogo que atua no Judiciário e demais sistemas de Justiça é, acima de tudo, um profissional de saúde habilitado teórica e tecnicamente para fazer a leitura do campo subjetivo, interpretar e propor ações que permitam o enfrentamento do sofrimento psíquico. No campo da Justiça pode empregar tais preceitos tendo o amparo da legislação vigente, embasada, em grande parte, no princípio da democratização de direitos, igualdade e acesso a bens e serviços, sem distinção de classe social, gênero, raça ou etnia¹. Tendo como referência esses princípios, o psicólogo/a que atua no judiciário pode contribuir para que as pessoas ressignifiquem seus conflitos e busquem um caminho menos danoso para si, para o outro, para a sociedade. Tudo isso sem cair numa ingênua interpretação da realidade nem desconsiderar as desigualdades que agem em todo o tecido social. Portanto, é um trabalho diretamente articulado com as questões da saúde e implicado com a matéria-prima da Psicologia – a subjetividade. Pode, portanto, auxiliar o usuário demandante da justiça a uma melhor compreensão de si mesmo e de suas relações com o mundo que o envolve. Assim, as contribuições da Psicologia à Justiça não se limitam a uma prática avaliativa e auxiliar da Justiça ou do juiz; mas devem, indubitavelmente, construir-se com uma boa dose de criatividade, ousadia, e ainda se alicerçar em princípios éticos da profissão, articulados com os paradigmas dos Direitos Humanos.

No que concerne à inserção do serviço de Psicologia no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, há interessantes contribuições produzidas e divulgadas, sobretudo, pela psicóloga Dayse Cesar Franco Bernardi, aposentada do Tribunal de

¹ Mais adiante faremos uma descrição da legislação e políticas públicas implantadas no país após a promulgação da Constituição de 1988, principalmente na área da Infância e Juventude.

Justiça do Estado de São Paulo, que, além de ter exercido a atividade de psicóloga no Tribunal de Justiça, por duas gestões esteve à frente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo – AASPTJ-SP. Em livros e eventos científicos, Dayse relata essa história e problematiza os efeitos, as possibilidades e os limites do saber psicológico na esfera da Justiça².

À época de nosso ingresso no Judiciário, os profissionais de Psicologia e Serviço Social atuavam em duas grandes áreas: Vara da Infância e Juventude e Vara de Família. Atualmente essas áreas estão consolidadas e se mantêm, porém foram associadas a elas outras diferentes demandas, em razão de legislações posteriores à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, tais como: Lei Maria da Pena, Estatuto do Idoso, Nova Lei de Adoção, Lei de Guarda Compartilhada.

Nesse conjunto de atividades, identificamo-nos, particularmente, com o trabalho de adoção. A atuação em Cadastros e Pedidos de Adoção eram intervenções que nos despertavam interesse. Reconhecemos que, no início de nossas atividades, tínhamos uma visão um tanto idealista acerca do efeito do trabalho do psicólogo nesse campo. Tal percepção ocorria principalmente quando se comparava a área de adoção com outras mais desafiadoras (por exemplo, situações de adolescentes em conflito com a lei), nas quais as intervenções se mostravam mais complexas. Devido à pouca experiência, acreditávamos que no campo de adoção era possível obter resultados mais satisfatórios e promover um trabalho de cunho preventivo³. Com o tempo, porém, passamos a compreender que tal concepção, ainda que importante para nos motivar ao trabalho e mover as ações práticas, se mostrava um tanto frágil, pois desconsiderava outros atravessamentos próprios do universo da adoção. Esses questionamentos surgiram quando passamos a lidar com situações conflitantes, que também apresentavam momentos de tensão e dificultavam a resolutividade dos casos atendidos, como: o drama da família biológica que pretendia rever sua criança após um período de afastamento; as situações de devolução da criança pela família adotiva durante o estágio de

² Cf. BERNARDI, D.C.F (1997, 1999, 2007, 2008).

³ Não se tratou, porém, de associação da ideia de prevenção à de herança preventivista, preconizada pela corrente higienista que influenciou fortemente a área da saúde, entre outras, no Brasil. Cf RIZZINI, I. *Preocupação com a infância e a normalização da sociedade no início do século*, 1993.

convivência; a constatação de que determinadas crianças que necessitavam de acolhimento, como as de pele negra, ou as com idade acima de dois anos ou com outros problemas de saúde, despertavam mínimo interesse nos candidatos à adoção.

Nesse contexto, a adoção inter-racial e posições preconcebidas sobre o desenvolvimento infantil que enfatizavam o papel da hereditariedade e o efeito irreversível das experiências de perdas afetivas na vida da criança começaram a nos mobilizar. Tais aspectos, à época, influenciavam os candidatos à adoção e os profissionais de Psicologia e Serviço Social que integravam a Justiça. Na avaliação do cadastro de adoção, era comum os candidatos brancos ressaltarem o interesse por uma criança de cor de pele semelhante à sua, e serem contrários ao acolhimento de crianças negras ou pardas. Justificavam que tal posição não era preconceituosa, mas que procurava levar em conta o bem-estar da criança, pois não gostariam que ela fosse discriminada no meio social devido às diferenças existentes (ALMEIDA, 2003).

Esse conjunto de valores e posições em torno do universo da adoção suscitou momentos de inquietação e anseios por pesquisas e práticas que dessem conta das novas demandas, porém havia poucos estudos sistematizados que pudessem fundamentar a defesa de posição contrária a tais ideias.

Assim, as questões da adoção inter-racial nos motivaram a ingressar, no ano de 2000, no Programa de Pós-Graduação, nível de mestrado, área de concentração Psicologia e Sociedade, da Universidade Estadual Paulista, Unesp-Assis. Na oportunidade, dispusemo-nos a analisar a capacidade de acolhimento dos adotantes e o modo como a criança construía sua autoimagem levando em conta a negritude, bem como os afetos vivenciados na relação familiar. Terminamos nosso trabalho em abril de 2003, concluindo que a adoção inter-racial era tão viável quanto as demais, porém alguns aspectos deveriam ser considerados no processo adotivo, tais como: disponibilidade afetiva dos candidatos para assumir uma adoção inter-racial e importância da criação de um *locus* no meio familiar para que a criança pudesse edificar positivamente suas características físicas. Destacamos, ainda, a necessidade do trabalho de preparação de adoção para contemplar temas específicos sobre adoção inter-racial e preconceito.

Após o término do mestrado, tivemos a oportunidade de ingressar como docente no ensino superior⁴. Desde então, aliamos nossas atividades profissionais no Judiciário com a docência, graduação em Psicologia e Direito, a qual nos motivou a continuar pesquisando as questões de adoção, uma vez que observamos a abrangência do campo, além dos desafios e da necessidade de pesquisa que alguns temas da área exigiam. Passamos, desde então, a pensar em um novo projeto de pesquisa para contemplar as questões da adoção conjunta por homossexuais, por ser essa uma área emergente e pouco estudada. As primeiras demandas começavam a aparecer no contexto de trabalho, primeiro com candidaturas individuais de homossexuais e, posteriormente, pleiteadas já em casal. Se tais inscrições para o cadastro de adoção não eram rejeitadas prontamente, inquietações e inseguranças eram observadas em diferentes níveis e contextos da estrutura jurídica, em razão da peculiaridade da família que passou a reivindicar também o direito à parentalidade adotiva.

A combinação entre a singularidade desse processo adotivo e as expectativas, reservas e mitos que cercavam o tema engendrara novas reflexões. Percebíamos, por posições obtidas nas relações de trabalho, acesso a matérias publicadas na mídia e principalmente pesquisas feitas com os atores do Judiciário, Ministério Público e operadores do Direito de modo geral, além de profissionais de Psicologia e Serviço Social (UZIEL, 2007; FARIA, 2007), que muitas vezes os posicionamentos e reações estavam mais atravessados pelo senso comum e por princípios religiosos e morais, do que embasados em conhecimento crítico reflexivo das diferentes áreas que compõem as ciências humanas e dialogam com o Direito.

Foi por influência dessa trajetória e implicações da prática profissional que, no ano de 2008, ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A princípio a questão política inerente ao tema nos despertava interesse, por isso tínhamos o objetivo de reunir as famílias homoafetivas para agregá-las em um grupo para que compartilhassem suas experiências. Havia nessa época interesse em estudar possíveis articulações entre a experiência individual/familiar de cuidados com os filhos com uma possível identidade política, que a partir de uma experiência particular buscasse outras ações

⁴ Exercemos atividades docentes no Centro Universitário Unisaesino, Lins-SP, e nas Faculdades Integradas de Bauru - FIB.

de enfrentamento no contexto social macro. Abandonamos, porém, essa proposta inicial em razão de existir um reduzido número de famílias com o perfil desejado, e ainda por haver dificuldade para reuni-las, tendo em vista a extensão territorial do estado de São Paulo. Em um segundo momento, passamos a vislumbrar a possibilidade de mapear as fases do acolhimento da criança na família composta por pessoas do mesmo sexo e as mudanças geradas em seu padrão e funcionamento após a experiência de adoção. Pretendíamos ainda verificar como a problemática da transmissão psíquica influenciava no processo subjetivo da família homoafetiva. Nossa questão básica era se essas famílias realmente podiam ser denominadas “novas configurações”, em razão da originalidade de sua estrutura, ou se subjetivavam valores e padrões preservados também nas famílias tradicionais no tocante ao seu funcionamento, não colocando em risco os valores tradicionais da instituição familiar, temor difundido pelos segmentos mais tradicionais da sociedade brasileira, que visualizam um total enfraquecimento da estrutura familiar caso a legislação acolha e regule tais pedidos de adoção. Explanaremos esses temores no capítulo 2, quando apresentaremos as posições de teóricos sobre os rumos da família contemporânea, além das discussões realizadas na Câmara Federal dos Deputados por ocasião das discussões do projeto de Lei 1.151/95, que trata da parceria de união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Ao longo dos quatro anos envolvidos com as atividades da pós-graduação, tivemos a oportunidade de nos apropriar das discussões sobre o tema por meio da leitura de várias produções científicas, bem como da participação em eventos científicos, sociais e políticos que tratam da diversidade sexual e adoção. Retornaremos ao objetivo e ao contexto no qual nos baseamos para efetivar nossa pesquisa ainda na parte final da introdução deste trabalho.

Salientamos que boa parte dessa experiência se deu com nossa participação no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-06, quando passamos a integrar a Comissão Gestora da Subsede de Bauru, período 2007-2010. Dessa atividade, ora como convidado, ora como representante do CRP-06 e da Subsede de Bauru, participamos de vários eventos científicos e políticos, e da elaboração de materiais de referência sobre o tema, entre os quais se destaca a cartilha *Adoção: um Direito de Todos e Todas*, organizada e divulgada pelo Conselho Federal de

Psicologia⁵, na qual contribuímos com o capítulo *A Adoção por homossexuais: um caminho para o exercício da parentalidade*. Além disso, participamos da Comissão Sexualidade e Gênero do Conselho Regional de Psicologia, quando tivemos a oportunidade de discutir diferentes temas sobre a sexualidade e pensar a interface destes com a Psicologia no campo teórico e das demandas emergentes na sociedade. Participamos da *13ª Edição da Parada do Orgulho LGBTT* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Travestis) de São Paulo em 14 de junho de 2009, cujo tema foi *Sem homofobia não há cidadania – pela isonomia de direitos*. O CRP-SP apoiou o evento, contribuindo com a distribuição de materiais sobre diversidade sexual elaborados pelo Sistema Conselhos, e integrando grupos de trabalhos e oficinas, na semana que antecedeu o evento. Em 2010, por ocasião da 14ª Parada do Orgulho LGBTT, tivemos a oportunidade de participar do 8º Ciclo de Debates com a exposição do tema *Adoção Conjunta por Casais LGBT: aspectos jurídicos, psicológicos e sociais*. Nesse mesmo ano coordenamos uma oficina na 10ª Feira Cultural LGBTT, que antecedeu a 14ª Parada, quando foram discutidas as representações do público participante sobre família, o interesse por filhos e adoção.

Destaca-se, ainda, nossa participação nas I e II Jornadas de Adoção do Oeste Paulista, promovidas pelo Curso de Psicologia da Unesp - Campus de Assis, nos anos de 2008 e 2011, quando integramos mesas-redondas e participamos de debates sobre adoção com a comunidade acadêmica e representantes de diversos segmentos da sociedade local, tais como o Judiciário, famílias adotivas e profissionais da rede de apoio.

Essas participações sociais e políticas e as incursões em congressos e eventos científicos nos levaram a verificar que o tema da pesquisa rapidamente ganhou visibilidade na sociedade, consolidando sua relevância social e científica. Percebemos também a necessidade de políticas públicas específicas que procurassem contemplar as demandas advindas das famílias homoafetivas. Portanto, acreditamos que, ao chegar ao final deste trabalho, poderemos contribuir para o aprofundamento do tema, levantar subsídios para provocar e ampliar discussões acadêmicas respaldadas na Psicologia e em outras áreas das ciências humanas, e fomentar políticas públicas demandadas pelos movimentos sociais ou

⁵ Disponível em: <http://www.pol.org.br>.

requeridas individualmente por pessoas e famílias que almejam o direito à família e à parentalidade.

Com base em todas essas vivências e reflexões, optamos por nos ater a um dos aspectos que envolvem esse tão amplo e complexo tema da adoção: o vínculo na constituição subjetiva da família. Entendemos que nossa contribuição com esta pesquisa é compreender as especificidades do processo subjetivo da família homoafetiva e verificar se essa configuração engendra novos paradigmas de família ou se retoma processos e valores já incorporados nos modelos tradicionais de família.

A constituição de vínculos afetivos entre pais e filhos é uma questão que sempre desperta interesses e invariavelmente levanta o questionamento: os vínculos afetivos construídos na infância influenciam o grau de bem-estar ou de sofrimento psíquico na fase adulta?

Compreender linear e superficialmente os efeitos das primeiras experiências na formação e na consolidação dos laços afetivos pouco contribui para elucidar esse questionamento, dada a complexidade de fatores que atravessam a dinâmica das relações e dos afetos entre pais e filhos. Ou ainda incorporar uma lógica mecanicista de causa e efeito para interpretar o fenômeno da constituição dos vínculos afetivos pode imprimir um modo preconceituoso e estereotipado na interpretação da realidade. Não se trata, entretanto, de negar a realidade e a importância da dimensão dos vínculos na construção da subjetividade humana, mas incluir elementos da dimensão psíquica e social que permitam maior aprofundamento do tema.

No cenário da adoção, esse debate se mostra relevante, uma vez que os vínculos afetivos se inscrevem geralmente em histórias de perdas e dificuldades desencadeadas por problemas emocionais para gerar um filho biológico (MALDONADO, 1997; LEVINZON, 1999; SCHETTINI FILHO, 1998, 1999). Além do desejo genuíno de ter uma criança e das questões de infertilidade, diversos fatores podem estar associados às motivações de uma adoção. Entre eles se destacam: o ideal de parentalidade presente no imaginário social, o sentimento de benevolência e a necessidade de acolhimento de uma criança em vulnerabilidade social. No que tange aos aspectos motivacionais, Weber (2001) salienta que existem muitas variáveis que agem em um processo adotivo, as quais devem ser identificadas e compreendidas, sem que se excluam os candidatos à adoção simplesmente porque

não manifestam motivações consideradas saudáveis. O reconhecimento das motivações deve funcionar como parâmetro para as intervenções e não para a exclusão, dando-se ênfase à preparação e ao acompanhamento dos atores envolvidos no processo adotivo.

Paralelamente a esses aspectos emocionais, a legislação brasileira, bem como as de outros países, foi influenciada decisivamente por Leis e Convenções internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1989, que subsidiaram as políticas públicas na área da assistência social.

A garantia de condições mais satisfatórias para o desenvolvimento de crianças e adolescentes tornou-se um dos eixos propostos pela legislação que surgiu no país nas duas últimas décadas. Exemplos nesse sentido podem ser encontrados nas seguintes leis e planos:

- ° Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA-, sancionado em 13/07/1990. Em seus artigos 39 a 52 podem ser encontradas as normas que regulamentam a adoção.

- ° Lei 12.010/09 – Nova Lei de Adoção. Essa lei foi idealizada por um parlamentar, ele próprio pai adotivo. O texto inicial previa a destituição do poder familiar em apenas quatro meses, abreviando-se, assim, a permanência da criança nas instituições de acolhimento, o que poderia tornar mais breve a aproximação do adotando e dos adotantes, e o próprio processo adotivo. Muitos órgãos de classe e segmentos da sociedade civil – Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social, entre outros- à época, se manifestaram contra o projeto, por entendê-lo como um instrumento para criminalizar a pobreza, com ênfase na responsabilização apenas da família de origem. Após debates e emendas, o projeto de lei foi aprovado e posteriormente sancionado. Com nova redação, ampliou-se para dois anos o tempo máximo de permanência de uma criança em uma instituição de acolhimento e, com o intuito de favorecer a convivência familiar e comunitária, incluiu-se no texto a necessidade de implantação de um sistema de garantia de direitos para as crianças e adolescentes empobrecidos ou acolhidos em instituições, e também para suas famílias.

- ° Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Esse plano foi elaborado a partir do documento *Subsídios para Elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência*

Familiar Comunitária, de autoria da *Comissão Intersectorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, criada pelo decreto presidencial de 19 de outubro de 2004 e por contribuições da consulta pública realizada de 1º junho a 31 de julho de 2006. Centralidade na família e nas políticas públicas, primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família, respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e às orientações sexuais, à equidade de gênero, fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente, do jovem adulto na elaboração de seu projeto de vida, são exemplos de alguns objetivos contemplados nesse documento. Além disso, o plano estabelece a necessidade de uma cultura de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária, com ênfase no fortalecimento ou no resgate das relações afetivas das crianças e adolescentes com suas famílias de origem; o aprimoramento dos procedimentos de adoção nacional e internacional, visando a estimular, no Brasil, as adoções de crianças e adolescentes preteridos pelos adotantes; e investimentos para que todos os processos de adoção no País ocorram em consonância com os procedimentos legais previstos no ECA. Ainda, orienta que a adoção internacional seja buscada apenas quando os esforços para manter o adotando no país tenham se esgotado.

Além dessas legislações, outros programas visam à consolidação do Sistema de Garantia de Direitos como, por exemplo, a implantação do Sistema Único de Assistência Social, o Programa de Saúde da Família, a instalação, em todo o território nacional, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Tais programas têm como meta o atendimento às necessidades básicas e afetivas de crianças e adolescentes e a garantia da convivência familiar e comunitária.

Consequentemente, as mudanças na legislação e nas políticas públicas, permitiram maior visibilidade social às questões da adoção, o que tornou possível a publicização de suas pautas.

Quando dificuldades socioeconômicas e psíquicas inviabilizam a permanência da criança na família de origem, as legislações contribuem, sem dúvida, para que crianças e adolescentes refaçam os laços afetivos em um novo núcleo familiar. Porém, nem sempre a lei, por si só, atinge os efeitos pretendidos. A experiência de trabalho no campo da adoção permite observar que, apesar dos dispositivos legais, acontecem intercorrências diversas, das quais citamos:

° significativo número de devoluções de crianças após terem sido encaminhadas às famílias substitutas com fins de adoção ⁶;

° desencontro entre os interesses dos candidatos quanto ao perfil da criança desejada e as reais necessidades daquelas acolhidas institucionalmente. Na maior parte dos casos, os candidatos buscam uma criança branca, de sexo feminino, recém-nascida ou de no máximo dois anos de idade; porém nas instituições não há apenas crianças com tais características⁷;

° dificuldades relacionais entre adotantes e adotandos durante a fase de adaptação, sem que haja, muitas vezes, uma rede interinstitucional e interdisciplinar preparada para auxiliar a família a enfrentar esses problemas (VARGAS, 1998; CAMARGO, 2006; PEITER, 2011);

° desmembramento do grupo de irmãos entre diferentes famílias substitutas, a despeito da recomendação da não separação prevista na nova lei de adoção⁸.

Apesar das dificuldades mencionadas, não se pode deixar de apontar a flexibilização nos critérios jurídicos que regulam o acesso às práticas adotivas. Esses critérios estão relacionados à idade dos adotantes e seu estado civil. Atualmente se exige dos pretendentes à adoção a idade mínima de 18 anos, havendo a possibilidade de solteiros, viúvos e casais em união estável adotarem.

Essas alterações na lei, associadas ao surgimento dos grupos de apoio à adoção desde a década de 1990 (FREIRE, 2001), bem como as pesquisas que elegeram a adoção como objeto de estudo, contribuíram para promover mudanças paradigmáticas no campo. Uma delas está associada à visibilidade do termo *novas configurações de adoção*⁹. Embora não existam estatísticas precisas, é fato que nos

⁶ Vargas (1998) e Peiter (2011), ao pesquisarem a adoção tardia, trataram da questão da devolução de crianças no período em que se dá o estágio de convivência com a família adotiva.

⁷ Autores como Weber & Kossobudzki (1996) e Freire (2001) discutem o descompasso entre as necessidades das crianças acolhidas nas instituições à espera de adoção e os interesses divergentes dos candidatos em relação ao perfil da criança desejada.

⁸ Não temos estatísticas oficiais sobre o desmembramento do grupo de irmãos, mas deparamo-nos cotidianamente com tal realidade em nossa experiência de trabalho.

⁹ Os termos *novas configurações de adoção* ou *adoções necessárias* foram inicialmente propostos pelo psicólogo Fernando Freire e posteriormente divulgados pelos grupos de apoio à adoção. Os conceitos se referem ao estímulo à adoção de crianças que apresentem problemas de saúde, sejam afrodescendentes ou tenham mais de dois anos de idade (ALMEIDA, 2003).

últimos anos aumentaram as adoções tardias – as de crianças acima de dois anos –, as monoparentais – efetivadas por apenas uma pessoa, – e, em ritmo mais lento, as inter-raciais e de crianças com deficiências, conforme apontam as publicações do Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de profissionais, voluntários e organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar e comunitária – CeCIF (2001, 2002, 2003). Além dessas modalidades, debate-se atualmente a possibilidade de homossexuais que vivam em parceria conjugal poderem adotar.

As questões apresentadas levam-nos a refletir sobre a devolução de crianças no decorrer do processo adotivo, bem como sobre a superidealização em torno do filho pretendido, a qual promove um desencontro entre as motivações dos pretendentes e a real necessidade das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições.

Tais aspectos nos ajudam a pensar em hipóteses que tratem de eventuais negligências do fenômeno psíquico nas avaliações e nos acompanhamentos dos candidatos à adoção, em razão da mudança dos paradigmas contemplados na lei e do acesso facilitado aos pretendentes no contexto jurídico. Em um jornal de grande circulação do Estado de São Paulo¹⁰, encontramos um relato de uma pessoa que efetuou uma adoção e, em nenhum momento do processo, foi levada a falar sobre sua vida afetiva. Durante as entrevistas, ela não se referiu à sua orientação homossexual, portanto, entendeu que na avaliação não sofreu qualquer preconceito. Diz a matéria: *Além da burocracia, são feitas reuniões com o juiz, a psicóloga e a assistente social. Surpresa: nada foi perguntado sobre o fato de N. (pai adotivo) apresentar orientação homossexual. Isso nem chegou a ser assunto. Eles querem saber se você tem estrutura, se não estão entregando uma criança para um maluco.*

É importante deixar claro que a orientação hétero ou homossexual não podem ser tomadas como critério para aprovação ou recusa de um candidato à adoção. Silva Junior (2010) afirma que psicólogos e assistentes sociais, por meio de seus laudos e pareceres, não têm tomado a orientação afetivo-sexual dos postulantes como um dado que, isoladamente, demonstre preparo ou despreparo para a maternidade ou a paternidade. O autor defende ainda que tais estudos, extremamente importantes para a formação do convencimento do magistrado, têm

¹⁰ Cf. *Pai solteiro fala do filho que adotou*. Folha de São Paulo. p. E-2 domingo, 30 set. 2007.

revelado que a orientação sexual dos requerentes não é um elemento que, por si mesmo, inabilite uma pessoa ou um casal para o exercício das funções parentais. Entretanto, causa-nos estranheza a conduta do judiciário no caso supra mencionado, abordado pela mídia, uma vez que a dimensão afetivo-conjugal e familiar do candidato foi ignorada. Frisemos que, na avaliação de um candidato heterossexual, a dimensão afetiva é um elemento importante. Por que esse aspecto não pode ser abordado na avaliação de um candidato homossexual? Seria a homossexualidade um terreno movediço e de risco, no qual as pessoas não se sentem à vontade para dialogar? Tratar dessa questão na esfera da justiça pode ativar maiores inquietações e gerar um duplo desconforto tanto no candidato quanto no entrevistador?

Nesse contexto, há de considerar iniciativas isoladas de equipes de Psicologia e de Serviço Social do Poder Judiciário no sentido de discutirem os aspectos relativos às adoções formuladas por candidatos homossexuais. No entanto, até o presente momento, não temos conhecimento de promoção de qualquer evento ou cursos promovidos pelo Poder Judiciário para problematizar e discutir as questões dos pedidos de adoção formulados pelas famílias homoafetivas.

Pode essa lacuna tornar os operadores do Direito e os profissionais de Psicologia e Serviço Social mais vulneráveis às representações do senso comum e aos princípios religiosos ou moralistas quando são chamados a se posicionar sobre a adoção de casais homoafetivos?

A falta de subsídios teóricos para a discussão é outra questão a ser considerada. Em levantamento bibliográfico não se encontram, na literatura nacional, dados mais específicos sobre a constituição de vínculos afetivos na adoção e as questões decorrentes dos processos subjetivos presentes na relação entre a criança e um casal composto por pessoas de mesmo sexo. As pesquisas normalmente retratam as representações dos operadores do Direito e outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, a respeito do tema (UZIEL, 2005; FARIAS, 2007). Além disso, os estudos que abordam a questão da homoparentalidade ou da conjugalidade homoafetiva estão ancorados, em sua maioria, em pressupostos teóricos da Antropologia e da Sociologia (SOUZA, 2004; GROSSI, 2005; MELLO, 2005; ZAMBRANO, 2006) e do Direito (PERES, 2006; TORRES, 2009; SILVA JUNIOR, 2010).

Na área da Psicologia também são escassos os trabalhos que contemplam as especificidades da adoção conduzida por casais homoafetivos, no que concerne ao momento do acolhimento da criança na família e aos processos subjetivos presentes na experiência. Na literatura estrangeira há um trabalho feito pela *Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas* (APGL, 1997) sobre o tema, o qual tomou por base uma pesquisa realizada por Charlotte Patterson da *Associação Americana de Psicologia*. A autora analisou mais de 200 estudos que enfocaram o desenvolvimento de crianças e adolescentes criados por homossexuais. Esses estudos foram organizados com base nas seguintes indagações: Existiriam perturbações de identidade sexual entre crianças de pais gays e lésbicas? As crianças estariam mais sujeitas a problemas psicológicos ou revelariam maiores dificuldades de adaptação? Quais seriam as dificuldades que as crianças poderiam sentir em suas relações sociais com seus pares ou com os adultos em função do olhar social voltado para a homossexualidade de seus pais? As crianças poderiam correr risco bem maior que as outras de ser vítimas de abusos sexuais, pelos pais ou amigos deles?

Patterson (1997) constatou que não há nenhuma diferença entre as crianças criadas em lares de gays e lésbicas e as que foram criadas em lares tradicionais, em relação aos seguintes aspectos: identidade sexual, desenvolvimento pessoal, relações sociais e risco de abuso sexual.

Ao final do estudo, Patterson concluiu, em linhas gerais, que não houve diferenças significativas entre as crianças e os adolescentes criados em um meio hétero e os criados em um ambiente homossexual.

Em outra pesquisa realizada na França, Stéphane Nadaud (2002), médico psiquiatra, estudou 58 crianças e adolescentes de zero a dezesseis anos criadas por famílias homossexuais, a partir de um questionário que avaliava a capacidade de adaptação das crianças e dos adolescentes confrontados com dificuldades. Seu objetivo na pesquisa era saber se a criança e o adolescente se situavam em zonas patológicas ou saudáveis a partir do temperamento delimitado em quatro eixos: emotividade, atividade, sociabilidade, e timidez. A final do estudo, o autor conclui que os comportamentos das crianças não variaram fundamentalmente em relação ao da população geral.

No entanto, outros autores ligados à psicanálise (ANATRELLA, 1999; LEGENDRE, 1985; FLAVIGNY, 2002; WINTER, 2002; NAUORI, 2004) refutam os

resultados desses estudos, argumentando que eles adotam paradigmas fundamentados nas ciências cognitivas e experimentais, ou ainda que os sujeitos - crianças e adolescentes - foram treinados a comprovar as habilidades das competências (parentais) dos pais homossexuais. Seguem algumas posições defendidas por esses autores:

Anatrella (1999), padre e psicanalista, defende que os estudos não provam nada e que seria necessário esperar três gerações para constatar os efeitos nefastos da homoparentalidade, ou simplesmente que não haveria necessidade de outros estudos, pois bastaria o bom senso.

Flavigny (2002) argumenta que o pai/mãe homossexual trataria seu filho como um fetiche no sentido psicanalítico; ou que o verdadeiro pai seria aquele que se coloca na posição de procriar.

Postura mais radical assume Naouri (2004 apud Gross 2005 p.96)¹¹, para quem “[...] autorizar a adoção por casais cuja sexualidade virou as costas para a procriação acentuaria o status de objeto de consumação da criança. O sofrimento dessas crianças se assemelharia ao sofrimento das crianças vítimas de incesto”.

Em tom catastrófico, Legendre (2001) defende que a homossexualidade seria a marca de uma lógica hedonista, herdeira do nazismo, recusa de qualquer interdição e de qualquer tabu.

Apesar de posições tão antagônicas, é fato que a família de configuração homoafetiva é uma realidade em diferentes países e assume visibilidade também em nossa cultura. Por meio de jurisprudência sobre o tema, o Poder Judiciário brasileiro já autorizou adoção por casais homoafetivos em capitais como Goiânia, Rio de Janeiro, Cuiabá, Recife, Porto Alegre e Brasília. Em cidades como Belém, Fortaleza, Natal, Curitiba e Aracajú, os primeiros casos estão sob análise atualmente¹². Além das capitais, a adoção por pessoas e casais homossexuais é uma realidade em todo o país. No capítulo 4, apresentamos dados de nosso levantamento a respeito de cadastros e pedidos de adoção formulados conjuntamente por candidatos de mesmo sexo, nas comarcas do interior do estado de São Paulo.

¹¹ A. Naouri, psicologias, setembro, 2004.

¹² Cf. Maioria é contra adoção por casal gay. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 jun. 2010, Caderno 1, p.1.

O tema insere-se, assim, na pauta nacional e, ao mostrar-se relevante, suscita desafios e exige elementos teóricos e técnicos que permitam a superação do tom superficial e preconceituoso com que normalmente é debatido nos diferentes espaços sociais.

Frente ao contexto apresentado, esta pesquisa procura enfatizar os processos de constituição da família homoafetiva a partir da análise das repercussões geradas pelo acolhimento e pela adoção de duas crianças.

Reflexões e questionamentos nos ajudaram na delimitação do tema e no estabelecimento do recorte. Uma primeira questão foi pensar se a criança inserida em uma família homoafetiva seria criada e educada diferentemente dos padrões educativos e emocionais assumidos por famílias consideradas tradicionais pela sociedade. Outras questões que se desdobraram da primeira: quais seriam as alterações provocadas na dinâmica familiar, após a chegada das crianças? Quais seriam as interferências da história de vida dos adotantes e do par conjugal na relação filial-paterna? O projeto narcísico, que permite a concretude ao desejo de filhos e ao desejo de formar família por parte das famílias homoafetivas e no qual se incluem a necessidade de proteção, o desejo de transcendência, de perpetuação do próprio nome, o asseguramento da herança, a companhia no processo de envelhecimento, com consequentes reatualização dos conflitos edípicos e mobilização das identificações das imagens parentais, se assenta em bases diferentes das que são vivenciadas pelas famílias tradicionais? Haveria interferências da orientação sexual dos adotantes no processo de constituição dos vínculos? Por fim, uma questão central: os cuidados ofertados às crianças e a socialização conduzida pelos pais, apesar da singularidade da família, assumem contornos e particularidades diferenciados daqueles das chamadas famílias tradicionais?

Para tais questões, foi formulada a hipótese de que, apesar de a família homoafetiva ostentar característica atípica em sua estrutura, representada pelo fato de contar com dois pais e excluir um segundo sexo de sua formação, e dos prováveis efeitos do preconceito em sua dinâmica, as funções básicas por ela encarnadas estariam garantidas, principalmente quanto ao cuidado da vida e da socialização de seus membros. Também pensamos que o projeto narcísico de fazer família e o desejo de filhos não se diferenciariam significativamente dos outros modelos de família, dadas as interferências dos valores sociais na subjetividade

contemporânea. Tal hipótese se fundamentava, então, no argumento de que o sentido de continuidade e as expectativas emocionais almejadas em uma estrutura familiar, como um espaço de proteção, acolhimento e estabelecimento de afetos mantêm-se preservadas também nas famílias homoafetivas, uma vez que não ocorrem rupturas radicais quanto aos valores sociais e heranças psíquicas, tal como ocorrem nas outras formações familiares observadas na contemporaneidade.

Com tais questões e expectativas, propusemo-nos a analisar o processo de constituição da família composta por casal do mesmo sexo. Em nosso recorte, procuramos circunscrever os aspectos afetivos presentes na dinâmica intersubjetiva que inscrevem a criança na família, com ênfase para o processo da constituição do vínculo e da transmissão psíquica.

Coincidentemente, no período da formulação desta pesquisa, estávamos acompanhando uma adoção pleiteada por um casal de homens que viviam em união estável há mais de doze anos. Com vistas a identificar outros casos de adoção de mesma configuração, fizemos um levantamento sobre essa demanda entre as 56 comarcas Sede de circunscrição do interior do estado de São Paulo. Na oportunidade, entendemos que o mapeamento dessas experiências de adoção nos ajudaria a encontrar possíveis participantes do estudo.

No entanto, após o processo de seleção das famílias, optamos por analisar as entrevistas efetuadas apenas com a família que já era acompanhada por nós no judiciário. Nas entrevistas buscamos identificar as expectativas e motivações dos pais quanto à estrutura familiar e à idealização das funções parentais antes da chegada da criança. Pelas narrativas dos entrevistados, procuramos resgatar suas histórias de vida e as interferências da transmissão psíquica intergeracional e transgeracional na formação da família e sua influência no relacionamento com os filhos.

Além da transmissão psíquica, levantamos as percepções dos pais sobre os atributos considerados importantes para o exercício das funções parentais, as experiências concretas de cuidados requeridos pelas crianças e os arranjos necessários para a finalidade dos cuidados.

As entrevistas exploraram também as representações dos pais adotivos acerca das origens dos filhos e as implicações da revelação da adoção. Abordaram, também, as questões concernentes à orientação sexual e ao seu manejo junto às crianças.

Por fim, propusemos questões para observar as habilidades que os pais adotivos apresentavam para lidar com eventuais situações de preconceito e discriminação advindos da família extensa, e da sociedade em geral.

Para a coleta de dados junto aos pais adotivos, conduzimo-nos pelos princípios da pesquisa qualitativa, apoiados na estratégia metodológica de delineamento de um estudo de caso, em que a entrevista de natureza semiestruturada mostrou-se um importante instrumento.

No momento em que efetuamos o levantamento do número de adoções solicitadas por famílias homoafetivas, aplicamos um questionário aos profissionais – psicólogos e assistentes sociais do Tribunal de Justiça/SP – para identificar suas representações sobre essa configuração de adoção. No entanto, em razão da mudança de trajetória de nosso trabalho – estudo aprofundado de um caso de adoção em uma família homoafetiva –, não analisaremos esses dados neste estudo, ficando sua apresentação condicionada a uma futura publicação.

Assim, com base no tema escolhido, nos objetivos delineados no estudo de caso e no embasamento teórico na psicanálise vincular, apresentamos o conteúdo do trabalho de modo a propiciar a compreensão dos processos subjetivos da família formada por casais homoafetivos.

Com tais propósitos, recuperam-se, no capítulo 1, os aspectos históricos, sociais e políticos que agem na estrutura e no funcionamento da família, a fim de obter elementos teóricos que auxiliem na identificação das múltiplas determinações que afetam a organização familiar em diferentes momentos históricos. Na sequência, são abordados os aspectos psicológicos que permeiam a dinâmica familiar, com ênfase para os processos de constituição dos vínculos e da transmissão psíquica. Ainda nesse paradigma, enfocam-se algumas especificidades do vínculo que atuam na dinâmica conjugal. Nesse sentido são ressaltados os aspectos que levam à constituição do par e os processos psíquicos desencadeados no momento em que o vínculo conjugal se rompe. Concluímos esse capítulo com a discussão das questões psíquicas que fazem parte do campo da adoção, com destaque para o processo de recomposição de vínculos em uma nova formação familiar, o papel da revelação da adoção e a importância do respeito às origens da criança no trabalho psíquico e na constituição dos vínculos afiliativos. Nesse capítulo procuramos ainda fazer algumas aproximações com nosso objeto de pesquisa –

adoção por pessoas do mesmo sexo –, porém as especificidades desse modelo são apresentadas em maior profundidade no capítulo 2.

No capítulo 2, são apresentadas as questões contemporâneas que afetam as novas configurações de família, bem como os desafios para dar-lhes visibilidade e legitimação no contexto social. Apresentamos as particularidades do processo de constituição de parentalidade e filiação em famílias homoafetivas, os desafios para constituição de vínculos nesse modelo de adoção, e a revisitação das teorias que tratam do desenvolvimento emocional na infância. Para tanto, dá-se ênfase aos processos subjetivos que tratam da identidade da criança e da edificação da alteridade (processo de diferenciação das crianças em relação aos pais) como uma importante aquisição do sujeito, que seguirá rumo à vida adulta e à autonomia. É Destacada também, no processo de diferenciação, a participação de pessoas e instituições alheias ao meio familiar, mas com significativo papel para o desenvolvimento emocional da criança. Discutem-se, ainda, as questões legais presentes na formação da família homoafetiva e a necessidade do amparo legal a fim de que se possa dar maior segurança e estabilidade às relações afetivas que se formam em seu contexto.

No capítulo 3, discutimos o fenômeno do preconceito e sua associação à homofobia. São destacadas as discriminações de gênero e de sexualidade como produtoras de sofrimento psíquico, em razão da homofobia que também atravessa o campo da adoção por pessoas do mesmo sexo. Além disso, são discutidas ideias referentes ao parentesco, sobretudo quanto as reivindicações dos movimentos sociais representados por gays, lésbicas e afins relacionadas à parentalidade e à conjugalidade, que podem tomar, por falta de uma visão crítica, os padrões heterossexuais como norma.

A estratégia metodológica de estudo de caso e os procedimentos aplicados são descritos no capítulo 4. Apresentamos a noção de enquadre e os cuidados éticos que pautaram nossa atuação no momento de acesso aos participantes e na abordagem das entrevistas. Analisam-se os conteúdos das entrevistas por meio de dimensões psicológicas que emergiram das falas dos entrevistados quando eles se expressaram sobre suas histórias de vida e de casal, enfocando as mudanças operadas na família após a chegada das crianças ao lar.

Concluídas as análises e a discussão dos resultados, apresentamos as considerações finais do trabalho.

Antes de iniciarmos o capítulo 1, consideramos importante justificar nossa escolha pelos termos *casal* e *homoafetividade*, utilizados neste estudo. Os participantes são apresentados como um casal homoafetivo. Por considerável período de tempo, desde a elaboração do projeto até a preparação do material para a qualificação e redação final desta pesquisa, debatemo-nos acerca de uma terminologia mais adequada para designar tais formações homoeróticas. Nutríamos essa dúvida tendo em vista a falta de amparo jurídico e a pouca visibilidade social das famílias compostas por pessoas do mesmo sexo. Essa incerteza foi dirimida, porém, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, no dia 5 de maio de 2011, que, em votação histórica e majoritária, reconheceu que casais constituídos por homossexuais formam uma entidade familiar e, em união estável, possuem os mesmos direitos e deveres que as famílias heterossexuais. Na prática, a decisão deu a casais gays uma segurança jurídica em relação a alguns direitos, como pensão, herança e compartilhamento de plano de saúde, o que lhes abriu reais possibilidades de adoção¹³. Após esse primeiro impacto, fomos surpreendidos, no dia 25 de outubro de 2011, com outra decisão histórica do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu o direito ao casamento a pessoas do mesmo sexo, dando mais um passo para o reconhecimento legal desse tipo de formação familiar¹⁴. Além disso, a opção pelos termos *casal* e *homoafetividade* deu-se após consulta aos participantes de nossa pesquisa. Em tais contatos, os entrevistados disseram que se reconheciam como casal e que apreciavam o termo *homoafetividade*, o qual não marca apenas a orientação sexual, mas enfatiza o afeto.

¹³ Cf. STF reconhece casal gay como família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 maio 2011. Caderno 1, p.1.

¹⁴ Na terça-feira (25/10/2011), o Superior Tribunal de Justiça autorizou, pela primeira vez, que um casal do mesmo sexo se case no papel, assim como os heterossexuais. Em maio, o Supremo Tribunal Federal já tinha reconhecido a união estável entre pessoas do mesmo sexo. E há diferenças entre as duas situações. Só casando no papel se muda o estado civil de solteiro para casado. A união estável não permite que um adote o sobrenome do outro. No caso de herança, o cônjuge casado tem direito a pelo menos 1/4 dos bens do outro, garantia que não existe na união estável. Outros juízes são obrigados a decidirem do mesmo jeito? Qualquer outro casal que tiver o pedido negado no cartório também vai ter que recorrer à Justiça. Mas a decisão de terça-feira aumenta as chances de uma vitória. O advogado Romulo Sulz, especialista em direito de família, acostumado com a rotina dos tribunais, diz que na prática vai fazer diferença. “O casal gay vai poder trilhar o caminho do casamento agora, que está muito mais fácil”. Disponível em: g1.globo.com/.../stj-autoriza-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo. Acesso em: 28 dez 2011.

2 CAPÍTULO 1 FAMÍLIA: CONVERGÊNCIAS ENTRE O SOCIAL E O PSÍQUICO

2.1 Influências históricas, sociais e políticas na família

A compreensão da família pode ser alcançada a partir do estudo das mudanças ocorridas em sua estrutura nos últimos séculos. Isso requer, porém, uma análise cuidadosa e aprofundada dos fenômenos sociais e políticos que alteraram seus padrões de funcionamento e, conseqüentemente, geraram novas estruturas familiares.

No entanto, retratar o novo e o velho na família é muito mais difícil do que se imagina. Conceitos como *família moderna* ou *pós-moderna* nem sempre indicam que antigos padrões e valores foram superados e que novos surgiram. Da mesma maneira, as representações sociais da família homoafetiva não significam que um novo modelo de família sepultou antigos paradigmas. E, ainda é de se questionar se essa formação familiar rompe com os valores e rituais adotados pelas famílias tradicionais para se constituírem e perpetuarem seus legados.

Segundo Araújo (2008, p. 113), “a família pode ser definida a partir de diferentes perspectivas, mas, acima de tudo, é preciso compreendê-la como uma instituição historicamente determinada, que expressa as mutações das formas históricas de organização social”. Assim, ela se materializa de diferentes formas, em diferentes momentos históricos, para suprir às necessidades socioeconômicas, culturais e afetivas vigentes. Em sua dissertação de mestrado (ARAÚJO, 1993) e tese de doutorado (ARAÚJO, 1999), a autora estudou, numa perspectiva histórico-social e de gênero, as transformações ocorridas na família contemporânea, particularmente na família brasileira, a partir do final dos anos 1970. Esse foi um momento de passagem do modelo de família tradicional, hierárquica e autoritária, para um modelo de família mais igualitária, em que as relações tendem a se estabelecer de forma mais democrática. Ainda de acordo com a autora (ARAÚJO, 2011), esse período foi marcado por uma enorme revolução nos valores sociais, culturais e econômicos, que influenciou enormemente as mudanças na família, no casamento e nas relações afetivo-sexuais. Nesse processo, os movimentos libertários (dentre eles, o feminismo), guiados pelos ideais igualitário e democrático, tiveram um papel fundamental na transformação dos valores, da estrutura, das

funções e das relações conjugais e familiares. Daí o surgimento nas décadas seguintes de novas configurações, tais como as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas, ou sem filhos e, mais recentemente, as famílias homoparentais ou homoafetivas.

Baseando-se no contexto das famílias homoafetivas, Souza (2004) realizou um estudo comparativo entre os processos de subjetivação presentes nas famílias lésbicas do Brasil e do Canadá. Nesse trabalho, a autora observou que, quanto mais as famílias lésbicas tentam lutar para ser reconhecidas no mesmo modelo que as famílias heterossexuais, mais o modelo dual (amor conjugal/relacionamento) fortalece-se e renega a possibilidade de se pensar em um parentesco multilateral, que apresente outras posições que estão sendo geradas no e para o parentesco, graças às famílias homossexuais e às técnicas de reprodução assistida.

Esses resultados de pesquisa contribuem para a problematização de nosso objeto de estudo, uma vez que discutem as influências dos elementos históricos culturais e políticos destacados nos estudos de família, e, por consequência, ajudam na compreensão dos fatores que também agem na família composta por pessoas do mesmo sexo.

A teoria crítica¹⁵ da família coloca, como primeiro ponto de reflexão, o questionamento acerca da própria funcionalidade da instituição familiar nas sociedades modernas. Questiona-se a viabilidade dessa instituição, que é considerada normalmente como uma instância de proteção e apoio emocional a seus integrantes, um lugar de santidade e apreensão dos valores mais elevados da ética humana. Tais atributos, porém, parecem não ser contemplados pela família moderna, uma vez que sua estrutura se altera ou se perde em fenômenos e desequilíbrios que tocam seu cotidiano. Essas mudanças são verificadas pelo aumento no número de divórcios, crianças vítimas de maus-tratos, dependência alcoólica, famílias desprovidas da presença materna – ou paterna, em maior

¹⁵ A teoria crítica, concebida por autores de distintas influências teóricas, tinha como objetivo empreender uma crítica radical do momento histórico em que viviam (primeira metade do século XX). Desde 1923, o grupo, composto por Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, entre outros, reunia-se em Frankfurt. O grupo traduziu a desilusão de parte dos intelectuais com as transformações do mundo contemporâneo, seu ceticismo quanto aos resultados do engajamento político revolucionário, mas também o desejo de autonomia e de independência do pensamento. Sob a influência de Karl Marx, a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt revela a transformação dos conceitos econômicos dominantes em seus opostos: por exemplo, a livre troca passa a ser aumento da desigualdade; a economia livre passa a ser aumento da desigualdade social... Assim, a crítica à razão torna-se a exigência revolucionária para o advento de uma sociedade racional, porque o mundo do homem, até hoje, não é o 'mundo do humano', 'mas o mundo do capital' (MATOS, 2005, pp. 7-9).

proporção – e homens ou mulheres vivendo sozinhos. Todos esses fatores distanciam a família real da idealizada sob a influência, sobretudo, do modo de vida burguês-capitalista (POSTER, 1978).

A apreensão dos fenômenos que influenciam a estrutura familiar não é tarefa fácil. De acordo com Poster (1978, p. 159), “a família é definida por diferentes sociedades em termos largamente divergentes[...]”; cada contexto confere a ela graus diversos de importância. Para exemplificar tal afirmação, cita-se Osório (2002), que retoma e discute diferentes estruturas de família e padrões de funcionamento ao longo da história. De acordo com o autor, no mais antigo código de leis sociais – o Código de Hamurábi –, dos 252 artigos, 64 estão relacionados ao funcionamento da família. Naquela cultura, o casamento era monogâmico, mas o divórcio era permitido na ausência de filhos. A procriação era tida como elemento central do vínculo matrimonial, tanto que, se a mulher fosse estéril, o homem poderia recusá-la. O regime do casamento tinha clara configuração patriarcal, com o pai exercendo um poder absoluto sobre a esposa e os filhos.

Para os egípcios, a união entre irmãos era tida como um casamento perfeito, mas constituía um privilégio dos faraós. O amor fraternal predominava em toda a sociedade egípcia, mesmo que ao povo não fossem permitidas as uniões incestuosas. Tal como acontecia com os irmãos oriundos da nobreza, marido, mulher, concubinas, irmãos, irmãs, parentes e serviçais mantinham relações que se aproximavam do padrão fraternal, sem uma definição precisa da identidade pessoal ou social de cada um. Por exemplo, um mesmo nome designava a mulher, a irmã e a filha, assim como era frequente dois irmãos terem o mesmo prenome. Os laços de parentesco e a herança eram transmitidos pela mãe, um modelo de regime de filiação matrilinear. Portanto, “a mulher tinha um papel de destaque no seio da família, o que talvez se devesse ao fato de a autoridade emanar do exterior e não do seio da família, como acontecia entre os babilônios” (OSÓRIO, 2002, p. 36).

Na Grécia arcaica, segundo Osório (2002), a célula fundamental da sociedade era constituída por todos os que reclamavam um pai comum e praticavam o mesmo culto, sendo essa uma primeira manifestação do que posteriormente se chamaria de família extensa. Na Grécia clássica, a partir do século V a.C., encontra-se uma estrutura de família definida, com a superioridade do homem em relação à mulher, o direito paterno estabelecido e a instituição da propriedade privada transmitida entre as gerações. Essa realidade adquire particularidade específica em Esparta, pois

nessa sociedade, devido ao culto da eugenia, a mulher gozava de maior liberdade, podendo expor seu corpo publicamente. O casamento, nesse contexto, visava sobretudo a garantir a reprodução; e, embora a lei obrigasse a mulher à fidelidade, pelas regras eugênicas, se o esposo fosse ancião, ela poderia escolher um jovem vigoroso para fecundá-la.

Nos primórdios de sua civilização, os romanos tinham a mulher como centro do sistema familiar. O patriarcado apareceu gradualmente e a estrutura familiar romana passou a se organizar em torno da descendência masculina. Os homens tornaram-se os atores principais e passaram a centralizar todas as ações familiares, sociais e políticas, colocando as mulheres em uma condição inferior ou de coadjuvantes. Assim, a família romana estruturou-se sob a égide das leis do Estado: a autoridade suprema provinda do *pater familias* – e de um sistema de leis a ser rigidamente obedecido. O poder supremo do pai sobre os filhos passou a vigorar mesmo acima da própria autoridade do Estado e durava até a morte do pai, que não só podia punir seu filho como lhe imputar a pena capital ou transformá-lo em escravo; cabia-lhe, ainda, o direito de abandonar ou matar seus filhos recém-nascidos (OSÓRIO, 2002).

Da Europa pré-feudal, as famílias germânicas e celtas são normalmente citadas como representantes. Entre os celtas, por exemplo, a igualdade entre os sexos era uma característica interessante, pois a mulher tinha participação ativa na vida tribal, não só em períodos de paz como na guerra, ou seja, as mulheres combatiam ao lado dos homens na defesa de suas terras. Nas famílias germânicas não havia regras de sucessão, prevalecendo a tendência de não partilhar o patrimônio mesmo após a morte do pai. Essa particularidade tornou esse sistema, embora patriarcal, menos rígido do que o romano.

De acordo com Osório (2002), na organização feudal da Idade Média, sobretudo na Europa setentrional, ocorriam diferenciações entre as famílias dos senhores feudais e as dos trabalhadores das comunidades rurais. As transformações sociopolíticas desencadeadas pelo fim do Império Romano interferiram radicalmente nos hábitos e nos costumes dos grupos familiares dessa fase. Observa-se uma gradativa passagem do gregarismo predominante nos tempos primitivos para uma acentuada valorização do individualismo e da privacidade doméstica, o que talvez tenha sido o principal fator determinante das modificações introduzidas na família a partir do segundo milênio do cristianismo. No período do

feudalismo, era a linhagem, e não o casamento, que centralizava a vida familiar. “A mulher só pertencia à linhagem do marido enquanto ele fosse vivo, já que a viuvez a excluía. Por outro lado, prevalecia a chamada ‘família abrangente’, que incluía outros parentes [...] amigos [...] e mesmo vassalos [...]” (OSÓRIO, 2002, p. 41).

Na Europa pré-industrial, a família denota uma linhagem, e mesmo assim é relativamente indistinta como categoria social.

Elisabeth Roudinesco (2003), historiadora e psicanalista francesa, caracteriza três grandes períodos na evolução da família. De acordo com a autora, na primeira fase vigora a família chamada tradicional, que serve acima de tudo para assegurar a transmissão do parentesco. Os casamentos são arranjados sem que seja considerada a opinião dos noivos. Na segunda fase, a família denominada moderna torna-se a depositária de uma lógica afetiva cujo modelo se fortalece entre o final do século XVIII e meados do XX. Referendada no amor romântico, essa estrutura sanciona a articulação entre os sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento. “Mas valoriza também a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação a família é encarregada de assegurar” (p.19). A autoridade torna-se, então, motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro. A terceira fase engendra-se a partir da década de 1960, momento em que a família passa a ser denominada como contemporânea ou pós-moderna. Nessa estrutura familiar, em uma união de duração relativa, dois indivíduos buscam relações íntimas ou satisfação sexual. A transmissão da autoridade, nesse contexto, vai se tornando um desafio à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

No Brasil, as mudanças geradas na família acompanharam as influências vindas do continente europeu. A família de matriz patriarcal predominou no Brasil desde o período da colonização. Jurandir Freire Costa (1989), em *Ordem médica e norma familiar*, analisa de forma minuciosa a família colonial e descreve os papéis e funções assumidos pelos integrantes do grupo naquele período. Segundo o autor, a família colonial regulava-se pela diferenciação social do papel do homem e da mulher, bem como pela natureza das atividades domésticas exercidas pelos membros de sua estrutura. O homem, a quem era permitido um maior contato com o mundo, com a sociabilidade, permanecia menos tempo em casa. Os cuidados da família e da residência eram tarefas destinadas à mulher. Portanto, a família era uma instituição privada permeada por papéis e relações rigidamente definidos.

Mais adiante, Costa (1989) retrata o declínio da sociedade colonial e a influência da corrente higienista na formação da família burguesa na sociedade brasileira. O casamento concebido sob tal enfoque obrigava o casal a olhar o futuro e não o passado. A finalidade do casamento era a saúde dos filhos; portanto, a escolha do cônjuge articulava-se a essa proposição, não importando a afinidade entre os pais. O cuidado com a prole transformou-se, nessa perspectiva, no grande modelo de união conjugal. A observância dos critérios higiênicos fornecia, assim, novas regras e modelos para as relações matrimoniais. A desproporção de idade entre marido e mulher, por exemplo, passou a ser desaconselhada, sendo as condições físicas e morais dos noivos também objeto de atenção por parte dos médicos higienistas.

De acordo com Jurandir Freire Costa (1989), o amor higiênico assumia contornos diferentes do amor romântico, uma vez que era pragmático e articulava seus vínculos basicamente com a sexualidade e a procriação. Nessa perspectiva, o romantismo sentimental não era essencial; sem sexo, o amor não tinha sentido, e era somente por meio dele, “sexo saudável”, que as relações matrimoniais se inseriam na realidade política e concretizavam o ideal da conservação biológica e moral da espécie.

Os avanços tecnológicos ainda embrionários na década de 1950 foram marcantes para as mudanças operadas na família. A separação entre ato sexual e reprodução foi possível graças ao advento da pílula anticoncepcional. Além disso, as transformações do mundo social, tecnológico e econômico imprimiram mudanças significativas no exercício da autoridade e do poder na família.

O processo de democratização da família começou a tomar força efetivamente no Brasil no final da década de 1970, ainda sob o regime autoritário, sob a influência do acelerado processo de mudanças capitalistas. Dentre as que marcaram a década, podem ser citadas a expansão dos meios de comunicação de massa, a indústria cultural, a indústria de serviços, a inserção da mulher no mercado de trabalho e os movimentos libertários, como o feminismo e a contracultura.

Porém, a influência mais direta do princípio da igualdade entre os gêneros na família e o redimensionamento de papéis em sua estrutura efetivam-se com a retomada da democracia no país, na década de 1980. Desde então, segundo Araújo (2008, p. 117-118), “observa-se uma tendência das famílias a adotarem princípios mais democráticos e a se distanciarem dos modelos mais rígidos e hierárquicos”.

Essa tendência mostra-se mais presente desde o início entre os segmentos médios urbanos e afinados com um discurso psicológico que valoriza a subjetividade, a liberdade e a individualidade.

Ao percorrer essas diferentes fases históricas, pode-se constatar que a família é tida como um *locus* proeminente na sociedade, mas que tende cada vez mais a restringir-se à unidade conjugal de pais e filhos, afastando-se do ideal dos agregados ou grandes conjuntos que historicamente estiveram associados aos grupos familiares. Nas sociedades primitivas, como se viu, o parentesco dominava quase completamente a família.

Em razão dessa variação de modelos, é difícil encontrar uma única definição para a família ou mesmo estabelecer parâmetros de comparação que permitam estudar suas diferentes configurações. Se a diversidade de estruturas exige maior cuidado dos pesquisadores, compete a estes fornecer uma definição que seja ampla e flexível para comportar os diferentes arranjos familiares referentes a cada período histórico.

Nesse sentido, Poster (1978) contraindica uma concepção estritamente funcionalista da família. Segundo o autor, comumente as correntes teóricas enfatizam atributos específicos do agrupamento familiar, tais como: a reprodução, ou a socialização primária e secundária, designando-o como um contexto apropriado para a vivência da sexualidade. Porém, *o olhar* sobre a família poderá se tornar etnocêntrico caso os referenciais de análise contemplem apenas a configuração da família atual e nuclear como norma e, principalmente, se ela for considerada atemporal e hegemônica perante as formações familiares que se distanciam dos modelos vigentes.

Etnocentrismo, portanto, é pensar um único modelo universal de família. Mais arriscado ainda é incorporar tal modelo como balizador de discussões e de promoção de políticas públicas destinadas ao atendimento de famílias. Em relação ao conceito idealizado de família estável e nuclear, pode-se observar que ele interfere nas percepções quer de profissionais, quer dos usuários que almejam a adoção (VARGAS, 1998), conforme discutido na introdução deste estudo. Assim, esse modelo de família pode dar sustentação para que candidatos à adoção escolham, em sua grande maioria, crianças recém-nascidas ou bem pequenas, a fim de se encaixarem em valores e regras que supostamente lhes garantirão maior aceitação social; ou para que profissionais, legisladores e operadores de Direito

sigam critérios que tornem elegíveis para adoção famílias que ostentem o modelo tradicional – pai, mãe e filhos – em detrimento das outras formações (WEBER, 2001).

Em um olhar diagnóstico sobre a família, é necessário transpor paradigmas que levem ao reducionismo de suas funções, sem deixar, porém, de enunciar aspectos que permitam o acesso à singularidade de sua estrutura, a ser definida em suas próprias configurações. Conjuntamente aos aspectos socioeconômicos e históricos, os estudos da família devem contemplar o nível psicológico que atua em seu meio e formular categorias que permitam a compreensão de formações familiares profundamente diversas. Assim definida, a família torna-se o lugar em que se inicia a estrutura psíquica do homem e o espaço em que a experiência ocorre, também, influenciada por padrões emocionais. Além de ser o *locus* da estrutura psíquica, a família se materializa como “um espaço social distinto na medida em que promove hierarquias de idade e sexo e um sistema relacional bastante complexo” (POSTER, 1978, p. 161).

Portanto, de acordo com descrições de Osório (2002) e problematizações de Poster (1978), a família se constitui como um espaço de socialização em que as gerações se defrontam mútua e diretamente, em um espaço psíquico que propicia a alteridade e a aquisição de elementos necessários para a construção da autonomia na fase adulta, condições essas que serão permeadas por relações de poder e afeto. Assim, idade, sexo, autoridade e outros aspectos provenientes da estrutura familiar estarão presentes em outros indicadores sociais e nas organizações que fazem parte da sociedade. Portanto, a família contém-nos, gera-nos e nos influencia de modo profundo. Em outras palavras, o estudo da família é um excelente indicador de como a sociedade se estrutura ao determinar idade, sexo e outras regras que perpassam igualmente a família e a organização social (POSTER, 1978).

Nessa perspectiva, para se estudar a família homoafetiva, é necessário refletir sobre as regras que a constituem, não desprezando os determinantes psíquicos transgeracionais e intergeracionais que agem na constituição de vínculos. Do mesmo modo que as famílias tradicionais, as famílias homoafetivas seguem diferentes padrões hierárquicos de idade, sexo, gênero e outros aspectos próprios do mundo contemporâneo. Assim, os papéis e funções a serem exercidos pelo casal e pelos filhos, a despeito da singularidade de uma nova relação de parentesco, serão marcados por afinidades, solidariedade, e também por disputas e conflitos, tal

como acontece em qualquer relacionamento humano que tem na família um profícuo laboratório.

A seguir, apresentamos um quadro esquemático idealizado por Osório (2002), que se baseou nos modelos propostos por Poster (1978) e os ampliou, acrescentando a família da aldeia global. O quadro permite visualizar os diferentes modelos de família engendrados ao longo da história, bem como as alterações de estrutura e funcionamento operadas por fatores sociais e políticos, além dos emocionais.

MODELOS DE ESTRUTURA FAMILIAR	FAMÍLIA ARISTOCRÁTICA	FAMÍLIA CAMPONESA	FAMÍLIA BURGUESA	FAMÍLIA OPERÁRIA	FAMÍLIA DA ALDEIA GLOBAL
QUANTO A					
ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	Em função da preservação do patrimônio herdado.	Em função da necessidade de prover as condições básicas de sobrevivência.	Em função da necessidade de transmissão dos interesses da classe dominante emergente.	Em função da preservação do mito da prosperidade a alcançar.	Em função da necessidade de conviver (“instinto gregário”) e do desejo ou intenção de procriar “instinto reprodutor”.
FUNÇÃO DO LAR	Proteção contra a ameaça externa de inimigos. Lugar público e político.	Lugar de produção dos bens essenciais e proteção contra ameaças externas.	Lugar de lazer, refúgio e intimidade. Microcosmo privado.	Lugar de satisfação das necessidades primárias de alimentação e agasalho.	Promoção segurança física e psicológica.
OBJETIVOS EDUCACIONAIS	Respeito à hierarquia social.	Renúncia à individualidade.	Renúncia ao corpo/mente.	Renúncia à posse das fontes de produção para obtenção dos bens de consumo.	Desenvolver aptidões específicas para a vida competitiva.

Continua

Continuação

MODELOS DE ESTRUTURA FAMILIAR	FAMÍLIA ARISTOCRÁTICA	FAMÍLIA CAMPONESA	FAMÍLIA BURGUESA	FAMÍLIA OPERÁRIA	FAMÍLIA DA ALDEIA GLOBAL
QUANTO A					
RELAÇÕES INTRAFAMILIARES E AUTORIDADE SOBRE OS FILHOS	Subrogados paternos (preceptores) como padrão de identificação. Autoridade preceptorial. Punição pelo castigo físico. Crianças tratadas pelos pais como pequenos animais domésticos, não como objeto de afeição parental.	Modelo de autoridade matriarcal mãe-terra nutrícia como padrão referencial castigos físicos como punição. Deus e o pároco como representantes da autoridade.	Pais como modelo de identificação. Autoridade parental. Punição pela retirada do amor ou incremento da culpa.	Modelo de autoridade patriarcal. O patrão como ponto referencial. Castigos físicos e abandono como punição.	Filhos como depositários das expectativas parentais (veículo de realização de seus desejos e compensação pelas frustrações havidas). Autoridade paterna e materna compartilhadas.
VALORES INDIVIDUAIS BUSCADOS	Astúcia.	Fertilidade.	Eficiência (competência).	Obediência.	Capacidade competitiva (+superação de limitações).
VIDA SEXUAL PRÉ-MATRIMONIAL	Masturbação consentida.	Sodomia.	Masturbação reprimida. Renúncia instintiva valorizada. Separação entre sexo e amor. moralidade machista.	Incesto.	Experimentação de distintas formas de obtenção de prazer erótico consoante inclinações pessoais.

Continua

Continuação

MODELOS DE ESTRUTURA FAMILIAR	FAMÍLIA ARISTOCRÁTICA	FAMÍLIA CAMPONESA	FAMÍLIA BURGUESA	FAMÍLIA OPERÁRIA	FAMÍLIA DA ALDEIA GLOBAL
QUANTO A					
PAPÉIS SEXUAIS	H: Promover alianças latifundiárias. M: Servir às alianças latifundiárias.	H: Função nutrícia. M: Função de agasalho e proteção.	H: Manutenção da casa. M: Criação dos filhos.	H: Manutenção da casa. M: Manutenção da casa.	Equivalentes ressaltadas as diferenças quanto ao papel reprodutor da espécie.
CASAMENTO	Acordos interclãs com vistas à manutenção da herança heráldica.	Seleção natural com matrizes endogâmicas.	Imposição ou pressão dos pais objetivando a preservação ou acumulação de bens patrimoniais.	Escolha individual mais ou menos aleatória.	Substituição do contrato (cível ou religioso) por livre união consensual.
RELAÇÃO COM CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	Baixa natalidade Alta mortalidade	Alta natalidade Alta mortalidade	Baixa natalidade Baixa mortalidade	Alta natalidade Alta mortalidade	Baixa natalidade Baixa mortalidade

Fonte: Osório, 2002, p.45 .

Conclusão

Quadro 1: *Casais e famílias: uma visão contemporânea.*

As informações condensadas pelo autor sintetizam as análises apresentadas até aqui e proporcionam uma visão global da estrutura familiar ao longo da História. O quadro nos ajuda a rever a visão a-histórica e linear que normalmente influencia a concepção sobre família nas sociedades atuais. É importante observar que, apesar da ênfase nos processos históricos e sociais, os padrões emocionais não são desprezados nessa organização esquemática. Associados aos fenômenos políticos

e sociais, eles imprimem e dão o tom da subjetividade produzida na família em diferentes fases históricas.

Após a análise histórica e social da família, e dos diferentes modelos que predominaram em suas estruturas, são descritas na próxima seção as contribuições da Psicanálise, objetivando compreender de modo mais específico as relações afetivas presentes no contexto familiar. Com esse propósito, mostra-se o papel do vínculo e da transmissão psíquica na constituição da subjetividade e, conseqüentemente, a influência desses processos na adoção e seus desdobramentos na adoção por casais homoafetivos.

2.2 As dimensões psicológicas emergentes na família: contribuições da Psicanálise

Os trabalhos pioneiros de Freud sobre o aparelho psíquico e seus modelos de funcionamento abrem a possibilidade de analisar de forma mais específica os fenômenos psicológicos que agem na dinâmica familiar, embora o idealizador da Psicanálise não tenha tido a intenção de elaborar uma teoria específica para interpretar e intervir diretamente na família. No entanto, com o conceito de aparelho psíquico e a noção de inconsciente, é possível observar o papel e a função da família no processo de constituição da subjetividade.

Dentre as várias publicações de Freud, pode-se destacar a importância de *Totem e tabu* e de *Sobre o narcisismo – uma introdução*, publicadas em 1913 e 1914 respectivamente. Nessas obras ele definiu as bases da instituição familiar e do interjogo presente na relação filial-materna-paterna que atuam na constituição e na transmissão psíquica entre as gerações.

Em *Totem e tabu*, por exemplo, Freud (1996) recupera os aspectos antropológicos que agiram na organização dos agrupamentos humanos, dando ênfase ao que denominou de *interdição do incesto*. Sua tese é a de que, com a proibição de práticas sexuais entre membros consanguíneos de um mesmo clã, a humanidade deixa de se sujeitar à ordem natural instintiva ligada ao sexo, para acatar regras provindas de outros grupos culturais.

A interdição do incesto, para o criador da Psicanálise, é um momento de aquisição de novas habilidades psíquicas e culturais, pois se existisse certo grau de liberdade para as relações sexuais fora do casamento, o parentesco de sangue e,

consequentemente, a proibição do incesto tornar-se-iam tão incertos que a interdição teria necessidade de uma base mais ampla.

A exogamia totêmica, ou seja, a proibição de relações sexuais entre os membros de um mesmo clã, parece ter se constituído no meio apropriado para impedir o incesto grupal; dessa maneira, estabeleceu-se e persistiu muito tempo após a sua *raison d'être* haver cessado (FREUD, 1996, p. 27).

Citando o antropólogo Frazer, Freud (1996) sustenta que a lei de interdição do incesto proíbe os homens de fazerem aquilo para que seus instintos os inclinam, ou seja, se a natureza proibisse e punisse o incesto, não haveria sentido no fato de a lei social também fazê-lo. Assim, pode-se pressupor que os crimes proibidos pela lei são crimes que muitos homens têm a propensão de cometer. Daí a necessidade de se ter cautela em pensar em uma aversão natural ao incesto; o certo é pressupor um instinto natural em seu favor, que a lei reprime, como proíbe outros instintos naturais. Isso acontece porque o ser humano, a partir de um certo grau de cultura, chegou à conclusão de que a satisfação desses instintos é prejudicial aos interesses gerais da sociedade. Freud acrescenta ainda que, com a Psicanálise, é possível compreender que as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos são invariavelmente de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos, desempenham um papel que pode seguramente ser importante para sua constituição psíquica.

Lévi-Strauss, antropólogo francês e outro eminente pensador das origens da família, enfatiza que as bases da família são encontradas na instituição do casamento, sendo este fortemente influenciado por questões de ordem econômica, atreladas à divisão do trabalho e dos sexos. Os pensamentos de Freud e Lévi-Strauss, apesar de serem divergentes em alguns pontos, guardam certas particularidades que se associam. Freud valoriza os aspectos psíquicos localizados no desenvolvimento da cultura, Lévi-Strauss ressalta as contribuições dos fenômenos sociais na formação de padrões culturais e mitos que constituíram as bases da família (MANDELBAUM, 2008). Em Totem e Tabu, Freud (1996) explica que o casamento se origina pelas necessidades masculinas sexuais e afetivas contínuas, e pelas necessidades femininas de proteção para poder manter junto de si sua cria.

Segundo Mandelbaum (2008), os pensamentos de Freud e Lévi-Strauss sobre as origens da família se articulam ainda quando se verifica que as tarefas associadas às mulheres e as assumidas pelos homens são indissociáveis e visam ao atendimento das necessidades materiais e também afetivas dos seres humanos. Outro ponto de convergência entre a antropologia representada por Lévi-Strauss e a Psicanálise freudiana, de acordo com Mandelbaum (2008, p. 31), é a tese de que “para ambos, [...] a proibição é a regra fundamental que permite a passagem do âmbito da natureza para a cultura, servindo de base para todas as regras de convívio social”.

Ainda em *Totem e tabu*, ao se referir aos estudos de Antropologia, Freud (1996) menciona a situação das tribos australianas. O autor explica que nessas tribos as expressões específicas para descrever diversos graus de parentesco não denotam uma relação entre dois indivíduos, mas sim entre um indivíduo e um grupo. É nesse contexto que um homem utiliza o termo *pai* não apenas para o verdadeiro genitor, mas também para todos os outros homens com quem sua mãe poderia ter se casado, de acordo com a lei tribal, e, desse modo, tê-lo gerado. Emprega o termo *mãe* não apenas para a mulher que na realidade o gerou, mas também para todas as outras mulheres que poderiam tê-lo dado à luz sem transgredir a lei da tribo. Usa as expressões *irmão* e *irmã* não somente para os filhos de seus pais verdadeiros, mas também para os filhos de todas aquelas pessoas com quem mantém uma relação de pais, no sentido classificatório, e assim por diante. Freud (1996) esclarece que os termos de parentesco que os australianos mutuamente se aplicam não indicam necessariamente qualquer consanguinidade, como os nossos indicariam, mas representam relacionamentos sociais mais do que físicos. Com tal assertiva, observa-se que na família agem elementos da dimensão afetiva que se expandem ao social e, por sua vez, retornam ao próprio grupo para ressignificar suas relações e provê-las de um sentido específico dado pelas características da própria cultura. É assim que as dimensões sociais e afetivas se associam à cultura e criam inúmeras referências de família em um grupo.

Ao tratar do narcisismo¹⁶, Freud (1996) argumenta que as experiências mais primitivas do desenvolvimento humano influenciam os padrões emocionais na vida

¹⁶ Roudinesco e Plon (1998, pp. 530-531) explicam no *Dicionário de Psicanálise*, que *narcisismo* foi um termo empregado pela primeira vez em 1887, pelo psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911), para descrever uma forma de fetichismo que consiste em se tomar a própria pessoa como objeto

adulta, como, por exemplo, as escolhas amorosas e as interações que delas se desdobram. Ao retomar o conceito de narcisismo, Freud o concebe não como uma perversão, como Binet e Ellis haviam feito, mas como um complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação, que, em certa medida, pode justificadamente ser atribuído a toda criatura viva. Sobre o narcisismo, Freud descreve que as primeiras satisfações sexuais autoeróticas vivenciadas pelas crianças em tenra idade são experimentadas em relação às funções vitais que servem à finalidade de autopreservação. Os instintos sexuais estão, de início, ligados à satisfação dos instintos do ego; somente depois é que eles se tornam independentes destes, e mesmo então encontram uma vinculação original no fato de que os primeiros objetos sexuais de uma criança são pessoas que se preocupam com sua alimentação, cuidados e proteção, isto é, no primeiro caso, sua mãe ou quem quer que a substitua.

As questões relacionadas ao narcisismo ou à interdição, dentre outras oriundas da Psicanálise, pressupõem que os vínculos psíquicos introjetados por uma pessoa se constituem e se articulam primeiramente na família. Sobre a passagem do individual para o grupo familiar, acredita-se que:

[...] Em ambos os casos, trata-se de operações psíquicas que pretendem dar conta de algum tipo de regulação emocional, com o fim de permitir certo equilíbrio homeostático do organismo, quer seja este um indivíduo ou uma família. Tanto no indivíduo como na família há partes que têm que de se haver umas com as outras, e que exigem trabalho psíquico para este convívio sempre difícil. (MANDELBAUM, 2008, p. 47).

Além da díade indivíduo/família, há posteriormente a transição do sujeito em outros contextos sociais nos quais se verá enredado em uma complexa rede de vínculos e afetos. A especificidade dessas relações inscreverá o sujeito na cultura, conectando-o à sua realidade psíquica e social. Essa ancoragem será precedida de regras próprias, tais como as disseminadas pela interdição do incesto e pela necessidade de autopreservação. A ideia de transgressão de valores ligados às mudanças no parentesco e na própria configuração de família, encarnada por

sexual. O termo foi depois utilizado por Havelock Ellis, em 1898, para designar um comportamento perverso relacionado com o mito de Narciso. Foi somente em 1914, em *Sobre o narcisismo*, que o termo adquiriu valor de conceito. Freud é levado a considerar a existência permanente e simultânea de uma oposição entre a libido do eu e a libido do objeto, e a formular a hipótese de um movimento de gangorra entre as duas, de tal sorte que, se uma enriquece, a outra empobrece alternadamente.

famílias divergentes dos modelos tradicionais, como as famílias homoafetivas, promove quais efeitos na ordem social? Como essas famílias afetam e como são afetadas pelos valores já dispostos na cultura? Para se constituírem, quais são as referências de parentalidade que utilizam? Como ocorre a vinculação entre a criança-família biológica e a criança-família adotiva e qual o efeito da transmissão psíquica para a recomposição ou reconstrução de vínculos?

Em razão da necessidade de aprofundamento dessas questões psíquicas, passamos a problematizar as dimensões do vínculo e da transmissão psíquica entre as gerações para entender os processos subjetivos na adoção de crianças por casais homoafetivos.

2.3 O sujeito como sujeito do vínculo

Pichon-Rivière (2000) foi um dos primeiros teóricos a tratar do conceito de vínculo, pautando-se pela máxima freudiana de que toda psicologia é social, por integrar dentro de si aspectos múltiplos da realidade. Acrescenta que essa realidade leva a uma internalização de aspectos que entram em interação no mundo interno e formam conseqüentemente o conjunto de fantasias do mundo interno e as fantasias inconscientes. É dessa forma que as pessoas estarão povoadas de uma série de vivências, por elementos de inter-relação, isto é, aspectos que se associam para promover diálogos que podem ser considerados a estrutura de nossos sentimentos. Esse processo, por sua vez, influencia o mundo interno e constitui nossa maneira de pensar; instalando-se, portanto, no campo de multideterminações.

Pichon-Rivière (1975)¹⁷ formula o conceito de vínculo a partir da concepção freudiana de relações de objeto¹⁸. Na formulação freudiana, o conceito de relações objetais sustenta a relação de um objeto com outro, mas não há a volta da resposta

¹⁷ Aula proferida por Pichon-Rivière para o primeiro ano da Escola Privada de Psicologia Social em 27 mai 1975.

¹⁸ Segundo o *Dicionário de Psicanálise*, para Freud, não existe nenhuma conceituação de relação, pois a questão da relação do sujeito com o objeto é pensada sob a categoria dos estádios, no sentido evolucionista e biológico do termo. Em 1924, Karl Abraham reviu essa teoria, dividindo os diferentes estádios até lhes atribuir uma posição estrutural, introduzindo a ideia de que as atividades do sujeito são moldadas pelos próprios objetos ou, mais precisamente, pela maneira como o sujeito se constrói numa relação com objetos parciais. Assim, abre-se caminho para que os pós-freudianos passem a designar as modalidades fantasmáticas da relação do sujeito com o mundo externo, tal como se apresentam nas escolhas de objeto que esse sujeito efetua (ROUDINESCO & PLON, 1998).

do objeto; portanto, não existe uma dialética de mútua interação, mas sim uma lógica formal. Ao substituir o conceito de relação de objeto pelo conceito de vínculo, Pichon-Rivière propõe a eliminação da teoria instintivista, porque entende que, nas pessoas, os vínculos não são instintos, mas produtos de experiências com objetos. “Então há vínculos bons ou maus, que podem ser considerados em termos mais ortodoxos tradicionais como objeto bom ou mau” (p. 2). Por meio desses aspectos, o autor define vínculo como uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, uma interação, processos de comunicação e aprendizagem. O acréscimo do papel da aprendizagem se dá porque em todo o vínculo há um emissor e um receptor. Assim, o intercâmbio dessa interação significa uma modificação e uma incorporação de novas aprendizagens. Tais conceitos constituem a base da concepção da Psicossociologia.

De acordo com Mandelbaum (2008), ao ser dimensionado dessa maneira, o foco do vínculo recai sobre o sujeito que ganha experiência e se dá a conhecer na presença de outro sujeito, ou de outros sujeitos, com quem estabelece vínculos que não se reduzem à repetição das formas de relação de objetos existentes em seu mundo interno. Para a autora, na ótica da psicanálise vincular, quando as pessoas se relacionam [...] “o vínculo que se estabelece, ainda que contenha elementos de repetição [...] é um acontecimento novo, criação de características inéditas e irredutíveis às subjetividades individuais, e que modifica os sujeitos implicados” (MANDELBAUM, 2008 p. 87-88).

Um exemplo de situação extrema é o da primeira relação da criança com o peito da mãe, na qual se estabelece inicialmente uma situação parasitária, que, em seguida, se torna simbiótica, no sentido de que há um intercâmbio de emoções e de afeto. À medida que essa situação de simbiose vai diminuindo, há um determinado momento em que o objeto e o sujeito têm um limite preciso, já não estão mutuamente confundidos, mas sim diferenciados (PICHON-RIVIÈRE, 2000).

Tomado em sua plena acepção, o vínculo constitui uma inter-relação, isto é, ele se revela não apenas na forma como o sujeito constitui os seus objetos, mas também na forma como estes modelam a sua atividade. Efetivamente, falar de relação com o objeto ou com os objetos implicaria que esses preexistem à relação do sujeito com eles e, simetricamente, que o sujeito já está constituído. Para tanto, o objeto deve ser tomado no sentido específico de *escolha de objeto* ou *amor de objeto*. (PICHON-RIVIÈRE, 2000).

Outro pesquisador que discute o conceito de vínculo é Isidoro Berenstein (2011). Ao analisar a questão vincular, o autor retoma algumas fases do desenvolvimento emocional para descrever a importância da *experiência* e da *conservação* na constituição do vínculo. Segundo ele, pode-se falar de uma história e uma pré-história dos estudos sobre vínculo, mas não se trata somente de um conceito pertencente a um tempo anterior, mas de algo vivo que atua como uma forma de prática e pensamento.

De acordo com Berenstein (2011), se há um campo bem mapeado na questão da análise individual, com enfoque no desejo inconsciente e no mundo representacional ou no objeto da pulsão, tal precisão não se deu com a noção de vínculo, pois o termo foi e em certa medida continua sendo amplo, carecendo de delimitação rigorosa. Um passo interessante na superação dessas dificuldades foi obtido com o tratamento psicanalítico de casais e famílias, assim como de grupos, para nomear aquilo que ligava várias pessoas fora da ordem de parentesco ou de outros sistemas de pertença.

A fase de pré-história citada por Berenstein (2011) se refere ao período em que se falava de vínculo como sinônimo de relação, tanto com o objeto interno como com os objetos externos. Nesse enfoque, passou-se a ventilar conceitos como vínculo analítico e relação analítica, de vínculo ou de relação com o analista, vínculo ou relação transferencial, vínculo ou relação familiar e, alternadamente, vínculo com o pai interno, vínculo com o objeto parcial. Esses conceitos acabaram por caracterizar vínculo como uma relação estável e mantida no tempo, porém com dimensões amplas e pouco precisas.

Essa primeira denominação associa-se à própria etimologia da palavra *vínculo*, que tem sua origem no latim *vincire*, atar, associado à ideia de ligação com nós de um feixe de ramos para mantê-los juntos. Posteriormente, *vínculo* foi usado para designar a união ou a ligação de uma pessoa ou uma coisa a outra coisa. Ligar, porém, remete à ideia de unir, juntar ou sujeitar com ligações ou nós. Supõe-se que os nós liguem de forma duradoura e estável. Assim, vínculo, em sentido correlato, também é usado em francês – *lien* (laço) ou ligação (*liaison*), para designar união ou ligação, cuja origem também remonta ao latim *ligare*, do qual deriva *ligâmen*, sugerindo também uma ligação duradoura. Em inglês corresponde a *link* e provém de *linke*, de raiz anglo-nórdica. Portanto, a noção de vínculo se baseia na ideia de uma relação estável. O mesmo acontece com o uso habitual desse conceito

aplicado a casais. Assim, toda relação matrimonial e familiar parece associada à fantasia de ser estável no tempo e espaço.

De acordo com Berenstein (2011), posteriormente à fase denominada de pré-história, o vínculo passa a ser explicado como um fenômeno que comporta uma estrutura de três termos, constituída por dois polos: os dois eus, ou um eu (visto desde si mesmo) e um outro, e um conector (ou intermediário), tal como apontado por Kaës (1997, 2005). Nesse novo paradigma, vínculo passa a abrigar o atual e o passado de modo a definir a ligação entre duas pessoas como um ponto de partida do processo de subjetivação próprio da pertença a esse vínculo, que, por sua vez, reatualiza o passado - um dentro (a memória) com o atual (os acontecidos) que está em um fora. Por meio dessa equação, identifica-se uma dupla incursão: de um dentro que contém esse fora e um fora que contém um dentro, ou um passado que contém um presente que, por sua vez, contém esse passado.

Moguillansky (2011) compartilha dos argumentos de Berenstein e defende que a noção de vínculo no campo da saúde mental, na Psicanálise e nas psicoterapias, não nasceu aleatoriamente, tendo em vista que foi necessário um longo período para incorporar a perspectiva de que para se aprender a operar na subjetividade humana, deve-se incluir o papel determinante, constituinte dos vínculos familiares. De acordo com o autor, o conceito de vínculo comporta muitas vertentes, recebendo, na Psicanálise, muitas influências. Segundo o autor, com Freud, em *Sobre o narcisismo* de 1914, inicia-se a ideia do filho como um elo da cadeia subjetiva de sonhos irrealizados dos pais, porém a dinâmica relacional e o papel do outro na teoria sobre o narcisismo não foram bem demarcados por Freud na primeira tópica – primeira teoria sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No entanto, são percebidos avanços em 1923, quando Freud propõe a segunda tópica, elaborada para reformular a primeira teoria do funcionamento psíquico. Assim, retrata o vínculo como o lugar do outro na *experiência da satisfação*, tendo por base a vivência das relações edípicas. Nessa, já se permite o entendimento de que a subjetividade é instituída por identificações adquiridas no seio de uma matriz familiar, o que outorga lugares e conflitos advindos do meio (MOGUILLANSKY, 2011).

Lacan (1981) inova no campo da Psicanálise e contribui para a ressignificação do conceito de vínculo ao problematizar as questões do sujeito no contexto familiar, na obra *A família*. Nesse trabalho o autor abre a possibilidade de

se pensar a herança psíquica em conexão com os elementos da cultura na transmissão de significados de uma geração a outra. Ao discutir a noção de *complexo*, Lacan postula a ideia de que uma criança nasce imersa em complexos, conflitos que são moldados culturalmente e que se transmitem e se estabelecem por meio da família. É dessa forma que a subjetividade se constitui de modo particular a partir do modo como a criança resolve esses complexos inscritos pela família em seu psiquismo, que por sua vez é transmissor das imposições da cultura.

Na atualidade, a noção de vínculo se revigora devido à crescente importância que as interações intersubjetivas representam na vida contemporânea. Essa particularidade da realidade intersubjetiva continua atrelada à família e sob o efeito crescente da realidade transubjetiva proveniente da cultura.

Kaës (2011), por exemplo, é um expressivo teórico que estuda os processos psíquicos vinculares emergentes nas situações grupais. O autor defende que se deve diferenciar intersubjetividade de um regime de interações comportamentais entre os indivíduos, que comunicam seus sentimentos por empatia. Tal distinção implica compreender a intersubjetividade como um espaço no qual ocorre a experiência e o espaço da realidade psíquica que se especifica por suas relações de sujeitos enquanto sujeitos do inconsciente.

A intersubjetividade deve ser entendida como aquilo que partilham os sujeitos formados e ligados entre si por suas sujeições recíprocas – estruturantes ou alienantes – aos mecanismos constitutivos do inconsciente, ou seja: os recalques e as negações em comum, as fantasias e os significados partilhados, os desejos inconscientes e as proibições fundamentais que organizam os vínculos (KAËS, 2011).

Para Kaës (2011):

[...] a intersubjetividade não é somente a parte constitutiva do sujeito que se dá na subjetividade do outro ou de mais de um outro. Ela se constrói num espaço psíquico próprio de cada configuração de vínculos. Ou seja, é o mesmo que dizer que a questão da intersubjetividade consiste no reconhecimento e na articulação de dois espaços psíquicos parcialmente heterogêneos, dotados cada um de lógicas próprias. (p. 22-23).

O reconhecimento e a análise da intersubjetividade, segundo Kaës (2011), abrem a possibilidade de acesso a sofrimentos psíquicos e a formas de

psicopatologia contemporânea que podem ser compreendidos, analisados e elaborados quando são articulados com os valores e funções que eles (vínculos) assumiram ou que continuam a assumir para um outro, para vários outros e, conseqüentemente, para o grupo, do qual o sujeito é parte constituinte e constituída.

Assim, conforme já destacamos com os apontamentos sobre a etimologia da palavra *vínculo*, este se remete ao campo intersubjetivo, pois promove a ligação ou as conexões entre dois ou mais componentes. Essa concepção agrega-se à forma direta por meio da qual o psiquismo humano se articula com a realidade psíquica externa. Os vínculos intrapsíquicos, de acordo com o pensamento freudiano, retomam, mesmo com modificações, os vínculos dos sujeitos com o pai/mãe internalizados, que se expressam no vínculo transferencial em diferentes dimensões das relações humanas, quer na modalidade dual pais e filhos, no par amoroso, no processo grupal, estendendo-se também para a interação paciente/terapeuta quando na busca por tratamento (MOGUILLANSKY, 2008).

2.4 O casal e a família na perspectiva vincular

Conforme vimos, o conceito de vínculo abrange tanto a noção de ego como a de objeto, trazendo consigo a difícil tarefa na identificação dos limites entre o mundo interno e o mundo externo como outra conceituação similar entre o intrasubjetivo e o intersubjetivo (PUGET; BERENSTEIN, 1994)

No que tange à dimensão da conjugalidade, vínculo e fusionalidade estão imbricados em uma direção simétrica, pois todo vínculo intersubjetivo estável forma-se ancorado na experiência fusional, quer pela via da fantasia com o idêntico, quer com o complementar. Nas palavras de Moguillansky (2008), do encontro com o ilusório resulta *o um* que se distancia por sua vez do ilusório. Em outras palavras, poderíamos afirmar que é o ilusório que aproxima, perde lugar para a concretude da própria relação afetiva, e pode, ou não, permitir fusão, com a preservação da própria individualidade na díade relacional e ou/conjugal.

O casal, nessa perspectiva teórica, é uma estrutura vincular entre duas pessoas, nas quais se forma uma relação intersubjetiva estável entre um ego e outro ego, em que as representações psíquicas de cada um incidirão sobre o vínculo e promoverão uma área diferenciada da estrutura objetal.

Puget e Berenstein (1994) salientam que, embora concebida normalmente como fechada, a estrutura vincular de casal comporta uma zona dotada de uma capacidade virtual de abertura para o sociocultural. Esse processo ocorre, por exemplo, no desdobramento do vínculo com os filhos, ressignificando-se como um vínculo próprio da estrutura familiar. O vínculo comporta, assim, tanto uma relação de casal como de pais. Essa característica do vínculo que se produz na família tem levado alguns pesquisadores da atualidade a estudar a interpolação entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade que aparecem na clínica com casais. Desse modo, é frequente a demanda por tratamento psicoterápico se manifestar na criança, porém, os problemas emocionais vivenciados se localizarem em uma dinâmica conjugal disfuncional mantida pelos pais (GOMES, 2007).

De acordo com Puget e Berenstein (1994), na estrutura vincular matrimonial podem circular duas representações: do espaço do macrocontexto social e do complexo de Édipo, que se expressam de acordo com os desejos inconscientes que levam à formação do par amoroso. A representação social oferece modelos de estrutura e papéis calcados nos sistemas de parentesco conhecidos pela cultura e retroalimentados pela história. Portanto, são as influências sociais e de gênero, assim como as zonas psíquicas derivadas das relações primárias e edipianas, que estruturam as relações afetivas vivenciadas pelo par conjugal.

Desse modo, as designações que compõem um vínculo de conjugalidade tornam-se correspondentes a duas ordens de objetos: uma referente aos lugares, e, a outra, aos sujeitos que ocupam tais espaços. Nessa direção torna-se indispensável a denominação do lugar do esposo e da esposa ou, numa linguagem mais contemporânea, do companheiro/companheira, companheiro (a)/companheiro (a), em um vínculo conjugal que agrega todos os maridos e todas as esposas, ou, como citado acima, todos os companheiros (as) e companheiros (as) e as demais variações que daí decorram.

Puget e Berenstein (1994) salientam que um vínculo é constituído a partir de acordos inconscientes. O acordo ou pacto inconsciente é o resultado de um dos espaços mentais dos sujeitos e resulta do desdobramento da tendência a unificar seus funcionamentos mentais e vinculares. Salientam os autores que tal formação pode promover uma nova organização ou unidade mental e vincular, distinta da mera soma dos conteúdos psíquicos dos parceiros. Essa característica é requerida

para ser eficaz e para sustentar um crescimento vincular, pois, de outro modo, levará à repetição dos modelos primitivos.

Os vínculos de sangue e de aliança são dois modelos de vínculo que se desdobram na convivência conjugal e familiar. O vínculo de sangue compreende as relações nas quais a transmissão se opera por meio da realidade biológica. Ele liga a mãe, o pai e os filhos, ou os irmãos entre si. “O vínculo de aliança se baseia em compromissos recíprocos entre as pessoas, sendo seu paradigma a relação matrimonial” (PUGET; BERENSTEIN, 1994, p. 27).

Assim, a cultura parece ter entrecruzado os vínculos de sangue e de aliança, sendo este um campo de tensão que dá a tônica sempre presente entre a endogamia (relações no interior de um grupo entre seus iguais) e a exogamia (relações mantidas entre membros de grupos diferentes que ostentam culturas diferenciadas), que tocam sensivelmente as relações grupais e familiares. A família na qual existe um vínculo de aliança poderá se constituir com autonomia frente às influências daqueles de quem se originou. A noção de legalidade transubjetiva que se constitui invariavelmente sobre as reedições de protótipos infantis deve ser superada, flexibilizada às certezas identificatórias dadas pela pertença à família de origem. Assim, a nova ordem intersubjetiva que se instala com o par conjugal implica nuances criativas que levem a um novo *ato psíquico*, aqui entendido como subjetividade própria do casal (PUGET; BERENSTEIN, 1994).

Desse modo, a noção de vínculo conjugal pressupõe a organização de uma relação entre duas pessoas em um campo de vivências e sentimentos, no qual cada membro da díade impõe ao outro sua alteridade. Tal alteridade é mantida por meio das características subjetivas de cada um, que se expressam na trama das relações de poder ocorridas no interior da estrutura familiar atual.

Consequentemente, os pares conjugais comportam entre si uma relação de autonomia e determinações recíprocas, de cunho consciente ou inconsciente (ARAÚJO, 2008).

O conceito de vínculo pode ser utilizado como ferramenta de análise frente ao rompimento de uma relação conjugal. Quando se interrompe uma união conjugal, os egos que saem da estrutura conjugal recuperam um lugar virtual no macrocontexto social em sua representação mental, até que pelo menos um dos dois volte a constituir uma nova matriz conjugal. A passagem para o lugar virtual leva um tempo

considerável que pode ser influenciado pela persistência do grupo social em continuar vendo-os como casal (PUGET; BERENSTEIN, 1994).

Segundo esses autores, o problema desencadeado pelo rompimento do vínculo conjugal limita a possibilidade para ambos os egos de continuar tendo uma relação emocional compatível com a manutenção desse vínculo conjugal. Quando os casais separados contam com filhos, é preciso pensar na evolução mental da criança, que recebe a inscrição do modelo do casal parental.

Encontramos uma interessante análise em Puget e Berenstein (1994) para pensarmos as convergências entre o social e o psíquico que incidem sobre o casal e a família, tarefa que empreendemos neste capítulo. Segundo os autores, a necessidade dos sujeitos de se constituírem como casal é a de ser incorporados em um determinado grupo social, fazendo com que predomine a prescrição social sobre o desejo libidinal. Quando ambos se conjugam (social e libidinal), é possível supor a constituição de um casal, pois estarão incluídos no contexto do micro e do macrogrupo social no qual interagem. Mas, se as dimensões do social e do libidinal não se articularem devidamente, poderão formar uma estrutura esvaziada de conteúdos emocionais, mesmo que contraditoriamente obtenham o estatuto social e o reconhecimento do entorno social. Portanto, “as duas inscrições, social e libidinal, estarão em todos os sujeitos e em todos os casais, em diferentes formas de fusão e desfusão” (PUGET; BERENSTEIN, 1994, p. 32). Esses aspectos podem auxiliar na construção de uma importante ferramenta que se destine à compreensão da conjugalidade homoafetiva, sem que se corram maiores riscos de apenas estereotipar sua estrutura e funcionamento, dado o caráter dinâmico e circular do modelo interpretativo proposto pela psicanálise vincular de casal tal como proposto por Puget e Berenstein (1994), Moguillansky (2008), entre outros autores.

2.5 O vínculo e a questão da transmissão psíquica

Além das questões da conjugalidade, o conceito de vínculo é utilizado para compreender os aspectos da determinação psíquica na constituição do indivíduo.

Para Moguillansky (2011), circulam entre as gerações desejos, ideais, significados, proibições e prescrições que se transmitem e se repetem nos caminhos que vêm dos antepassados mais distantes. Eles se tornam determinantes no modo

como se constitui a individualidade dentro da trama familiar que os precede e, por sua vez, sustenta as tramas de uma geração familiar.

Para melhor compreender o vínculo nas relações humanas, pode-se resgatar a função do grupo na constituição e na transmissão psíquica. Com esse propósito Kaës (2001) retoma as ideias de Freud, nas quais o idealizador da Psicanálise desenvolve constructos teóricos sobre a genealogia da psique; nela atuam instâncias próprias, ramificações intersíquicas que se apoiam em uma dupla borda: uma oriunda da experiência corporal e a outra da experiência intersubjetiva.

O sujeito de grupo tal como formulado por Kaës (1997) se constitui como sujeito do inconsciente e sofre determinações convergentes: uma atrelada ao funcionamento do espaço intrapsíquico, e outra subordinada ao trabalho imposto à psique por sua ligação com o intersubjetivo, por sua dependência das distintas formas de agrupamento a que está conectado. Algumas formações do inconsciente provêm da corrente das gerações precedentes e outras são dos contemporâneos, mas é por meio dessa corrente que circula também a transmissão da função repressora, quando se diz que junto com o anseio edipiano o que se transmite é a proibição. Assim, a função de recalçamento ao mesmo tempo em que nega e expulsa um aspecto indesejável da vida psíquica, organiza e promove um acordo – um pacto denegativo, dotando-o de um caráter defensivo. Ou seja, o pacto denegativo carrega essa dupla polaridade: uma organizadora do vínculo e do conjunto transubjetivo (associado às influências socioculturais); e outra defensiva. Assim, cada grupo, cada conjunto, organiza-se positivamente sobre investimentos mútuos, sobre identificações comuns, sobre um conjunto de ideais e de crenças, sobre um contrato narcísico, sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos. Mas cada grupo se organiza também negativamente sobre um conjunto de renúncias e de sacrifícios, sobre extinções, rejeições e recalçamentos (KAES, 1997).

O sujeito do grupo, então, se constitui como sujeito do inconsciente segundo duas determinações convergentes: a primeira depende do funcionamento próprio do inconsciente no espaço intrapsíquico; a segunda está relacionada à exigência de trabalho psíquico imposta à psique devido à sua ligação com o intersubjetivo, devido à sua subordinação às influências transubjetivas, afetadas pelos conjuntos dos quais precede – grupos e instituições (KAES, 2001).

A subordinação ao grupo funda-se, portanto, na realidade intersubjetiva como condição de existência do sujeito humano (KAES, 2001). A condição de

pertencimento está associada ao trabalho de ligação promovido pelo grupo. É por meio do grupo que nos sentimos atados a outras psiques, o que dá forma a uma complexa rede psíquica. É assim que o aparelho psíquico grupal realiza uma função de ligação e, mais precisamente, de aparelhagem entre os aparelhos psíquicos individuais, principalmente entre as formações da grupalidade psíquica. Essa ligação se torna pano de fundo e, em alguns casos, o recurso das ligações intrapsíquicas. Esse processo pode ser compreendido se levarmos em conta, “[...] que no espaço grupal as representações e as significações tornam-se disponíveis para os sujeitos que se encontram nos processos associativos e nas cadeias significantes que se organizam em nível do grupo” (KAËS, 1997, p. 221).

A ênfase dada à dimensão sujeito-grupo também requer a compreensão da negatividade como função psíquica, sendo ela o instrumento da transmissão psíquica. Três dimensões da negatividade foram assim denominadas por Kaës (2005, p. 98 -106):

- *negatividade de obrigação* – aquilo que acentua a necessidade, para o aparelho psíquico, de efetuar as operações de rejeição, de negação, de recusa, de desmentido/retratação, de renúncia e de apagamento, a fim de *preservar* um interesse maior da organização psíquica, do próprio sujeito ou dos sujeitos aos quais ele está ligado em um conjunto, por um interesse maior.

- *negatividade relativa* – constitui-se sobre a base daquilo que permaneceu em sofrimento na constituição de continentes e conteúdos psíquicos. Ela sustenta um campo do *possível*. Na negatividade *relativa*, a positividade se manifesta como perspectiva organizadora de um projeto ou de uma origem: alguma coisa foi e não é mais; ou não foi e poderia ser; ou ainda, aquilo que tendo sido não o foi suficientemente, por excesso ou por falta, mas poderia ser de *outro modo*. A negatividade relativa sustenta o espaço potencial da realidade psíquica.

- *negatividade radical* – é aquilo que, dentro do espaço psíquico, tem o estatuto daquilo que “não está”. Ela se deixa representar pelas figuras do branco, do desconhecido, do vazio, da ausência ou do não ser.

Kaës (2001) alerta que a negatividade já havia sido constatada por Freud desde 1914, quando este formulou que o narcisismo da criança se assenta sobre a falta de realização, dos sonhos e do desejo dos pais. As investigações contemporâneas, porém, permitem afirmar que há a coexistência de uma negatividade mais radical, tendo em vista que não é somente a partir do que falha ou

falta que a transmissão se organiza, mas a partir do que não adveio, do ausente, da falta de inscrição e de representação, do que está em suspenso. Essa constatação pode ser amparada nas investigações sobre as filiações e os sintomas produzidos nas famílias e nos grupos, a partir dos trabalhos sobre as fraturas do simbólico na histeria, que mostram como se organiza, a partir de diversas modalidades do negativo, a transmissão direta do afeto, do objeto bizarro ou do significante bruto sem espaço de retomada e de transformação, sem algum tipo de apoio.

O processo de transmissão psíquica é dinâmico e suscita um trabalho de elaboração e reelaboração contínuos do material transmitido; por isso deve-se evitar que os aspectos da constituição psíquica sejam compreendidos apenas como um ato mecânico, no qual são transmitidos os conteúdos psíquicos de uma geração a outra. Conforme destacado por Silva (2003, p.31), “tudo aquilo que é transmitido de uma geração para outra é acompanhado de algumas modificações ou transformações”. Assim, uma herança intergeracional é constituída de vivências psíquicas elaboradas: fantasias, imagos, identificações que organizam uma história familiar, uma narração mítica da qual cada indivíduo pode extrair os elementos necessários à constituição de sua história familiar e individual. Ancorado nessa história, o sujeito se remete à história familiar que o precede e da qual vai extrair a substância de suas fundações narcísicas e tomar um lugar de sujeito (SILVA, 2003).

Faimberg (2001), membro da Sociedade Psicanalítica de Paris, apresenta o conceito de *telescopagem*¹⁹ para se referir também ao processo da transmissão psíquica entre as gerações. A autora centra suas observações na relação existente entre o narcisismo parental e o fenômeno da identificação. Ao analisar seus pacientes, a autora percebeu que eles carregavam em seus psiquismos os próprios pais internos, que, por sua vez, consideravam os filhos como parte interna deles mesmos. Isso não significava, porém, que os pais não se diferenciasssem dos filhos em todos os casos. Os pais tinham na verdade, a tendência de se apropriar do que lhes causava prazer e de expulsar o que lhes provocava desprazer. Desse modo, amando de maneira narcísica, os pais tenderiam a despojar o filho do que lhes proporcionava prazer; e, complementarmente, quando o filho procurava a diferenciação, o ódio lhe era projetado. Porém, o que os pais odiavam nos filhos era

¹⁹ Faimberg (2001, p. 130-131) define o conceito de *telescopagem* como “o aparecimento, no transcurso de um tratamento psicanalítico e no enquadre rigoroso da sessão, de um tipo especial de identificação inconsciente alienante que condensa três gerações e que se revela na transferência”.

rejeitado neles mesmos. Esse efeito pode levar a uma situação em que a diferenciação tende a desaparecer e se anular no filho. Desse modo, a identidade é determinada pelo que é rejeitado na história dos pais, e o filho permanece ligado a essa história. Torna-se, assim, uma identidade colocada sob o sinal da negação, assumindo o nome de uma identidade negativa. Retornaremos a esses conceitos no momento das análises do caso.

Micheline Enriquez (2001), trabalhando com famílias no contexto da clínica, estuda a incidência do delírio parental como herança no contexto familiar. Apoiada em sua experiência de atendimento às famílias em conflito, a autora traz considerações sobre experiências conflituosas e mesmo traumatizantes na criança por influência dos pais.

De acordo com Enriquez, em determinados casos, o discurso parental, além de revelar-se insano acerca de variações temáticas singulares, que enunciavam para a criança proposições sobre o nascimento, a morte e a diferença sexual (perturbações que eram dos próprios pais), também induzia na criança fantasias de origem (dos pais) que se revelavam arbitrárias e catastróficas. Embora os destinos fossem catastróficos, eles não se revelavam antecipadamente. A despeito de tais implicações, Enriquez (2001) alerta que algumas vezes acontece de o encontro com a psicose parental e a elaboração de temas delirantes, e do ódio que a eles está associado, darem lugar a uma sublimação fecunda da pulsão de investigação, eventualidade esta em que a interrogação sobre o sentido e o não sentido encontra na ocorrência traumática um estímulo especial. Segundo Enriquez, os efeitos destrutivos do encontro com o não sentido criam vazios na vida psíquica que podem chegar a afetar o corpo infantil.

Um dos temas que Enriquez acolhe em seus estudos é o da pulsão de investigação, quando a criança sofre os entraves do desejo de um saber sobre a origem, ou quando ela sofre os efeitos de uma teoria delirante primária que impõe uma cena primitiva, ou a metáfora de uma cena primitiva. Conclui, então, que sem a construção de um saber sobre as origens não há a emergência de um desejo de engendramento que possa se inscrever na temporalidade genealógica do grupo a que pertence. Sob este efeito, podem-se encontrar duas situações, assim mencionadas pela autora:

1) O delírio de filiação – que se refere ao encontro de uma filiação idealizada, o que vai entravar sua elaboração de um romance familiar, romanesco, rocambolésco, que visa construir uma fantasia da origem dos bebês independentemente do encontro sexual de um homem e de uma mulher. Ainda podem existir a idealização e a recusa, que levam à crença, à intolerância, a uma interpretação truncada da realidade a fim de manter o ideal da ilusão. Criatividade e curiosidade podem vir a ser objeto de um recalçamento maciço e transformar-se em seu contrário, impedindo a criança de dar continuidade à sua investigação para saber de onde vêm os bebês e, de onde vêm os pais.

2) O delírio de perseguição – trata-se de um quadro em que há um encontro precoce com o delírio de perseguição, em que predominam temas de destruição de uma geração por outra ou de um sexo por outro. Assim, não há romance familiar que possa se constituir e propor balizas de identificações possíveis [...] A confrontação da criança com teorias causais unívocas sobre o poder do assassino de uma geração sobre outra e de um sexo sobre o outro só pode ter um efeito degenerativo, pois no fim do caminho sempre se encontram a perseguição, a morte, o assassinato, seja porque se é menino, seja porque é menina, seja porque se é filho ou filha de um pai ameaçado. As coisas nem sempre são claras, mas a fantasia de assassinato e de destrutividade está sempre latente, pronta para se exprimir (ENRIQUEZ, 2001, p. 157-158).

Outras discussões sobre a constituição do vínculo podem ser encontradas em Benghozi (2003, 2005, 2010). Em seus trabalhos, o autor define o vínculo de filiação como aquele vínculo diacrônico que remete aos ascendentes, pais, avós, ou seja, aos ancestrais de uma linhagem familiar e aos seus descendentes, filhos e netos. Este vínculo, que é psíquico, se ancora na dimensão biológica, pois se insere numa “malhagem genealógica”²⁰. O modelo do aparelho psíquico grupal e familiar fica, assim, associado a um continente genealógico grupal familiar. Desse modo, os continentes genealógicos podem ser representados como constituídos de malhas, com uma trama e uma malhagem que lhes são específicas.

O emaranhado dos vínculos psíquicos de filiação e de afiliação forma as malhas, cuja tessitura constitui a malhagem. Assim, o continente e seu conteúdo é que dão contorno a essas malhas e permitem a sustentação do psíquico familiar e grupal. Portanto, a malha é o ancoradouro das relações familiares, é sua dinâmica e o que permite a construção, desconstrução, malhagem e remalhagem dos vínculos

²⁰ Benghozi (2010) define metaforicamente a malhagem como uma disposição biológica e psíquica que ancora os vínculos. Ela é construída por um conjunto que liga vínculos de filiação e de afiliação. A malhagem é o trabalho psíquico de construção-desconstrução e de organização dos vínculos. Ela dá o suporte para a conexão do sujeito com a realidade.

afetivos. São as malhas, por exemplo, que possibilitam a manifestação dos vínculos psíquicos já inscritos em uma história familiar ou em uma comunidade; elas podem revelar conteúdos fantasmáticos característicos de uma família e imersos em uma dada cultura.

O vínculo de filiação, sob esta perspectiva, é um elemento psíquico que se ancora no biológico (associado às origens genealógicas da família) e nos dá a noção de que não é apenas sexuado, mas se une a uma bissexuação fundadora, estando calcado no masculino e no feminino. Ele não está solto, apoia-se em uma relação de filiação, em uma referência de origem materna e paterna.

Esse vínculo de filiação tem, portanto, dois níveis: 1) um vertical e diacrônico, relativo aos pais, avós, demais ascendentes e, até mesmo, os filhos, netos ou aqueles que ainda não nasceram; 2) um nível horizontal e sincrônico, referente à afiliação, representado, por exemplo, pelo vínculo de aliança conjugal, assim como por qualquer vínculo que determine o fato de pertencer a uma instituição ou a uma comunidade.

Assim, se o vínculo de filiação é uma construção psíquica que se constrói na base biológica da filiação, os vínculos de afiliação correspondem, no plano horizontal e sincrônico, aos vínculos grupais de pertencimento. Portanto, o vínculo de afiliação diz respeito ao vínculo de aliança conjugal, assim como qualquer vínculo que determine o pertencimento a um grupo, uma instituição, uma comunidade. O vínculo social é psíquico-afiliativo, sustentado na realidade sociológica da inscrição no espaço social do grupo (BENGHOZI, 2005).

Com base na diferenciação entre vínculos de filiação e afiliação, Benghozi (2010) propõe uma outra distinção entre vínculo e relação. Para o autor, o vínculo pode ser claro, enquanto a relação se mostra conflituosa. Nesse caso, pode não haver ambiguidade alguma entre pai e filho do ponto de vista do vínculo, pois ambos se reconhecem como pai e filho. No entanto, pode existir um conflito grave do ponto de vista da relação. De outro modo, alguns conflitos relacionais podem, paradoxalmente, visar à reconstituição do vínculo de filiação não reconhecido na história familiar. Assim, a transmissão está para o vínculo, como a comunicação está para a relação, tal como salienta Benghozi (2010).

É possível observar simultaneamente um parentesco claro e relações conflituosas em uma dada família. De modo antagônico, deparamo-nos com relações afetivas muito próximas entre os membros de uma família, mas indicadoras

de um conteúdo fantasmático não assimilado pelo grupo e que pode encobrir mitos e segredos (BENGHOZI, 2003).

Crises e conflitos intensos decorrentes do vínculo ou da relação podem funcionar como ataques poderosos à integridade da malha, ou seja, podem danificá-la ou até mesmo rompê-la. As rupturas ou danos enfraquecem ou anulam a capacidade de proteção e de sustentação dos continentes genealógicos. A produção de um sintoma, físico ou psíquico, no contexto grupal e familiar pode representar um pedido de ajuda, um movimento para que a recomposição da malha devolva aos continentes genealógicos suas características de amparo e de suporte.

Os ataques que fraturam os vínculos representam, em nível psíquico, um aniquilamento, um impeditivo à produção fantasmática. No entanto, o material não metabolizado não deixa de ser transmitido. Tal material é incorporado e lançado no aparelho psíquico grupal da família, inacessível ao recalque e à produção da fantasia (BENGHOZI, 2005).

Portanto, na perspectiva do vínculo associado à questão da transmissão, o que se pode observar é que em muitas situações familiares ocorrem mecanismos de repetição de sintomas de geração em geração, o que traduz a transmissão de um enredo genealógico inter e transgeracional envolvendo os integrantes de um grupo. Nesse caso, cada membro é um agente e desempenha um papel que lhe foi delegado por difração das lealdades genealógicas. Benghozi (2010) emprega a expressão – *difração das lealdades genealógicas* em comparação ao conceito de *fantasma* que representa as estruturas inconscientes do aparelho psíquico familiar. No entanto, a analogia do fantasma implica diferenciação; mas, no fantasma, o cenário do qual participa o sujeito é uma produção individual inconsciente em relação a um desejo proibido, recalcado. Assim, o roteiro genealógico é, de certa maneira, um não fantasma, pois não o remete apenas a um material psíquico recalcado, mas a uma incapacidade de metabolização psíquica transmitida entre as gerações.

Nesse sentido, sustenta Benghozi (2010), devemos superar uma leitura que restrinja os eventos da subjetividade a uma perspectiva individual e intrapsíquica, mas ampliá-la a um modelo diádico, que ajude a romper a ideia bastante comum de uma repetição *carrasco-vítima* nas histórias familiares. Deve-se ampliar a reflexão para captar os acordos inconscientes que ligam os membros de uma família e as comunidades num cenário que se repete de geração em geração. Tal cenário é a

expressão sintomática de uma tentativa de remalhagem dos continentes genealógicos grupais e familiares e comunitários.

Tal visão é compartilhada de modo similar por Kaës (2010), quando afirma que qualquer afiliação a um grupo baseia-se em um conflito com a filiação, com a trama da filiação, pois, ao aderir a um grupo, a pessoa passa a questionar a herança recebida, podendo suspendê-la ou negá-la.

Com a inclusão desses elementos teóricos, chega-se a uma nova conceitualização, pois se supera a restrição intrapsíquica e se associa a ela a dimensão intersubjetiva grupal (BENGHOZI, 2010). Essas particularidades sobre a constituição do vínculo e suas conexões com as dimensões filiativas e afiliativas permitem compreender que a intervenção psicológica que reúne, numa sessão, família e terapeutas apresenta-se como uma possibilidade de elaboração dos sintomas. Essa intervenção à luz desses pressupostos suscita no contexto terapêutico a necessidade de promover uma construção afiliativa na qual se reconstrói conjuntamente uma dinâmica implicada no movimento transferencial e contratransferencial. Assim, o objetivo não é, na perspectiva psicanalítica grupal e familiar, a erradicação do sintoma, mas a procura de uma criatividade alternativa à da produção do sintoma para restaurar a credibilidade da capacidade familiar (BENGHOZI, 2010). É com base na perspectiva do vínculo que Benghozi (2005) afirma que o continente deve ser compreendido no plano individual, grupal-familiar e também genealógico. A resiliência de uma comunidade, nesse caso, coloca em jogo o continente grupal e comunitário, mobilizando o processo de crescimento individual no ciclo de vida da família e na genealogia que a acompanha.

A família assim compreendida mostra-se como um conjunto grupal particular, construído em volta do vínculo de filiação e do vínculo de afiliação e estruturado de acordo com as regras do grupo social de pertencimento.

2.6 A adoção e a constituição dos vínculos: a importância da remalhagem de vínculos e a influência da transmissão psíquica

A construção de vínculos afetivos, conforme observamos nos constructos teóricos sobre a transmissão psíquica, se relaciona às genealogias concernentes aos membros de um dado grupo familiar. Nesse sentido, os conteúdos psíquicos associados a essas origens podem funcionar como um dispositivo que organiza ou

dificulta a remalhagem de vínculos no contexto de adoção (BENGHOZI, 2010). Assim, a adoção implica um trabalho de elaboração das perdas desencadeadas pelas rupturas de vínculos da criança com sua família biológica e mútuos investimentos afetivos entre a criança e os pais adotivos.

O conceito de transmissão psíquica formulado por Kaës também se apresenta como um instrumento de análise para o entendimento da formação vincular na esfera da adoção.

Kaës (2010) descreve que a filiação está intimamente associada a pelo menos três gerações sucessivas, que têm como referência comum um mito de origem. Nessa condição, há a possibilidade de cada um se situar em um grupo de sujeitos e se reconhecer como membro desse grupo, tendo sido procriado e sendo capaz de procriar. Assim, o sujeito da filiação surge no lugar específico ocupado por ele, entre seus contemporâneos, antigos e novos, estando o conjunto subordinado ao mito fundador da linhagem, que tem um ancestral comum – figura imaginária e porta-voz do grupo. Nessa posição, o sujeito é afetado pelos lugares geracionais, tendo acesso à origem e à morte, à nomeação e à transmissão, à função simbólica e ao pensamento, já que a corrente da filiação é transmitida de geração em geração. É uma corrente significativa que assume dupla leitura: para o sujeito singular e para o grupo social e intersubjetivo do qual ele é particularmente um membro.

Os pontos nodais da transmissão psíquica, segundo Kaës, estão no cerne das inquietações do sujeito freudiano. Esse paradigma inaugura “um discurso e uma prática de ruptura radical, nesse lugar psíquico em que o sujeito é levado a se pensar como sujeito tanto de uma herança como do desvio que ele introduz naquilo que recebe dos pais” (KAËS, 2001, p. 11).

A questão da transmissão no campo da subjetividade requer, como vimos, a análise das influências psíquicas que atuaram na formação do par conjugal ou no exercício da parentalidade. As determinações psíquicas permitem observar como os vínculos operam na transmissão psíquica, promovendo a adesão ou a ruptura do que foi herdado. No caso da adoção, esses processos concernentes ao material psíquico herdado estão relacionados às particularidades da família biológica e ao que é transmitido pela família adotiva, ou seja, ambos os enredos das duas histórias familiares irão atuar na vida da criança.

Segundo Benghozi (2010), a inscrição da criança na família adotiva se dá por meio de um acontecimento genealógico que suscita investimento psíquico. Essa

restauração- remalhagem deve ser recíproca e abarcar dois continentes genealógicos, ou seja, as duas famílias dos pais adotivos e as famílias de origem dos pais biológicos.

É desse modo que a rede psíquica dos continentes genealógicos se tece entre o continente genealógico da família adotante e o da família da criança adotada, tendo em vista que a criança deve gerenciar dois níveis genealógicos de pertencimento: sua inscrição afiliativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais adotivos e sua inscrição filiativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais biológicos (BENGHOZI, 2010). Esse entrecruzamento de genealogias familiares pode levar a conflitos se o lar adotivo promove a exclusão ou o apagamento da outra família (a biológica); de outro modo, a integração e o respeito dessas origens podem ser tomados como uma fonte de enriquecimento excepcional e agir na construção de uma *identidade mestiçada* pela complexidade dessa rede de vínculos filiativo e afiliativo, que compõem tais histórias familiares.

Benghozi (2007), apoiando-se em conceitos da psicanalista Françoise Dolto, afirma que não são dois pais, mas duas famílias que fazem uma criança. E se são as famílias que fazem as crianças, atualmente, essa lógica pode ser ressignificada de modo cada vez mais claro, com a assertiva de que são as crianças que *fazem* a família.

A adoção tem se popularizado, então, como uma nova modalidade afiliativa de *fazer família*. Alguns pedidos de adoção parecem menos centrados em um projeto de filho ou em um desejo de ter um filho, do que em um *desejo de família* (BENGHOZI, 2007).

Portanto, a ruptura entre vínculo de filiação e vínculo de afiliação em uma adoção deve ser considerada no processo de desenvolvimento de uma criança. Os conflitos decorrentes de tal ruptura, segundo Benghozi (2010) não serão elaborados caso se instale um paradoxo no vínculo construído e não se alcance aquilo que o autor denominou um *vínculo mestiçado*. Não se edificando tal sentimento, instala-se na criança um paradoxo representado pelo seguinte pensamento: “[...] *sou o filho de meus pais de origem! [...] sou o filho de meus pais adotivos*” (p.163). Isso faz com que a criança fique presa a um duplo vínculo impossível de desfazer, que a remete a um conflito de lealdade entre os pais adotivos e sua genealogia biológica. Esse

conceito será recuperado no capítulo 4, quando efetivarmos as análises das entrevistas.

Formulado de outro modo, a criança adotiva pode superar tal impasse se encontrar a possibilidade de ser inscrita num vínculo duplo, que pode ser assim representado: *sou uma criança adotada, logo tenho, de um lado, uma filiação: o vínculo com minha família de origem [...] e, por outro lado, tenho uma afiliação: o vínculo com minha família de adoção*. Portanto, não se trata mais de um duplo vínculo, mas de um vínculo duplo, que suscita a apreensão de sua constituição subjetiva, calcada ao mesmo tempo no vínculo de filiação e no vínculo de afiliação (BENGHOZI, 2010).

Com tais aquisições, a adoção abarca um jogo duplo de reconhecimento, qual seja: compreendê-la como um vínculo duplo afiliativo e filiativo.

A distinção entre os conceitos de filiação e afiliação, vínculo e relação, conforme vimos, estimula a reflexão acerca de outros dois aspectos que se ligam ao nosso tema de estudo: as diferenças entre parentesco e parentalidade. De acordo com o autor, a noção de parentesco se refere ao vínculo de filiação (calcado nas origens biológicas da criança), enquanto a parentalidade provém da relação, ou seja, daqueles que efetivamente oferecem os cuidados básicos e emocionais à criança. O parentesco engendra-se na ordem simbólica e genealógica da filiação, em um nível inter, mas também transgeracional. De outro modo, a parentalidade compreende aspectos específicos e a noção de *ser pai*. Essa distinção permite a afirmação de que *homoparentalidade não é homopaternidade*. Atrelada a essa noção de parentalidade, Benghozi (2010) formula a noção de *filialidade*, neologismo criado pelo autor para descrever o processo de tornar-se filho a partir de seu autorreconhecimento nessa condição. Por outro lado, parentalidade significa tornar-se pai com o reconhecimento de ser pai para o filho. Essas são as duas formas de nascimento dos vínculos psíquicos: o reconhecimento de si e do outro, sem que se despreze a importância dos grupos familiar e social que atuarão na constituição dos vínculos.

A função psíquica da criança na família é outro aspecto de destaque na adoção. Essa função psíquica está atrelada ao desejo de fazer família idealizado pelos pais e imprime especificidades à natureza do vínculo em construção em um dado meio familiar. O eixo simbólico do projeto parental de *fazer família* é grupal e afiliativo, pois recebe importantes matizes culturais. No entanto, a particularidade do

vínculo parental se associa com a criança num vínculo familiar. Portanto, a criança tem uma função econômica na vida psíquica dos pais, para a economia psíquica do par parental e para as famílias de origem de cada parceiro.

Independentemente da orientação sexual dos pais e da parceria que se forma na conjugalidade, a dimensão do vínculo será influenciada pela forma como se conduzirão os níveis de pertencimento da criança, quer ligado às origens biológicas, quer ligado à herança psíquica transmitidas pelos pais adotivos (HOUZEL, 2004; KAËS, 2010; BENGHOZI, 2010).

Outras questões emocionais atinentes ao processo de adoção são também analisadas por Benghozi (2010). Ele alerta para os possíveis pactos de recusa existentes entre os adotantes e a justiça. É o que acontece quando o trabalho psíquico com a criança adotiva se mostra superficial e pautado por imediatismos, visando apenas ao reconhecimento legal e desconsiderando a dimensão do vínculo e da malha que compõem os continentes genealógicos das histórias de um dado grupo familiar. Consideramos que os apontamentos do autor podem remeter, por analogia, à identificação dos fenômenos psicológicos que também permeiam a adoção efetivada por pessoas do mesmo sexo, aspecto esse que será retomado no capítulo 4, quando da apresentação e da análise do relacionamento dos adotantes com a justiça.

Levy (2011), em apresentação oral²¹, ressalta que no passado as pesquisas sobre homoparentalidade buscavam retratar algum tipo de risco para a criança, caso ela fosse criada por pais do mesmo sexo. Atualmente, porém, as pesquisas científicas, principalmente na área de Psicologia, procuram enfatizar o processo de tornar-se pai e mãe, independentemente da pessoa ou da orientação sexual dos sujeitos que assumem os chamados papéis parentais.

Em relação ao processo de tornar-se pai e mãe, Houzel (2004) afirma que é importante diferenciar o que se convencionou chamar *prática de parentalidade* e *experiência de parentalidade*.

²¹ A professora Lidia Levy, da PUC do Rio de Janeiro, analisou um estudo de caso por nós apresentado intitulado: *Novas formas de vincularidade: Novas Famílias*. Esta atividade fez parte da programação do I Encontro Brasileiro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família. O evento ocorreu em 1º de setembro de 2011 no Instituto de Psicologia da USP, organizado pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social e Laboratório de Casal e Família, ambos do Instituto de Psicologia da USP/SP.

A prática de parentalidade refere-se à experiência concreta de se tornar pai e mãe e corresponde às tarefas cotidianas executadas junto ao filho. Essa função de cuidado ficou, por muito tempo, associada ao gênero dos pais, cabendo à mulher o papel dos cuidados básicos e ao homem a função de provedor e referência de autoridade na vida da criança. Com o passar do tempo, ocorreram mudanças significativas nesse campo, principalmente com o advento de novos modelos de família que tornaram mais flexíveis a dimensão do gênero masculino e feminino nos arranjos conjugais e familiares. De acordo com Levy (2011), nos arranjos formados por pessoas do mesmo sexo, ambos os (as) parceiros (as) exercem as funções de ser materno acolhedor, cuidador e ao mesmo tempo mais rígido e castrador quando é necessário. A execução de uma função ou outra dependerá muito da situação profissional, pois normalmente o membro da parceria que está menos implicado com as demandas do trabalho é que assumirá os cuidados do lar e dos filhos, assim como ocorre nas relações heterossexuais.

A experiência de parentalidade, por sua vez, corresponde às experiências subjetivas de tornar-se pai e mãe; portanto, está vinculada ao desejo de filho e tem sua base nas interações fantasmáticas entre os pais e a criança.

Houzel (2004) salienta, porém, que tanto as experiências como as práticas e vivências de parentalidade não estão totalmente desvinculadas, pois a prática vem no bojo da experiência de parentalidade, ou seja, é por conta da fantasmática do desejo de filho que se concretiza a prática dos cuidados com os filhos.

De acordo com a professora Lidia Levy (2011), não existindo *a priori diferenças* significativas nas experiências de parentalidade e nas práticas de parentalidade entre sujeitos heterossexuais e homossexuais, as questões que devem ser consideradas quando alguém quer ter um filho — seja ele biológico ou adotivo — referem-se à fantasia de filho e à fantasia de parentalidade que a pessoa imagina atingir ao se tornar pai ou mãe. Deve-se, portanto, observar se a criança será colocada na posição de filho ou na posição de objeto.

Para tanto, o processo de se tornar pai ou mãe implica a necessidade de um trabalho psíquico de definição e redefinição de lugares, que requer uma referência aos próprios pais (KAËS, 2010; BENGHOZI, 2010; LEVY, 2011). Trata-se do mesmo modo de se inscrever na continuidade das gerações precedentes, retomando o processo de diferenciação entre eles e os pais e renunciando ao lugar de filho para cedê-lo à criança que nasce. Isso implica um processo de se tornar pai, que exige a

elaboração do luto pela perda do lugar do filho em função de ser pai – e, nessa trajetória, conseguir transmitir ao filho algo de sua vida e de sua história. Trata-se, enfim, de um trabalho de luto e de troca simbólica de lugares, engendrados nesse complexo caminho rumo à parentalidade e à filiação (LEVY, 2011).

Após as discussões sobre os aspectos sociais e psíquicos que influenciam a família, bem como o papel do vínculo e da transmissão psíquica na constituição da subjetividade inerentes às relações familiares, passamos a discutir no próximo capítulo as questões relacionadas aos âmbitos social, psíquico e legal, suscitadas pela reivindicação do direito à existência e legitimidade almejadas pelas famílias homoafetivas e outros arranjos familiares que se distanciam dos padrões convencionais de heterossexualidade.

3 CAPÍTULO 2 A VISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

3.1 Questões contemporâneas

Conforme destacamos, a família contemporânea passa por significativas alterações em sua estrutura e funcionamento. Essas modificações podem ser visualizadas em diferentes composições: família monoparental, inter-racial ou miscigenada, recomposta; casais sem filhos; pessoas morando sozinhas; sistema de coparentalidade²². Um exemplo típico de coparentalidade pode ser encontrado nos relatos de Souza (2004)²³. Além dessas características referentes às formações familiares, observam-se outros desdobramentos no chamado ciclo de vida familiar. São fenômenos como o adiamento da saída dos filhos de casa, mesmo quando atingem a vida adulta e contam com meios de suprir as próprias necessidades básicas, característica essa presente na classe média. Mudanças dessa ordem geram inquietações nos campos científico, jurídico e em diversos outros segmentos

²² Segundo Miriam Grossi (2005), esse grupo pode ser composto tanto por um casal de lésbicas com um gay ou por um casal de gays com uma lésbica.

²³ Em pesquisa de doutorado sobre maternidades lésbicas, a autora apresenta um interessante caso de coparentalidade analisado no Canadá. Trata-se de uma lésbica que realizou uma inseminação caseira com o consentimento de sua parceira e o esperma de um amigo gay. Depois do nascimento da criança, o pai biológico renunciou a seus direitos legais para que a companheira da mãe pudesse adotar a criança. Na prática, o menino contava com duas mães e dois pais (o biológico e seu o companheiro). O menino morava com as mães e passava os finais de semana com os pais.

institucionais que lidam com as demandas das famílias brasileiras. Às instituições governamentais e não governamentais cabe dar legitimidade às diferentes estruturas familiares, sejam elas tradicionais ou contestadoras dos modelos hegemônicos.

Para a discussão dos novos arranjos de família, parece-nos importante retomar algumas definições e características que normalmente são apresentadas pelas sociedades atuais para justificar a família como uma instituição social ainda válida para atender às necessidades contemporâneas. Berenstein (2011), por exemplo, define a família como um conjunto de pessoas vinculadas pela pertença ao sistema de parentesco. Este tem suas próprias denominações incorporadas ao sistema da língua, que refletem sua ordem jurídica. Ambos os sistemas estão altamente codificados e procuram ordenar a posição e a circulação das pessoas ao atribuírem funções específicas a cada lugar do parentesco conforme determinada época. Também orientam a integração social e interfamiliar de cada um dos sujeitos. Sob tais regras, os membros de um denominado grupo familiar investem e são investidos por um conjunto de regras que orientam o permitido e o proibido. “Tudo assegura uma ordem contra a desordem, o imprevisto, o que não encontra lugar no codificável” (BERENSTEIN, 2011, p. 78).

Apesar da consolidação da instituição familiar pelo globo, em diferentes sociedades contemporâneas, existe a ideia de que a família está em estado de desagregação, correndo sérios riscos em sua função básica, identificada por vários estudiosos e teóricos pelos seguintes atributos: cuidado, acolhimento, contenção, reconhecimento e inserção da criança em uma cadeia de transmissão psíquica (KAËS, 2001, 2010; BENGHOZI, 2010; PASSOS, 2005 e LEVY, 2011).

De modo geral, as inquietações sobre o enfraquecimento da família ressaltam o seu momento de crise e o abalo de sua estrutura. Questões dessa ordem enfatizam as preocupações com a “manutenção da civilização” e remetem às alterações nos valores morais, principalmente àqueles ligados à sexualidade (ROUDINESCO, 2003; GROSS, 2005).

A civilização realmente ficaria em risco caso as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, dentre outras variações de estrutura familiar, conquistassem amparo na legislação?

Nesse sentido, Passos (2005) questiona se os arranjos familiares compostos por casais homoafetivos causam desordens à família ou se sua configuração é

engendrada por meio de outro parâmetro relacional. Retornaremos a esse conceito da autora mais adiante.

Falas do senso comum indicam que, se esses modelos homoafetivos se consolidarem, teremos um padrão homonormativo na sociedade e um desprezo pela heterossexualidade, o que representaria um sério risco às sociedades contemporâneas.

Uziel (2005) salienta, em pesquisa de doutorado realizada com operadores do Direito, profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, que os discursos contrários à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e o exercício da parentalidade por parte das famílias homoafetivas normalmente compreendem tais uniões como portadoras de riscos às novas gerações e à manutenção da instituição familiar. Os discursos emitidos em defesa da família tradicional enfatizam que o risco deve ser evitado, proibindo-se a parentalidade e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, pois sua legitimação pode desencadear o aumento de novos homossexuais, que serão influenciados pelo modelo de sexualidade apresentado pelos pais homossexuais. Por esse crivo conservador prega-se a ocorrência até mesmo da extinção da espécie humana, caso a legislação valide tais reivindicações dos homossexuais ao casamento e à parentalidade. No que tange ao exercício da parentalidade, a visão tradicional defende um extrapolamento no campo do tolerável. Se já existem dúvidas e resistências em relação à aceitação da conjugalidade ou, ainda, intolerância às relações de carinho e afeto entre pessoas que fogem ao pressuposto da heteronormatividade, as reações de desconforto ou recusa exacerbam quando se pensa na possibilidade de gays e lésbicas exercerem a parentalidade (DIAS, 2004; UZIEL, 2005). Essa possibilidade de exercício parental – a educação de crianças por uma pessoa do segmento denominado LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros) – é somente pensada em termos de risco e tida como irremediavelmente danosa para a vida de uma criança. A expectativa de adoção em um desses casos somente é “admitida” se o destino da criança também estiver marcado de forma trágica, como ocorre nos casos de adoção tardia ou de crianças acolhidas em instituições em razão de graves situações de maus tratos (UZIEL, 2005).

Assim, os casais homoafetivos que reivindicam o direito à parentalidade, pelo fato de integrarem um movimento recente na sociedade brasileira, utilizam-se de diferentes estratégias para se posicionar no contexto social, principalmente quando

procuram o Poder Judiciário para pleitearem a adoção. Por exemplo, no cadastramento para adoção, alguns candidatos revelam sua orientação homossexual, porém evitam falar de seus afetos amorosos e parecem pretender passar a ideia de que levam uma vida celibatária. Outros candidatos à adoção, ao assumirem os cuidados de uma criança de forma imprevista – em razão das dificuldades socioeconômicas dos pais biológicos –, preferem ocultar sua orientação sexual, por medo de discriminação ou perda da criança; por outro lado, os profissionais e operadores do Direito evitam tocar no assunto da orientação sexual dos candidatos à adoção, principalmente se esses almejam assumir uma criança que terá difícil colocação em uma família de estrutura tradicional, como ocorre com crianças e adolescentes portadores do vírus HIV ou que manifestam outros graves problemas de saúde.

De qualquer modo, o que se observa nessas experiências é a ausência de uma identidade individual ou coletiva que proporcione ao usuário dos serviços de adoção condições favoráveis para melhor se posicionar no contexto da avaliação. Mudanças nesse cenário poderiam beneficiar os candidatos à adoção e demais usuários dos serviços do Judiciário. Algumas sugestões nesse sentido são: aprofundamento da reflexão concernente às funções parentais; orientações mais pontuais quanto às possíveis estratégias para o enfrentamento do preconceito devido à orientação sexual, quando do exercício da função parental; e instrumentalização da criança para o entendimento da singularidade da própria estrutura familiar. Desse modo, ela será considerada como um sujeito ativo no processo de adoção e engajada de maneira a apropriar-se das particularidades do agrupamento familiar ao qual se integrará. Isso poderá ajudá-la na ressignificação do ideal de família, tendo em vista que durante a fase de acolhimento institucional provavelmente ela será tomada por intensas fantasias acerca de uma possível família adotiva (VARGAS, 1998). Nesse sentido, a superidealização da família pode acarretar prejuízos e até mesmo comprometer a adaptação da criança no novo lar.

De acordo com Berenstein (2011), o novo na seara familiar provoca uma modificação do existente e é vivenciado como alteração da ordem incorporada historicamente. O presente, por sua vez, tende a ser visto como imprevisível, apontando para um futuro incerto e aberto às possibilidades. Frente ao medo, defensivamente se pede a reedição do passado. No caso da família: estruturas estáveis e previamente incorporadas ao ideal de conjugalidade e de parentalidade, a

fim de atingirem seu desígnio. Portanto, a adoção de uma criança por pessoas do mesmo sexo encontrará alguma possibilidade de apoio se esse arranjo familiar imitar mesmo que rudimentarmente os padrões mais tradicionais de família. Esse dispositivo de busca por referência nos padrões tradicionais se torna menos ameaçador aos modelos heterossexuais de conjugalidade e de parentalidade que já estão consolidados na sociedade.

Na atualidade não se observam apenas os efeitos do preconceito quando se trata da reivindicação do direito à adoção ou da conjugalidade pelo segmento LGBTTT. No bojo das inquietações sociais surgem, também, movimentos de enfrentamento ao preconceito e à discriminação. Eles colocam em pauta os direitos civis e políticos baseados nos Direitos Humanos e na livre expressão sexual, normalmente difundidos por órgãos e instituições ligados aos mais diferentes movimentos sociais e à militância que têm como pauta as questões da diversidade.

Dissociar esses arranjos familiares dos modelos hegemônicos de família não é tarefa simples, pois exige a mobilização de grupos representativos e uma militância política aguerrida de vigoroso combate à discriminação e ao preconceito, pois a família de matriz heterossexual é colocada como o único modelo “natural” de referência de afeto e socialização. O trabalho de enfrentamento do preconceito e da discriminação se reflete em algumas conquistas no campo jurídico. Elas se encontram no Direito Previdenciário em relação à conjugalidade homoafetiva²⁴ e ao direito à guarda e criação de filhos, por pessoas do mesmo sexo. Essas questões têm colocado no centro do debate o interesse pelo exercício de parentalidade por parte de um segmento da sociedade que procura garantir a visibilidade e o reconhecimento legal dos modelos de configuração familiar de matriz homoparental²⁵ ou pluriparental²⁶.

²⁴ Homoafetividade é um conceito criado por Maria Berenice Dias, desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para demonstrar que o afeto deve ser utilizado como critério para dar legitimidade às relações conjugais e parcerias entre pessoas do mesmo sexo. Assim compreendidas, deve-se falar em relações homoafetivas ou heteroafetivas e não homossexuais ou heterossexuais (DIAS, 2004).

²⁵ O conceito de homoparentalidade foi criado em 1996 pela Associação Francesa de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas. Esse termo é utilizado em maior escala na produção acadêmica sobre o tema.

²⁶ Além da palavra *homoparental*, o conceito de *pluriparentalidade* é empregado para designar as novas configurações de família, uma vez que permite contemplar uma gama ampliada de diferentes subjetividades ligadas à diversidade sexual e a estilos parentais.

A luta pelo reconhecimento civil e de outras paternidades e maternidades tem como propósito, precisamente, que estas sejam incorporados à legislação, no mesmo Direito que previamente não as amparava, ou pior, as excluía. Grossi (2005) compartilha da ideia de que as famílias homo ou pluriparentais são um dos modelos, entre outros, que adquirem voz participativa na atualidade. Assim, a constituição familiar que se apresenta atualmente tem uma estrutura variável e seus contornos são imprecisos e múltiplos.

A família homoparental adquiriu maior visibilidade a partir de 1975, e desde então reacendeu o grande terror de uma possível supressão da diferença sexual, anteriormente vivenciada com o declínio simbólico da autoridade paterna no século XIX. Apesar de serem perseguidos há séculos, tratados como párias, invertidos, sodomitas “[...] ou ainda – para as mulheres – [...] masturbadoras, os homossexuais sempre tiveram a possibilidade de fundar uma família desde que dissociassem as práticas sexuais ligadas à sua inclinação dos atos sexuais necessários à reprodução” (ROUDINESCO, 2003, p.183).

A expressão *família homoparental*, no entanto, costuma ser objeto de muitas discussões, pois dá ênfase à "orientação sexual" (homoerótica) dos pais/mães e a associa ao cuidado dos filhos, isto é, à parentalidade.

O termo *homoparental*, alerta Roudinesco (2003, p. 182), “nunca foi usado no mundo anglófono, sobretudo nos Estados Unidos [...]”, país em que há predileção pelas expressões *lesbian and gays families* ou *lesbian and gay parenthood*. Tal escolha se deve ao fato de os homossexuais americanos recusarem qualquer denominação de origem psiquiátrica, preferindo um vocabulário mais centrado no gênero.

Outro limite do termo *homoparentalidade* implica a sua incapacidade de abrangência em relação à parentalidade exercida por travestis e transexuais. Embora sejam comumente percebidas como fazendo parte do mesmo universo homossexual, travestis e transexuais apresentam especificidades na construção de sua identidade. Da forma como foi concebido, o termo *homoparentalidade* contempla apenas a orientação sexual, referindo-se às pessoas cujo desejo sexual é orientado para outras do mesmo sexo, o que excluiria pessoas com mudança de sexo - transexuais e, de gênero – travestis (ZAMBRANO, 2006).

Sobre a questão da visibilidade, Martine Gross (2005) levanta alguns apontamentos recorrentes sobre o tema: Por que insistir na sexualidade dos pais?

Deve-se diferenciar os pais gays ou mães lésbicas de outros pais e mães? Ser pai tem a ver com o gênero ou a sexualidade? Embora julgue tais reflexões pertinentes e fundamentadas, a autora contra-argumenta destacando que se as famílias homoparentais não são nem designadas ou denominadas, elas não podem pretender qualquer existência e, portanto, qualquer reivindicação legal.

Se a homoafetividade e a parentalidade pretendida por essas famílias ainda encontram dificuldades para se consolidar como um modelo possível de existência familiar, é inegável que ela já ocorre no contexto da sociedade brasileira e desafia os padrões convencionais, cujos argumentos engendram-se contrários à visibilidade das famílias homoafetivas temendo-se que o assunto desperte o interesse de pessoas que não têm certeza acerca da sua sexualidade.

Segundo Zambrano (2006), a emergência de famílias constituídas por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais no contexto social torna obrigatório o enfrentamento de novas demandas e a desconstrução de velhas certezas, tanto na Antropologia quanto na Psicologia/Psicanálise e no Direito.

O enfrentamento dessas demandas, conforme Zambrano (2006), além de fomentar o aprofundamento do tema em diversas áreas do conhecimento científico, implica a discussão entre os diferentes interlocutores que fazem parte do universo da adoção.

Influenciado por essas reflexões, este estudo se propõe a tal aproximação, pois seu recorte elege os aspectos psíquicos em uma experiência de adoção por casal homoafetivo, sem desconsiderar as questões legais e o entorno social que compõem o terreno em que os vínculos familiares se constituem. Há de considerar o duplo desafio de nossa pesquisa: por um lado, estuda um objeto que revela contornos pouco delimitados; por outro, demanda uma terminologia apropriada para situá-lo no campo social em que as práticas já ocorrem.

3.2 A parentalidade e a filiação na adoção por casais homoafetivos: perspectivas e desafios para a constituição de vínculos

As discussões feitas até aqui demonstram que as famílias atuais são plurais e que nelas a procriação, os vínculos de parentesco e de conjugalidade não necessariamente coincidem. Nas formações multiparentais, conforme já salientamos, mais de duas pessoas criam os filhos. Ao caráter próprio dessas

estruturas cumula-se o fato delas agruparem pais biológicos e pais sociais, isto é, pessoas que se conduzem como pais, mas que não têm essa função jurídica. As famílias homoafetivas, portanto, inscrevem-se nessa pluralidade de modelos familiares. Elas próprias reúnem várias formas e se conjugam também segundo os modelos biparental ou multiparental recorrentes na sociedade contemporânea (GROSS, 2005).

Os critérios normalmente utilizados para se definirem os sistemas de parentesco e filiação ainda adotam referenciais ligados aos laços biológicos e, de modo geral, preceitos que dão ênfase a uma visão naturalizada, pois desprezam as mudanças históricas, sociais e jurídicas que se moldaram ao longo do tempo ao se qualificarem as relações de parentesco e filiação. Uziel (2005) observa que, quando se pretende afastar o homossexual da intenção de parentalidade, principalmente os sujeitos masculinos, normalmente os argumentos se baseiam em três aspectos: na biologia, na lei e no desejo. No que tange à biologia, enfatiza-se que a homossexualidade é antinatural, que pares do mesmo sexo não podem procriar. Do ponto de vista da lei, os argumentos se concentram em uma interpretação rígida da legislação, respaldada na declaração explícita de que o reconhecimento da união estável somente pode ser considerado na relação entre um homem e uma mulher, sendo necessário, portanto, dois sexos distintos para formar uma família. Agora, quanto ao desejo dos homossexuais por um filho, os argumentos contrários não são tão contundentes.

Em relação a tais aspectos, Uziel (2005) salienta que o sistema de filiação se sustenta na bilateralidade e na ideologia do sangue, pois a bilateralidade (masculino e feminino) está na base da sua formação, muito embora ela não seja garantida na vida do sujeito. É o que acontece, por exemplo, em uma separação conflituosa, em que os laços afetivos se rompem e o filho fica afastado do pai ou da mãe.

Na adoção, os laços de sangue não existem, seja ela pleiteada por pais homossexuais ou heterossexuais. Portanto, por mais que duas linhagens de sangue constituam simbolicamente a filiação, não existem garantias de que elas se mantenham. Dessa maneira, o que produz a filiação é o biológico, mas o que a garante é o legal, mas trata-se, ainda, de uma ficção, tendo em vista que o que a sustenta (filiação) é o plano do desejo, instância sobre a qual não se pode ter uma ingerência. Assim, “a filiação é um ato voluntário, uma realidade social e psicológica,

marcada pela transmissão e pelo pertencimento a uma linhagem construída” (UZIEL, 2005, p. 117).

Concordamos com os aspectos problematizados pela autora, pois fixar os argumentos em uma das três dimensões: em torno da biologia, da legislação ou do desejo, é desconsiderar a complexidade que marca a constituição de vínculos filio-parentais na sociedade atual. Seria validar, conforme defende Uziel, argumentos que referendam as bases que normalmente colocam a própria adoção como uma filiação de segunda categoria, independentemente da orientação sexual dos pais adotivos.

Não se pode desprezar, portanto, o fato de que as modificações incidentes sobre os modelos atuais de família foram iniciadas por um novo paradigma de sexualidade que ainda está em processo de mudança. Esse modelo se assenta na valorização do prazer e não mais especificamente na procriação. Desse modo, os arranjos familiares emergentes também são influenciados pelo sistema conjugal hétero ou homossexual, uma vez que ele está bastante afetado por ideais ligados ao respeito às individualidades e não mais por ideais de procriação ou da manutenção da autoridade, em que há o domínio de um membro do casal sobre o outro (OSÓRIO, 2002).

Do ponto de vista psíquico, considera-se que as famílias homoafetivas atingem maior visibilidade quando conseguem colocar em prática seu projeto narcísico de formar família, alicerçado pelo desejo de continuidade de sua genealogia, quer por meio da adoção, quer por meio da reprodução assistida. Passos (2005) alerta que os critérios de análise das famílias homoafetivas e seu desejo de adoção precisam se fundamentar em outras bases. Para tanto, propõe que tais arranjos familiares sejam considerados a partir de uma ética relacional que leve em conta os padrões emocionais dos sujeitos concernentes às diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que podem caracterizar um contexto familiar. É por meio de tais referências que a fundação de uma família na contemporaneidade não se assenta somente na diferenciação dos sexos, mas também nos aspectos emocionais possibilitados pela vivência familiar.

No que tange às especificidades da família homoafetiva, é importante pensar em alguns elementos concernentes à sua estrutura e funcionamento, conforme expõe Passos (2005, p. 8):

1. Ausência de papéis fixos entre os membros. Isso significa que a estrutura do grupo familiar deve suportar trocas e deslocamentos de papéis e lugares.
2. Prevalência de uma horizontalidade nas relações internas, marcada pela inexistência de hierarquias e por uma circulação permanente das lideranças no grupo.
3. Múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo como no mundo externo.
4. Tendência a uma constituição de sujeitos que se filiam não só à família, mas também a grupos onde preponderam os laços de amizade.

As características acima são presumidas às configurações familiares homoafetivas, porém, não podemos afirmar se tais atributos fazem parte de todos os grupos familiares homoafetivos. Conforme analisamos nesta pesquisa, ainda opera nesses arranjos, apesar de sua originalidade, a influência dos modelos tradicionais de família, além dos atravessamentos da homofobia, que podem interferir nesses modelos.

Ao lado das características comuns que podem circunscrever a família homoafetiva, Passos (2005) considera importante tomar como referência outros elementos que podem auxiliar na compreensão da constituição subjetiva da família homoafetiva, tais como:

- 1 - Considerá-la a partir de um contexto mais amplo levando em conta as relações sociopolíticas de uma dada realidade;
- 2 - Observar a ação de uma ética relacional que pode dar sustentação às transformações que ocorrem nos pequenos grupos regidos pelas redes de afeto;
- 3 - Compreender que uma ética relacional pode garantir as manifestações das singularidades de cada contexto familiar, de modo que em futuras gerações o efeito de ações preconceituosas não recaia sobre os sujeitos, tendo em vista que não atenderão às regras e valores preconizados pelos grupos hegemônicos.

A autora considera ainda que os atributos da família homoafetiva não devem transmitir a ideia de que a autoridade parental se perdeu. Nesse sentido, é importante admitir que ocorreram, sim, deslocamentos de funções e papéis nesse arranjo familiar. Isso impõe, além de uma nova concepção de autoridade, o reconhecimento de que tal poder pode ser apoiado por outras instâncias associadas a pessoas que estão fora do núcleo familiar ou a instituições que podem exercer um significativo papel na subjetividade da criança. Nessa linha de argumentação,

Alizade (2010 apud LEVY, 2011, p. 9) defende que “grupos ou pessoas produzem efeitos de uma ‘função família’, presente na base da construção de uma família interna suficientemente satisfatória para o desenvolvimento simbólico de uma criança”.

As questões de ordem emocional que afetam a constituição psíquica da família homoafetiva são aprofundadas por Levy (2011) e Passos (2005). Retomamos alguns elementos das discussões propostas pelas autoras quando elas analisaram as questões emocionais da parentalidade exercida por pessoas do mesmo sexo. Em artigos referentes ao tema, as autoras procuraram destacar os aspectos tradicionais de autoridade e diferenciação que historicamente estiveram ligados ao complexo de Édipo e à aquisição da alteridade e suas repercussões em um modelo familiar composto de pessoas do mesmo sexo. Por meio dessas discussões, encontraram-se algumas ferramentas para a análise da constituição dos vínculos na família homoafetiva. Desse modo, pudemos explorar mais profundamente a questão básica por nós proposta neste estudo: os processos subjetivos encontrados na família homoafetiva, em que procuramos analisar se nesse arranjo familiar haveria um ataque contundente à família tradicional e supressão dos seus valores morais e educacionais.

Segundo Passos (2005), os casais homoafetivos que desejam filhos se deparam com o desafio de encontrar uma forma menos dolorosa de realizar o desejo parental. A impossibilidade de gerar filhos vivenciada por pessoas do mesmo sexo impõe um duplo trabalho psíquico: o primeiro refere-se às contradições vivenciadas pelos membros do casal, que deseja ter filhos, mas que se sente impedido de gerá-los. Essa vivência suscita a elaboração de um luto, tendo em vista que há a expectativa de continuidade de sua genealogia projetada em um filho, mas para tanto é preciso recorrer a um agente externo, um terceiro, representado por pessoas e instituições, tal como ocorre na reprodução assistida e na adoção. Uma segunda dificuldade a ser enfrentada é encontrar uma forma menos ameaçadora para conceber/ter o filho. Segundo a autora, ela é ameaçadora porque sempre haverá, seja qual for a forma escolhida, uma incompletude e uma impossibilidade de geração.

Além das particularidades do luto, e de outros aspectos afetivos que compõem a parentalidade homoafetiva, os estudiosos debatem atualmente a dinâmica psíquica da família que segue este modelo, com especial atenção para a

natureza da interdição ou a conotação edípica de duas pessoas de mesmo sexo quando se dispõem a criar uma criança.

Nas considerações de Rotemberg (2010, apud LEVY, 2011, p.9), “a releitura do complexo de Édipo sugere que a atribuição da função paterna ao pai de família deve considerar que a criança não se identifica com o objeto real, mas com os modos representacionais com os quais o captura”. Nesse sentido, o debate não se concentra na homossexualidade ou na heterossexualidade, mas sim no reconhecimento da alteridade, pois nem a heterossexualidade é garantia do narcisismo extremo e da tentativa de domínio do outro, nem a homossexualidade representa uma falha no reconhecimento da castração.

Tomando como referência estas questões de Perelson, Levy (2011) destaca:

[...] É possível a instituição de uma diferença entre os dois pais do mesmo sexo a partir da construção de laços sociais, do estabelecimento de códigos sociais claros e da simbolização de pontos de referência. O risco de indiferenciação entre os dois pais “não resulta da situação homoparental, mas da recusa em reconhecê-la, de instituir papéis sociais distintos entre os dois pais do mesmo sexo [...] (p.9).

Apoiada nos autores citados, Levy (2011) defende que se deve considerar em uma avaliação para adoção o modo como a saúde psíquica dos pais e as determinações inconscientes se relacionam ao desejo de ter um filho, e não o sexo biológico dos adotantes, fatores que serão privilegiados tanto na edificação de um desejo de parentalidade homoafetiva ou de casais heterossexuais. Assim, na visão da autora os atravessamentos indicam que o contexto social no qual se formam as estruturas de parentesco exigem uma interpretação mais apurada visando privilegiar os elementos psicodinâmicos que determinam a constituição da família e a vivência parental. Concordamos com a professora Lídia Levy (2011) ²⁷, que dá destaque à análise da experiência subjetiva da parentalidade, quando se trata da família homoafetiva (comunicação verbal). Ou seja, deve-se dar ênfase ao processo de tornar-se pai e mãe, uma vez que ele estará associado às determinações inconscientes carregadas pelos parceiros que desejam se tornar pais e os

²⁷ Comunicação apresentada pela autora no I Encontro Brasileiro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família, realizado no Instituto de Psicologia da USP, em 01 de outubro de 2011.

conteúdos fantasmáticos que alimentam o desejo de filho, tal como ocorre em qualquer experiência familiar, independentemente da orientação sexual dos pais.

A respeito do projeto narcísico elaborado por pais de mesmo sexo, Passos (2005, p.7) considera importante levar em conta os seguintes aspectos:

A família hoje impõe, no lugar da hegemonia dos papéis e dos lugares fixos, uma maior flexibilidade na constituição de posições e funções dos membros do grupo. Assim, ganha muito mais força a forma como os pais do mesmo sexo, cada um à sua maneira, representa este filho como um outro que atualiza seu desejo de transmissão e continuidade, investindo-o, portanto, de um afeto fortemente narcísico.

Com tais afirmações, Passos (2005) conclui, nessa perspectiva de interpretação, que não importa se a triangulação é constituída por dois homens e um filho ou por duas mulheres e uma filha, a dinâmica dos afetos se opera numa circunstância em que a identificação entre os pais e os filhos não impõe mais os contornos de antes; ou seja, o jogo especular da triangulação edipiana – no qual a identificação com o igual exigia a presença do diferente – condição que perde a sua força na atualidade. Desse modo, parece ganhar mais relevância no jogo entre iguais o processamento psíquico dos desejos dos pais associado à resignificação que a criança faz do material percebido. É por meio dessa condição que o filho adquire cada vez mais um estatuto de ordenador de sua herança, edificada em um ambiente no qual se reconhece como autor de sua própria história. Em um contexto em que as referências da família patriarcal se enfraquecem, enaltece-se o princípio do reconhecimento, não como compensação pelo abrandamento das identificações no modelo edipiano clássico, mas como um elemento fundamental do processo de filiação. Apoiada nos conceitos de Kaës sobre transmissão psíquica, a autora salienta que os processos supracitados podem ser compreendidos na constituição de qualquer projeto parental na atualidade. Porém, em se tratando de pais do mesmo sexo, é preciso considerar uma negociação em torno da funcionalidade do grupo como tal, das suas posições internas, o que parece supor que, nesta configuração e funcionalidade, adquire-se o sentido do fantasma do outro – pais biológicos responsáveis pela concepção do filho. Portanto, nessa rede fantasmática, o outro passa a ter uma função simbólica que não poderá ficar ausente do processo de subjetivação da criança adotiva. Logo, na adoção por casais homoafetivos, o trabalho de revelação das origens da criança tem sua importância redobrada (ou

reforçada), tendo em vista que ajuda o sujeito adotivo a integrar elementos presentes em sua história de vida. E, ainda, a atuar como um terceiro elemento simbólico a favorecer a alteridade, o controle sobre os fantasmas a despeito das origens, portanto a reconstituição da malhagem que dará sustentação aos processos vinculares entre pais e filhos.

As constatações de Levy (2011) e Passos (2005) vão ao encontro das reflexões por nós propostas neste estudo, pois indicam que as famílias homoafetivas podem se constituir por meio de um projeto biparental ou de co-parentalidade para firmar concretude à sua experiência de parentalidade. Conforme veremos na análise e na discussão dos dados no capítulo quatro, os adotantes cuidam dos filhos por meio de estratégias tradicionais, e, apesar de promoverem mudanças nas regras tradicionais de parentesco, seus valores e padrões morais se mostram conservadores e apegados aos valores tradicionais que regem a família. Portanto, a família homoparental pode se reconstruir a partir das expressões relacionais que se instalam em sua estrutura, sem que esteja refratária à sociedade ou impermeável a ela (LEVY, 2011; PASSOS, 2005).

Berenstein (2011) afirma a possibilidade de, no futuro, o rol das funções de parentesco – que alcançaram maior densidade no século XX – ser modificado em razão do cruzamento entre gênero e sexualidade e entre gerações e técnica, bem como pela incidência das modificações nas condições laborais dos pais, com decorrentes mudanças dos lugares que convencionalmente se têm atribuído à masculinidade e à feminilidade.

Nessa direção, Hamad (2002) afirma que nada pode impedir que casais homossexuais se casem e se tornem pais recorrendo às diversas técnicas que o progresso científico colocou à disposição do cidadão. Para o autor, as dúvidas levantadas em relação à educação de uma criança por uma família homoafetiva são rebatidas com o argumento de que é o amor que propicia estruturas significantes no psiquismo do indivíduo. Assim, um casal homossexual pode ser considerado tão dotado de sentimentos paternos e maternos quanto um casal heterossexual. Argumentar o contrário seria afirmar que a estruturação psíquica da criança promove-se apenas mediante referência à diferenciação dos sexos. Segundo o autor, a rejeição, por parte dos especialistas, à parentalidade homoafetiva pode revelar graus de homofobia. O debate sobre o tema, quando suscita algumas

divergências, deve ser aprofundado; mas sempre qualificado por meio das contribuições das diferentes áreas do conhecimento científico (HAMAD, 2002).

Roudinesco (2003) enfatiza que, para além do ridículo das cruzadas – que estimulam preconceitos contra a parentalidade de gays e lésbicas – é preciso admitir, efetivamente, que os filhos de pais homossexuais carregam, como outros, o traço singular de um destino próprio. Será preciso, também, admitir que esses pais e mães carregam singularidades próprias. Para tanto, as sociedades contemporâneas devem aceitar que pais e mães gays e lésbicas existem tais como são. A eles devem ser reservados os mesmos direitos de todos, sem a exigência de que se encaixem em padrões normativos para provar sua aptidão para criar filhos. O fato de os pais homossexuais assumirem consciência de que não tornarão seus filhos gays ou lésbicas não os absolve de ficarem marcados internamente por tal imposição, arriscando-se a ofertar aos filhos uma imagem desastrosa de si mesmos. Abordaremos tal aspecto nas análises das entrevistas, cujo conteúdo é exposto nas falas dos participantes deste estudo.

A produção de subjetividade na criação dos filhos estará garantida, segundo Roudinesco (2003), apesar do incômodo dos setores mais reacionários da sociedade, pois todos os pais têm o desejo de que seus filhos sejam ao mesmo tempo idênticos e diferentes deles. Daí uma situação irremediável na qual a revolta e a separação são tão necessárias quanto a adesão a valores comuns e a nostalgia de um passado de união familiar idealizado. Portanto, nesse processo subjetivo, os filhos herdam em seu inconsciente elementos provindos da infância de seus pais ou ainda de seu próprio desejo e história, além daqueles que os ajudam a entender a diferença sexual. “E quando são adotados ou oriundos de uma procriação assistida, que dissocia a reprodução biológica do ato sexual e do parentesco social, não saem incólumes das perturbações ligadas ao seu nascimento” (p.195). Tais efeitos ocorrem em razão da indefinição dos genitores biológicos que podem fazer parte dessas histórias.

Roudinesco (2003) parece comunicar que, apesar da variação nos arranjos familiares e da perspectiva de que indivíduos do mesmo sexo se tornem eficientes criadores, sempre os filhos carregarão uma herança simbólica oriunda de suas histórias de vida e de seus conteúdos fantasmáticos. A singularidade da parceria formada pelo casal não necessariamente irá apagar a diferença entre os sexos, nem impedirá que os pais transmitam aos filhos seus conteúdos psíquicos.

Posição semelhante é assumida por Hamad (2002). Creditando papel especial à diferenciação dos sexos para o desenvolvimento psíquico, o autor salienta que a condição da diferenciação precisa ser garantida também em uma família homoafetiva. O importante para o autor é o lugar ocupado pelo pai ou pela mãe no discurso do pai ou da mãe na realidade cotidiana. A referência ao genitor do outro sexo como sendo o homem ou a mulher na direção de quem vai o desejo no momento em que se concebe um filho é simbolicamente estruturante para a criança. Nesse caso, a criança é criada dentro dos significantes *pai* e *mãe* referidos ao homem e à mulher que a conceberam – genitores biológicos, sendo que representam e continuam a representar um papel importante na sua vida psíquica.

Em relação ao aspecto da *diferenciação dos sexos*, observa-se que no processo de remalhagem dos vínculos afiliativos – na adoção – no momento da revelação das origens, a criança será confrontada com tal diferenciação (BENGHOZI, 2010). Assim, a remalhagem adquire certa peculiaridade nos casos de adoções promovidas por casais homoafetivos, pois, no resgate da história de vida da criança, ela entrará em contato com as especificidades que envolvem suas origens. Ao se deparar com sua genealogia, ela se defrontará com os elementos simbólicos desprendidos do masculino e do feminino que acompanharão sua história de vida. De outro modo, no processo de remalhagem de vínculos afilativos na adoção, ela também será levada a entrar em contato com elementos masculinos e femininos que estarão associados à família adotiva, quer representados por parentes próximos – avós e tios, relativos ao sistema de parentesco, quer por pessoas ou instituições que poderão encarnar tais diferenças.

3.3 As questões legais concernentes ao Direito de Família: os desafios da família homoafetiva na sociedade contemporânea

A legitimidade requerida pelas novas configurações de família se iniciou a partir da década de 1990, quando casais homossexuais norteamericanos começaram a almejar o direito de serem reconhecidos como família. Nas décadas de 1970 e 1980 tornou-se expressiva uma homossexualidade revolucionária; porém, só a partir dos anos 90, a orientação homossexual passou a ser considerada como um repertório possível no campo dos relacionamentos afetivos (MOSCHETA; SANTOS, 2007).

O reconhecimento jurídico das famílias homoafetivas tem sido debatido de modo mais intenso no Brasil nos últimos cinco anos. Apesar de algumas conquistas no Direito de Família por meio de jurisprudência²⁸, ainda não há, na legislação brasileira, dispositivos jurídicos explícitos que amparem a configuração familiar que se distancia do padrão heterossexual, sendo a diferenciação dos sexos um entre outros parâmetros adotados para dar legitimidade à instituição familiar.

Em artigo sobre a união homoafetiva na legislação brasileira, Santiago (2011) cita diferentes autores que defendem o requisito da diferença de sexo entre os pares que formam “o casal como princípio fundamental para o reconhecimento legal da entidade familiar” (GOMES, 1999; WALD, 2002; BARROS MONTEIRO, 1952 apud SANTIAGO, 2012 p.2-3)²⁹. Gomes (1999) destaca a diversidade de sexos, o consentimento dos nubentes e a celebração por autoridade competente, como os elementos necessários para a efetivação do casamento. Ao defender uma posição semelhante, Wald (2002) recorre ao Direito romano a fim de legitimar o casamento como a união entre um homem e uma mulher para toda a vida, devendo haver, para tanto, a validação do direito divino e do direito humano. Barros Monteiro (1952) apresenta o matrimônio como uma união permanente entre o homem e a mulher, de acordo com a lei, a fim de se reproduzirem, de se ajudarem mutuamente e de criarem os seus filhos.

Na posição desses juristas, predomina uma visão tradicional do conceito de família e de casamento. Nessa perspectiva do Direito tradicional, a família é concebida como um agrupamento a-histórico e impermeável às variações econômicas, políticas e culturais constatadas em diferentes momentos da história da

²⁸Jurisprudência é a decisão reiterada dos Tribunais. É “a forma de revelação do direito que se processa por meio do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais”. Para Miguel Reale, a jurisprudência é considerada fonte não formal do Direito e, por isso, não poderá, por si só, justificar uma sentença ou decisão judicial. Poderá, todavia, reforçar a conclusão do julgador. Note-se que a jurisprudência poderá ter força equiparada à das normas jurídicas, tornando-se fonte formal, quando “transformar-se” em súmula vinculante (artigo 103-A da Constituição Federal). Os princípios da jurisprudência estão fundamentados nos: Art. 103-A da CF Arts.476a479doCPC.Disponívelem:www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/870/ Acesso em: 20 de fev. de 2012.

²⁹ Cf. GOMES, O. *Direito de família*. 11 ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Forense, p.77.

Cf. WALD, A. *Novo direito de família*. 14 ed rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

Cf. BARROS MONTEIRO,W. *Curso de direito civil: direito de família*. São Paulo, vol 2, 1952.

humanidade, compreensão essa que se distancia do olhar crítico e reflexivo acerca das possibilidades e dos limites da família, sendo sua estrutura e sua função influenciada pelos diferentes processos subjetivos presentes na história da família, conforme destacado por Osório (2002); Poster (1978); Araújo (1993, 1999, 2008), citados no primeiro capítulo deste trabalho.

No entanto, pesquisas científicas mais recentes, também no campo do Direito, têm procurado analisar a viabilidade jurídica das famílias homoafetivas, tomando por base os princípios da Constituição de 1988 (SILVA JUNIOR, 2010; TORRES, 2009; PERES, 2006) e, em especial, a contribuição da desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias.

No contexto das pesquisas científicas no campo do Direito, Peres (2006) se mostra uma das precursoras, tendo colocado em pauta o tema no campo científico. Em pesquisa de doutorado na área de Direito Civil, a autora analisou a situação dos homossexuais e de suas demandas por adoção. Nesse estudo, concluiu que a família brasileira apresenta uma configuração plural e está em acelerado processo de ruptura no que tange ao modelo patriarcal. No entanto, apesar dessa constatação, reconhece que o território da homo/pluriparentalidade ainda é negligenciado por segmentos mais tradicionais e conservadores da sociedade, que invariavelmente controlam ou regulamentam a existência da família em diferentes instâncias do poder.

Uziel, Mello e Grossi (2007), ao analisarem vários artigos sobre as novas configurações de família, afirmam que o Poder Legislativo se encontra estagnado e já poderia ter elaborado e aprovado leis que dessem proteção e legitimidade a essas famílias.

De modo geral, o reconhecimento da união homoafetiva pela lei fica à mercê do entendimento do juiz, devido à imprecisão da própria legislação. Corre-se, portanto, o risco de que a matéria seja julgada sob o efeito de outras interferências, tais como: valores moralistas, concepções religiosas ou até mesmo do senso comum.

Apesar da ampliação do conceito de família, na Constituição Federal brasileira de 1988, visões mais conservadoras não se extinguíram do contexto Jurídico e do Poder Legislativo. Mesmo com as modificações em curso nas estruturas de família, deixando a legislação civil mais inclinada ao reconhecimento das entidades familiares – bem como de outras influências advindas dos avanços

jurídicos – na prática não ocorreram mudanças paradigmáticas que interferissem na compreensão do legislador e dos operadores do Direito, quando se debruçam sobre as demandas legais das famílias homoafetivas. Essa falta de regulamentação causa desgastes às partes demandantes e longas batalhas jurídicas nos Tribunais, deixando as famílias homoafetivas ainda vulneráveis do ponto de vista da lei.

No entanto, mudanças positivas ocorreram a partir da Constituição Federal de 1988 e foram intensificadas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Novo Código Civil. A área de Direito de Família passou a requerer uma interpretação mais sistemática e eficaz dessa questão, compatível com o processo de redemocratização do país. Sob o efeito das mudanças nos campos político e constitucional, o delineamento normativo das famílias atuais passa a ser balizado por uma legislação que prioriza, no escopo de suas doutrinas, o princípio do respeito à dignidade humana e a valorização dos laços afetivos nos contextos familiares, independentemente de sua composição e estrutura, buscando-se uma melhor equilíbrio entre os direitos advindos dos laços de sangue e os laços afetivos (SILVA JUNIOR, 2010).

Silva Junior (2010) observa que, apesar das mudanças no contexto jurídico e nas relações sociais que definem diferentes estruturas familiares, muitos legisladores e operadores do Direito ainda sustentam que a única configuração de família legítima é aquela escorada no clássico modelo de casamento, preconizado pela união estável ou por composição monoparental. Esses modelos respaldam-se no Artigo 226, da Constituição Federal. Para melhor compreensão dos critérios contemplados pela legislação no que tange à definição de família, reproduzimos na íntegra o conteúdo do referido artigo:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da parentalidade responsável, o planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações³⁰.

De acordo com Silva Junior (2010), a interpretação literal e funcionalista do Artigo 226 pode criar uma hierarquização entre os arranjos familiares, deixando em condição marginal os outros modelos que se distanciam do exposto na Constituição. Assim, sugere o autor uma releitura mais sistemática e apurada do Art. 226, pois sua redação permite que as disposições constitucionais se assentem em princípios de maior igualdade e respeito à dignidade humana. Além da contestação da hierarquização normalmente empregada com base nesse artigo, "deve-se reconhecer a legitimidade e a constitucionalidade dos outros arranjos familiares não referidos literalmente no texto, posto haver expressões na Lei Magna, que exigem uma hermenêutica aberta ou inclusiva – partindo da Constituição [...]" (SILVA JUNIOR, 2010 p. 60).

Para o autor, um contra-argumento importante é o de que no texto constitucional depreende-se que, embora alguns parágrafos do artigo estabeleçam tipos determinados de entidade familiar, outros parágrafos que se seguem permitem a possibilidade de uma interpretação mais ampla do conceito de família, conforme pode ser observado:

- Art. 226, caput. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
- Art. 226, § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- Art 226, § 8º O Estado assegurará assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Assim, a Constituição Federal de 1988 pode se tornar um valioso instrumento no reconhecimento das uniões homoafetivas, mesmo diante dos preconceitos ou do temor do legislador constituinte que se omitiu em clarificar a proteção estatal a todas as famílias. Ao se verificarem laços afetivos e compartilhamento de vida comum

³⁰ Fonte: *Vade Mecum*: acadêmico de Direito. 10 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

entre os (as) parceiros(a), uma relação pode ser reconhecida como entidade familiar à luz da Constituição de 1988. Tal argumento está baseado na possibilidade do reconhecimento do status de família em um contexto familiar de convivência monoparental, na qual um pai ou uma mãe homossexual podem cuidar de sua prole (biológica ou adotiva), uma vez que isso é assegurado constitucionalmente no § 4º do citado Artigo 226, já que nele não existe qualquer vedação para o exercício de parentalidade em razão da orientação sexual dos pais. Assim, o relacionamento estável entre pessoas do mesmo sexo, “com ou sem filhos, deve receber amparo jurisdicional, com base no caput do art. 226, parágrafo 8º, na condição de unidade familiar carente de regulamentação legislativa específica no Brasil” [...] (SILVA JUNIOR, 2010, p. 60-61).

Igual posição defende Maria Berenice Dias (2009). A autora sustenta que, uma vez que esses princípios jurídicos estão consolidados na Constituição Federal Brasileira, deve-se combater a discriminação por orientação sexual com o fim de dar ênfase à conduta afetiva da pessoa e o direito à livre orientação sexual. Nesse sentido, o estigma do preconceito por orientação sexual não poderá incidir sobre a condição cidadã de uma pessoa (exercício de seus direitos e deveres na sociedade). O sujeito não poderá, assim, ser discriminado em razão de sua orientação sexual, pois se duas pessoas passam a ter vida comum, cumprindo os deveres de assistência conjugal, em um convívio estável, permeado pelo amor e respeito mútuo, com o intuito de construir um lar, torna-se inquestionável que tal laço afetivo, independentemente do sexo de seus integrantes, gera direitos e obrigações que não podem ficar desamparados pela lei.

De acordo com Dias (2009), a Lei Maria da Penha – 11.340/06 é o primeiro marco regulatório das uniões homoafetivas. Promulgada para coibir a violência doméstica, essa lei teve mais uma função ao fazer referência expressa às famílias homossexuais. Em seu Artigo 2º, a lei diz que “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia ou orientação sexual, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. Ainda, no parágrafo único do artigo 5º consta que, independentemente da orientação sexual, são consideradas violência as situações concernentes ao âmbito doméstico e familiar. Assim, conforme destaca Dias (2009), ao assegurar proteção legal a fatos que ocorrem no ambiente doméstico, a lei deixa claro que as uniões de pessoas do mesmo sexo são consideradas entidades familiares.

Torres (2009) também se afina com a linha de argumentação defendida por Dias (2009) e Silva Junior (2010) quanto às mudanças contidas na Carta Magna. Para esse autor, não resta dúvida de que a Constituição de 1988 reconhece e tutela um novo modelo de família, qual seja: plural, baseada no afeto, independentemente de sua orientação sexual. Daí se conclui que o casal formado por pessoas do mesmo sexo deve ser reconhecido como uma entidade familiar e pode pleitear adoção. Esperava-se que, com a Constituição de 1988, os novos arranjos familiares ganhassem visibilidade na interpretação das normas constitucionais; no entanto, tal possibilidade de avanço no campo jurídico tornou-se objeto de violação dos princípios da dignidade humana e da igualdade.

O conservadorismo retrógrado do Poder Legislativo tem emperrado as mudanças na lei suscitadas pelas demandas provocadas pelas famílias homoafetivas. Ao desenvolver pesquisa sobre a conjugalidade homoafetiva, Mello (2005) analisa os embates ideológicos envolvendo as discussões dos legisladores que deveriam ter a responsabilidade de formular leis para regulamentar e amparar diferentes modos de organização familiar e não apenas consolidar critérios de exclusão e marginalização dos modelos familiares que se distanciam dos tradicionais. E pior: muitos desses argumentos estão respaldados por concepções do senso comum, moralistas ou calcadas em um fundamentalismo religioso destoante da realidade social.

Com a preocupação de compreender as representações que norteiam e embasam as discussões dos legisladores, Mello (2005) analisou o discurso proferido pelo professor de Direito Edson Fachin, na Câmara Federal dos Deputados à época da audiência pública que discutiu o Projeto de Lei 1.151/95, sobre a parceria de união civil entre pessoas do mesmo sexo, proposto pela então deputada Marta Suplicy. “Segundo o professor de Direito, a situação dos homossexuais que reivindicam o direito à união civil seria comparada à dos concubinos de épocas atrás, cuja relação conjugal só veio a ser legalmente reconhecida com a Constituição de 1988” (p. 80). Para o professor, a relevância jurídica das uniões de natureza homossexual é uma premissa indiscutível, apesar da ausência de legislação específica dispondo sobre direitos e deveres na esfera das relações amorosas estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, a necessidade de disciplinamento já se impõe como uma realidade que tem despertado não somente a atenção de juristas, mas também dos tribunais brasileiros. Para Fachin:

o direito muitas vezes tem funcionado como fonte que não só legaliza exclusões sociais baseadas em preconceito, estigmatizações e discriminações, mas também define, por exemplo, quais arranjos sociais podem ser legalmente reconhecidos como de natureza familiar. À margem desse o reconhecimento jurídico têm estado as relações amorosas estáveis entre pessoas do mesmo sexo (MELLO, 2005, p. 81).

Assim, de modo geral, observa-se que a sociedade se vê frente a um impasse; de um lado existem pessoas que não se identificam com as condutas heteronormativas; de outro, grupos conservadores, alertam para a falência da família e o risco de que a aceitação dos novos modelos represente ataques à estrutura já fragilizada da família.

No entanto, pelo menos no âmbito do Poder Judiciário, conforme apontado na introdução deste trabalho, essa realidade encontra-se em processo de transformação. É o que indicam as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça sobre a parceria de união civil e casamento entre pessoas do mesmo sexo.

É importante nesta discussão problematizar as questões que afetam o Direito de Família ou ainda o conceito de judicialização da vida, apresentado por Michel Foucault (1996). Para o autor, a judicialização da vida se refere a mecanismos de controle que submetem o homem atual a sistemas rígidos e padronizados. Instituições como as prisões, o judiciário e a polícia, apesar de garantirem a ordem social por dispositivos modernos e sofisticados de controle social, criam regras e modelos que se expandem a outras instituições, como fábricas, escolas, hospitais. A produção de uma subjetividade altamente controlada nesses espaços institucionais se articula basicamente aos interesses do capital e do poder. Assim, a vida nas sociedades modernas cria a ideologia da individualidade e do conforto, mas, num outro sentido, produz uma vida altamente administrada e cerceada por diferentes dispositivos sutis de controle, como o controle sobre os corpos que ficam sujeitos às normas sociais vigentes. Pensar a judicialização no Direito de Família é refletir sobre o impacto e o alcance das leis. A legislação pode contribuir na visibilidade de novos modelos de família na sociedade. A questão que se coloca é a seguinte: ao formular um modelo padrão, qual será o risco de essa família se impor como regra aos outros agrupamentos que atuam por meio de outra estrutura e funcionamento? Pode sua

legitimação dificultar o aparecimento de outros modelos, dificultar a ampliação ou a renovação das próprias regras que foram questionadas com o grupo que se legitima no campo da Justiça, por exemplo, da família homoafetiva?

Mediante os fatos, a judicialização pode levar a um possível impasse: se por um lado permite visibilidade e garantia de direitos, por outro pode aprisionar identidades e fragilizar movimentos instituintes necessários à renovação de suas estruturas. Em outras palavras, hoje a família homoafetiva luta pela visibilidade, mas ao se tornar um modelo legítimo na sociedade, poderá deixar de fora outros modelos destoantes de sua configuração (como famílias compostas por travestis e transexuais, intersexos entre outras configurações)?

4 CAPÍTULO 3 PRECONCEITO E HOMOFOBIA: REPERCUSSÕES NA ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS.

4.1 Considerações sobre o preconceito

Por considerar que as influências do preconceito e da discriminação tocam diretamente nosso tema de pesquisa, pretendemos, neste capítulo, discutir seus principais aspectos.

O combate ao preconceito é uma tarefa de múltiplos desafios, tendo em vista os aspectos psicológicos e sociais que agem na sua formação. O enfrentamento do preconceito é também uma atividade complexa, considerando-se a cristalização de seus efeitos e a produção de verdades “universais” utilizadas para justificar a discriminação e o sofrimento decorrentes dele. Além disso, existem também as normas heterossexistas, que hierarquizam gêneros, presumindo a dimensão da heterossexualidade como superior à da homossexualidade. Welzer Lang (2009) define heterossexismo como a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita com base na orientação sexual. O heterossexismo, assim definido, se torna a promoção incessante, pelas instituições e/ou pessoas, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. Por essa via, a heterossexualidade se torna um modelo universal, calcado na diferenciação biológica entre o masculino e o feminino. Assim, impõe-se a ideia de que as pessoas são todas, por natureza, essencialmente heterossexuais, salvo os comportamentos tidos como desviantes dos parâmetros para se classificar masculinidades e feminilidades. Tornar visíveis os aspectos que agem na formação do preconceito e suas consequências para a condição humana pode ser um caminho para combatê-lo.

Produzido nas relações sociais, a compreensão do preconceito passa pela análise dos aspectos sociais e psíquicos que o próprio fenômeno abarca. Somente com um modelo de ciência mais avançado, no século XIX, as questões relativas ao preconceito puderam ser mais bem analisadas no campo científico.

De acordo com José Leon Crochik (2006), a dimensão psicológica do preconceito vem sendo estudada de forma mais intensa desde 1920. A maior parte desses estudos é proveniente dos Estados Unidos. Nos anos vinte, por exemplo, as considerações feitas por parte das pessoas de cor branca sobre a inferioridade de

pessoas negras não eram tidas como preconceito, mas como uma visão exata da realidade. Essa concepção também afetava as teorias científicas, pois as pesquisas produzidas nessa fase comprovavam a superioridade branca e a inferioridade negra. Mudanças significativas foram operacionalizadas pelos movimentos de direitos civis para os negros, que enfatizavam os efeitos nefastos do colonialismo na construção do preconceito.

Diversas teorias sobre o comportamento preconceituoso foram sistematizadas; porém, de acordo com Crochik (2006), elas não são conflitantes entre si, mas complementares. Seguem alguns exemplos apontados pelo autor:

- Teorias que entendem o preconceito a partir das matrizes psicodinâmicas, explicando-o como produto de mecanismos de defesa que encobrem conflitos internos, utilizados frente à frustração e à privação, geradores de ações hostis contra as minorias. São processos psicológicos universais e todos estariam sujeitos a desenvolvê-los. Nesse caso, elege-se a figura do *bode expiatório*.
- Correntes que enfatizam o preconceito como uma manifestação de perturbações psíquicas de determinadas estruturas de personalidade. Desse modo, alguns indivíduos estariam predispostos ao preconceito.
- Concepções teóricas que caracterizam o preconceito como um problema da socialização, isto é, os indivíduos se conformariam às normas e valores culturais transmitidos. Portanto, bastaria alterar os processos de socialização, no que concerne ao seu conteúdo, para que o preconceito desaparecesse.
- Aportes teóricos que consideram o preconceito como um problema cognitivo e universal, ou seja, a pessoa, para entender o mundo, o simplificaria mediante estereótipos ou processos cognitivos que caracterizam os fenômenos para que possam ser entendidos pelos sujeitos (p.62).

Além de estudar prováveis causas do preconceito, Crochik (2006) analisa alguns estudos das décadas de 40 e 50 que versam sobre os mecanismos subjetivos associados ao antissemitismo. Com esta finalidade o autor cita os estudos de Adorno et al (1950) cujo objetivo era conhecer tanto a predisposição dos americanos a uma ideologia fascista, quanto os elementos presentes na cultura americana que pudessem favorecê-la. Com esse propósito foram realizadas pesquisas de campo que analisaram as relações entre a ideologia e a personalidade, os mecanismos de propaganda fascista, os aspectos psicológicos subjacentes às pessoas que poderiam ser consideradas fascistas em potencial e os

subjacentes àquelas que tinham um perfil que permitiria um julgamento autônomo da ideologia. Esses estudos, de modo geral, foram efetivados por métodos distintos, tais como escalas e testes projetivos associados a entrevistas. Esses trabalhos apontam que há uma relação significativa entre as tendências profundas da personalidade e manifestações sobre economia e política; assim, o sujeito predisposto ao ideário fascista tende a ser conservador no que se refere a questões econômicas e políticas, e aquele que não é predisposto ao fascismo tende a ter um ideário liberal. No entanto, como a correlação obtida não foi de grande dimensão, os pesquisadores supuseram a existência de outros tipos de ligação entre personalidade e ideário político-econômico, que resultariam em tipos psicológicos. Em síntese, apesar de existirem relações entre configurações de personalidade e ideário político-econômico, essa relação não é plena, ou seja, não é possível afirmar que personalidade e ideologia se relacionam; existem, portanto, outros fatores que inclinam um indivíduo preconceituoso ou não preconceituoso a aderir a tal ou qual ideário político. Outro dado importante foi a constatação de que existem correlações nítidas entre escalas de etnocentrismo e de antissemitismo, o que mostra que o preconceituoso não se dirige a um só objeto.

Lacerda et al (2002) também apontam algumas perspectivas teóricas utilizadas na análise do preconceito. A perspectiva societal, descrita pelos autores, por exemplo, coloca as relações intergrupais no contexto dos conflitos culturais e ideológicos de uma sociedade, o que torna a base motivacional tradicionalmente utilizada na análise do preconceito suplantada por explicações que põem em relevo as relações de poder entre os grupos e as ideologias que ratificam as diferenças sociais existentes.

A ideologia, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos. O preconceito pode, assim, ser definido como uma forma de relação intergrupar em que, no quadro específico das relações de poder entre grupos, estes se expressam por meio de atitudes negativas e depreciativas, além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros pertencentes a um grupo.

Lacerda et al (2002) afirmam ainda que os aspectos do preconceito racial na Europa se apresentam sob duas formas: aberta e encoberta. O preconceito aberto é constituído por dois fatores: a rejeição de relações de intimidade e a percepção de ameaça econômica. O preconceito encoberto, por sua vez, apresenta componentes

como: a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo; a percepção de que o exogrupo não adere aos valores do trabalho e do sucesso e desse modo acentua as diferenças culturais. A dimensão emocional também foi identificada no preconceito encoberto, sendo que em tal fenômeno as pessoas não sentem emoções negativas em face do outro grupo, mas expressam mais emoções positivas em relação ao endogrupo. Portanto, a rejeição da intimidade com a expressão emocional pode ser caracterizada em três formas de relações raciais: o preconceito flagrante, a alta rejeição da intimidade e a negação de emoções positivas.

A história das relações raciais da nação brasileira, para Bento (2002), demonstra que o preconceito não é inato, mas socialmente construído, instalando-se no desenvolvimento individual como uma síntese dos conflitos psíquicos e da percepção distorcida da realidade, contendo em si aspectos de uma determinada cultura.

Com base nesses argumentos, compreende-se que o preconceito não está diretamente associado às características de um objeto ou tampouco é indiferente a ele, mas engendra valores e direciona as ações dos indivíduos. Certas características e julgamentos concebidos como inerentes a um objeto muitas vezes não o são, podendo ser fruto de uma visão distorcida da realidade e estar associados a conflitos psíquicos.

As generalizações das características de um determinado grupo para todos os indivíduos que o compõem são outro aspecto presente no preconceito. A experiência pessoal não é valorizada ou mesmo necessária para enfrentar as manifestações preconceituosas. Sobre essa questão, Adorno e Horkeimer, citados por Crochik (1996), afirmam que a maior dificuldade para a eliminação dos estereótipos está associada à noção de que o indivíduo preconceituoso não necessita entrar em contato direto com o objeto para desenvolver suas percepções. Assim, um conceito previamente formado não é modificado facilmente, mesmo com o emprego de estratégias que levem à sensibilização ou ao esclarecimento de certas visões distorcidas da realidade. A experiência individual não é necessária para romper um conceito geral associado a um preconceito. Por outro lado, as experiências individuais são fortemente influenciadas pelas imagens e estereótipos associados a um determinado objeto.

Ao estudar o tema da adoção inter-racial em pesquisa de mestrado (ALMEIDA, 2003), observamos que essa configuração de adoção congrega amplamente os mecanismos peculiares ao preconceito. A percepção sem contato com o objeto ocorre quando os candidatos rejeitam crianças negras e pardas, pois consideram *a priori* que não podem lidar com as implicações que julgam existir nas relações sociais e não se disponibilizam sequer a conhecer as crianças disponíveis para adoção por serem negras. Por outro lado, adotantes que optam pela adoção inter-racial personificam a quebra de valores socialmente determinados e podem ter que justificar frequentemente suas escolhas, pois ao serem inqueridos sobre o ato adotivo, são questionados a respeito da escolha de uma criança diferente de suas características étnicas.

Bento (2002), utilizando-se dos conceitos psicanalíticos – projeção e desidentificação –, analisa os mecanismos psíquicos presentes nas concepções e atitudes preconceituosas. Para a autora, o objeto do nosso amor narcísico é o nosso semelhante, aquele que congrega nosso lado bom, de qualidades altamente valorizadas pelo grupo. A escolha de objeto narcísico se faz a partir de si mesmo, ou seja, de representações do que já fomos, somos ou gostaríamos de ser. De forma contrária, o objeto do nosso ódio narcísico é o outro, o diferente, o depositário do nosso lado ruim, dos nossos medos e temores mais secretos. Assim, os valores sociais são invariavelmente influenciados por interesses *políticos e econômicos*, mas adquirem, também, sustentação no plano psicológico desde o período da infância, quando a pessoa sente o medo da perda do afeto por parte dos pais ou de outras figuras que os representem. De modo semelhante, o medo da perda do afeto e da proteção são fatores que favorecem a sujeição do indivíduo aos valores de um grupo como condição para que seja aceito.

Piza (1998), estudando as percepções mantidas por mulheres brancas sobre pessoas negras, concluiu que no discurso dos brancos é patente uma invisibilidade, uma distância e um silenciamento sobre a existência do outro – não vê, não sabe, não conhece, não convive. Dessa forma, a racialidade do branco é vivida como um círculo concêntrico: a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco³¹.

³¹ PIZA, 1998, apud BENTO, 2002, p.42.

A inserção do homem na cultura, por essa via e compreensão, se dá por meio de alianças de aceitação dos ideais do grupo no qual se encontra inserido. Esse processo implica certa repressão do pensamento e empobrece as relações pessoais, pois a interpretação da realidade ocorre por meio da reprodução de valores contaminados e pré-concebidos ao longo da história.

As relações inter-raciais, sob esse impacto, se manifestam a partir da falta de percepção mais crítica dos valores que circulam no imaginário coletivo e não permitem o reconhecimento dos fenômenos que produzem as desigualdades sociais e a discriminação por raça ou cor de pele. A trajetória existencial é traçada com base nesses princípios, conduzindo ao distanciamento de pessoas e situações que representem ameaça de perda de uma estabilidade emocional e material já adquirida.

O pensamento de Angelo Pereira (2002, p. 22), ao relatar sua experiência de adoção monoparental e inter-racial traz uma interessante definição a esse respeito:

[...] o preconceito é uma metralhadora giratória que sai cuspidando fogo contra tudo o que é diferente de nós. Tudo o que não entendemos vira prato cheio para piada; sejam negros, homossexuais, portadores de deficiência física ou visual, os pobres, os gordos, os judeus [...] e quaisquer outras minorias. Às vezes ele se apresenta com discretos contornos insuspeitos, mas principalmente contra os negros pode adquirir requintes de crueldade que nos fazem sentir vergonha de pertencermos à 'raça humana' (p. 22).

As considerações sobre o preconceito indicam que a adoção por casais homoafetivos pode suscitar atitudes preconceituosas, tendo em vista seu distanciamento dos valores preconizados pelo heterocentrismo. Em razão dessas interferências, o preconceito pode criar uma barreira entre os possíveis candidatos à adoção homoafetivos e as instituições envolvidas com o tema. Nesse sentido, pode recair sobre as configurações de família um olhar impregnado de aspectos negativos em razão dos malefícios supostamente encarnados por esses modelos familiares. Tal influência pode ainda impedir o entendimento de que as famílias homoafetivas apenas se mostram como uma variação dos modelos tradicionais de família, sem que deixem de cumprir a função que as famílias mais tradicionais desempenham, quer seja a socialização de seus membros, quer sejam os cuidados e a proteção de seus membros em estágio de maior vulnerabilidade.

Para adentrar um pouco mais nas questões do preconceito que afetam a adoção por casais homoafetivos, passamos a descrever no próximo item as questões da homofobia e suas consequências para a construção da subjetividade humana e para a constituição de vínculos na adoção.

4.2 As questões contemporâneas da homofobia – implicações para a adoção por casais homoafetivos

Para os defensores do discurso psiquiátrico do século XX, a homossexualidade sempre foi designada como inversão sexual, isto é, como anomalia psíquica, mental ou de natureza constitutiva e, em quaisquer circunstâncias, como a expressão de um distúrbio de identidade ou de personalidade, podendo levar até à psicose e frequentemente ao suicídio.

As variantes do comportamento sexual que se afastam da heteronormatividade, como a homossexualidade e a bissexualidade, frequentemente se inscrevem no imaginário coletivo como evidência de desvio, doença, perversão ou falha de caráter. Além disso, ainda povoam o imaginário popular representações que associam a diversidade sexual a vivências de solidão, isolamento e segregação social (SANTOS; BROCHADO-JUNIOR; MOSCHETA, 2007).

Freud não classificava a homossexualidade na categoria das práticas sexuais perversas (zoofilia, fetichismo, coprofilia, exibicionismo etc), pois distinguia a perversão, estrutura psíquica comum aos dois sexos, dos atos sexuais praticados sobretudo pelos homens e às vezes pelas mulheres, fossem ou não homossexuais. Roudinesco considera que “*o homossexual freudiano* encarna um ideal sublimado da civilização” (2003, p. 184). Além disso, ela observa que Freud, apesar de não ter superado os limites conceituais de sua época, que atrelavam a homossexualidade aos padrões heteronormativos, não lançou um olhar reducionista sobre o fenômeno da homossexualidade, diferentemente de alguns de seus seguidores. Para fundamentar tal análise, Roudinesco recorre à clássica resposta de Freud a uma mãe que se preocupava com a possível homossexualidade de seu filho. A respeito de tal indagação Freud defendeu em 1935 que a homossexualidade não é evidentemente uma vantagem, mas nada nela deve ser motivo de vergonha, pois não pode ser considerada nem como um vício, nem como um aviltamento, tornando-se impossível classificá-la como doença. Segundo o idealizador da psicanálise, tal

manifestação do comportamento humano deve ser considerada como uma variação da função sexual.

Para Roudinesco (2003), somente com os trabalhos de Foucault e John Boswell, na década de 1970, e com os grandes movimentos de liberação sexual é que se enfraqueceu a associação mecanicista entre homossexualidade e doença. Para esses autores, a prática sexual assume uma peculiar conotação, marcada também pela diversidade. A partir de então, começa-se a falar não mais de homossexualidade e sim das homossexualidades, para significar que esta não era mais uma estrutura imutável, mas um componente multiforme da sexualidade humana.

Apesar das mudanças no campo teórico, persistem ainda hoje mitos e preconceitos em torno das práticas homoeróticas. Para Santos; Brochado-Junior; Moscheta, (2007), os mitos e preconceitos são alimentados pela desinformação e, socialmente construídos, fazem com que a sexualidade dos indivíduos com orientação sexual divergente da heteronormativa seja vivida com culpa, vergonha e constrangimento, desencadeando angústia e sofrimento.

Segundo Teixeira-filho; Toledo; Godinho (2007), O conceito de homofobia foi formulado primeiramente pelo psicólogo Joahn Smith na década de 1970. Na atualidade representa qualquer sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito e desprezo em relação à pessoa homossexual (ou àquela que aparenta ser) ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si próprio. A base da homofobia é o heterocentrismo - conectado que está ao modo de pensar, agir e sentir, pautados na arbitrariedade do sexo biológico usado como premissa 'verdadeira' sobre os sexos, que posiciona a heterossexualidade como referência primeira dos desejos, ideais, princípios e valores. Assim, o que se associa à heterossexualidade "[...] produz, por sua vez, um sentimento de superioridade em relação a todas as outras manifestações de orientação e/ou identidade sexual [...] que basicamente define a orientação heterossexual, como 'normal [...] compulsória a todas as outras orientações sexuais". (TEIXEIRA-FILHO; TOLEDO; GODINHO, 2007, p. 304).

A palavra *homofobia* conquistou maior visibilidade, porém, no século XXI, também impulsionada pelos movimentos sociais. O termo adquire maior inserção social e passa a ser utilizado para dar visibilidade à aversão sofrida pelos homossexuais no entorno social, tornando-os sujeitos de segunda classe ou de

cidadania inferior, bem como para intensificar campanhas de combate à violência que incide sobre estes grupos destoantes da heteronormatividade.

De acordo com Daniel Borrillo (2010), a diferença homo/hétero é constatada, mas serve também para ordenar um regime de sexualidades em que os elementos heterossexuais são os que merecem qualificação de modelo social e de referência para qualquer outra sexualidade. Nesta ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) produz um comportamento sexual único (hétero), balizado na diferenciação masculino e feminino. A associação entre sexismo e homofobia aparece como elemento necessário ao regime binário das sexualidades. Desse modo, a divisão dos gêneros e do comportamento heterossexual funciona, de preferência, como um dispositivo de reprodução da ordem social. Tomada por tais referências, a homofobia assume um caráter vigilante, responsável pela manutenção das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino).

No Brasil, a noção de homofobia adquiriu uma dimensão política para chamar atenção para todos os tipos de violência que envolvem a população LGBTTT. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) utiliza a palavra *homofobia* para qualificar o medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia está relacionada, portanto, à discriminação e à opressão baseadas na orientação sexual. Por meio do heterossexismo, a heterossexualidade subordina a homossexualidade aos seus padrões, tornando-a inferior; a ideologia sexista a impõe como modelo único e compulsório, que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. A homofobia, conforme a ABGLT, se manifesta em diferentes contextos sociais, como, por exemplo, família, local de trabalho, escola, igreja. A falta de políticas afirmativas e a inserção midiática pejorativa do tema podem potencializar os efeitos dessa aversão, intensificando o sofrimento psíquico.

Assim, há de pensar em como ocorre esse afetamento e quais as linhas de fuga possíveis no processo de subjetivação e construção das famílias. Estariam as pessoas que sofrem homofobia equipadas minimamente para enfrentar os sofrimentos desencadeados pela orientação sexual tida como desviante? Dessas consequências podem se desdobrar dois processos: autopunição e/ou isolamento; ou a recusa de si mesmo e do semelhante quando identifica supostos graus de desvios respaldados pelo crivo da homofobia que coloca o comportamento

heterossexual como o único aceitável. Um círculo vicioso pode ser instalado com a internalização da homofobia e sua perpetuação nas relações sociais e no âmbito privado. O sujeito homossexual passa a compartilhar sentimentos homofóbicos e, por mecanismo defensivo, a desqualificar seu semelhante. Ao analisar esse fenômeno, deve-se ter cuidado para não responsabilizar apenas o sujeito que se torna seu agente, desconsiderando-se as influências sociais e históricas que contribuem para sua formação.

Miskolci (2011), em um artigo intitulado *Desejo e solidão*, também aborda os efeitos da homofobia na produção de subjetividades. De acordo com o autor, a política da vergonha opera de forma ativa, seja por meio de ações como a perseguição sistemática, a violência simbólica e física, seja pela ignorância proposital da existência do desejo homoerótico. Esta ignorância do sofrimento perpetrado em quem vem a expressá-lo ou senti-lo em segredo é reveladora ao contribuir para uma política que se vale da ameaça da vergonha pública e da desqualificação moral. Portanto, o terror do estigma cria desigualdades, isolamento, em suma, relega o desejo socialmente proscrito ao segredo, criando subjetividades marcadas pelo temor de si mesmas e da exposição do que as tornaria a encarnação do abjeto diante da suposta maioria das pessoas “normais”. Assim, paradoxalmente a sexualidade se constrói em uma dinâmica de conhecimento e ignorância, entre o que pode ser visível e o que é relegado ao segredo remetido ao campo do privado.

A heteronormatividade, segundo Miskolci (2011), privilegia subjetivações normalizadas, vigiadas e sob constante pressão. Incitadas a apagar seu desejo do convívio cotidiano e – ao mesmo tempo – a compreenderem a si mesmos como produto dele, constituem um aparente paradoxo que se dissolve ao compreendermos que compõe uma dinâmica em que a aceitação do desejo como verdade gera o segredo da abjeção, da impureza da qual o próprio sujeito quer se livrar. Daí não se estranhar que o medo e o nojo pelo próprio desejo levem muitos a se identificarem com a cultura dominante que repele com asco sua “verdade”.

Muitos são os que buscam contato com pessoas do mesmo sexo, mas temem em si próprios - e no possível parceiro - tudo o que possa denunciar um erotismo que afrontaria a crença na heterossexualidade como a própria ordem natural do sexo. São sujeitos moldados por violências heterossexistas que os tornam homofóbicos, interiormente acossados pelo medo de serem descobertos, de se tornarem vítimas de seu desejo, de serem traídos por aqueles que amam. O cerne

destes medos, no caso dos homens, é de que o desejo homoerótico os leve a confrontar a ordem social, perdendo o privilégio do gênero masculino, o que, de certa forma, os exporia a serem humilhados e (mal) tratados como mulheres.

É sobre essa base que Welzer-Lang (2009) afirma que a homofobia está diretamente associada à dominação masculina, pois as relações sociais de sexo são exercidas de maneira transversal ao conjunto da sociedade, fazendo com que homens e mulheres sejam perpassados por ela. Desse modo, a homofobia é definida como a discriminação contra pessoas que mostram, ou a quem se atribuem algumas características próprias do outro gênero. Em razão disso, demarcam-se rigidamente as fronteiras entre os gêneros, refutando-se até mesmo a noção de uma bissexualidade fundadora do desenvolvimento psíquico, também preconizada por Freud. Welzer-Lang acrescenta ainda que o paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. Os homens que são tentados, por diversas razões, a não reproduzir, ou mesmo a recusar em si próprios esse ideal de machismo que lhes concede privilégios são ameaçados por reações homofóbicas, havendo uma pressão social para que retomem suas aspirações de seguir as normas da virilidade. Assim, o heterocentrismo cria categorias e produz diferenças entre os dominantes, homens ativos, penetrantes, e os outros, aqueles que são penetrados, logo, dominados. Claramente, a homofobia se aplica aos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, desvalorizando-os por não adotarem, ou serem suspeitos de não adotar, as figurações sexuais ditas naturais.

Observando-se os efeitos da homofobia nos homossexuais, podem-se pressupor suas consequências também nas famílias homoafetivas com filhos adotivos, embora não tenhamos conhecimento de dados empíricos que fundamentem tal assertiva. Inclusive, em nosso levantamento sobre as adoções por casais homossexuais nas Comarcas do interior do Estado de São Paulo, apresentado no capítulo 4, constatamos que não houvera até aquele momento nenhuma recusa de adoção a casais homoafetivos por parte do Judiciário, no universo pesquisado. Conforme já ressaltado na introdução deste trabalho, até o momento não ocorreram institucionalmente discussões mais aprofundadas sobre o tema, o que nos faz presumir uma possível dificuldade em lidar com ele. Também não se consolidaram referências para atuação das demandas oriundas das famílias homoafetivas, o que deixa os sujeitos demandantes dos serviços de adoção à mercê

de interpretações individuais dos operadores do Direito e demais profissionais envolvidos.

Butler (2003) discute no artigo *O parentesco é sempre tido como heterossexual* que as variações no parentesco que se afastam das formas diádicas das famílias heterossexuais, garantidas pelo casamento monogâmico e heterossexual, além de serem consideradas perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana.

Para a autora, alguns dilemas se instalam quando se busca a reivindicação do casamento e da parentalidade por parte da comunidade gay e lésbica. Nesse sentido, ela argumenta que viver sem normas de reconhecimento provoca um sofrimento significativo e formas de desempoderamento que frustram as próprias distinções psíquicas, culturais e materiais que marcam os interesses da comunidade gay e lésbica. No entanto, a demanda por reconhecimento, que é politicamente poderosa, pode levar a novas e rígidas formas de hierarquia social e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento fornecidas e exigidas pela legitimação do Estado. Ou seja, ao delegar somente ao Estado o reconhecimento, restringem-se as questões políticas atinentes ao campo da parentalidade e da conjugalidade ao domínio das normas carregadas de ideologia, que acabam por excluir subgrupos que não atendem aos padrões morais vigentes.

Quais seriam as possibilidades existenciais da família homoafetiva tendo em vista as implicações do heterossexismo na cultura, os efeitos da homofobia no processo de subjetivação e seus desdobramentos no pensamento e no comportamento preconceituoso? A família homoafetiva conseguiria superar o determinismo biológico que engendra um binarismo essencialista e aprofunda a separação entre o *masculino* e o *feminino*? Haveria espaço para um parentesco que questionasse as imposições simbólicas sempre referendadas em matriz heterossexual, sem capturá-lo em novos e rígidos padrões normativos, como alerta Butler?

As famílias homoafetivas ousam reivindicar sua existência em um campo de regras e valores incorporados historicamente. Resta saber como elas se constituirão frente às influências da tradição, das contradições e das divergências que afetam sua própria formação e existência.

O percurso teórico até aqui adotado procurou contemplar as especificidades de nosso estudo, pois a adoção por casais homoafetivos, por agregar fenômenos sociais e psíquicos, se mostra um fenômeno complexo e multideterminado.

Devido a essa complexidade, retomamos as variações sociais, políticas e legais que interferiram e ainda interferem na constituição e na dinâmica da família. Procurou-se dar destaque aos aspectos emocionais presentes na formação do par conjugal e na vivência de parentalidade. A essa discussão foram agregados o tema dos novos arranjos familiares e a questão do preconceito e da homofobia, tendo em vista serem esses subsídios importantes na delimitação de nosso objeto e, ainda, na formulação da questão central de nosso estudo.

Como já dito, a questão central se liga aos processos subjetivos presentes nas famílias formadas por casais homoafetivos, cujo estudo nos leva a questionar se esse arranjo familiar tão diferenciado organiza-se por meio de referências e valores que rompem com as práticas e vivências de parentalidade atualmente encontradas nas famílias tradicionais, ou por meio de valores e conteúdos psíquicos já delimitados e historicamente incorporados no campo social.

Com base nessas reflexões e articulações teóricas, apresenta-se o contexto no qual foram levantados os dados junto aos participantes, dando continuidade ao delineamento do estudo de caso.

5 CAPÍTULO 4 MÉTODO

5.1 Delineamento do estudo de caso

Adotamos a proposta metodológica de estudo de caso como estratégia para a investigação do nosso tema de pesquisa.

Os estudos de caso voltados à produção de conhecimento não são um fenômeno novo; pensadores clássicos já seguiam parâmetros básicos semelhantes aos que direcionam as pesquisas científicas formuladas na atualidade (SANCHES PERES; SANTOS, 2005a). Hoje, tais estudos contribuem significativamente para a elaboração de pesquisas das ciências humanas e sociais.

Os estudos de caso também têm se mostrado uma importante ferramenta na pesquisa em Psicologia. Entretanto, há dificuldades para conduzi-lo adequadamente, talvez “porque a maioria dos manuais de metodologia científicos não dedica a devida atenção ao assunto e, assim não fornece os elementos teóricos para tanto” (SANCHES PERES; SANTOS, 2005a, p.2).

Visando ao preenchimento dessa lacuna, Sanches Peres e Santos (2005a) discutem, em artigo dedicado ao tema, as possibilidades do estudo de caso em pesquisa científica. Segundo esses autores, o estudo de caso possibilita a produção de um novo conhecimento, pois lança aspectos valiosos para a elaboração de futuras pesquisas que podem auxiliar na compreensão de outras particularidades do objeto investigado (SELTIZ, JAHODA, DEUTSCH E COOK, (1965 apud SANCHES PERES; SANTOS, 2005a)³².

De acordo com Sanches Peres e Santos (2005a), define-se *caso* como um fenômeno passível de análise crítica, que se instala em um sistema delimitado, integrado, unitário e multidimensional, composto, portanto, de muitas nuances. Essa estratégia é validada por boa parte dos pesquisadores porque permite a análise em profundidade de um objeto e ao mesmo tempo externar uma preocupação com seu aspecto unitário, sendo essas suas principais características (SANCHES PERES; SANTOS, 2005).

De modo a validar o uso de estudo de caso em pesquisa, Gil (2009) frisa que, pelo fato de essa estratégia se referir a poucos objetos, viabiliza a utilização de

³² Cf. SHELLTIZ, C. ; JAHODA, M. ; DEUTSCH, M.; COOK, S.M. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Helder, 1965.

instrumentos que podem conferir maior profundidade aos dados, tendo assim vantagem sobre os levantamentos que normalmente fornecem informações mais superficiais do fenômeno pesquisado. Para o autor, a profundidade aproxima a abstração dos resultados de uma pesquisa, amarrando-os à concretude da prática social.

Assim, o estudo de caso não contribui apenas para promover o conhecimento científico, mas também para desenvolver práticas em diferentes áreas da Psicologia, como, por exemplo, clínica, educacional e outras (SANCHES PERES; SANTOS, 2005b). De outro modo os autores salientam que os estudos de caso utilizados no contexto em que emergem práticas profissionais não devem visar apenas à compreensão do objeto investigado, mas, por meio de hipóteses generalizáveis, fornecer subsídios para o planejamento e execução de intervenções a serem empregadas no conhecimento de objetos. Para tanto, o profissional deve ter clareza sobre o objeto que deseja investigar e as questões que formula, para não ter dificuldades de atingir os objetivos pretendidos na pesquisa (SANCHES PERES; SANTOS, 2005b).

Em Gil (2009), encontra-se o alerta de que, embora os estudos de caso correspondam a um tipo definido de pesquisa, tal estratégia de investigação pode assumir diferentes formatos, em decorrência dos propósitos, do enfoque disciplinar, da quantidade de casos, das formas de coleta e análise dos dados.

Para permitir melhor compreensão sobre a natureza metodológica dos estudos de caso e sua adequação a determinados objetos, Sanches Peres e Santos (2005a, p.2) apontam três categorias e suas respectivas indicações:

- *estudos de caso exploratórios*, que têm como meta a descoberta de novas áreas de pesquisa ou o delineamento de novas abordagens para objetos pouco conhecidos;
- *estudos de caso descritivo*, que visam exclusivamente à compreensão de uma instância específica e privilegiam um enfoque indutivo;
- *estudos de caso diagnósticos*, que focalizam a obtenção de subsídios para futuras intervenções a serem desenvolvidas junto ao objeto.

Na concepção de Gil (2009), um estudo de caso exploratório é indicado quando o pesquisador não espera obter uma resposta definitiva para o problema

proposto, mas pretende com os resultados contribuir para uma visão mais acurada do problema e criar referências para a discussão de outros elementos integrados ao fenômeno estudado, e, ainda, auxiliar na construção de novas hipóteses capazes de orientar futuros trabalhos no campo.

Sanches Peres e Santos (2005b) destacam ainda três características epistemológicas a serem consideradas na adoção do estudo de caso como estratégia metodológica, são elas:

- Entender o conhecimento como algo inacabado e em constante mutação. Desse modo, o pesquisador deve utilizar-se do estudo de caso não como um conjunto de regras inquestionáveis, mas como um ponto de partida para novas indagações, almejando novas respostas no curso de suas pesquisas e práticas profissionais.

- Reconhecer que o objeto de estudo representa um todo complexo e por vezes fragmentado; requerendo, portanto, uma forma para que se consiga apreendê-lo em seu caráter unitário.

- Considerar que uma realidade pode ser compreendida de diferentes modos. Assim deve considerar-se que um objeto poder ser analisado e compreendido sob diferentes enfoques.

Para a formulação de um objeto de pesquisa fundamentado na estratégia metodológica de estudo caso, Yin (2010) recomenda alguns parâmetros norteadores para seu delineamento: escolha de um fenômeno contemporâneo; necessidade de preservação do seu caráter unitário; e integração ao contexto no qual emerge, com o consequente aprofundamento acerca das características que agem em sua formação. Tais elementos, segundo o autor, ajudam a evitar experiências de ensaio e erro que podem despender muito tempo na realização de uma pesquisa.

Com respaldo nesses aspectos, consideramos que nosso tema de pesquisa - adoção por casais homoafetivos- possibilita o estudo de uma situação que reúne tais características, tendo em vista ser um fenômeno contemporâneo, passível de análise crítica, apresentar um sistema delimitado, tendo seus contornos na família, e ainda ser integrado em questões sociais e psíquicas.

Frente a tais especificidades, foram organizados os instrumentos para o levantamento e análise dos dados. Tais instrumentos foram respaldados no modelo de estudo de caso exploratório, que se mostrou coerente com os objetivos aqui enumerados e contribuiu para o estudo do tema.

Dadas as particularidades dos elementos que integram a adoção por casais homoafetivos, foram necessários procedimentos que nos permitissem a travessia rumo a uma melhor compreensão dos processos subjetivos implicados no exercício das funções parentais dessas famílias. Nesse processo, aconteceram as reflexões iniciais; a elaboração de estratégias para o reconhecimento do campo onde o fenômeno se materializa; a organização de um roteiro de entrevista semiestruturado pautado por dois temas básicos: *interesses por filhos e desejo de fazer família*. Após a obtenção de tais informações, foi possível elaborar dezenove eixos de análise, que ajudaram a compreender as fases que compõem os processos subjetivos de adoção em uma família homoafetiva.

Nessa trajetória, houve a necessidade de revisão e alguns procedimentos, bem como readequação de critérios para a seleção dos participantes, conforme detalharemos mais adiante.

Assim, a etapa inicial no delineamento da pesquisa exigiu reflexão sobre a natureza do objeto e sobre os prováveis fenômenos a ele associados. Com as reflexões iniciais buscou-se compreender em profundidade os processos que se instalam na família homoafetiva após acolhimento de crianças com fins de adoção. Assim, foi possível identificar os fenômenos que se instalam na família nesse período, o que permitiu identificar os aspectos subjetivos que agem na constituição de vínculos nesse meio familiar, engendrando filhos e pais.

Se, por um lado, a adoção por casais homoafetivos é uma possibilidade na sociedade contemporânea; por outro lado, tal modalidade de adoção pode carregar ao mesmo tempo diferenças e similaridades com relação às adoções tradicionais. Essa particularidade do objeto, que remete às semelhanças e às singularidades de um processo adotivo, levou-nos à busca de aportes teóricos que ajudassem a compreender as determinações inconscientes que atravessam o desejo e a prática de parentalidade, bem como de instrumentos metodológicos adequados para essa investigação. Elegendo-se esses elementos como fios condutores das entrevistas, foi possível reconhecer com maior propriedade os contornos dos processos subjetivos dessa configuração de adoção.

No que se refere à fundamentação teórica para a análise do material obtido, a perspectiva da psicanálise vincular e suas contribuições para o entendimento da constituição dos vínculos foi importante tanto para a composição do roteiro semiestruturado de entrevista, como para a análise do material obtido. O emprego

desse aporte teórico adequou-se às proposições almejadas no delineamento do estudo de caso.

Assim, o método de estudo de caso de caráter exploratório e o aporte da psicanálise vincular possibilitaram a apreensão das particularidades na constituição subjetiva, uma vez que ajudaram a compreender os processos subjetivos presentes em uma adoção por casais homoafetivos. Portanto, os aspectos identificados no fenômeno estudado se mostraram pertinentes aos pressupostos básicos da estratégia de estudo de caso, apresentando-se ainda como objeto passível de análise crítica, tendo em vista que contempla um sistema delimitado, integrado, unitário, mas também multidimensional e, portanto, atravessado por muitas influências, conforme salientaram Sanches Peres e Santos (2005a), sobre as características básicas dessa estratégia metodológica.

Com o intuito de verificar a constituição de vínculos entre pais e filhos em uma família homoafetiva, buscou-se uma história singular de adoção na qual pudessem ser observados aspectos psíquicos propostos no recorte escolhido. Foi preciso reconhecer o universo de adoções por casais homoafetivos no interior do estado de São Paulo para, depois, localizar atores que se dispusessem a falar sobre suas vivências.

Os participantes foram identificados entre os adotantes e pais adotivos que haviam informado orientação homossexual, por ocasião do cadastro ou pedido conjunto de adoção, em Comarcas do interior do estado de São Paulo. De um grupo de quatro famílias que atendiam a esse perfil, foi selecionada apenas uma, que já estava em acompanhamento por este pesquisador no contexto da Justiça.

Porém, antes de definir qual família seria a participante do estudo, foi estabelecido contato prévio com os outros três grupos familiares, viabilizado por meio de um levantamento junto aos Serviços de Psicologia e Serviço Social que integram as 56 Comarcas do interior do estado de São Paulo³³.

³³ As Comarcas-Sede de Circunscrição estão localizadas em diferentes regiões do interior do Estado de São Paulo, foram instaladas em cidades de médio e grande porte e geralmente contam com população mínima acima de 50.000 habitantes. Fazem parte das Comarcas-Sede outras cinco Comarcas, sediadas em cidades menores da mesma região. Os psicólogos judiciários estão lotados, atualmente, apenas em Comarcas-Sede. Em razão desse fator, no interior somente tais Comarcas foram recrutadas para o levantamento da amostragem.

Para o início da pesquisa de campo, foi solicitada autorização do Juiz de Direito e Secretário do Grupo de Atendimento da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – GA-CEJAI, magistrado responsável pela área de Adoção no Judiciário Paulista. O projeto foi também submetido a um comitê de ética em pesquisa. Após os pareceres favoráveis dos respectivos órgãos, iniciaram-se os procedimentos necessários para a coleta de dados, que se constitui em dois momentos:

- 1) Levantamento de casos de adoção efetivados por casais homoafetivos nas Comarcas-Sede do interior do Estado de São Paulo;
- 2) Quatro entrevistas semiestruturadas com as famílias selecionadas para o estudo de caso.

Para melhor compreensão dessas etapas, detalham-se, a seguir, as etapas dos procedimentos e os dados preliminares que ajudaram na trajetória rumo à pesquisa com os participantes, tendo essa estratégia criado condições para o aprofundamento pretendido.

Para o levantamento de dados, foi encaminhado às 56 Comarcas-Sede do interior paulista um formulário no qual se solicitava o número de adoções pleiteadas nessas Comarcas, no período de 1990 a 2011. Nesse mesmo levantamento, pediu-se que as equipes de Psicologia e Serviço Social das referidas Comarcas entrassem em contato com as famílias que tinham o perfil desejado, para informá-las sobre nossa pesquisa e verificar se concordavam em dela participar.

Foram estabelecidos os seguintes critérios para o convite às famílias:

- Os participantes deveriam manter vida em comum, apresentarem-se como casal e residirem no mesmo espaço doméstico;
- O tempo de convivência conjugal não deveria ser inferior a seis meses;
- O pedido de adoção ou a adoção concluída deveriam ter sido formulados conjuntamente pelo casal.

Após o término desse levantamento, foi possível ter uma melhor visão dos pedidos de adoção formulados conjuntamente por casais homoafetivos, conforme apresentado a seguir.

LEVANTAMENTO

OBJETIVO	Adoções efetivadas por casais homossexuais. Período: 1990 a 2011.
Contexto	56 Comarcas-Sede de circunscrição do interior do estado de São Paulo
Questionários enviados	56
Questionários respondidos	36

Quadro 2: Adoções por homossexuais: contexto e formulários encaminhados

Esses dados preliminares indicam um retorno de 64% dos formulários enviados, o que tornou significativo o universo representado. Utilizamos o ano de 1990 para o início do levantamento, tendo em vista ser o ano de promulgação do ECA, e o de 2011 para seu término.

De modo geral os profissionais foram receptivos às solicitações encaminhadas, já que os questionários não devolvidos representaram 36% do total. Ocorreu uma recusa explícita de uma das equipes, que, embora tenha elogiado a pesquisa, justificou que não iria responder ao levantamento sem que tivesse uma autorização explícita do Tribunal de Justiça. Tal justificativa pareceu-nos pouco fundamentada, pois, antes de encaminharmos os formulários, havíamos adotado todos os procedimentos necessários. Outra situação inusitada foi a devolutiva de um questionário respondido com a ressalva da profissional que o respondeu salientando que não concordava em participar da pesquisa. Refletimos sobre o significado de tais posições, porém não nos aprofundaremos nesses aspectos, tendo em vista que nosso objetivo com o levantamento foi mapear o campo de adoção por casais homoafetivos e encontrar um caminho para acessar possíveis participantes.

QUANTO ÀS ADOÇÕES	
Adoções Concluídas	3
Adoções em Tramitação	3
Composição das famílias cuja adoção foi concluída	3 casais: formados por gays
Composição das famílias cuja adoção está em tramitação	1 casal: formado por gays 1 casal: formado por lésbicas 1 casal: formado por uma travesti e seu companheiro

Quadro 3 Adoções concluídas e em andamento por casais homoafetivos nas Comarcas do interior do estado de São Paulo.

Os dados sobre as adoções concluídas e em andamento indicam que a adoção conjunta por homossexuais é uma realidade no interior do Estado de São Paulo. Os números permitem inferir que até o momento os casais gays têm se mostrado mais representativos nessa demanda emergente. O fato é curioso, pois de modo geral há uma forte associação da mulher com a prática dos cuidados a uma criança, o que nesse caso é contrariado pelas adoções homoafetivas efetuadas por pessoas do sexo masculino.

QUANTO AO CADASTRO DE ADOÇÃO

Candidatos aprovados	06
Cadastros reprovados	01 (inscrição solicitada no início da década de 90).
Inscrição feita individualmente, ainda que o candidato/a vivesse em união estável.	03
Composição dos casais com inscrição aprovada (a espera da criança)	04 casais: formados por homens – (todos gays) 02 casais: (formado por lésbicas)
Composição dos casais com cadastro de adoção reprovado	01 gay (sozinho)
Composição dos casais que solicitaram adoção sozinhos, embora vivessem em união estável com um/a companheiro/a	01 casal: formado por gays 02 casais: formado por lésbicas

Quadro: 4 Inscrições individuais de homossexuais e de casais homoafetivos para o Cadastro de Adoção nas Comarcas do interior do estado de São Paulo.

Os dados referentes ao Cadastro de adoção indicam que, provavelmente, a falta de regulamentação jurídica tenha dificultado a visibilidade do/a segundo/a companheiro/a no pedido de inscrição para adoção. Desde a inscrição até a inserção em lista de espera, há um lapso temporal, o que significa que essas pessoas estão aguardando há mais de dois anos por adoção.

Após o levantamento citado, houve a possibilidade de realização de entrevistas com quatro famílias que se enquadravam no perfil almejado para a pesquisa. No entanto, foi escolhida uma única família para que a história singular de adoção fosse estudada em profundidade, o que seria inviável caso se optasse por analisar as quatro famílias já referidas. Frise-se que existiam nas outras três famílias particularidades relevantes que não poderiam ser desprezadas, como, por exemplo: diferentes tempos de formação do par conjugal; variadas questões de gênero entre essas famílias, como no caso de família composta por uma travesti e seu companheiro; diferente número de crianças adotadas por essas configurações familiares; ou seja, cada grupo familiar com diferentes números de filhos.

Além disso, a decisão de estudar apenas um caso vincula-se a um dos pressupostos epistemológicos inerentes à execução de estudos de caso, apregoado por Sanches Peres e Santos (2005), que salientam que o pesquisador interessado em empregar essa estratégia metodológica deverá utilizá-la não como um conjunto de proposições inquestionáveis, mas sim como o ponto de partida para o desenvolvimento de novas ideias em seu próprio trabalho. Para tanto, deverá manter-se constantemente aberto às dimensões adicionais relevantes de seu objeto de estudo.

É importante salientar que a família escolhida já era acompanhada por este pesquisador no contexto da Justiça. Além disso, houve uma preocupação com o enquadre no qual foram organizadas as entrevistas semiestruturadas e com questões éticas emergentes dessa relação.

A família selecionada era, à época da pesquisa, constituída por dois homens, que viviam em união estável havia mais de dez anos e que tinham pleiteado a adoção de dois irmãos biológicos. Durante a fase do acompanhamento no Fórum, os participantes foram informados sobre os objetivos desta pesquisa e sobre o enquadre a ser adotado, caso desejassem participar do estudo. Esclarecemos que no contexto de pesquisa assumiríamos outro papel - o de pesquisador, e não o de psicólogo representante do Poder Judiciário. Tais considerações foram importantes para situar futuramente o entrevistador e os entrevistados no campo relacional no qual ocorreram as entrevistas.

A respeito da possibilidade de sobreposição de papéis profissionais num dado contexto, Bleger (1992) considera que o trabalho do psicólogo fica condicionado ao modo como ele propõe as normas que direcionarão a realidade intersubjetiva que afeta sua prática profissional. Nesse sentido, o autor define o enquadramento como a fixação de certos aspectos dentro dos quais se controlam as variáveis de um fenômeno a ser analisado. Assim, o trabalho do psicólogo com os atores sujeitos de sua ação depende do contexto em que ocorre. Para tanto, o vínculo a ser formado na relação profissional sujeita-se ao contrato e à explicitação dos marcadores que conduzirão essa relação interpessoal. Com essas preocupações, o psicólogo pode contribuir para o êxito das suas próprias tarefas, e também atender satisfatoriamente as demandas que se lhe apresentam. Essas condições serão atingidas, principalmente, se o profissional não ignorar as especificidades de sua atuação e não negligenciar a natureza do vínculo que conduz suas relações profissionais.

Nesse sentido, de acordo com Bleger, caso venha a cumprir dois papéis profissionais no mesmo contexto, o psicólogo poderá encontrar-se em uma superposição de funções ou em uma confusão de enquadramento.

Tais considerações acerca do enquadre se mostraram pertinentes quando da ligação de nosso papel de profissional, como representante do Poder Judiciário, e o de pesquisador, já que inicialmente tínhamos que essa aproximação pudesse interferir negativamente nas atividades planejadas.

Com base nos pressupostos teóricos referentes ao enquadre, foram expostos aos adotantes o papel assumido pelo entrevistador e o objetivo da pesquisa. Além desses esclarecimentos, refletimos com os pais adotivos sobre as possibilidades e os limites que se colocariam no campo relacional à medida que tais papéis fossem assumidos. Assim, o enquadre foi sendo anunciado gradativamente e contribuiu para a operacionalização das entrevistas, reduzindo riscos de uma superposição de papéis: de profissional do judiciário com o de pesquisador.

Esclarecemos aos participantes que o processo seria desenvolvido em etapas, por meio de quatro entrevistas, na residência do casal, das quais duas seriam individuais e duas em conjunto, com o objetivo de levantar aspectos de suas histórias de vida, da conjugalidade e das alterações na vida familiar advindas com o acolhimento das crianças com fins de adoção. Foram informados também de que as falas seriam gravadas em áudio para facilitar o registro de todas as informações, para posterior análise dos dados mais significativos. Foi esclarecido ainda que os procedimentos das entrevistas e os resultados da pesquisa não interfeririam na tramitação do processo judicial de adoção.

Explicitadas as características do enquadre, ocorreram as entrevistas, com duração média de 1h e 30 minutos, num salão de festas do condomínio em que os pais residem, sendo esse ambiente dotado de condições necessárias para a aplicação. De modo geral, houve boa receptividade dos entrevistados, não se observando inibição ou qualquer reação negativa em razão da gravação das entrevistas em áudio.

Durante as entrevistas, os adotantes se mostraram colaborativos, sem se deixar intimidar por nosso vínculo com o judiciário. Nesse aspecto, foram tão espontâneos que não se furtaram em emitir críticas à Justiça, nem deixaram de mostrar contrariedade quanto ao tempo excessivo de acompanhamento exigido pelo Poder Judiciário para a concretização da adoção. Também não tiveram nenhuma

reserva ao sugerir dias específicos para a realização das entrevistas. Nesse sentido procuramos nos adaptar à rotina da família e flexibilizar datas e horários de modo a atender as necessidades dos participantes.

Também não foram observados sentimentos persecutórios na apresentação das respostas, constatando-se, inclusive, o contrário dessa eventual hipótese, ou seja, em alguns momentos, eles chegaram a apresentar informações que não haviam mencionado nos acompanhamentos do Poder Judiciário. Também se mostraram à vontade para discordar um do outro, nos momentos em que foram entrevistados conjuntamente.

Note-se ainda que as entrevistas não foram mencionadas nem provocaram indagações no contexto institucional, o que nos leva a inferir que não houve interferências negativas no trabalho de acompanhamento no Poder Judiciário. De nossa parte, na condição de profissional da Justiça, também não fizemos menção ao momento das entrevistas. Isso foi facilitado pela definição e diferenciação dos enquadres associados ao campo da Justiça e da pesquisa.

Como pesquisador, procuramos adotar cuidados básicos, como, por exemplo, não emitir juízo de valor, ou não interferir no momento em que as informações foram apresentadas na fase de coleta de dados. As intervenções do entrevistador somente ocorriam quando algo falado pelos participantes não ficava claro e pedia um aprofundamento da temática levantada.

Dois momentos se mostraram particularmente importantes nas entrevistas: o primeiro, a avaliação das falas dos entrevistados no que tange à vivência homossexual principalmente no grupo familiar de origem e o lugar pensado para a criança na organização familiar; o segundo, a análise da vivência concreta da experiência parental.

Levando-se em conta essas etapas, com fundamento em Benghozi (2010), foi eleita como um dos eixos centrais do roteiro semiestruturado de entrevista a dimensão do desejo *de filhos e de fazer-família* por parte dos adotantes. Esse aspecto favoreceu a compreensão dos processos subjetivos da família homoafetiva e auxiliou a identificação da função da criança no projeto conjugal e parental do casal participante. Além disso, foi relevante pensar os processos de *desmalhagem* e *remalhagem*, verificados na genealogia da família de origem e na família adotiva.

A entrevista teve, então, por função levantar a história de vida pessoal e familiar dos participantes e suas respectivas experiências de adoção. As abordagens

individuais e conjuntas aconteceram em aproximadamente um mês, após um ano de inserção das crianças na família.

A entrevista, assumindo modelo semiestruturado, abordou os seguintes aspectos:

Temas abordados nas entrevistas individuais com os pais adotantes.

- Experiências e sentimentos em relação à família de origem; relações com os pais e irmãos; reação dos familiares ao se depararem com as especificidades da orientação sexual; contatos e relações mantidos na atualidade com a família de origem; ideal de família introjetado na história de vida familiar.

Temas discutidos nas entrevistas conjuntas com os pais adotantes.

Motivações para a adoção, primeiras experiências após a chegada do filho no meio familiar; reação entre os parceiros e demais membros da família extensa após a adoção; eventuais mudanças no ciclo e padrões comportamentais da família; expectativas quanto ao futuro e recursos mobilizados em eventuais situações de preconceito frente ao exercício parental.

O modelo semiestruturado de entrevista foi uma ferramenta importante no delineamento do estudo de caso exploratório, tendo em vista que, por ele, foi possível percorrer a trajetória individual e familiar dos adotantes em suas famílias de origem, formação do casal e experiência da parentalidade. Além disso, permitiu a identificação de eixos de análise que viabilizaram a discussão de temas complexos que dificilmente poderiam ser abordados em um questionário (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

A entrevista em formato semiestruturado não foi concebida como um instrumento rígido e não se desenrolou como um inquérito, ou como uma anamnese, cuja preocupação e finalidade residem na obtenção de dados concernentes a uma história de vida, que, invariavelmente, reduzem a pessoa a uma condição de mediadora entre seus problemas e sua vida, e colocam o entrevistador como um receptor passivo das informações a serem transmitidas (BLEGER, 1993).

Além disso, a elaboração de um roteiro semiestruturado mostrou-se útil, na medida em que facilitou o manejo do tempo empreendido nas entrevistas, adequando-o à rotina e ao cotidiano dos participantes. Por outro lado, a convergência entre questões abordadas na entrevista e os objetivos do estudo evitaram um duplo desgaste, o que geraria dados irrelevantes e cansaço para os participantes, em razão da falta de um fio condutor que organizasse suas falas.

Na condução das entrevistas, apoiamo-nos também em Minayo (2000), que concebe a entrevista semiestruturada como uma técnica que combina perguntas fechadas e abertas, em que os entrevistados têm a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão e não se prendem excessivamente à indagação formulada. Nesse sentido, houve perguntas específicas, mas os participantes responderam de acordo com seus valores e percepções.

As entrevistas psicológicas procuraram valorizar os aspectos da estratégia metodológica de estudo de caso exploratório e também a participação dos adotantes no curso da relação estabelecida com o entrevistador. Portanto, as abordagens ocorreram em um campo relacional, engendrado por uma relação humana compartilhada e valorizando a experiência concreta de adoção.

Na metodologia, buscamos incorporar, ainda, o conceito de integralidade, requerido pelos estudos na área de Psicologia, uma vez que o recorte escolhido enfatizava os fenômenos sociais e afetivos que permeiam a adoção por casais homoafetivos.

De acordo com Bleger (1984 p.18), a “Psicologia moderna tende a considerar todos os fenômenos psicológicos como derivados de determinadas relações e interações concretas do ser humano, como ser social, com os fatos de sua vida”. O conceito de integralidade procura romper com uma prática de Psicologia tradicional, calcada no positivismo, que estudava fenômenos como a percepção e a memória humanas como entidades independentes e não num estreito relacionamento com a estrutura social e econômica, não sincronizadas, portanto, com o tempo e o espaço nos quais emergem.

Além das entrevistas com os participantes deste estudo, obtivemos outros dados junto aos profissionais do Poder Judiciário (psicólogos e assistentes sociais), que haviam atendido os adotantes no momento em que eles se cadastraram para a adoção. Tais dados foram importantes para levantar alguns aspectos que puderam ser explorados em profundidade com os adotantes, como, por exemplo, algumas informações sobre a família biológica das crianças a que não tivemos acesso.

Por meio das falas transcritas, foram identificados dezenove eixos de análise, que permitiram levantar e analisar o processo de constituição de vínculo na adoção por um casal homoafetivo, os quais serão detalhados mais à frente.

5.2 A história de adoção em uma família homoafetiva

Para uma visão mais integrada dos dados dos eixos de análise, apresenta-se breve descrição dos adotantes e seus respectivos núcleos familiares de origem, e da família biológica das crianças, com destaque para a figura da genitora e dos irmãos.

5.2.1 Os participantes - O casal e a família³⁴

A família é composta por Mathias, 39 anos, e Etienne, 33 anos, que moram juntos há mais de doze anos. Ambos contam com formação no ensino superior na área da saúde. No momento, Mathias é o mantenedor da família e cumpre jornada de trabalho de mais de doze horas. Etienne está desempregado, foi dispensado do último emprego e, há mais de doze meses, dedica-se aos afazeres domésticos e à organização do lar.

5.2.2 A história de Mathias

Mathias provém de um núcleo familiar carente de recursos socioeconômicos. É o mais velho de uma prole de quatro filhos, sendo ele o único do sexo masculino. Seus pais apresentaram histórico de dependência alcoólica. Por volta dos sete anos de idade, passou a viver com a avó paterna, que assumiu seus cuidados e educação. Após envolver-se afetivamente com Etienne e conseguir independência financeira, deixou a casa da avó e foi morar sozinho. Começara a trabalhar ainda na fase da adolescência, tendo se efetivado como funcionário na mesma empresa em que fora estagiário, até ingressar na área da saúde. Durante as entrevistas, ressalta como conseguiu superar as dificuldades da vida, conquistar formação universitária e colocação profissional, que lhe garantem sua manutenção e a da família.

5.2.3 A história de Etienne

³⁴ Os nomes dos integrantes da família adotiva e da família biológica são fictícios. Utiliza-se antropônimos da língua francesa para denominar as pessoas que compõem as histórias relatadas e, assim, preservar-lhes a identidade.

Etienne vem de uma família pequena e tem um irmão mais novo. Sua mãe passou a exercer atividades remuneradas fora do lar há pouco tempo; o pai é trabalhador na área comercial. Diferentemente de Mathias, não declara problemas no meio de origem: argumenta que mantém ótimo relacionamento familiar com os pais e parentes. Todos, segundo ele, aceitam, à época da entrevista, sua orientação sexual.

5.2.4 O desejo parental: as etapas da adoção

No mês de março de 2009, Etienne e Mathias se inscreveram para o cadastro de adoção em uma Comarca do interior do estado de São Paulo. Na avaliação, relataram que almejavam construir uma família e que filhos eram importantes na concretização desse desejo. Argumentaram que o projeto parental era compartilhado por ambos e que poderiam contar com a colaboração integral da família de Etienne. Justificaram ainda o desejo de adoção com base na sua vida familiar conjugal, sendo essa caracterizada como afetiva e de responsabilidade frente aos desafios encontrados. Além disso, mostraram-se conscientes das consequências de uma adoção na vida deles e de uma criança.

Na avaliação psicológica, cujo parecer foi favorável, os requerentes foram descritos como pessoas responsáveis que mantinham uma relação conjugal satisfatória e que não expressavam preconceito em relação à homossexualidade vivida por eles.

Além disso, a profissional do Serviço Social destacou que os requerentes tinham condições socioeconômicas para atender as necessidades básicas de uma criança.

Os requerentes definiram, no momento do cadastramento para adoção, o perfil da criança pretendida. Eles se prontificaram a assumir uma criança recém-nascida ou no máximo com três anos, sem restrição de sexo ou de cor de pele. Aceitaram também a possibilidade de acolher um grupo de irmãos. Em razão dessa flexibilidade no perfil da criança, e pelo fato de se disporem a acolher um grupo de irmãos, os requerentes assumiram duas crianças em meados do mês de novembro de 2009, apenas oito meses após darem entrada no pedido de cadastramento para adoção.

Mathias e Etienne foram chamados para assumir dois irmãos: Marcel, quatro anos, e Nicolas, dois anos, que estavam em uma instituição de acolhimento há um ano e cinco meses em razão de dificuldades socioeconômicas e consumo de substâncias psicoativas por parte da genitora.

É importante destacar que outros casais, todos heterossexuais, haviam sido chamados para assumir os meninos, mas depois de alguns contatos desistiram de adotá-los.

Após três encontros com as crianças na instituição de acolhimento, Mathias e Etienne manifestaram o desejo de assumir os irmãos, com o objetivo de adoção.

5.2.5 História de vida dos adotandos na família de origem

Marcel e Nicolas são filhos de Edith (39 anos). As crianças têm outros irmãos: Brigitte, Isabelle e Gerard, com catorze, dez e seis anos de idade respectivamente. Apenas Marcel tem o nome do genitor em sua certidão de nascimento.

Os pais adotivos não relataram detalhes sobre a história de vida de Edith. A maior parte dos dados está relacionada ao período de acompanhamento da família pela justiça, quando a genitora passou a enfrentar dificuldades mais acentuadas, o que culminou com o abrigamento de todos os seus filhos. O acolhimento institucional perdurou por aproximadamente um ano e meio, iniciando-se o processo de destituição do poder familiar e o encaminhamento de todos os seus filhos para famílias substitutas.

Apenas Marcel e Nicolas ficaram juntos, os outros irmãos foram encaminhados para diferentes famílias substitutas, em razão de não ser encontrado um núcleo familiar disponível para o acolhimento de todos. Brigitte permanece em família, mas Gerard e Isabelle retornaram às instituições de acolhimento, em função das dificuldades de adaptação entre eles e as respectivas famílias substitutas.

5.3 Análise dos dados

A análise do material coletado foi feita a partir da audição das entrevistas e da transcrição de seu conteúdo. Concluída essa etapa, efetuou-se a leitura e a releitura do material, por diversas vezes, objetivando o aprofundamento dos conteúdos psíquicos emergentes no universo descrito pelos colaboradores. Por meio dessas estratégias metodológicas, foram eleitos eixos de análise, selecionando-se os aspectos mais significativos que sobressaíram das falas dos entrevistados. Seguem os principais eixos que indicam os processos subjetivos de uma família homoafetiva oportunizados pelo acolhimento de crianças em adoção.

5.3.1 História de vida: As origens e os legados

No início das entrevistas, os colaboradores relataram os períodos da infância e da adolescência, suas respectivas experiências nas famílias de origem, bem como sua representação sobre o conceito de família. As falas revelam experiências antagônicas de ambos: Etienne destaca experiência gratificante ao lado dos pais; Mathias, porém, informa momentos difíceis, tendo havido uma inversão de papéis no grupo: tornou-se pai de seus pais e irmãos no início da adolescência.

Seguem falas nesse sentido:

Eu tive uma infância boa, na minha casa não teve problemas não. Relacionamento com os pais foi bom, brincava muito.

Eu brinquei muito, é, meu... pai e mãe sempre presente, eu nunca tive problemas com meu irmão, nunca presenciei brigas entre os meus pais, discussão, nunca. Eu tive uma infância muito boa, na minha casa não teve problemas não!

Etienne

Olha, na minha família [de origem] sempre foi muito difícil, a gente sempre foi muito pobre. Nós era, eu, minha mãe, meu pai e minhas três irmãs, eu ajudei criá-las dos 11 aos 16 anos. Não tinha nada, bem paupérrimo, então a gente não tinha lazer, não tinha nada, foi uma infância bem sofrida mesmo, uma coisa assim bem chata.

Meu pai era alcoólatra, toda a vida alcoólatra... Minha mãe era agressiva, ela bebia um pouquinho *vichi*, não podia nem olhar torto pra ela, que ela já xingava, já batia, já, adorava uma faca, minha mãe era terrível, ela era da pá virada... Muitas vezes, entre eles [pais se agrediam fisicamente], a gente tinha que entrar no meio e separar, minha mãe pegava a faca, *ichi* era um tendeu, era uma coisa de louco, era uma coisa de louco, ai nos últimos dois da convivência

deles ela se separou dele, né ela se separou dele, aí ele ficou lá [na casa da família] com minha irmã...

Eu acho que as coisas poderiam ser bem diferente. É difícil você falar de mudança né? Do passado... Minha mãe morreu com 40 anos, minha mãe era pra tá aqui até hoje.

Quem sustentava eles [pais] era eu. Na realidade, depois que comecei a trabalhar com 13 anos, quem sustentava eles era eu.

Mathias

Mesmo com experiências antagônicas, ambos valorizam a instituição família:

...Olha, a família tem que tá sempre unida, é importante. Desunida ninguém chega a lugar nenhum. A gente precisa da família, ninguém consegue construir nada sem a família...

Às vezes a gente tem que se separar de alguns, nem sempre você consegue ter aquele relacionamento porque não depende de você, de repente um irmão tem problema com um irmão tem que se afastar, porque se não cria, vira guerra, que é o caso que eu vejo com o Mathias [refere-se ao distanciamento do companheiro do grupo de origem – irmãs e familiares delas]

Etienne

...Eu sou assim, uma pessoa muito familiar, sempre fui. Eu acho que família é você estar inteirado com seus parentes, você ter um bom relacionamento com eles, você frequentar a casa deles, eles frequentar a sua, você ter um convívio com eles... para mim família é isso, você está sempre em contato, sempre em convívio.

Mathias

Etienne personifica o ideal da infância feliz, permeada somente por alegrias, pois alega que brincou muito e não trabalhou naquele período. Viveu em uma família harmônica, sem problemas, apesar de os pais terem se casado ainda nas primeiras fases da adolescência, com 15 anos. Ele ressalta algumas dificuldades na adolescência, em razão das mudanças corporais, como crescimento acelerado e aparecimento de pelos, pois isso o colocava em posição diferenciada em relação aos outros colegas, que ainda não haviam entrado na puberdade.

Diferentemente de Etienne, Mathias relata dificuldades na família de origem. Além de sérias dificuldades socioeconômicas, menciona problemas de relacionamento com os pais e as irmãs, sendo este permeado por intensos conflitos. Começou a trabalhar cedo e, em virtude das responsabilidades assumidas, a manter os genitores, que não exerciam qualquer atividade remunerada. A figura da avó

paterna exerceu forte influência em sua vida, uma vez que ela dispunha de condições mais favoráveis de subsistência e estudo, tendo-o ajudado.

Os pais apresentavam comportamento aditivo – dependência alcoólica, com reações agressivas, que exigiam constantes intervenções de Mathias. Em razão das frequentes agressões, os pais se separaram e, assim, Mathias assumiu a responsabilidade de manutenção dos membros da família.

Apesar das falhas e rupturas na malhagem familiar, observam-se alguns elementos positivos que ajudaram na construção psíquica do entrevistado. Um dos tios, embora também tivesse comportamento aditivo, presente na linhagem da família paterna, transmitiu-lhe referências positivas e valorizadas, no campo do trabalho. Foi com conhecimentos da construção civil obtidos com esse tio que Mathias construiu, com as próprias mãos, uma casa para o pai. Em suas palavras:

Um dos meus tios, dos irmãos do meu pai, apesar dele ser alcoólatra... da família de minha avó, os filhos, os filhos homens dela, todos eram alcoólatras, todos, mas o meu tio tinha profissão, esse meu tio era, fazia serviço de pedreiro, de pintor, ele sempre, tudo o que ele fazia eu ajudava, então eu aprendi muita coisa, sempre tive boa vontade.

Resgatar a história de vida dos adotantes ajuda-nos a compreender sua constituição psíquica, não em uma equação linear, como seres isolados, mas entrelaçados em uma cadeia de vínculos e afetos que se inscrevem em suas genealogias. Tal resgate auxilia, ainda, a observar a transmissão psíquica no processo de adoção e exercício da parentalidade. A família, tida como um grupo intersubjetivo, cumpre funções estruturadoras na psique e na posição subjetiva de seus membros. De acordo com Kaës (1997 p. 106), “nascemos para o mundo já como membros de um grupo, ele próprio encaixado em outros grupos e com eles conectado”. Existimos como elos no mundo, herdeiros, servidores e beneficiários de uma cadeia de subjetividades que nos antecede e de que nos tornamos contemporâneos. Seus discursos, sonhos, recalques – que herdamos, a que obedecemos e de que nos servimos – fazem de cada um de nós os sujeitos do inconsciente submetidos a esses conjuntos e às suas partes constituídas e constituintes. Pensar a adoção é pensar dois mundos, as tramas familiares de ambos os adotantes. A pressão no sentido da continuidade ou da interrupção de tais tramas exprime-se segundo modalidades variáveis e com diferentes consequências:

depósitos, enquistamentos, projeções, rejeição do não recalcado. Assim, o que foi retido ou expulso permanecerá inacessível para a geração seguinte ou para a que se segue. (KAËS, 2001).

Portanto, herdeiros de suas genealogias, o casal se reinventa, sem, no entanto, romper com os valores tradicionais que normalmente são utilizados para formar e justificar a formação de um casal de uma família. Valores como união, proteção, amparo, socialização são trazidos à tona pelos entrevistados. O pacto conjugal reatualiza conteúdos psíquicos dos participantes. Etienne apresenta a família de origem como um grupo harmônico no qual manteve relações satisfatórias, expressando, assim, o desejo de continuidade dessa vivência em sua atual família. Na estrutura familiar se mostra como um integrante a ser atendido em suas necessidades, assim como o foi em seu núcleo de origem. Por outro lado, Mathias refere-se às dificuldades em sua família de origem, e de algum modo sugere que na família constituída com o companheiro pretende reparar as experiências difíceis anteriormente vivenciadas. Nesse sentido, vê-se diante de um impasse, pois se de um lado encontra segurança para seguir um roteiro que já incorporou à sua história de vida, ao ter cuidado dos pais e irmãs, de outro lado, sente-se sobrecarregado em novamente assumir a responsabilidade de chefe e provedor do atual grupo familiar. Ou seja, desempenhar função e papel já conhecidos lhe proporciona um terreno mais seguro no meio familiar. No entanto, os fantasmas lhe vêm associados a tal função, pois com eles ressurgem o enquistamento de renúncias e sacrifícios anteriormente vivenciados. De acordo com Gomes (2007), as repetições em uma dinâmica conjugal, se instalam porque as escolhas dos pares são influenciadas por conflitos não elaborados na fase do complexo de Édipo. Assim, as escolhas se dão mais pautadas pelas experiências emocionais básicas com as figuras parentais, do que propriamente centradas no companheiro escolhido. O manejo mais adequado dessa interferência, segundo Benghozi (2010), pode dar-se com o reconhecimento da transmissão psíquica no roteiro genealógico das famílias. Em muitas situações de conflitos familiares, o que se evidencia é a alta frequência dos mecanismos de repetição que operam os mesmos conteúdos fantasmáticos de geração em geração. Esse conteúdo do roteiro genealógico inter e transgeracional captura o casal. Sob essa influência, Etienne e Mathias desempenham papéis e funções que lhes foram delegados por atribuição em razão das lealdades genealógicas experienciadas em seus grupos familiares de origem. No caso se infere a reatualização de funções, tais

como a de cuidador e a do demandante de cuidados, observadas as heranças genealógicas incorporadas em suas famílias de origem.

Além disso, o mito fundante dessa família parece engendrado pelo duplo simbólico construção/reconstrução, ou seja, por um lado a família se constrói sem referências concretas no campo social, por outro se edifica com base na recuperação/reconstrução de influências psíquicas que circularam na malhagem de seus grupos de origem. De acordo com Benghozi (2010, p. 25), o mito que age na fundação da família é produzido em “um conjunto de crenças partilhadas pelos membros do grupo familiar precedente”. Esse mito, por sua vez, permite o reconhecimento dos aspectos conscientes e inconscientes que permeiam a subjetividade, inclusive no que diz respeito à referência de família e aos seus contornos.

O ideal de adoção neste estudo de caso se forja entrelaçado ao mito que fundou a própria família. Lembremos que a adoção, de forma geral, implica acolhimento sem que se comungue com a criança vínculos biológicos; assim a família homoafetiva, por analogia, se constrói com base nas necessidades emocionais dos seus membros, a despeito das normas sociais, ou da justificação de perpetuação da espécie.

Mathias, ao dizer que construiu a casa dos pais com as próprias mãos, reedita o mito do herói: assume a imagem e a função daquele que sustenta, guia e oferece as condições básicas para a aglutinação e manutenção do grupo familiar formado com o companheiro e os adotandos. Constrói, portanto, a família atual apoiado nos paradigmas de sua família de origem, mas com o desafio de justificar sua singularidade. O mito do herói se materializa quando Mathias encarna a função daquele que oferece as condições materiais concretas para a visibilidade da família. A ação de fundar uma nova família, com um arranjo atípico, atualiza conteúdos psíquicos de sua história de vida, já que para essa tarefa conta com pouca ajuda, apenas com a energia advinda dos braços e mãos dos protagonistas, que constroem camada por camada do alicerce que viabiliza o contorno e o vigor do projeto conjugal, familiar e parental.

5.3.2 Assumir-se homossexual: implicações no meio familiar

Em seu relato, Etienne informa que a homossexualidade não foi revelada de maneira formal à família. O interesse por pessoa do mesmo sexo (Mathias é seu primeiro companheiro) fez com que o meio familiar entrasse em contato com sua orientação sexual, o que causou mudanças repentinas em sua vida. Nessa fase, o comportamento, tido como impróprio pela família, é sentido como uma vergonha e tem o efeito de rompimento de pactos com as gerações anteriores, por negar a heterossexualidade presumida em todos os membros do sexo masculino do grupo que precederam Etienne.

Seguem as falas do entrevistado em que compartilha tais vivências:

Nunca tive problema na escola, falar alá o gayzinho. Eu acho que eu tive sorte de não ter tido esse problema, né? Porque todo homossexual ele tem uma característica. É normal né? Tem que ter uma característica pra ser... ter essa diferença, né? Mas eu nunca tive problemas. Os homossexuais todos eles têm. Ou é um pouco o jeito de andar, um pouco o jeito de falar, um pouco o jeito de agir. A gente observa por aí.

Nunca eu ouvia assim, ninguém da minha família [dizer] nossa ele vai ser gay... eu nunca cheguei a ouvir isso, tá, com certeza...você percebia, né... os pais sempre é aquilo, né... ah deve ser normal, porque eu nunca tive assim um comportamento, assim que eu possa dizer pro lado feminino, eu sempre fiz coisas assim de menino mesmo, nunca fui pro lado da bonequinha, na infância, nada disso... eu tive uma personalidade masculina mesmo, sabe, eu nunca tive aquela personalidade...

Conceitos que dão a ideia de uma homossexualidade inata ou extremamente precoce circulam no meio familiar dos entrevistados, conforme expõe Etienne:

Ela [a tia do companheiro], ela relatou que sempre soube que o Mathias era homossexual, olha [disse a tia], o Mathias desde pequinininho, a gente já sabia... que o Mathias era homossexual desde nenê... o que a gente já observava...

Mathias, por sua vez, relata que sempre soube que tinha interesse por pessoas do mesmo sexo. Os problemas também apareceram no meio familiar quando ele assumiu relacionamento homoerótico. No entanto, as dificuldades estavam mais relacionadas à redefinição de seu papel no grupo familiar. Mathias, que sempre foi provedor dos pais e irmãos, e colaborador nas despesas da família, quando conheceu Etienne, foi levado a redefinir sua função, pois não estava mais sozinho e precisava pensar no companheiro que passaria a morar com ele na casa

da avó. Esse processo de diferenciação é sentido como uma ameaça à família, pois o grupo teme perder a figura do provedor.

Depois que a minha mãe faleceu, minha mãe faleceu em... Aí depois que eu conheci uma pessoa, aí comecei um relacionamento homossexual, mas toda a vida eu soube quem eu era, o que que eu gostava. Desde criança.

Meu pai, ele só brigava comigo quando ele tava bêbado, aí que acho que ele desinibia e falava... aí ele me xingava, aí ele me xingava, ele me xingava de viado, me xingava de... uns palavrão pra mim, mas também eu chamava a atenção de dele, né, eu chamava muito a atenção dele, eu queria ser pai dele na realidade, porque não dava aquela situação dele era muito complicada...

Sempre tive um bom relacionamento, nunca assim tive problemas [com as irmãs]. Enquanto eu não tinha ninguém, eu ia na casa delas numa boa, tinha livre liberdade, mas depois que conheci o Etienne...

Mathias

A homossexualidade é explicada pelos entrevistados com argumentos essencialistas e biologizantes. Um concebe que se nasce com desejo por pessoas do mesmo sexo, ideia também reforçada pelo grupo familiar; outro que há características físicas e psíquicas que definem o sujeito como homossexual. De forma ambígua, Etienne, apesar de assumir-se homossexual, não reconheceu em si tais características durante o período da infância e adolescência, sendo, portanto, preservado, segundo ele, de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Apesar de uma aparente tranquilidade sobre a convivência na família de origem, algo parece inquietar o entrevistado nesse meio, colocando-o numa posição de alerta quando suspeitava que alguém pudesse tecer algum comentário sobre ele. Curiosa é tal preocupação com aspectos defensivos na fase da infância e pré-adolescência, e ainda a associação de Etienne a essa vivência quando tal temática é discutida durante a entrevista. Vejamos as considerações do entrevistado sobre essa questão:

Eu não sei se não apresentava [características de homossexualidade quando criança]... Não, assim... não sei se não apresentava, né, eu nunca ouvi ninguém me dizendo, eu nunca ouvi minha mãe falar, me dizendo. A minha mãe... enquanto [ela] tava conversando com as minhas tias... com a minha avó ... comentava alguma coisa, porque sempre a minha mãe tava conversando, *eu ficava de orelha em pé...* eu tava brincando, conversando com as pessoas eu tava sempre

ouvindo, *de orelha em pé...* eu sempre me interessei, **não sei bem porque desse motivo** [grifo nosso], eu sempre me interessava, eu nunca ouvi isso, inclusive quando eu assumi a homossexualidade foi um choque pra eles...

A necessidade de explicar a homossexualidade faz com que os adotantes incorporem, sem maior reflexão, conceitos do senso comum, que se apoiam apenas em fatores físicos e orgânicos. De forma geral, eles deixam de salientar os elementos sociais e históricos que também fazem parte da sexualidade humana.

Note-se que, depois de mais de uma década, a não aceitação do relacionamento homoerótico ainda prevalece no meio familiar de Mathias, que relata:

A minha avó... até hoje ela fala pra mim que eu tenho que casar, arrumar uma mulher e casar. 'Você tem que largar desse amigo seu. Você tem que arrumar uma mulher, casar'. Ela falou pra mim...

A descoberta da homossexualidade, embora não suscite somente efeitos e reações negativas nos grupos familiares, acaba por representar uma ruptura com as lealdades genealógicas entre os participantes e seus grupos de origem. Isso desencadeia o medo do abalo na estruturação identitária e na responsabilidade de continuidade dos ideais de heterossexualidade do grupo familiar. Ademais, tal ruptura deixa vulneráveis, principalmente, as genealogias relativas ao ideal do ego familiar que remetem ao mito familiar e sustentam o narcisismo grupal (BENGHOZI, 2010).

Os abalos sofridos com a revelação da homossexualidade exigem um trabalho psíquico no grupo familiar, podendo resultar na aceitação após um período de mal-estar, conforme relatado por Etienne:

...Não foi fácil não [a revelação da homossexualidade], aí depois se conheceram nesse velório, no... na... no velório da minha avó paterna, e aí ficou uma amizade, aí acabou tudo aquilo, acabou aquele conflito todo, acabou tudo ali... Eles [Mathias e o pai de Etienne] pegaram uma super amizade, uma amizade super legal, que o meu pai tinha uma mentalidade diferente, o meu pai achava que era escândalo, que o Mathias tava vestido de mulher, era isso daí, a partir desse dia que eles se conheceram nesse velório acabou problema ali, aí nos passamos a freqüentar a casa da minha mãe...

A homossexualidade causou conflitos na malhagem familiar de Etienne no início do relacionamento, provocando sua saída de casa. Esse tensionamento dos vínculos e as dificuldades de aceitação da homossexualidade aproximaram-no do companheiro, sendo seu desamparo fator determinante para que Mathias o acolhesse. Esse movimento leva à formação do par conjugal, conforme expõe Etienne:

Como é que eu vou viver uma vida que não existe dentro de mim, eu não posso, eu tenho que agora, eu tenho que viver aquilo que tá dentro de mim, aquilo que tá dentro do meu coração, aquilo que sou, chega de me esconder, querer ser o que os outros quer... Eu falava... Eu não posso, eu vou querer ser eu – Etienne, do jeito que eu sou...

Começou rápido demais. Não deveria ter sido tão rápido, mas foi, né? Por vários motivos... Pelo problema que tive [dificuldade de aceitação da família] não pude ficar na casa do meu avô. Três meses [de namoro], eu fui morar na casa da avó dele [Mathias]. Não era pra acontecer em três meses... mas, por alguns problemas ... que teve no meio, que forçou.

Acho até que [Mathias] se sentiu assim, na obrigação até se sentiu culpado, sabe, creio, tem hora, não que ele não gostasse de mim, não é isso, mas eu acho que até começou a se sentir culpado de toda essa história, mas aí ele me acolheu... eu fui morar pra lá [com o companheiro na casa da avó dele].

Xingar, nunca ninguém xingou, mas falava [seu avô] assim : larga dessa vida, essa vida não traz futuro pra ninguém. **Um homem tem que casar com uma mulher, tem que construir uma família, você não pode construir uma família. Isso é uma vergonha. Homem com homem é uma vergonha, isso nunca teve na família da gente**, larga isso pra lá, isso não presta, isso atrai desgraça. [grifo nosso].

Etienne

A recusa inicial da avó de Etienne, que ecoa como uma sentença renunciadora de muito sofrimento e desgraça, parece interferir no desejo de adoção manifestado pelo entrevistado. A possibilidade de materialização da família pode, simbolicamente, anular o efeito da sentença desalentadora proferida na família de origem. Da mesma forma, o desejo de fazer família pode ser afetado por tal conteúdo fantasmático e agir inconscientemente no desejo de parentalidade.

Conforme apregoa Benghozi (2010), a noção de vergonha, em casos de tragédias que causam grande sofrimento na história de uma nação ou de uma família, pode se impor como um figura de interpretação, tendo em vista que tal

sentimento dá sentido a situações complexas, levando a dificuldades de elaboração dos conflitos que atuaram na formação da nação e do grupo familiar. No entanto, a vergonha pode ser pensada como um conceito metapsicológico específico, organizador do vínculo relacional e identitário. Na história dos entrevistados, a vergonha da homossexualidade representa instabilidades e rupturas, porém esse sentimento passa a assumir, com o tempo, um caráter de desafio que afeta os processos subjetivos de ambos, funcionando como matéria-prima para o desejo de fazer família. A vergonha, de forma paradoxal, leva à necessidade de reparação da sentença negativa, proferida pela avó, o que é almejado com o acolhimento de duas crianças.

O contato das respectivas famílias com a homossexualidade dos entrevistados se dá por ocasião da parceria afetiva que eles assumem. Apesar das inquietações e abalos no meio familiar, que esse fato provoca, existem em outros ramos da família movimentos de acolhida e amparo emocional para os momentos de crise. Tal acolhida funciona potencialmente como um processo de remalhagem e reconstituição de vínculos. As palavras de Etienne dão ideia desse movimento:

Olha Etienne [diz uma das tias maternas], vamos com o tempo, a gente vai conversando com seu pai. Ai veio também as irmãs do meu pai, que entram na história e falavam... começaram a ajudar e a dizer: *ele é seu filho, você não pode agir dessa maneira, tanta gente vai tacar pedra lá fora, vocês vão tacar pedra dentro da família? **Vamos tentar***, [grifo nosso] *tem tanta gente ai [com comportamento homoerótico/homoafetivo], tem que aceitar numa boa.* Ai meu pai foi melhorando isso

A redefinição de lugares na sociedade acontece quando se inicia o relacionamento afetivo de Etienne e Mathias. A conjugalidade atípica causa estranheza e resistência no meio familiar, dando condições para que a homossexualidade implícita torne-se explícita e reivindique sua existência. .

Além dos efeitos sociais da homofobia na história de vida dos entrevistados, verificam-se algumas dificuldades emocionais para ressignificar a homossexualidade no campo das possibilidades. O conceito de identificações alienantes discutido por Moguillansky (2011) contribui para esse entendimento. Segundo o autor, as identificações alienantes referem-se a um processo em que pais e avós narcisistas projetam nos filhos significados que lhes são próprios (aos pais e avós) por lhes parecerem prazerosos ou desconfortáveis. Assim procedem porque supervalorizam

ou odeiam tais atributos em si mesmos. Quando tal fenômeno ocorre, pais e avós alienam o filho, deixando-o sem espaço para seus próprios anseios. Sob essas influências, as figuras parentais instituem identificações que operam como verdades, que levam a repetições, anulando todo o poder plástico e criativo de seus filhos. Essas lacunas, que não têm possibilidade de ser nomeadas nem entrar em uma troca associativa, dificultam as remodelações e transformam-se em marcas alienantes na história familiar. No caso de Etienne e Mathias, não se observa uma paralisia emocional frente às diversidades que enfrentam, tendo em vista que rompem algumas regras do grupo familiar e social e dão vazão ao desejo de parceria homoafetiva e, posteriormente, ao de parentalidade. No entanto, apresentam certa dificuldade para ressignificar a condição homossexual e situá-la no campo das possibilidades dos relacionamentos afetivos. Seguem alguns exemplos nesse sentido:

Construir uma família é muito mais difícil [para o casal homoafetivo] do que para o casal tradicional vamos dizer assim, que o casal tradicional todas as portas são mais abertas pra eles... Por que o povo considera **o natural e é o que é mesmo...**, não tem como a gente falar que não é [grifo nosso].

Mathias

Não tem aquele [pessoa] que fale assim, ah, eu tenho preferência que o meu filho seja homossexual, não existe isso, porque não é uma vida fácil, é uma vida um pouco sofrida, **não pode-se dizer que é uma vida 100% feliz, porque é uma mentira** [grifo nosso]

Etienne

Não há como negar os efeitos da homofobia nesse entendimento, cuja responsabilidade não deve ser atribuída apenas aos entrevistados, pois a cristalização de verdades assume caráter a-histórico e universalizante por naturalizar a heterossexualidade como a principal matriz de família e, conseqüentemente, por considerar que os homossexuais não podem ter uma vida em plenitude. É óbvio que, sendo algo superidealizado, tal reprodução não problematiza o que na verdade significa uma vida plena de satisfação e se a heterossexualidade é a condição para esse acesso.

5.3.3 A Conjugalidade homoafetiva

Para se pensar a conjugalidade, é necessário conhecer os mecanismos psíquicos inerentes às alianças inconscientes, a cujo conceito associa-se o de pacto denegativo, que se refere às diversas operações (de recalque, de denegação, de recusa) que em todo vínculo intersubjetivo são requeridas de cada sujeito. Na ausência dessas operações o vínculo pode não perdurar. Esse acordo inconsciente sobre o inconsciente é imposto ou mutuamente concluído, para que o vínculo se organize e se mantenha em sua complementariedade de interesses e para que seja assegurada a continuidade dos investimentos e dos benefícios ligados à subsistência da função dos ideais, do contrato ou do pacto narcísico. Portanto, cada vínculo organiza-se, *positivamente*, sobre investimentos mútuos, identificações comuns, sobre uma unidade de ideais e crenças, sobre modalidades toleráveis de realizações e de desejo. Cada vínculo organiza-se, também, *negativamente*, sobre renúncias e sacrifícios, sobre apagamentos, rejeições e recalques (KAËS, 2005). Kaës (2005) diferencia as três modalidades do negativo que se encontram no princípio do trabalho da ligação psíquica, conforme vimos na parte inicial deste trabalho.

A negatividade de obrigação obedece à imposição de que a psique produza algo negativo para se constituir. Cria a necessidade do aparelho psíquico efetuar operações de repulsa, negação, desmentido, discordância, renúncia e supressão, para preservar um relevante interesse da organização psíquica, a do sujeito como tal ou a dos sujeitos com os quais está vinculado em um grupo por um interesse importante. A negatividade relativa, de outro modo, define uma posição relativa do negativo por referência a algo possível. Relaciona-se ao que é negativo dada outras condições que podem deixar de sê-lo: aquilo que não pôde ser significado em sua origem, no seio de um grupo pode adquirir significação. A negatividade relativa se constitui sobre a base do que ficou em suspenso na constituição dos continentes e conteúdos psíquicos. Sustenta um campo possível, é o que permanece em perigo de ser constituído como pensamento da realidade psíquica. Por fim a negatividade radical: corresponde ao que não é acessível ao pensamento no espaço psíquico próprio nem do outro. A negatividade radical é, no espaço psíquico, 'o que não é', representa a relação de contato com o pensamento do que não é, do que ele não é

e do que ele não pode pensar, é o que permanece refratário a todo vínculo. Indica aquilo impossível de conhecer e entrar em contato com o outro no vínculo.

Analisando tais especificidades, Moguillansky (2011) salienta que no campo vincular o pacto denegativo abrange essas três modalidades que se encontram também no princípio de união transpsíquica no âmbito coletivo, inclusive nos casais. Ou seja, tais negatividades são necessárias para que se forme e se mantenha o vínculo conjugal; que contraditoriamente estão dirigidas à positividade do vínculo e a sua preservação. Segundo o autor, as três formas de negatividade costumam ser objeto de uma aliança inconsciente entre os sujeitos do vínculo coletivo, portanto o sujeito para essas modalidades não só está determinado em seu desejo inconsciente, como também o modo inconsciente está determinado pelo que o coletivo estabelece. Assim, “o pacto denegativo é um pacto sobre o negativo que inclui a negação da negatividade radical; mantém a ilusão de que no vínculo se está a salvo da negatividade radical” (p. 75).

Seguem abaixo falas dos entrevistados, nas quais podemos identificar as especificidades do pacto conjugal e os denegativos que incidem sobre ele, bem como as concepções positivas, os desafios e as contradições que uma relação amorosa comporta:

Olha, a vida em comum não é fácil, não é fácil. É, nem eu nem ele são pessoas muito fácil de se lidar, pensamentos diferentes, né?
Etienne

É, eu gosto de uma coisa de um jeito, você [Etienne] gosta de outro. Às vezes tem algum atrito e assim vai...

Olha, na realidade, a minha família, eles acham que eu não vivo bem com o Etienne, a verdade é essa.

Eles acham que o Etienne não trabalha e só fica nas minhas costas. Eu tinha que ter uma pessoa que me ajudasse, que dividisse tudo comigo, que lutasse junto comigo. Eu acho que ela [a família dele] tem uma certa razão, né? mas fazer o quê... eu não... A gente, vai o tempo, vai passando, você vai acabando... e ficando cômodo, você acaba não tendo coragem de tomar certas atitudes...

Às vezes isso me irrita um pouco, tá certo eu sei que o serviço de casa é difícil enche o saco, né? Nunca acaba... [faz menção ao fato de o companheiro assumir os serviços domésticos] mas o meu trabalho lá fora também é tudo a mesma rotina, todo dia a mesma coisa. Então eu não sei, às vezes é, até pode ser que seja um pouco cômodo da parte dele, sim, de não se esforçar um pouco mais.

Mathias

O pacto conjugal entre os participantes se firma por meio da recusa de conteúdos psíquicos que o atravessam. De modo ambíguo os conflitos advindos de funções desempenhadas no lar geram inquietações e sobrecarga emocional, principalmente para Mathias. No entanto, recusar-se a entrar em contato com a origem dessa insatisfação contribui para a manutenção do vínculo conjugal. O entrevistado ressalta as críticas de familiares e colegas ao companheiro, os quais consideram Etienne acomodado. O próprio Mathias compartilha dessa visão negativa, mas deixa implícito que na relação conjugal há compensações que justificam sua acomodação. Deixa em suspenso que, depois de um tempo de convivência, apesar das dificuldades que o irritam, fica difícil romper o relacionamento, ou mesmo discutir e negociar as insatisfações vivenciadas na vida familiar.

À conjugalidade e à parentalidade, já relacionadas, associam-se as heranças e as dívidas emocionais incorporadas na família de origem. Questionado sobre o papel da adoção e da responsabilidade por mais duas crianças, num contexto em que se sentia sobrecarregado e o único responsável pela manutenção do lar, Mathias respondeu:

Ah,... eu acho assim, eu [risos] **como eu sempre fui um pai de todo mundo da minha família, das minhas irmãs, de pai, de mãe...**
...Eu... [grifo nosso] também acho legal, comecei a pensar com carinho em ter filho, então pra mim não tem muita diferença, não tem muita...

A fala de Mathias realça a importância do vínculo intrapsíquico em uma relação conjugal e as lealdades genealógicas que ele carrega. O entrevistado justifica que sempre foi pai e provedor/cuidador de todos os membros de sua família de origem; portanto, apesar dos sacrifícios que isso representa, não há problemas em reproduzir o papel de provedor em sua família atual. De acordo com Moguillansky (2008), os vínculos intrapsíquicos retomam, mesmo com modificações, aqueles dos sujeitos com o pai/mãe internalizados, que se expressam no vínculo transferencial com o par amoroso. Tal influência, conforme revelada pelo entrevistado, pode ser identificada na relação conjugal, ou mesmo na interação paciente/terapeuta quando da busca por tratamento.

Ao abordarem a vida em comum, os adotantes falam de suas particularidades e das diferenças de comportamento. Admitem não serem pessoas de temperamento fácil. Mais adiante, destacam que o afeto entre ambos dá sentido ao relacionamento conjugal. O conceito de *fazer família*, como já dito, é um argumento utilizado, sendo esse o desejo que passa a ancorar a vida a dois, selando, portanto, o pacto conjugal. O acolhimento das crianças parece promover o sentido de uma família completa. A estabilidade da parceria é outro elemento destacado e funciona como alimento para o relacionamento dual. Há uma crença de que os problemas devem ser enfrentados no próprio contexto familiar. Teme-se a repetição dos mesmos padrões e dificuldades caso optem por outros relacionamentos amorosos, conforme suas palavras:

[...] Não adianta, né? Você tá com um parceiro hoje, ah, acaba, vai outro, vai outro, o problema é sempre o mesmo. Quando um casal se separa o tempo todo... E vai achar que o problema mudou, não existe isso, só muda o endereço.

Eu acho que se a gente não se gostasse, não estaríamos juntos, não queríamos construir uma família, **como estamos. [grifo nosso]**
Etienne

Nessa história, observa-se que o pacto conjugal se mantém por meio de processos psíquicos bastante sutis. As alianças inconscientes ao mesmo tempo em que reatualizam as fragilidades psíquicas e individuais, também funcionam como suporte para a manutenção do vínculo conjugal. Fernandes (2005), ao adotar pressupostos da psicanálise de grupo, explica que a noção de contrato, de pactos e de leis está no coração da intersubjetividade e da sociabilidade. Tais processos se referem, essencialmente, às condições nas quais se engendra o sujeito do inconsciente. As alianças inconscientes, tópicas do inconsciente, reúnem, sob as denominações enunciadas, os acordos inconscientes estabelecidos entre vários, ou dois sujeitos, conforme demonstrado pelo casal em tela. Os pactos narcísicos e denegativos e as alianças denegadoras são manifestações dessas alianças. “Elas têm uma tópica e se situam nos pontos de amarração das relações recalcadas que sustentam os sujeitos singulares e os conjuntos dos quais eles são a parte constituída e a parte constituinte” (FERNANDES, 2005 p. 124-125).

Na história de Mathias e Etienne, veem-se, portanto, as conexões entre os pactos narcísicos relacionados às demandas individuais encarnadas pelo binômio provedor – demandante de cuidados, e ainda um pacto alinhavado por denegações

que geram tensão para a dinâmica conjugal e expulsam conteúdos não elaborados, mas ao mesmo tempo sustentam o vínculo conjugal.

Os argumentos utilizados para explicar os papéis e funções assumidos no lar também se mostram incongruentes na fala de um dos entrevistados. Isso denota, de algum modo, negação do modelo tradicional pelo qual operam, frente às mudanças requeridas pelos novos modelos de família que ele mesmo salienta, protegendo-os inclusive de entrar em contato com os motivos de sua insatisfação na vida conjugal.

... Então é complicado, eles não deixam de ter razão por um lado [de que o companheiro não se esforça para ter trabalho e fica na dependência dele], mas por outro lado também não deixa... eles não tem razão, que cada um... antigamente era um homem e a mulher, quem trabalhava era o homem e a mulher ficava em casa, era o padrão. Hoje em dia não, tá até o contrário, o homem fica em casa, os padrões se inverteram muito não é mais como antigamente...

Mathias

É interessante notar que, embora o entrevistado verbalize uma mudança de valores e costumes no seio familiar de forma geral para justificar o padrão vivenciado por eles na família atual, não se dá conta de que eles próprios reproduzem o modelo tradicional, ou seja, aquele em que há necessidade de que um dos parceiros seja o mantenedor (aquele que trabalha fora) e o outro se dedique aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos. É provável que nesse arranjo não esteja em questão a orientação sexual, mas vê-se que há uma dificuldade em compreender que não seria impossível compatibilizar projetos de vida profissionais com o cuidado da casa e dos filhos, sem que a demarcação de funções e papéis fosse tão rígida. Provavelmente essa situação mantém-se devido a um acordo inconsciente que pressupõe gratificação em outros níveis.

Em outros momentos das entrevistas, os participantes mencionam as renúncias às quais se submetem para manter a união:

Eu não converso com o Mathias [sobre terem interrompido as visitas aos familiares de Etienne após a chegada das crianças]... Eu não conversei não, eu deixo que o tempo ele vai passar, ele vai falar, mas agora...que parta dele, não vai partir mais de mim, eu não quero, de repente fala assim eu fui porque você queria, eu não quero forçar a barra...

Etienne

Não vou pra não arrumar confusão dentro de casa [visitar seus próprios familiares, uma vez que o companheiro não aprova]. Ó

cabeça do Etienne, não tem jeito a cabeça dele é muito trancada. Você fica entre a cruz e a espada.

Você já imaginou, então... é um inferno, é um inferno astral isso daí... Se fala... enfrento ele, falo que vou [visitar minhas irmãs], então vira um inferno dentro da minha casa. Ai agrado do lado de lá e começa a virar um inferno a minha casa...

Mathias

As renúncias são alimento para o pacto; mas, no momento da chegada das crianças, o conflito reaparece na medida em que Mathias passa a questionar o distanciamento de sua família de origem. O ataque ao outro atualiza aspectos inconscientes não elaborados na dinâmica conjugal. É importante salientar que as especificidades apontadas não são exclusivas de um relacionamento conjugal homoafetivo, e também não estão circunscritas ao campo psicopatológico. Paradoxalmente, são esses acordos inconscientes que sustentam o vínculo conjugal.

5.3.4 O Projeto homoparental

Acerca do desejo de ter filhos, assim se manifestam os entrevistados:

Eu sempre tive o desejo de ser pai, porque eu acho que isso é comum no homem, na mulher... a mulher ser mãe, o homem pai, não importa a sexualidade.

Etienne

Olha, no início eu não tinha muito a intenção, eu nem pensava muito em ter filho. Quem começou essa história mais foi o Etienne, de uns anos pra cá. Ah [refere-se ao companheiro], porque eu queria muito ter um filho, eu ter uma família, né, criar ter uma família nossa, criar, ter uma família nossa tal, né, uma criança, aí, eu fui ouvindo, fui ouvindo, eu comecei a pensar com mais carinho.

Ele queria ser pai, queria uma criança. Eu acho assim, como ele queria... ter um filho... é... eu pensei assim, bom, algo que pode realizar pros dois... poderia se transformar em uma coisa boa.

Mathias

Conforme já estudado, não são os pais que *fazem* uma criança, mas ela que engendra a família. Nesse sentido, Benghozi (2010) destaca a necessidade do reconhecimento do desejo de fazer família para se compreender o lugar da criança

no projeto parental e familiar. Para o autor, tal desejo não se constrói de forma individual e isoladamente, mas é um projeto grupal e afiliativo. O vínculo parental proporciona um vínculo familiar, questão essa a ser considerada no desejo de adoção de um casal homoafetivo. De algum modo, o desejo de adoção possibilita um ideal de uma nova família. Assim, a criança tem uma função econômica na vida psíquica dos pais e das famílias de origem de cada parceiro.

Na experiência dos entrevistados, ao mesmo tempo em que surgiu a ideia de filhos, pensou-se na possibilidade de adoção pelo sistema judicial, mas, por considerá-la difícil e burocrática, inicialmente ocorreram contatos com mulheres grávidas que manifestaram o desejo de entrega do filho. Em razão de várias tentativas vãs, os entrevistados retomaram a ideia do cadastramento na Justiça. Apesar de terem sido aprovados, Etienne considerava remota a possibilidade de serem chamados, em razão da homossexualidade informada. Seguem as falas que denotam tais percepções:

Eu não acreditava no Fórum, eu achava que por a gente ser homossexual era mais complicado, eu tinha uma visão de que até casais normais não conseguiam...

Etienne

Se a ideia de filhos partiu de Etienne, foi Mathias quem procurou a Justiça e formalizou o pedido para o cadastramento de adoção. Este simbolicamente assume a frente na díade conjugal e dá legitimidade a um desejo que passa a compartilhar com o companheiro. Marina Castañeda (2007), psicoterapeuta mexicana especializada no atendimento de homossexuais, destaca que, em uma relação heterossexual, o casal começa a vida a dois dispondo de um manual, porém, em uma relação homossexual não existem acontecimentos-referência, nem ratificação social, nem apoios, muito menos manual de instrução. A autora interpreta a luta de homossexuais em certos países para obter o direito de se casar, de ter ou de adotar filhos e de conquistar uma série de garantias jurídicas e sociais não apenas como uma questão de direitos civis, mas também como um esforço para entrar no projeto de vida, no ciclo vital da sociedade em seu conjunto.

As falas de Mathias acerca do lugar da adoção na vida conjugal e familiar denotam forte relação com as análises feitas por Catañeda (2007) e Benghozi (2010):

Eu acho que é tudo isso junto [adoção tirar a família da rotina dar um novo rumo ao futuro do casal]. Não deixa de ser, não adianta falar que não é, porque automaticamente é, você sabe que você tem mais responsabilidades agora, você tem dois filhos para criar, pra encaminhar, então acho que tem tudo, todas essas coisas junto, não tem como falar, ah, não é.

Mathias

É diferente, parece que eles se preocupam mais hoje comigo do que antes, sabe antigamente não [refere-se a homossexualidade e ao fato da adoção]

Ah, a gente não tinha tanto contato assim, tanto contato, é era um pouco mais afastado, hoje é mais unido. Eu fazia festas às vezes de aniversário não convidava, convidava sempre os colegas, nunca os familiares, não convidava muito, hoje não, eu faço, eu penso primeiro lugar em convidar os parentes, a família, eu acho que aproximou mais...

Etienne

No que tange ao desejo de fazer família, Benghozi (2010, p. 165) explica que “não se deve reduzir o projeto parental a uma função reparadora, mas avaliar sua dinâmica”. Assim, é interessante situar, em casos de adoção, o lugar desse desejo de fazer família e sua importância para a construção das relações intersubjetivas e transubjetivas da família.

A coexistência de configurações familiares da modernidade com inovações provindas da pós-modernidade já tem lugar e legitimidade na sociedade. Essa relação com diferentes modos de vínculo marcam novas e diversas formas de subjetivação. É fato que esse processo em curso se intensifica à medida que aumenta a distância dos modelos tradicionais e alarga a distância entre a sexualidade e a reprodução, bem como o afrouxamento do nó que existia entre a sexualidade e o amor. Tais mudanças trarão novos modos de relacionamento: com certeza a polaridade masculino-feminino enfraquecerá e novas práticas e sensações relativas à sexualidade e ao desejo de fazer família surgirão na vida contemporânea (MOGUILLANSKY, 2011).

A respeito das relações dos entrevistados com o entorno, nota-se que, após o atendimento na Justiça, iniciou-se a confiança na instituição judiciária,

principalmente porque em curto prazo de espera (oito meses) foram chamados para acolher dois irmãos que assumiram posteriormente. Sobre isso, Etienne expõe:

Quando houve a ligação [do setor psicossocial do Fórum] eu fiquei surpreso... não tava acreditando ainda, que mesmo que fazendo, passado lá pela entrevista, eu achava que isso seria impossível, sempre achei até o último momento, mesmo tendo fé... eu ainda achava que era impossível, então misturava fé e dúvida.

Hoje eu posso dizer que é, que se obedece uma fila, não foi feito nada de errado. Hoje eu posso dizer isso, que eu tenho conhecimento, quando eu não tinha conhecimento, achava que isso tudo era enrolação, eu mudei meu pensamento...

A legitimação, por meio da Justiça, do desejo de fazer família faz com que os sentimentos persecutórios arrefeçam e se instale uma maior confiança nessa Instituição. Desse modo, pode-se inferir o quanto a falta de regulamentação no campo jurídico sobre adoção por casais homoafetivos favorece sentimentos de descrédito que assumirão caráter perturbador no atendimento dos usuários no âmbito institucional.

Apesar de maior confiança na Justiça após o acolhimento das crianças, sentimentos antitéticos em relação à instituição ainda vigoram, principalmente porque se sentem bastante controlados na fase do acompanhamento:

A adoção é uma coisa divina, eu acho maravilhoso isso, so que eu acho que é muito burocrático isso tudo [fase do acompanhamento]. Eu acredito que tudo o que se tem que fazer, o fórum tem que fazer mesmo... investigar tudo certinho, mas acho que às vezes... é pesa muito é tudo muito burocrático. E muitas vezes tem que ta indo, tem que ta indo, tem que ta indo, tem que ta indo, tem que ta indo, todo mês, todo mês, eu acho que é muito maçante isso...

Mathias

Chega um momento que a pessoa não caminha mais com os pés dela, ela não sabe, a gente tem que ter um tempo para andar com os pés, né, porque você não anda com os teus pés... você acaba andando com os pés dos outros

Etienne

Compreende-se que as alegações dos adotantes são legítimas no sentido de contarem com maior autonomia durante a fase do estágio de convivência. Porém, conforme já salientado, houve alguns problemas logo no início da fase de adaptação

das crianças no lar, o que quase culminou com a sua devolução. No entanto, entende-se que outras metodologias devem ser utilizadas na fase de acompanhamento, de modo que os adotantes não tomem tais intervenções apenas como um instrumento de controle. Pode-se estender tal preocupação também em relação ao processo de avaliação, uma vez que um dos entrevistados a entendeu como um processo de investigação apenas. Sabe-se que a intervenção psicológica não deve se sustentar em um trabalho meramente investigativo, deixando pouca abertura para que o processo entre psicólogo e usuário assuma caráter somente classificatório. De qualquer modo, é necessário estudar outras metodologias para o atendimento das demandas criadas em torno da adoção.

Outras particularidades relacionadas aos processos emocionais na adoção devem ser consideradas. Benghozi (2010), por exemplo, alerta que o reconhecimento pela Justiça da adoção como um vínculo afiliativo possibilitará o engendramento de um vínculo duplo e não de um duplo vínculo. Nesse caso, a adoção daria lugar e valor à parentalidade afiliativa, encarnada pela adoção, respeitando-se a verdade biológica, as origens da criança. O reconhecimento legal assim efetivado coloca a adoção em um quadro duplo organizador de uma identidade mestiça, ao se respeitarem as duas origens que agem na constituição psíquica da criança adotiva (família biológica e família adotiva). Assim concebida, tais realidades funcionarão como um acontecimento genealógico que tem a função de remalhagem – restauração dos continentes que irão compor os processos subjetivos da criança na adoção. Por analogia a essa concepção defendida pelo autor, pode-se considerar que o reconhecimento das vocações de casais homoafetivos para adoção poderá enriquecer o vínculo duplo almejado. Isso tanto no que se refere ao respeito às suas origens na família biológica, como no que se refere ao respeito à diversidade da configuração da família adotiva. O não acesso a elementos que compõem sua história poderá trazer-lhe dificuldades para o processo de subjetivação, no que tange à aceitação da adoção e compreensão da singularidade de sua família.

5.3.5 A Idealização da criança

O depoimento do casal, abaixo transcrito, aponta uma maior flexibilidade em relação às características da criança a ser adotada, em comparação às exigências

normalmente feitas. Etienne e o companheiro procuram ressaltar que são pessoas flexíveis, que manifestaram uma aceitação quase incondicional. Segue a fala:

Nós nunca tivemos em mente cor, raça, sexo, porque eu acho que quem quer ser pai, quem quer dar amor não escolhe raça, cor, sexo. Teríamos que ser aceitos e aceitar, a não ser a questão de uma doença grave... crianças HIV, porque a gente sabe que é difícil... Até dois anos [a idade desejada], embora que depois nós falamos, chegamos à conclusão que até cinco, quatro, sete, **depende muito da química** [grifo nosso].

As falas apresentadas denotam processos racionalizadores que norteiam o ideal de criança. Fica de algum modo implícito que a candidatura inusitada à adoção não poderia impor grandes exigências ao perfil da criança pretendida. Fala-se em uma dupla aceitação: ser aceito e aceitar. Porém, essa aceitação está condicionada a uma *química*, remetendo à ideia de o processo vincular ser instantâneo, quase mágico, garantidor absoluto de futuros vínculos afetivos.

Constata-se ainda que, após a adoção de dois meninos, os adotantes desejam mais uma criança, do sexo feminino e no máximo de dois anos de idade. Ambos justificam que tal interesse não é insatisfação com a adoção realizada, mas sim que o desejo inicial por um bebê ainda continua, tal como haviam pensado antes de se cadastrarem para a adoção. Desse modo, não se deve desprezar a motivação, no processo de acolhimento, e o fato de aquela também sofrer influência dos condicionantes sociais e psíquicos, principalmente no que se relaciona às concepções tradicionais de família e de desenvolvimento infantil mantidas pelos interessados. São esses aspectos que invariavelmente geram desafios para a ressignificação da adoção e dificultam um sentido mais social em suas práticas.

Aqui cabe lembrar as concepções de Houzel (2004), para quem as discussões sobre adoção por casais homossexuais devem dar mais ênfase à diferenciação entre os conceitos de prática de parentalidade e vivência de parentalidade do que à orientação sexual dos pais.

Segundo a autora, a prática de parentalidade está relacionada às tarefas cotidianas executas pelos pais juntos aos filhos. A vivência da parentalidade, porém, corresponde à experiência subjetiva de tornar-se pai ou mãe, que se remete ao *desejo de filho*. Para compreender o desejo de filho, é necessário analisar as interações fantasmáticas que se interpõem entre os sujeitos e a criança. Nesse sentido, o desejo de filho não é privativo de casais heterossexuais, da mesma forma

que os riscos atribuídos a pais organizados narcisicamente, incapazes de reconhecer o filho como sujeito, não são exclusivos da homossexualidade. Portanto, a autora alerta que não é a sexualidade dos pais que deve ser analisada no projeto parental, mas sim as influências inconscientes que motivam o desejo de ter um filho.

De acordo com Levy (2011), o processo de torna-se pai/mãe requer um trabalho psíquico de definição e redefinição de lugares; ou seja, de inscrição na continuidade das gerações precedentes, retomando o processo de diferenciação frente a elas e renunciando ao lugar de filho para cedê-lo à criança que chega.

Tais aspectos psíquicos demandam certos cuidados dos atores envolvidos na adoção por casais homoafetivos a fim de não lhes instalar uma autoexigência de flexibilidade quanto ao perfil da criança desejada visando à maior aceitação e legitimidade na Justiça, ou ainda impor aos candidatos situações específicas sem que os serviços de adoção consigam oferecer-lhes respaldo para o enfrentamento de possíveis adversidades no estágio de convivência.

Desse modo, vivência e prática de parentalidade estão imbricadas: a fantasmática associada ao desejo de filho levará pais e mães a exercerem a prática de parentalidade.

A fala de Mathias, abaixo transcrita, reedita o lugar de *filho-pai*, revelando a fantasmática que o motiva para a adoção:

Eu também acho legal, comecei a pensar com carinho de ter um filho, tudo então pra mim não tem muita diferença não tem muita... [refere-se ao fato de cuidar de filhos e a história pregressa em que assumiu o lugar de pai dos pais e das irmãs].

No item a seguir, as primeiras experiências dos participantes relacionadas à prática de parentalidade serão apresentadas.

5.3.6 Tornar-se pai: os primeiros passos

De início não foi fácil... Eles chegaram, tinham curiosidade, sabe, derrubaram a casa toda, eu não impedi nada, de início eu deixei que eles fizessem tudo o que eles quisessem, abrissem armários. Eu deixei que eles conhecessem tudo...

Etienne

Nossa, o Nicolas era nervoso. Nervoso os dois, os dois sempre foram, de se unhar o rosto, se morder.

Mathias

De início eu achei até que ele [Nicolas] tinha problema psiquiátrico. Mas aí, trabalhamos tudo isso, a gente entrou numa conclusão que não era esse caso. Eles queriam acho que se revelar, é testar a gente, de todas as maneiras, pra ver qual era nossa atitude.

Etienne

As informações acima transcritas mencionam as primeiras experiências de convívio com os meninos, e o quanto foi permitido que eles manifestassem comportamento exploratório. Eles abriam portas e armários, como se abrissem espaços nessa nova configuração familiar. A reação dos adotantes foi de tolerância, de permissão para que satisfizessem a curiosidade. Por outro lado, os comportamentos infantis despertavam temor: Marcel, o mais velho, mostrava-se assustado, com reações de sobressalto, quando chamado. Nicolas, a criança menor, apresentava comportamento hostil, irritadiço, autoagressivo. A possibilidade de distúrbio psiquiátrico na criança foi descartada à medida que a convivência avançou e possibilitou melhor compreensão dos comportamentos apresentados. As mudanças requereram disponibilidade interna dos adotantes e atendimento às necessidades emocionais apresentadas pelas crianças. Foi necessário um considerável grau de persistência. Os adotantes justificam que os adotandos melhoraram muito, mas algumas características agressivas ainda permanecem.

Como já visto em Houzel (2004), a prática de parentalidade por muito tempo ficou associada a gênero, cabendo ao masculino a provisão material e ao feminino os cuidados básicos e afetivos. Nos casais homoafetivos as funções maternas não estão ligadas ao feminino ou ao masculino, mas à estrutura do casal, às formas por meio das quais ambos se organizam para cuidar dos filhos levando em consideração as necessidades da vida profissional e os cuidados demandados pelos filhos.

No caso avaliado, as práticas revelam diferentes fases: desde a exploração sistemática do terreno familiar visando à identificação de elementos que facilitem a formação de vínculos e teste dos vínculos em formação, até a fase na qual se conquista maior estabilidade.

Assim se expressa Etienne:

Eles queriam acho que se revelar, é testar a gente, né, de todas as maneiras, pra ver qual era nossa atitude, a atitude que a criança testa muito né.

A criança testa a todo o momento, eles testaram a gente de todos os jeitos, como testaram a escola... testaram os avós, testou todo o mundo, pra ver o grau de tolerância de cada um.

A prática de parentalidade exige exclusividade e profundidade no relacionamento, experiências externas são bem-vindas, desde que não interfiram na do processo de formação do vínculo. Nesse sentido, criar um ambiente protegido na família tende a favorecer a introjeção dos papéis parentais. Etienne nos propicia uma visão bem interessante desse momento. Seguem suas considerações:

Foi pouco os cuidados [ministrados pelos avós] eu sempre achei que tinha que ter cuidados maiores, é... é... com eles, logo de início é a gente mesmo que tinha que ter esse contato mais profundo. A gente tinha primeiro que observar tudo isso, comportamento, como não era, poucas vezes eles ficaram lá com os meus pais... mas nada de um cuidado em excesso, que a adoção é nossa, nós que adotamos, então eu acho que a gente tem que arcar...

5.3.7 As origens: fantasmas do passado

Nos colocaram que eles eram filhos de uma drogada, que não tinha família, que a mãe dela [avó biológica] tinha falecido. Aí ela abandonou as crianças, as crianças ficaram nos cuidados de uma irmã mais velha. As crianças ficava jogada, tudo, passando por maus tratos, aí foi retirada. Foi tentado várias vezes, que essa mãe fosse ver. Ela só foi uma ou duas vezes atrás do Marcel, que era o preferido dela.

Mathias

Olha, eu de início via a... [genitora biológica] achava que ela era um monstro, hoje eu tenho uma visão diferente... porque eu não posso garantir que ela era esse monstro todo, se os outros me dizem, eu não vi, então eu não posso dizer que ela é...

Que ela agredia as crianças, jogou o Nicolas em lama, houve queimaduras pelo corpo, nós obtivemos informações da escola, e algumas informações do Fórum. Do Fórum foram mínimas... Ela tentou matar as crianças com veneno de rato, mandava pedir dinheiro. A gente não sabe se isso é real.

Inclusive eu descobri depois, que o Nicolas... nós achávamos que era queimadura... [mas]... que não era queimadura aquilo, foi catapora. Então ficou meio assim, o que é verdade, o que é mentira, deixa pra lá que não interessa mais.

Etienne

São importantes as informações sobre as origens na recomposição da história de vida dos filhos adotivos. Conforme já mencionado, na adoção a criança deve gerenciar dois níveis genealógicos de pertencimento: sua inscrição afiliativa como filho na genealogia das duas famílias de seus pais adotivos, e sua inscrição filiativa como filho na genealogia das duas famílias de origem de seus pais biológicos. As informações sobre a família de origem são importantes, porém deve-se cuidar para que não seja feito um mau uso de tais informações.

Conforme indica a fala dos entrevistados, os dados biográficos das crianças geralmente revelam um contexto de sofrimento, violência e perdas. Há, ainda, o desafio de se distinguir fantasia da realidade. As fantasias se intensificam em razão do crivo rigoroso pelo qual as famílias empobrecidas são julgadas, pois, normalmente, elas são as únicas responsabilizadas pelo fracasso dos vínculos afetivos, sem que os fatores socioeconômicos e as fragilidades das redes de apoio sejam considerados. As famílias em crise necessitam de redes comunitárias extremamente eficientes que as auxiliem nos momentos em que estão prestes a sofrer fragmentação.

As crianças adotadas geralmente provêm de estruturas com rupturas na malhagem familiar. Essa é uma característica de repercussão sobre o psiquismo infantil. Ao longo do processo de desenvolvimento do filho, os pais adotivos podem se deparar com a necessidade de integrar os fragmentos de suas histórias de vida. Isso os obriga a manejar suas próprias dificuldades vivenciais e a refletir sobre as projeções lançadas sobre a criança. Nesse sentido, não há como desprezar o impacto das origens e da história anterior ao acolhimento da criança e todas as contradições que ela apresenta.

A questão das origens remete a uma situação delicada e mesmo ambígua, pois se a falta de informações básicas pode dificultar a remalhagem dos vínculos afetivos na família adotiva, o excesso de informações, nem sempre confirmadas, pode potencializar fantasias e sentimentos ambíguos quanto aos genitores biológicos da criança, conforme retrata Etiene:

Foi muito bom retirar essas crianças dela [genitora biológica] não tamos dizendo foi bom pra gente, foi bom pras crianças e pra ela mesmo, porque isso poderia ficar uma coisa muito séria, né virar uma coisa muito séria, porque uma pessoa que usuária de droga, ela pode ter delírios por falta da droga e lá matá um filho, jogar, fazer horrores... isso ai é uma coisa correta [retirar crianças de pais que

apresentam tal situação] .Mas sabe, ela vai ser a mãe, sempre, não vai deixar nunca de ser a mãe...

Essa questão sobre as origens pode ter um manejo mais adequado se retomarmos os conceitos de afiliação primária e secundária. Conforme vimos em Benghozi (2010), a afiliação primária se refere ao vínculo de filiação e engloba a família biológica e o grupo comunitário de origem. Trata-se, portanto, de um vínculo psíquico ancorado pelo biológico, ou seja, nas origens filiativas da criança. A adoção, por sua vez, é um tipo de vínculo afiliativo secundário. Assim, a ruptura de lealdades entre os vínculos de filiação e afiliação impõe desafios e exige a elaboração de tais perdas. As dificuldades aparecem quando o manejo de suas contradições não é adequado, e coloca a criança, simultaneamente, em uma situação contraditória e paradoxal. Essa realidade pode ser identificada quando a criança se vê em um duplo vínculo impossível de se desfazer, pois ao mesmo tempo em que se sente filha dos pais de origem, também se vê como filha dos pais adotivos. Um encaminhamento possível para a resolução desse impasse seria auxiliar a criança a entender que é adotada, tendo, de um lado, uma filiação: vínculo com a família de origem; e, por outro, um vínculo de afiliação com a família adotiva. Essa diferenciação a ajuda a entender que sua vida comporta um vínculo duplo de filiação e de afiliação, sem que tenha que renunciar aos vínculos com a família de origem, e sim integrá-los em sua realidade psíquica.

Os conflitos de lealdade surgem pela ruptura de vínculos e pela dificuldade de criar novas estratégias que permitam a elaboração do sofrimento pela perda da família biológica. No entanto, pode haver um enriquecimento importante na construção de uma identidade mestiçada pela integração dessa rede de vínculos filiativa e afiliativa, imbricados na constituição psíquica dos filhos adotivos (BENGHOZI, 2010).

Ainda sobre os aspectos da história de vida, Benghozi (2010) chama a atenção para um possível pacto de recusa entre pais e filhos, o qual pode influenciar a remalhagem de vínculos na adoção. Esse fenômeno ocorre quando há uma diferença muito acentuada entre pais e filhos no que se refere às características físicas, principalmente relacionadas à etnia e à cor da pele, e quando essas diferenças não são aceitas e, portanto, negadas, correspondendo ao que o autor chama de alucinação negativa ou rejeição defensiva a uma percepção destoante.

Essa reação gera uma crença partilhada entre pais e filhos, servindo para tratar o filho adotivo como se *fosse filho biológico*, mito esse que pode organizar o fora-dentro do grupo familiar. Existe a possibilidade, inclusive, de essa recusa ajudar na construção de uma identidade afiliativa, pois se perpetua como intrafamiliar pela emergência de neorrituais no espaço privado de pertencimento. A afiliação mítica pode, então, associar-se à filiação natural, dando origem ao que Benghozi denomina *duplo vínculo mestiçado*, que permite a construção da parentalidade emocional e afetiva, a despeito das diferenças detectadas entre o filho adotivo e sua atual família.

Embora suscite ambiguidade, esse pacto de recusa contribui para que a condição de pertencimento da criança no meio familiar e o sentimento de paternidade sejam favorecidos. Não haveria, segundo Benghozi, outra forma, a não ser o pacto de recusa, de a criança e os pais partilharem plenamente esses alimentos afetivos que são vitais para a construção dos alicerces narcísicos.

Os aspectos descritos por Benghozi (2010) revelam a sutileza de um processo de adoção, que exige dos pais adotivos habilidade no manejo do relacionamento afetivo com a criança. Se, por um lado, deve haver respeito à genealogia da criança, por outro, a adoção implica o partilhamento de algumas crenças que inicialmente se instalam numa concepção do *como se fosse*, para se tornarem base concreta da relação afetiva entre pais e filhos. Esse tema será retomado quando analisarmos as particularidades da vivência homoerótica na família, situação em que também há um pacto de recusa como uma possibilidade estratégica de a família se situar em um contexto social marcadamente regulado por princípios heterossexuais.

5.3.8 A construção das relações de parentesco

A remalhagem dos vínculos de parentesco na família adotiva é um processo intenso, que pode requerer um trabalho específico de todos os atores envolvidos no processo de adoção: pais, filhos, profissionais de Psicologia e Serviço Social e Operadores do Direito. Sobre esse aspecto, vale transcrever a fala dos participantes:

Marcel chama meu pai, minha mãe de avós e o Nicolas [também] de avós, meu irmão de tio.

Etienne

Da minha parte eles não tiveram contato com ninguém...

Mathias

As formas de contato das crianças com os membros da família extensa ativam significativamente os conteúdos emocionais dos adotantes. O livre acesso que elas têm com os pais de Etienne faz com que os meninos os reconheçam como avós. O distanciamento dos familiares de Mathias, em razão das dificuldades de relacionamento de Etienne com os membros desse grupo, não favorece a formação de vínculos afetivos com esse ramo da família.

Esse dado nos permite analisar o quanto é importante o contato entre a criança e os membros da família dos adotantes, entre os quais, não raro, a criança identifica-se mais intensamente com um ou vários. Conforme dito, a criança edifica seu psiquismo sob a influência das duas linhagens familiares, às quais pertencem seus pais adotivos. Assim, sua livre circulação pelos dois grupos familiares permite vivenciar concretamente a dinâmica dos afetos com os membros do novo grupo.

Não se deve, porém, criar a ideia de que a adoção, para ser bem sucedida, implica relações totalmente harmoniosas e superidealizadas entre os adotantes e sua família de origem, ou mesmo que o aval dessas famílias (como avós e tias) seja imprescindível para o deferimento de um pedido de adoção por homossexuais (UZIEL, 2007). No entanto, essa é uma questão que merece atenção, pois há possibilidade de que situações mal resolvidas com os membros da família de origem eclodam mesmo que inconscientemente no momento em que a criança é acolhida e inicia-se um novo ciclo no meio familiar. Conforme nos ensina a psicanálise, o desempenho das funções parentais reedita conflitos edipianos, instala relações triangulares na dinâmica pais-filhos e engendra outros processos subjetivos desdobrados das primeiras experiências vivenciadas no grupo familiar de origem.

Note-se que, no momento em que se formula a pergunta sobre a participação dos familiares dos adotantes nos cuidados com as crianças, surge o aspecto da identificação dos meninos com as figuras masculinas e femininas. De forma inconsciente, o fantasma da homossexualidade surge e revela as preocupações com a futura orientação sexual dos adotandos, principalmente do mais velho. Seguem as falas que denotam tais representações:

O Marcel, seja com quem for, ele se identifica mais com o sexo masculino. Ele, o Marcel, não se identifica muito com o sexo feminino. Ele não gosta de beijo, abraço [de mulheres], é uma coisa

assim, sabe? A gente acha até um pouco estranho, porque isso pode criar assim um ódio do sexo feminino.

Eu penso que isso assim... pode ser uma revolta com o sexo feminino. Minha mãe me desprezou, né? Então, agora eu só gosto de homem... detesto mulheres e aonde pode, no futuro, ele casar e ver e querer ver a mulher como mãe...

Etienne

É, a gente tem observado muito, até na escola, que ele tem um amiguinho. Ele só fica junto com esse amiguinho. Ele falou de morar na casa desse amiguinho.

Mathias

Esse é um momento bastante sutil da entrevista, e, apesar dos riscos de uma interpretação apressada, não se pode deixar de ressaltar que as preocupações com o comportamento da criança mais velha surgem logo após Mathias falar que os meninos não haviam mantido qualquer contato com os seus familiares, deixando, assim, implícita sua contrariedade com tal situação. É provável que as preocupações com a criança reprimam conflitos não elaborados da própria história conjugal. Tal como ocorre em outras dinâmicas conjugais, independentemente da orientação sexual dos parceiros, a chegada de um filho altera a vida do casal e da família. Assim os conflitos não elaborados do passado tendem a reaparecer, eclodindo porque desorganizam o que gerava a própria estabilidade. Essa fase do processo de acolhimento é muito importante, pois é o momento em que podem ocorrer as devoluções da criança por parte das famílias, principalmente na denominada fase do estágio de convivência. É muito importante saber diferenciar as dificuldades que são próprias da criança daquelas decorrentes dos próprios conteúdos fantasmáticos do casal, e também observar de que modo há um processo de retroalimentação entre as histórias da criança e dos pais adotivos, que pode produzir conflitos.

Outra questão emerge das falas dos entrevistados e demonstra o quanto a família homoafetiva desafia os padrões convencionais e, portanto, acentua as preocupações quanto à orientação sexual dos filhos. Tal preocupação aparece na fala de Mathias, que desconsidera alguns aspectos do próprio desenvolvimento psicoafetivo, como a preferência por uma criança do mesmo sexo, que nessa fase pode ser importante fonte de identificação do menino, sem ter qualquer conotação com a dimensão do desejo ou da escolha amorosa. É necessário também refletir sobre o significado dessas preocupações e se elas são manifestas no sentido de

proteger e cuidar do desenvolvimento da criança ou de buscar a autoproteção no sentido de não serem culpabilizados por um eventual comportamento homossexual no filho.

Em algumas falas analisadas, observa-se a preocupação com a orientação sexual das crianças no sentido de preservar-lhes de maiores sofrimentos. Isso se manifesta geralmente em razão dos temores dos pais em relação ao futuro dos filhos, o que leva os pais a fazerem mais do que o necessário e impedirem o desenvolvimento espontâneo do filho. (LEVY, 2011) É interessante notar que tal preocupação não se diferencia de sentimentos encontrados em famílias heterossexuais.

As falas dos entrevistados revelam, mesmo que subliminarmente, preocupações com os efeitos da homofobia. É importante que tais aspectos sejam problematizados pelos profissionais do judiciário e demais profissionais da rede de apoio. Alguns problemas podem aparecer quando os pais mantêm um discurso em que podem acentuar os efeitos da própria homofobia. Por exemplo, quando se descrevem como marginalizados ou procuram proteger o filho excessivamente. Nesse caso, é muito comum que acabem transmitindo exatamente algo como não aceitável, como vergonhoso, partindo do próprio medo da homofobia. Mais complexo ainda é a família nutrir um sentimento de constante perseguição, fechando-se e isolando-se em si mesma diante de sinais de rejeição social (LEVY, 2011).

O enfrentamento de tal situação, pode acontecer pelo engajamento da família extensa no projeto de adoção e com o fortalecimento dos vínculos entre os pais adotivos a família extensa formada por avós e tios e a comunidade em geral. Esse apoio e grupalidade podem criar e fortalecer uma rede de afetos que auxiliem na constituição e no fortalecimento de arranjos familiares que se distanciam das estruturas convencionalmente conhecidas socialmente.

Esse tema será abordado mais à frente, no que se refere à expectativa dos pais com relação à orientação sexual dos filhos.

Salientemos que, ao longo de um ano da acolhida, houve um distanciamento dos adotantes em relação aos familiares de Etienne. As visitas, que eram frequentes, inclusive com pernoite na casa dos avós nos finais de semana, ficaram cada vez mais raras. No momento das entrevistas, fazia quatro meses que os meninos não viam os avós, sendo os contatos mantidos por telefone ou eventualmente na rua quando se encontravam. O argumento utilizado por Mathias é

o de que a mãe de Etienne passou a trabalhar fora e, para não sobrecarregá-la, evitam as visitas. Etienne alega, porém, que os encontros entre os grupos familiares foram interrompidos por critério do companheiro, e que, embora não concorde, procura respeitar sua decisão, mas espera que um dia o companheiro mude de ideia. Acredita ele que houve ciúme de Mathias em relação ao tratamento dispensado pelos avós às crianças, pois antes da chegada delas toda a atenção era dispensada ao casal e depois a prioridade passou a ser os meninos.

Conforme ressaltado anteriormente, essa é uma questão complexa e ativa aspectos não elaborados da história do casal, gerando-lhes dificuldades para a aquisição de uma postura mais assertiva para gerir essa situação de conflito. O pacto conjugal é mantido, mas obriga ambos a se afastarem de suas famílias de origem. Mathias interdita o acesso do companheiro aos pais, assim como ele próprio fora interditado pelo companheiro. Mais interessante ainda é observar que o distanciamento provocado gera inquietação e insatisfação em ambos.

Tais considerações remetem à necessidade de compreensão dos processos de identificação na infância, bem como da importância de outras figuras identificatórias associadas ao feminino e ao masculino que podem ser disponibilizadas pela família extensa dos pais adotivos. De acordo com a Psicanálise, a resolução do complexo de Édipo é pedra angular do desenvolvimento psicosssexual. Bougrab et al (2007) ressaltam que a identificação da criança, além de sexual, é moral. É no campo da moralidade que se desdobra o superego da criança, que aceita a lei e a interdição do incesto (*eu não posso deitar com minha mãe ou meu pai*), sendo esse o fundamento da lei em sentido amplo. A compensação será: *eu também mais tarde poderei amar alguém*. O fato de dois indivíduos serem do mesmo sexo não parece se constituir como um freio à estruturação psíquica, mesmo que a criança não encontre tais modelos em seus lares. Ela pode se beneficiar de outros referenciais que são dados pelos avós, pelas histórias contadas pelos pais adotivos, ou seja, no nível simbólico, por todos os portadores do masculino e do feminino que fizerem parte de sua vida. A criança será, também, apoiada por diferentes interventores da família ampliada, particularmente presentes e afetivamente investidos, como professores e, até mesmo, pais de outras crianças. Constrói-se, assim, nas relações familiares e sociais uma importante malha identificatória.

As influências herdadas das famílias de origem são retomadas quando se discute o parentesco. Nesse sentido, Levy (2011) relata casos de pais que tinham dificuldade de aceitar a relação homoafetiva dos filhos, e, diante do neto que vem a nascer ou ser adotado por esses filhos, mudam de posição e facilmente incorporam e aceitam a criança no meio familiar.

5.3.9 A qualificação dos papéis parentais

Os adotantes dizem que assim que levaram as crianças para casa, elas os nomeavam de tios, mas depois de algumas semanas passaram a chamá-los de pais.

Etienne alega que sabia que de imediato não seria chamado de pai, mas tinha convicção de que os meninos iriam incorporar rapidamente essa palavra como forma de tratamento. Nas primeiras semanas, tiveram de explicar às crianças que elas poderiam chamá-los de pais. Houve oscilação nas formas de tratamento, pois ora usavam a palavra *tio*, ora a palavra *pai*. Essa realidade exigiu uma intervenção mais pontual no sentido de qualificar a relação que vivenciavam. Em suas falas:

Tinha dia que eles chamavam de pai, no outro dia eles chamavam de tio, eles esqueciam. Nós explicamos, sempre falava, agora vocês têm dois pai, pai Etienne, o pai Mathias. A gente foi explicando, explicando, até que eles pegaram.

Etienne

Foi de forma breve, aproximadamente um mês, que as crianças incorporaram as figuras dos adotantes como a de *seus pais*. Ter dois pais do mesmo sexo não se tornou estranho. A palavra *pai*, seguida do prenome dos adotantes, foi uma estratégia simples, mas eficaz para qualificar a imagem de pais e manter suas individualidades perante os meninos e garantir-lhes as especificidades do parentesco. Tal estratégia também foi identificada por Zambrano (2006) ao pesquisar famílias que divergem dos padrões heterossexuais.

Bastante significativas foram as falas dos entrevistados quanto à reivindicação de Marcel no sentido de ser tratado por filho:

O Marcel esses dias questionou,...**Mas por que não me chamam de filho? ...Mas, por que eu chamo vocês de pais e vocês não me chamam de filho?** [grifo nosso].

Etienne

Eu falei que geralmente os pais chamam a criança pelo nome. Mas não é todo pai que chama de filho [a criança]. Foi algo... que ele percebeu importante. Um sentimento de filho. Eu quero ser chamado de filho, eu não sou filho?

Mathias

Aos serem indagados sobre como reagiam em relação a essa solicitação da criança, dizem que ainda sentem um pouco estranha essa forma de tratamento, ou seja, chamar diretamente a criança de filho. Esclarecem, porém, que socialmente apresentam os meninos como seus filhos sem qualquer problema.

Soa estranho...

Etienne

Ainda soa um pouco estranho, sim... Um pouco estranho soa sim...

Mathias

Ao serem indagados, no momento da entrevista, sobre quais eram os momentos mais importantes vivenciados no meio familiar, os participantes falaram sobre suas reações emocionais quando são nomeados por pais pelas crianças:

De início de ser chamado de pai, né, que a gente fica espantado, nossa [risos], será... agora sou pai mesmo... e... saber que filho é pra sempre, né, você né ali, você olha a criança, se pensa, meu Deus do céu, sendo bom ou não, é pra sempre... e algumas atitudes da criança... você fica assim, ah meu Deus do céu, será que isso, vai passar... Será que vai piorar amanhã...

Etienne

E se há inseguranças com o peso da responsabilidade parental, também há a gratificação com a formação de vínculos que se tornam aparentes no cotidiano:

E agente fica assim, meu Deus do céu [risos]. A gente percebe que eles se apegam muito na gente. Senta, eles já vem... já fica apegado na gente, quer ficar beijando, quer ficar no colo, quer ficar abraçando...

Etienne

A utilização da palavra *filho*, como uma forma de se dirigir à criança, traz à tona um aspecto bastante significativo do relacionamento filioparental. Naturalmente, a falta de espontaneidade se relaciona a um processo em que as imagens parentais ainda se consolidam na representação mental dos adotantes, tendo em vista que essa adoção ainda não foi concretizada devido ao estágio de convivência vigente.

Além disso, Kaës (2010) enfatiza a dimensão paradoxal do laço adotivo, tendo em vista que o filho está inserido em um mito: um filho que está por vir, mas que já está presente. Também há um sonho de pais paradoxais, já que esse filho é e não é deles. Tornar-se pai implica, portanto, uma trajetória que leva à consolidação de uma relação de pertencimento ao grupo familiar adotivo e a uma relação de confiança entre adotantes e adotados. A fase da consolidação dos vínculos exige que os pais adotivos assumam posições claras perante as crianças, demonstrando investimento pelos vínculos que se formam. Necessitam de um tempo até que estejam mais confortáveis no exercício da função paterna. Tendo em vista que passaram por um processo consideravelmente longo, desde o momento que começaram a pensar na possibilidade de filhos até o real acolhimento das crianças, os adotantes requerem um tempo para que possam vivenciar com maior tranquilidade a condição de pais. Considerada a originalidade da família e o interesse pela paternidade, os adotantes tiveram que justificar tanto internamente, como para as instituições, que poderiam desempenhar de modo satisfatório tal função. Benghozi (2010) ensina que, no processo de constituição de vínculos, na adoção, existe um pacto de re-co-nhecimento. Esse pacto envolve os conceitos de parentalidade e filialidade. O primeiro se refere à construção de um tornar-se pai, com o reconhecimento de ser-pai para essa criança. O segundo concerne à representação psíquica de tornar-se filho, com o reconhecimento de ser-filho para esses pais. Portanto, são duas formas de nascimento de vínculos psíquicos. O reconhecimento de si mesmo e o reconhecimento do outro. Esse processo “é também grupal, familiar e de sociedade. É nascimento para si e para o outro” (p. 160).

Apresentar socialmente a criança como filho é mais fácil do que nomeá-la dessa forma na intimidade do convívio familiar. A reivindicação da criança no campo dos afetos revela sua necessidade de aprofundamento do relacionamento afetivo. Simbolicamente ela cobra uma posição dos adotantes no campo relacional; é como se dissesse: *cumprí minha parte nesse pacto, mas agora é a sua vez de dizer se deseja ou não me ter como filho*.

A internalização do vínculo filial, paterno ou materno, não se dá de modo instantâneo, requer um tempo de elaboração psíquica; porém, no caso em estudo, os próprios participantes revelam que o acolhimento das crianças se deu em um prazo curto, oito meses após a inscrição no cadastro de adoção, exíguo para a

elaboração psíquica da condição paterna. O processo de introjeção dos papéis parentais, no momento de acolhimento da criança, passa por um teste de realidade, pois, conforme aponta Etienne nas entrevistas, embora haja a aprovação para adoção, sua homossexualidade gera-lhes dúvida se realmente serão chamados pela instituição para adotar uma criança. Portanto, a gestação psíquica e simbólica durante o período de espera da criança, ocorre por meio de um sentimento de insegurança e descrença acentuado. Processo esse semelhante ao que vivem os casais heterossexuais que relatam desconforto no momento em que aguardam em fila de espera para a adoção. No entanto, esse desconforto parece se exacerbar na adoção por casais homossexuais, tendo em vista a singularidade da família, falta de regulamentação específica e números reduzidos de casos.

Ensina-nos Kaës (2001) que o grupo e os conjuntos têm papel fundamental na sustentação psíquica dos sujeitos. Em especial, alguns membros do grupo têm maior relevância nessa sustentação, como pode ser apreendido por uma criança em sua relação com os pais. Nessa relação intersubjetiva, pode se instalar uma matriz de investimento e de cuidados que disponibilizam sinais de reconhecimento e de apelo para designar lugares na relação, e ainda oferecer meios de proteção e de ataques, ou indicar limites oriundos dos interditos que acompanham a constituição subjetiva do humano. No caso analisado, vê-se que o acolhimento em si e posteriormente os cuidados ofertados aos meninos colocam-nos mais facilmente no lugar de filhos, porém o lugar de pais será conquistado de forma mais gradual, supondo-se que ambos os adotantes terão que se haver com os próprios conteúdos fantasmáticos e encontrar apoio quer nas relações com a família extensa, quer no entorno social.

Portanto, instala-se na família aquilo que Kaës (2001) postulou ocorrer nos conjuntos humanos, no curso dos processos subjetivos, ou seja, ações psíquicas que sustentam o recalçamento das representações, a supressão dos afetos, a renúncia pulsional ou sua libertação. É no conjunto no qual o sujeito é recebido que ele é nomeado, é investido, e se torna sujeito falado, não só pelo efeito da língua, mas pelo efeito do desejo daquele ou daqueles que se fazem porta-vozes do desejo, do interdito, das representações do conjunto. Segundo o autor, não existe psique humana sem que essas ações psíquicas ocorram, e somente sob essas condições é que o sujeito pode utilizar a linguagem e a fala das gerações que o precederam, as predisposições significantes que herda e de que se apropria em parte para seus

próprios fins. No caso analisado, o processo subjetivo revela as necessidades emocionais de pertencimento e filiação no sentido de reivindicar o lugar do filho, o que por consequência leva os adotantes a se situarem no lugar de pais, a despeito da singularidade do núcleo familiar. Desse modo, o trabalho psíquico a ser empreendido pelos pais exige uma elaboração mental e uma capacidade de ressignificação de seus desejos e lugares que ocupam na família e socialmente. Esse processo se materializa essencialmente no momento em que as crianças chegam ao lar, quando os conteúdos fantasmáticos que deram sustentação ao desejo de filho deparam-se com o teste de realidade, associando-se a esse processo a prática de parentalidade.. A ressignificação permite a cada um dos atores envolvidos, conforme suas condições, dar os primeiros passos rumo à ocupação de um lugar que ainda é novo. Esse processo pode despertar intensos sentimentos de insegurança e retorno a posições primitivas incorporadas à própria existência.

As falas acima citadas ilustram suas posições e vivências de parentalidade no grupo, com o natural desafio de nomearem-se como pais ou sentirem-se encarnados na figura paterna. Essa condição ainda se processa e exige um trabalho psíquico bastante apurado, quer pela elaboração do luto e redefinição de lugares ocupados na trajetória existencial, quer pela incorporação do filho em suas genealogias familiares. A experiência de tornarem-se pais, por sua vez, reatualiza o passado, mas ao mesmo tempo pede passagem para que outros conteúdos emocionais possam advir e sustentar o relacionamento filial paterno que se engendra.

5.3.10 A família com filhos: mudanças e arranjos necessários

Quanto às mudanças na dinâmica familiar, os participantes apresentam depoimentos em sentidos opostos. Um entrevistado diz que não houve alterações, mas o outro corrige e sinaliza que as mudanças ocorreram sim, principalmente no cotidiano da família, pois na maior parte dos compromissos elas precisam ser incluídas. Destacam-se as seguintes falas nesse sentido:

Ah, eu acho que não mudou, não mudou muito né? O que mudou é que tem um pouquinho mais de serviço e a gente pensa neles em primeiro lugar...

Etienne

Mudou assim bastante coisa, né? Tudo o que você fazia sozinho sem as preocupações de tempo, de dormir, de horário pra isso, horário pra aquilo. Agora não tem onde ficar, deixar... a criança ficar a noite. Você sai, leva. Você tem que ter horário pra voltar, horário pra dormir...

Mathias

O casal relata também que seu estilo de vida antes da chegada dos meninos era bem tranquilo e voltado para as necessidades do lar, com esporádicas atividades sociais e de lazer. Devido a esse perfil, segundo eles, não houve necessidades de grandes alterações na rotina da casa. A fala de Etienne corrobora essa afirmação:

Claro que nós fomos a alguns lugares que crianças não... não seria o ambiente... mas não é tanto, que a gente gosta mais de ambiente familiar... e ambiente familiar a criança pode estar, né?

É, eu por ser uma pessoa evangélica, não tenho muito o hábito de sair pra noite, muito não, eu não tenho o hábito de sair pra dançar... né... beber...

Etienne

Percebe-se que os cuidados básicos com os adotandos foram ministrados sem maiores queixas. As falas demonstram que existiu, nos primeiros meses de acolhimento, uma sobrecarga de funções que levou ao desgaste físico, porém o que mais inquietou os adotantes foram os conflitos emocionais desencadeados na vida conjugal. As mudanças repentinas no núcleo familiar e as condições emocionais instáveis apresentadas pelas crianças funcionaram como ataques potenciais aos vínculos. Vencida a inquietação, com o risco de devolução das crianças, conquistou-se um período de maior estabilidade. Os conflitos anteriormente vivenciados não foram suficientemente discutidos e elaborados pelos adotantes. Eles justificaram que os problemas foram resolvidos, sem que, no entanto, tivessem conversado sobre suas causas ou buscado ajuda específica para compreendê-los.

A esse respeito, convém transcrever algumas falas dos entrevistados:

Porque tem muita novidade, né? Você viu todo o conflito de início [conflitos que quase levaram a devolução das crianças], agora não...

Não tem como mudar isso, que as atitudes, só muda, muda alguma coisa, mas no fundo, no fundo, é a mesma coisa, vai ter, se não for um bebê vai ter adaptação tudo isso, vai acontecer, isso a gente sabe... [risos] teria que passar por tudo isso novamente, e se fosse um bebê os cuidados seriam outros, seria cuidados mais intensivos

porque é um bebê. Uma criança de quatro anos você deita e ela dorme até o outro dia, um bebê vai acordar de hora em hora, fraldas constantemente, entendeu? E se for uma criança maior vai repetir quase tudo... um pouco parecido que a história nunca muda. Falar como um dia nós falamos pro Marcel, **nós vamos te devolver, eu não falaria isso novamente. Eu falava pra ele, nós vamos te devolver...**

Etienne

Complementa o companheiro:

Naquela época [primeiro mês de convivência com a criança]. Ah, naquela época quase que nós devolvemos mesmo.

Mathias

Os problemas de relacionamento durante o estágio de convivência não são específicos das adoções por casais homoafetivos, ocorrendo em boa parte dos casos das adoções tardias. Nessa fase o vínculo ainda não se consolidou e encontra-se muito vulnerável às adversidades que se colocam ao grupo familiar. Conforme já salientado, nessa fase está em curso um intenso trabalho psíquico que consome energia dos pais, que precisam renunciar a seus lugares de filho para dar passagem ao nascimento da criança no lar. Além disso, os fantasmas das origens da criança potencializam sobremaneira os medos em relação ao futuro, e principalmente, a fantasia de que aquela criança por todas as influências que recebeu do grupo social e familiar de origem tenha sido marcada de tal maneira que não conseguirá desenvolver um sentimento genuíno de filho, o que trará dificuldades para o seu engajamento no vínculo com os pais adotivos. A ameaça de devolução funciona como um potente interdito de comportamentos indesejados da criança. No entanto, se o argumento da devolução não é abandonado pelos pais, e os motivos que o geraram não são suficientemente elaborados, pode haver uma interferência negativa na constituição do vínculo, desencadeando danos aos processos subjetivos entre de pais e filhos.

5.3.11 Possibilidades e desafios na adoção por pares homossexuais

A adoção por casais homoafetivos é uma realidade recente no campo jurídico brasileiro; e, por consequência, as preocupações que tocam a homoparentalidade também o são. Historicamente, a capacidade de os homossexuais serem bons pais

e oferecerem à criança cuidados satisfatórios para o seu desenvolvimento foi rejeitada. Além disso, questionava-se se um casal homoafetivo não poderia naturalmente perverter os filhos dada à peculiaridade do casal, deixando os filhos vulneráveis à pedofilia. Atualmente tais preocupações são cada vez mais refutadas, uma vez que a orientação homossexual dos pais não tem se mostrado como perturbadora para o desenvolvimento emocional dos filhos, conforme levantamento de pesquisas científicas apresentado pela APGL (1997). Além das pesquisas, segundo Bougrab et al (2007), com a evolução dos costumes e a aceitação progressiva da homossexualidade, tais questionamentos se arrefecem, pois aceita-se mais facilmente que dois homens ou duas mulheres possam criar crianças. No entanto, alguns receios concernentes ao desenvolvimento infantil, e a falta de regulamentação nessa área acabam por desestimular vocações adotivas. Esse fato merece destaque, já que um significativo número de crianças e adolescentes aguardam por adoção nas instituições de acolhimento (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996; WEBER, 2001; 1999).

Em relação à adoção por candidatos homossexuais, estes, quando chegam ao judiciário para solicitar a inscrição no Cadastro de Adoção, precisam superar temores e fantasias que invariavelmente permeiam suas percepções. Há o medo do preconceito e da discriminação, visto que nem sempre se encontram profissionais preparados ou dispostos a acolher a demanda apresentada por casais homoafetivos. A fala de Mathias revela, de modo ambíguo, que as dificuldades encontradas no contexto institucional podem auxiliar na melhor elaboração do projeto parental, porém, para ele, tal expectativa por família não é tão natural para uma família homoafetiva, como o é para as heterossexuais. Ele exemplifica que, se de um lado, os candidatos homoafetivos adiam a decisão de adoção, por causa das dificuldades internas e sociais, por outro, quando fazem o pedido na justiça, estão minimamente preparados para enfrentar as adversidades que provavelmente encontrarão na trajetória até efetivamente se tornarem pais. Devido a esse tempo, há uma mobilização interna que desperta reflexões e a necessidade de superação de algumas dificuldades emocionais e sociais até chegarem ao Poder Judiciário. Sobre esses aspectos, citam-se suas falas:

Nós pensávamos sempre assim eu e o Mathias, nós nunca vamos poder adotar, porque não, quando nós surgimos com essa ideia... É

a gente imaginava que a Justiça não ia aceitar, não! Nunca, mas isso vai acontecer, porém vai demorar muito...

Etienne

Eu acho o que favorece é que duas pessoas [homossexuais], por exemplo, elas, quando elas resolvem adotar é porque realmente elas querem, elas têm um intuito de realmente ter um filho. Constituir uma família, que é muito mais difícil do que um casal tradicional... vamos dizer assim, que o casal tradicional todas as portas são mais abertas pra eles, né? Porque o povo considera o natural, **e é o que é mesmo!... Não tem como a gente falar que não é... [grifo nosso]**

E também a gente não pode esquecer que o preconceito ainda existe, pode ser que as pessoas não tratem a gente na frente com preconceito, porque sabe que tem um monte de lei que nos protege, mas por trás, a gente tá cansado de saber que existe muito [atitudes preconceituosas]...

Mathias

Só que eu não ligo para isso...

Etienne

Minimizadas as dificuldades emocionais para a inscrição no cadastro de adoção, e após o acolhimento das crianças, surge outro momento importante na constituição dos vínculos: a fase de adaptação. Nessa fase as fantasias inconscientes ganham força e assumem conotação negativa. A criança precisa superar os percalços vivenciados ao lado da família biológica e elaborar a ruptura dos vínculos com os genitores, irmãos e demais parentes. Além disso, inicia-se um processo de triangulação entre ela e os adotantes, tornando a família o terreno no qual se manifestam os afetos de amor e ódio. Fantasias em relação aos danos psíquicos sofridos pela criança também aparecem. Os adotantes questionam se conseguirão ou não ajudá-la na superação das dificuldades. Tais situações foram vivenciadas pelos entrevistados, conforme seus relatos:

A [fase] mais difícil foi quando deu aquele problema lá, né Etienne? Nós ficamos confuso, achamos que não iria dar certo né? **Pensamos em devolver**. [as crianças] [grifo nosso].. que o Marcel começou a falar aquelas coisas... parece que não se adaptava...

Mathias

Ele [Marcel] não gostava do Mathias, que achava o Mathias feio, ao contrário comigo, que eu era muito bonito, eu era lindo, eu era o pai que ele queria,... que eu era tudo o que ele queria, mas o Mathias não, o Mathias era feio... Um dia ele chegou pra falar assim... mata... mata [o Mathias].. Porque era eu e ele, [a criança] não podia existir mais ninguém, ninguém, ninguém...

Etienne

É, que eu tinha que morrer... E ele [Marcel] tinha que ficar só com ele [Etienne]... umas coisas meia... Meio assim, negro assim... Sei lá na cabecinha dele o que passou... Mas depois acostumou com os dois, né...

Mathias

As fases mencionadas remetem a alguns conceitos que tratam da formação psíquica no contexto familiar. Tais fenômenos comportamentais podem interferir na reconstituição de vínculos na adoção e na inscrição de uma criança em uma nova genealogia. Contribuições teóricas nesse sentido foram propostas por René Kâes (1997) ao estudar os organizadores psíquicos inconscientes, cujo conceito foi introduzido nas pesquisas sobre grupo, que ele coordenou no final da década de 70. O autor tomou por referência basicamente os trabalhos de Lacan e Spitz. Lacan estudou o papel do complexo na psicologia familiar e formulou a tese de que os constructos inconscientes representam um papel de organizador no desenvolvimento psíquico, estendendo-se tanto ao desenvolvimento da personalidade quanto àquilo que se refere às relações familiares e à psicologia familiar. Por meio dessa premissa teórica, serão estudados os complexos de desmame, de invasão e de Édipo, e seus efeitos nas imagos, nos sentimentos e nas crenças. Tais *organizadores* atuam nas relações do indivíduo - desde a infância até a vida adulta - com a família. Spitz é contemplado porque estabelece conexão entre os conceitos dinâmicos e certos conceitos psicanalíticos com os quais Kâes trabalha, enfatizando sequências genéticas, tendências sintéticas, passagens do inorganizado e do indiferenciado ao organizado e ao estruturado. O significado das épocas específicas durante as quais se reproduz uma reorganização da estrutura psíquica o leva a falar dos organizadores, por comparação com a embriologia. Spitz articula, assim, o conceito de integração, que é a formação de uma estrutura psíquica nova em um nível de complexidade mais elevado, representando um processo delicado e vulnerável, chamado, portanto, de organizador. Baseando-se nesses argumentos teóricos sobre o desenvolvimento, Kaës (1997 p.183) afirma que “o organizador de um vínculo reduz a diversidade e a dispersão dos elementos para arranjar, numa unidade funcional e estrutural, a economia e a dinâmica da formação do vínculo”. Certamente, o imaginário da unidade tem a ver com o fato de formações inconscientes do desejo, do amor ou do ódio estarem envolvidas em tais organizadores.

A partir desses referenciais, é possível supor que mesmo em uma família de configuração homoafetiva há a presença dos referidos organizadores e de uma trama de conotação edípica, as quais funcionam como importante material psíquico a influenciar o vínculo. É por meio da trama edípica, por exemplo, que a criança se confronta com seus conteúdos pulsionais e agressivos. Nessa fase busca identificações, e se beneficia da interdição imposta pelas figuras parentais ou seus substitutos simbólicos. A vivência e a elaboração mais adequadas dos sentimentos que experimenta nessa fase ajudam-na a lidar com suas fantasias e ansiedades. Sobre essa questão, Boubgab et al (1997) ensinam que o elemento mais importante no meio familiar não é a determinação biológica das diferenças, mas sim as posições psíquicas de cada um dos pais ou seus substitutos e, conseqüentemente, o registro simbólico a ser favorecido pelas figuras identificatórias. Essa condição obtida na família permite à criança sair da díade criança-adulto e se abrir para o mundo. O terceiro, representado por um dos membros do casal, tem esse papel de interdição, mas para isso não há necessidade de ele ser de um sexo diferente. Tal triangulação, associada às experiências primárias das crianças em suas famílias de origem, funciona como importante elemento na constituição psíquica. Isso requer, portanto, que as instituições envolvidas propiciem um enquadre em que tais elementos possam ser considerados, permitindo aos pais adotivos compreenderem os afetos que geram instabilidade e se irrompem na fase de acolhimento e adaptação de uma criança. É necessário que se proteja, também, a relação conjugal das prováveis interferências advindas do exercício parental. Os adotantes podem ficar bastante envolvidos com os cuidados das crianças e, em razão disso, o relacionamento conjugal ficar vulnerável e desinvestido emocionalmente por parte do casal.

Acerca das preocupações com o complexo de Édipo em casais homoafetivos, convém retomar aqui as considerações de Levy (2011), que afirma que, em uma nova releitura desse conceito, pode-se compreender que a criança não se identifica com o objeto real, mas com os modos representacionais, os quais introjeta, dependendo das funções parentais simbólicas a ela dirigidas. Assim, a homossexualidade ou a heterossexualidade não deveriam receber destaque, mas sim a forma como se disponibiliza a condição para que a criança construa sua alteridade no meio familiar, bem como a capacidade do adulto de renunciar ao gozo tanto erótico como narcisista sobre a criança.

Assim, segundo Levy (2011), a heterossexualidade não é garantia de narcisismo extremo, nem a homossexualidade representa uma falha no reconhecimento da castração, entendida como renúncia à posse e ao domínio completos por parte da criança.

Tais considerações denotam que o papel da interdição frente à demanda de exclusividade por parte da criança a um dos pais pode ser encontrado também em famílias homoafetivas, conforme relatos deste estudo. A resolução dos conflitos, porém, está condicionada à maneira como o próprio casal administra os conteúdos psíquicos, uma vez que lhe cabe disponibilizar um trabalho de castração ao filho de modo a lhe oferecer um ambiente de contenção aos impulsos que se mostram presentes em qualquer desenvolvimento infantil.

Sob outro ponto de vista, Moguillansky (2011) destaca que a psicanálise vincular abre novas possibilidades para a compreensão da subjetividade na contemporaneidade. Segundo o autor, tal perspectiva indica que somos o resultado de identificações com nossos semelhantes; assim, o sujeito não só é para si mesmo seu próprio fim, mas é também efeito das formações e dos processos do inconsciente que o constituem. É no inconsciente que se encontram os elos da corrente dos sonhos, desejos não realizados dos pais, cadeia da qual é membro, herdeiro e transmissor, enfim, elo de uma corrente mais ampla. Transmite-se e recebe-se, então, uma epistemologia cujas premissas logo são usadas para conhecer e avaliar o mundo. Esse novo paradigma proposto pela corrente vincular não nega a origem infantil, tendo em vista ser ela importante elemento para a compreensão da subjetividade humana. O que está em pauta na revisão do modelo da psicanálise clássica é se tal determinação sofrida nos processos primários é suficiente para apreender a clínica vincular. Ao apontar a necessidade de revisão, Moguillansky (2011) recomenda um novo olhar, que pressupõe aceitar que novos fundamentos narcisistas extrapolam os elementos estruturadores da primeira infância, que conseqüentemente atuam na constituição do casal e da família. Além disso, é bastante importante, na visão de Moguillansky, que nossa vida adulta não é mera repetição de momentos fundantes primitivos e, tampouco, pura invenção. Em suas palavras: “postulamos que somos filhos da história que vivemos e dela somos inventores. Não há invento do vínculo *ex-nihilo*. Inventamos tendo como base a repetição do vivido” (MOGUILLANSKY, 2011, p. 182).

A partir de tais reflexões, é importante retomar a questão da avaliação quanto à abordagem ou não da orientação sexual dos candidatos à adoção nos processos de avaliação, conforme já discutido na introdução deste trabalho. Parece ser bastante importante observar a representação psíquica que o próprio candidato faz a respeito de sua orientação sexual e como esta opera em seu desejo por filhos e por fazer família. Com base nos aportes teóricos da psicanálise vincular, compreende-se que a representação psíquica e os sentimentos decorrentes da homossexualidade em algum momento atuarão na dinâmica relacional a ser mantida entre os adotantes e os adotados. Da mesma forma, o modo como os pais apresentam essa realidade aos filhos tem uma repercussão em seu desenvolvimento. Porém, deve-se notar que tais influências não são as únicas e muito menos estão cristalizadas de modo a marcar a criança irremediavelmente por toda a vida. Possibilitar aos candidatos à adoção e também às crianças que serão adotadas a comunicação de sentimentos e afetos que se desdobram de suas vivências parece ser um caminho bastante interessante para que não se fique prisioneiro de representações provenientes das experiências primárias e da internalização de fenômenos sociais que podem gerar sofrimento.

Desse modo, a avaliação de candidatos à adoção em um contexto institucional poderia ter como função a facilitação de afetos e contradições que foram ou são vivenciados pelos candidatos em suas diferentes fases da vida, sem que sejam identificados apenas para validar ou rejeitar sua candidatura à adoção. A contramão desse elemento facilitador em uma intervenção psicológica de caráter mais avaliativo pode ocorrer quando assume um caráter meramente classificatório, excluindo as possibilidades dos acompanhamentos psicológicos ou dos encaminhamentos para psicoterapia como intervenções válidas para se reverter ou ressignificar possíveis inadequações que prejudiquem o projeto parental. Superar o caráter meramente classificatório seria abandonar a ideia de que a identificação de sujeitos perfeitos, inscritos em uma corrente genealógica *saudável* e liberta de quaisquer influências negativas do passado seja o único caminho para se ter uma adoção bem-sucedida. Sabendo-se que esses resultados se mostram inatingíveis, dada a plasticidade e o caráter dinâmico do psiquismo, tais expectativas podem inversamente fortalecer uma metodologia de trabalho estereotipada de modo a exacerbar fantasias e idealizações em torno do exercício das funções parentais e do desejo de filho, que normalmente já são carregadas pelos candidatos à adoção, tal

como ocorre com a tentativa de apresentarem, no momento da avaliação, uma dinâmica familiar perfeita e em condições ilimitadas para atender as necessidades da criança que idealizam.

5.3.12 Ter dois pais: reações sociais e familiares

Os adotantes não revelam grandes dificuldades de relacionamento social após a adoção. De modo geral, destacam aceitação e apoio no âmbito familiar e social. Por outro lado, ressaltam que a posição masculina sugere, no imaginário coletivo, falta de habilidade para conduzir a educação de uma criança. Ao se depararem com reações dessa natureza nas relações sociais, tiveram de assumir uma postura firme e deixar claro que o exercício de autoridade competia somente a eles. Para os adotantes, as interferências externas, na educação dos filhos, foram sentidas como uma desqualificação do ideal paterno. Seguem suas falas, nas quais se observam reações positivas e certo desconforto com reações isoladas:

Olha de início o pessoal achou legal, achou que isso é muito bonito, olha como tá mudando, né... que coisa legal...
Ninguém ficou assim, nossa será, será...? Até a sociedade mesmo, aqui fora, achou super legal...

Etienne

É a família em geral apoiou... a família, pelo contrário, a sua mãe, seu pai, gostaram, seu irmão, todo mundo...

O que a gente nota até hoje, tem gente que quer meter o bedelho na vida da gente. Eu não sei, eu acho que as pessoas pensam... que a gente não sabe educar. Às vezes acontece algum fato dentro da perua [escolar], o Etienne conversa com eles [meninos] na perua, a mulher da perua às vezes quer interferir...

Mathias

Eu falei pra ela [a motorista da perua escolar], olha, eu... educo os meus filhos do jeito que eu acho, não quero que interfira nisso. Eu deixei bem claro que a educação somos nós que damos e eu não quero interferência de terceiros, eu não admito que quando eu estiver falando com as crianças, que ninguém entre no meio, que o pai sou eu. Isso eu deixei bem claro.

Etienne

Todas as peruas escolar [as motoristas e suas ajudantes], todas elas querem interferir...

Ah... constrangimento acho que não tivemos nenhum... né? Tivemos? [olha para o companheiro].

Mathias

Eu não!

Etienne

...Graças a Deus todo mundo aceitou bem, todo mundo... se... pelo contrário, nossa, [dizem] se todo mundo fizesse como vocês... de pegarem... de adotarem duas crianças, né! O que as pessoas admiram é que é dois né [meninos]! Fala, nossa, duas crianças, vocês são corajoso. Vocês são corajoso, que geralmente as mãe que tem experiência que elas sabem que dão... dá trabalho... e tudo né. Então, geralmente, as colegas, ... fala... nossa vocês são corajoso, parabéns!

Mathias

É notório que a imposição do gênero masculino coloca-se como barreira ao desempenho dos cuidados básicos e educação de crianças pequenas. Essa função se liga, invariavelmente, à condição feminina. Ou seja, historicamente a prática de parentalidade esteve associada ao sexo feminino. (HOUZEL,2004). No entanto, na visão de um entrevistado, o fato de dois homens constituírem uma unidade familiar, deixa-os em vantagem em relação aos lares mais tradicionais, pois na sua formação dão a ideia de dupla paternidade. Essa representação é sentida pelos adotantes como valorização da força e da autoridade simbolicamente encarnada pela masculinidade. Segue fala de Etienne:

...E as pessoas tem muita confiança quando se fala em dois pai, eu percebo. As pessoas tem uma confiança assim, uma... Algo forte, sabe, dois pai. Eu achava... antes eu achava o contrário, que era o contrário... As pessoas acham bem forte ter dois pais... Nossa que legal, não vai ter problema, dois pai, é legal. Eu achava que muitas pessoas não iam pensar assim, né... Dois homens será que vai conseguir educar? **Não é isso**, as pessoas... Eu percebo nas pessoas que... isso... Dois pai é algo forte. Isso dá certo. Olha as pessoa vê a figura masculina, como mais forte, né, que consegue mais...[grifo meu].

Etienne

Etienne recorre também às noções de gênero para positivar a prática da parentalidade exercida por dois homens. Usa de tal argumento ao associar o desempenho paterno às representações de força, e capacidade de contenção e proteção. Do ponto de vista psíquico, é possível aventar que a fala do entrevistado sugere um mecanismo de defesa, pois, desse modo, valoriza a configuração familiar que normalmente não é aceita e é considerada desviante no imaginário social. Essa

sensação de que serão cobrados pela Justiça também exerce nos adotantes uma posição supervigilante em relação ao atendimento prestado pelas instituições às crianças, o que gerou entraves no relacionamento deles com os representantes desses órgãos. A esse respeito apresentam as seguintes concepções:

Se eu pudesse mudar, eu mudaria, esse negócio de creche, como isso é um tormento na vida da gente [reclama que as instituições são negligentes com as crianças, sendo que os meninos em um prazo de um ano estavam na terceira creche].

Mathias

Se eu tivesse condições de pagar [ênfase] um lugar para eles ficarem, né uma escola [particular]... Não que a gente não teria uma dor de cabeça maior...

Etienne

Mas eu acho que seria bem melhor, seria bem melhor... mas infelizmente não está nas minha posse hoje...

Mathias

Mas aí a gente pode exigir um pouco mais... se eu estou pagando eu posso exigir, infelizmente na rede pública você não pode exigir muito, não pode porque não tem como ser exigido, não tem como ser feito...

Etienne

As modificações em curso nas famílias da atualidade colocam seus membros frente a um desafio: administrar as influências do passado e flexibilizar novos padrões e arranjos operados em seu sistema. Nesse sentido, as famílias de configuração homoafetiva são levadas a um contínuo processo de ressignificação de valores e de arranjos. Esse processo é intenso e mesmo paradoxal, pois à medida que promove novas possibilidades, recupera padrões de funcionamento e criação de filhos que já foram acumulados pelos modelos tradicionais de família. A relativização, nesse caso, não implica abolir todo repertório acumulado, nem mesmo partir do marco zero para instituir um novo modelo de família e de criação de filhos, mas sim recolocar tal repertório em uma nova ordem política, econômica e de subjetivação ainda em curso na sociedade contemporânea.

É importante salientar que esse não é apenas um trabalho interno e circunscrito à família, mas sim que traz implicações sociais e institucionais, tendo em vista a imbricação dos fenômenos sociais e psicológicos que fazem parte do contexto no qual esses arranjos de família se organizam. O que se observa na maioria das vezes é um medo irreal do desconhecido, como se os modelos de

família que ganham contornos e visibilidade na atualidade fossem colocar em risco o futuro da humanidade, discurso esse muito forte no campo religioso³⁵. Os argumentos, de modo geral, estão calcados em um fundamentalismo religioso, que pressupõe que apenas nas famílias tradicionais de matriz heterossexual existe a possibilidade de haver saúde mental satisfatória e bem-estar.

5.3.13 Percepção da criança em relação à configuração familiar diferenciada

Quanto à compreensão das crianças sobre a configuração familiar, os entrevistados compartilharam as seguintes informações:

Ah, o Nicolas nem entende muito. Mas ele chama os dois de pai, atende numa boa...

Mathias

O Marcel já foi, nós conversamos com ele. Nós conversamos com ele. De início foi aceito, né, não houve questionamentos...

Etienne

Desde quando nós fomos visitar na [instituição de acolhimento], nós falamos pra ele, né... que ele teria dois pai, se podia ser assim, né... Ele falou [Marcel] que queria, não tinha problema.

Ao serem questionados sobre o fato de o menino mais velho ter perguntado se o *pai* Etienne não tinha namorada, fato comentado nas entrevistas iniciais, disseram:

...Falava muito, queria conhecer quem era a minha mulher, a minha namorada

Etienne

Ele esqueceu de quando nós falamos com ele [que a família era constituída por dois homens que viviam como casal].

Mathias

Ai eu fui explicando, que não [não tinha mulher/namorada]... falava mais de mim... Cobrava mais de mim [cobrava mulher/namorada de Etienne e não de Mathias]... É a falta de entendimento... Porque ele entende por partes, né. Porque se perguntar pra ele o que é homossexualismo a criança não vai entender... ele acha que

³⁵ Em recente discurso o papa Bento XVI, atacou o casamento homossexual por considerá-lo uma ameaça às famílias tradicionais e por colocar em cheque o futuro da humanidade. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1031966-casamento-gay-ameca-a-humanidade-diz-o-papa.shtml>. Acesso em 9 jan 2012.

entende, do modo dele, mas ele não sabe na realidade, né. Eu tenho certeza que eles não sabem, ele não sabe, qual a nossa vida, que beija, que tem relações sexuais, ele não sabe disso!

Etienne

Eu acredito que não, é muito pequeno, né!

Mathias

Então, eles podem compreender, como pode não compreender, né... Ai é o tempo que vai dizer... eu... não tem como dizer... antes do acontecer, né. Se, de repente, eles não aceitarem, aí o que, que eu vou fazer, eu não posso fazer nada, eles podem não aceitar. Mas eles vão sempre saber que foi nós que criamos, nós que demos amor.

Etienne

Os dados apresentados indicam que as crianças se adaptaram à família de matriz homossexual, muito embora questionem a natureza de sua configuração. Ambos os adotantes foram chamados de pais em breve período de tempo. Observa-se, porém, que a ressignificação do conceito de família num contexto homoafetivo é gradativa, em razão da forte influência da heteronormatividade no imaginário social e no psiquismo dos envolvidos. Por um lado, os adotantes consideram que as crianças, por serem pequenas, não compreendem a dimensão do relacionamento homoerótico; por outro, Marcel questiona Etienne, o pai que se dedica aos cuidados básicos, sobre a existência de mulher ou namorada na vida dele. A ausência do feminino surge como preocupação nas representações infantis. Tal aspecto requer ressignificação dos papéis parentais e habilidade dos pais em discutir o assunto. O efeito dessas experiências leva os adotantes a sentirem algumas inquietações quanto ao futuro. Eles não sabem ao certo se as crianças aceitarão a realidade familiar. O afeto e os vínculos afetivos a serem consolidados na família, bem como o exercício das funções parentais (a prática da parentalidade) são colocados como argumento para ancorar o relacionamento entre pais e filhos. Portanto, em meio às dúvidas, subsiste a ideia de que, embora haja o risco do rompimento de vínculos, a dedicação e os cuidados dos pais poderão auxiliar na sua manutenção.

De modo geral no imaginário dos pais adotivos circulam fantasias e dúvidas quanto ao futuro, não sendo tais sentimentos específicos da adoção pleiteada por casais homoafetivos. O medo quanto ao futuro se associa a um possível rompimento

de vínculos afetivos, às heranças biológicas carregadas pelas crianças, ou mesmo às interferências negativas da família biológica, que podem atacar ou prejudicar os vínculos já consolidados. O aspecto particular da adoção por casais homossexuais concentra-se na aceitação ou não da composição atípica do arranjo familiar. Conforme verificado no caso em estudo, a prática de parentalidade ocorre sem grandes problemas, tendo em vista que a família organiza-se de acordo com suas particularidades para atender as necessidades das crianças. Recuperando as considerações de Houzel (2004), é importante analisar como as vivências parentais são atualizadas em Mathias e Etienne quando concretizam o desejo parental. Na concretização do desejo parental, perpassa a edificação da imago parental que foi introjetada pelos adotantes a partir das referências que ambos mantiveram com os próprios pais, reativando tais representações simbólicas para inscrever essa nova experiência de parentalidade na continuidade das gerações que os precederam. Para tanto, de modo um tanto paradoxal, ao mesmo tempo em que tomam as experiências com suas figuras parentais de origem, tentam se diferenciar delas para encontrar uma forma de tornar singulares suas próprias experiências de parentalidade. Além disso, devem renunciar ao lugar de filhos, para cederem-no aos filhos que acolheram na adoção, o que exige um trabalho de luto e de reparação do que foi recebido. Urge salientar que esses processos psíquicos não exclusivos dos pais homossexuais, e sim inerentes a todo processo subjetivo de tornar-se pai e mãe (LEVY, 2011).

Do lado das crianças, verifica-se que a composição original do grupo vai sendo captada gradativamente. Marcel, o menino mais velho, passa a questionar o arranjo à medida que amplia seu campo perceptivo da realidade. Quando isso acontece, o menino consegue confrontar os modelos tradicionais de família com que se depara no contexto social, e ao mesmo tempo captar as singularidades da família em que está inserido. Os questionamentos emitidos ajudam-no a compreender o modelo original de sua família e observar os processos de remalhagem de vínculos que se processam na adoção, tendo em vista que as circunstâncias de seu nascimento também vêm à tona nesse momento. Assim, é importante lembrar que as crianças em questão provêm de configuração familiar que também extrapola os modelos familiares tradicionais, haja vista que a família de origem delas era chefiada apenas pela mãe, os genitores eram desconhecidos e a função de maternagem e cuidados básicos eram divididas com a genitora ou exclusivamente desempenhadas

pelas irmãs mais velhas, quando a genitora se ausentava por longos períodos do lar em razão do envolvimento com substâncias psicoativas.

5.3.14 Enfrentamento do Preconceito

A respeito de eventuais situações de preconceitos, os colaboradores expuseram:

Eu falei pra ele assim: Marcel, se na escola alguém chamar a gente de gay, lá o que você vai fazer? Eu vou bater neles [disse a criança]. Não pode! Você sabia que você pode ouvir isso? Não [respondeu a criança]... Mas você pode ouvir.

Ah, mas você tem dois pais, seu pai é gay, seu pai é viado, você pode ouvir isso, sabia? Mas aí você não pode ligar, tá? Você não pode sair brigando com todo mundo, por causa disso, porque você vai ouvir... Ficou quieto [reação da criança]. Então não falou mais nada [risos do entrevistado].

Etienne

Eu acho que ele têm que ser orientado que... apesar dele ter... tá sendo criado por dois homossexual, ele tá... sendo... bem criado... bem educado... e que não tá deixando nada desejar. É isso que tem que deixar bem claro pros outros... É... eu sou filho de homossexual, sim, mas eu tô bem. Eu sou bem criado, eu sou feliz assim e acabou...

Mathias

Observa-se que as habilidades parentais necessárias ao enfrentamento do preconceito se encontram em construção, havendo uma preocupação em preparar a criança para lidar com situações adversas de discriminação, principalmente em ambiente escolar. No entanto, é também percebida uma tendência em antever problemas e conflitos que podem não ocorrer. Além disso, Etienne tende a individualizar a questão, responsabilizando apenas as crianças pelo gerenciamento de uma eventual atitude de preconceito, desconsiderando outras intervenções com aqueles que expressam atitudes ou reações preconceituosas. Situações de preconceito e discriminação carregam fortes representações sociais, devendo, portanto, ser encaradas como um fenômeno social, cujos efeitos devem ser discutidos coletivamente. Quando se fala à criança que ela não deve responder às provocações ou ofensas, emite-se a mensagem de que ela não poderá agir de forma violenta frente a eventuais manifestações. No entanto, não se problematizam outras questões a fim de ajudá-la a não se culpar pelo arranjo de sua família, ou considerá-

la anormal por ter uma formação diferente ou ainda a entender que as reações dos colegas estão associadas aos preconceitos contra os diferentes, que merecem consideração. Fernandes (2005 p. 31) explica:

Uma das consequências possíveis em situações de ameaça social para o psiquismo é a produção de uma condição mental na qual se perde a possibilidade de reconhecer os indicadores que permitem discriminar o perigo proveniente do mundo exterior e efetuar a distinção entre imaginação e realidade.

Assim, não há apropriação das regras do jogo e assimila-se o que está sendo produzido no grupo social. Mathias amplia um pouco mais o olhar sobre a questão, salientando para a criança que a família homoafetiva é uma possibilidade social e pode cumprir sua missão educativa e de cuidados dos filhos.

É importante, ainda, não desconsiderar os efeitos da homofobia no imaginário social e familiar. Contaminada pelo preconceito e pela discriminação, a homossexualidade torna-se uma variação sexual de segunda categoria ou de condição marginal. Valorizá-la implica desafios e requer dos adotantes a elaboração de seus próprios conflitos concernentes à aceitação da orientação sexual. Esse é um componente que deve fazer parte das discussões com tais famílias adotivas e contribuir para o processo de remalhagem de vínculos na adoção por famílias homoafetivas e reflexões que permitam encontrar estratégias para o enfrentamento do preconceito.

No entanto, o manejo de tal situação exige capacidade assertiva por parte dos pais no sentido de não extrapolar o conteúdo das mensagens que deverão transmitir aos filhos, que supostamente desejam proteger dos efeitos da homofobia. Informações ambíguas tendem a apresentar o mesmo efeito danoso do silêncio, pois antecipam situações, sem que elas necessariamente existam, ou podem elevar mecanismos de defesa em relação ao tema, tornando-o um campo de difícil imersão (LEVY, 2011).

A discussão do preconceito não pode ficar restrita ao tema da adoção por casais homoafetivos, uma vez que esse pode vir carregado de conteúdos fantasmáticos e criar algumas dificuldades de manejo por parte das famílias adotivas, pois educar para a diversidade numa sociedade que produz normas e se mostra altamente reguladora não é tarefa fácil. É preciso romper a barreira do silêncio e dar passagem para que novas estratégias possam ser criadas

coletivamente. Como sustenta Benghozi (2010), o trabalho de adoção deve ajudar a família a construir neorrituais no espaço privado de pertencimento, tratando-se, portanto, de uma co-construção que permita a emergência de novos continentes narrativos em relação aos continentes familiares genealógicos. No caso em questão há um duplo *desmalhe*: da família biológica que se esfacela e dos pais adotivos em relação às expectativas de dar continuidade às expectativas de continuidade do padrão heterossexual nutrido por suas famílias de origem. Engendrar um novo continente familiar requer, portanto, elaborar os sofrimentos decorrentes dessas rupturas, para que se possa reconstituir a malha familiar que poderá dar sustentação para processos subjetivos que permitam diferenciação e autonomia dos seus membros.

Conforme destacado, o preconceito é um fenômeno social, portanto seu enfrentamento também deve ser pensando no contexto das vivências sociais. Para tanto, seria interessante pensar no papel de um vínculo rede entre as famílias homoafetivas e os profissionais que trabalham com adoção e operam as políticas públicas Benghozi (2010)³⁶. A malhagem família-instituição é uma remalhagem dos continentes familiares e institucionais, caracterizando as malhagens e remalhagens intercontinentais. Assim o vínculo rede é aqui pensado como suporte para as vulnerabilidades e enfraquecimento da função continente familiar grupal e genealógica. No vínculo rede encontra-se o importante papel das instituições que atendem os casos de adoção e podem permitir que as interferências da homofobia sejam discutidas no meio familiar, uma vez que seus efeitos tendem a vulnerabilizar os vínculos entre pais e filhos nessa modalidade de adoção; para tanto, exige que a própria rede interinstitucional tenha debatido e elaborado alguns preconceitos e fantasmas que normalmente atravessam os processos subjetivos da família e das representações sociais.

5.3.15 A educação da criança: rupturas ou manutenção dos valores tradicionais de família?

³⁶ Benghozi concebe uma metapsicologia do vínculo de rede a partir do modelo psicanalítico da continência, que envolve o continente grupal genealógico-familiar, o continente genealógico comunitário e o continente institucional. O autor explica que além do continente grupal bem delimitado com um fora-dentro de contornos bem definidos, no continente grupal familiar, o vínculo rede vai relacionar-se com a construção de espaços de intercontinência. Assim sua proposta, quando trata da metáfora rede ou malhagem, é viabilizar uma noção sobre a dinâmica de construção-desconstrução-reconstrução de novas conexões remalhantes dos continentes singulares que compõem os grupos, como, por exemplo, as famílias.

As falas a seguir demonstram que os participantes mantêm sentimentos e concepções tradicionais em relação à educação dos filhos. Seguem os fragmentos das entrevistas em que esses conteúdos aparecem:

Encaminhar... sempre pra igreja evangélica, né? Isso a gente tem em mente. Nós somos [evangélicos], não que eles tenham que ser evangélicos, mas ali você aprende... Ninguém que tá dentro de uma igreja aprende coisas más, né? Ninguém dentro de uma igreja vai aprender coisa ruim... ruim, então, é... Não que eles precisam ser [evangélicos], mas eles têm que conhecer Deus, conhecer aquilo que é bom, aquilo que é ruim.

Etienne

É a nossa Igreja, né? [evangélica]

Mathias

As falas dos entrevistados indicam que a educação que pretendem transmitir aos filhos não leva a nenhuma ruptura com os padrões morais e religiosos incorporados em suas famílias de origem. Além disso, as preocupações com uma eventual homossexualidade revelam uma possível valorização da heterossexualidade. Esses dados permitem inferir que o modelo educacional transmitido pela família analisada não desconstrói modelos convencionalmente disponibilizados pelos arranjos tradicionais de família. Não há aqui a intenção de fazer juízo de valor quanto a tal representação e enquadrá-la como correta ou inadequada. Porém, tal aspecto entra em confronto com os argumentos proferidos pelos setores reacionários da sociedade, que defendem que a legitimação dos modelos homoafetivos de família representaria falência para a instituição familiar, tendo em vista que disseminaria valores originais, colocando em risco os valores morais nos quais se assenta a ideologia da família. Se a família homoafetiva, por um lado, disponibiliza um arranjo atípico e leva a uma inusitada situação de parentesco, como por exemplo, ter dois pais e não ter uma mãe; por outro, os valores morais e atributos psíquicos personificados com os ideais do amor conjugal, união na família, proteção, educação e socialização de seus membros em desenvolvimento são utilizados para justificar a família que formam e a transmissão de tais ideais na gerações seguintes.

Outro aspecto observado são as discordâncias de posições entre os adotantes em relação aos valores e procedimentos que adotam na educação dos

filhos, características também encontradas em outros modelos de família, tendo em vista a dificuldade de consenso entre os pais e o acelerado processo de mudanças sociais e de valores em curso. Seguem as falas que indicam tais divergências:

Nunca vou proibir, nada de proibição – você quer, vou explicar, você quer, olha isso causa isso, tá... causa mal, você vai ficar assim. Você vai ficar daquele jeito, mas nunca vou falar assim, não... Proibir jamais, que quando há proibição ativa mais a vontade de fazer... Eu vou explicar, mas eu não vou proibir, eu não posso proibir, quem proíbe... Eu fui jovem, quanto mais proibia, eu ia eu fazia, eu fazia escondido, antes fazer, fazer algo, eu tá sabendo, vendo, do que algo escondido.

Etienne

Eu não, [mostra discordância do companheiro], maior sim [refere-se à maioridade civil], maior não mando mais nele, não tenho posse de ninguém, não. Com maior de idade você não pode obrigar ninguém. Mas enquanto menor você pode... antes dos 18 anos você não vai fazer nada disso, colocar brincos ou fazer tatuagem, você vai pensar bem, aí depois que você tiver 18 anos, aí você resolve, que aí eu explico, tudo a situação.

Mathias

As diferentes posições sobre a educação das crianças indicam que, no futuro, os adotantes terão que mediar suas divergências e conduzir, de forma mais consensual, a questão. À medida que os filhos crescem os pais reatualizam lembranças e conflitos vivenciados em suas histórias de vida. A configuração de família homoafetiva denota inovação em sua estrutura, porém, conforme se observa nas falas dos participantes, os valores tradicionais persistem.

Entretanto, as divergências retratadas não representam necessariamente prejuízos para a formação das crianças. Diferentes posições perante a vida podem ajudar os filhos a enriquecerem seus repertórios, não ficando restritos a um único referencial. Caberá aos pais desenvolverem padrões mais flexíveis para adequar tais valores conforme as necessidades dos filhos em determinada etapa da vida, até que conquistem a própria autonomia. Também é importante que haja um trabalho psíquico em que os pais possam reconhecer de que modo suas vivências primitivas e de socialização agem nas projeções que são depositadas na educação dos filhos. Essas vivências, portanto, funcionarão como matéria prima, tanto para a interdição como para a reparação de um determinado comportamento, que, no entanto, estará diretamente associado às demandas internas dos próprios pais.

5.3.16 A Vivência da dimensão homoerótica na família: o implícito e o explícito.

Os participantes apontam o modo de funcionamento da família e suas representações acerca da sexualidade, da relação com o próprio corpo e dos comportamentos manifestos ou interditos na frente das crianças. Seguem os relatos sobre tais concepções:

Olha, não! Eu acho que beijo, abraço assim, muito... **Beijo essas coisas, nem pra um casal hétero pega bem**, perante as pessoas... Coisa que eu não gosto muito, a gente tem uma vida normal, assim, eles sabem o que se passa, mas a nossa intimidade não é na frente da criança e nunca vai ser. **Nem quando for aprovado.** [regulamentação da união entre pessoas do mesmo sexo]... **Perto de mim, nunca!** Não acho isso legal, isso é uma intimidade da gente né? Não é porque as pessoas vão falar: nossa dois homens! não é por isso, **se eu vivesse uma união hétero seria a mesma coisa.** [grifos nossos]

Etienne

É isso... eu... eu... Acredito que essas coisas vai... muito da gente mesmo, né?
Pelo tanto, pela estrutura da... da sociedade, né, que se já foi criado assim...

Mathias

As falas dos entrevistados sugerem confusão entre as particularidades da vida íntima de um casal e as manifestações afetivas que são reprimidas. O afeto e a genitalidade assumem uma só dimensão, tornando-se apenas subversão à ordem. De forma explícita, Etienne revela a imbricação dessas dimensões quando o casal é indagado sobre os atributos que uma pessoa LGBTTTs deve apresentar para poder adotar uma criança: Veja-se a fala nesse sentido:

Tem que ter uma vida digna, eu acho, no meu ver, porque eu entendo assim, acho que não pode ficar se prostituindo, ficar trocando de parceiro todo o dia, ficar levando uma vida promíscua... Ficar se abraçando na frente da criança a todo o momento, eu acho que isso é desagradável para qualquer um...

Subliminarmente, constrói-se a ideia de que o relacionamento homoafetivo somente será respeitado ou tolerado caso a afetividade não se expresse na dinâmica familiar e muito menos em outros ambientes sociais.

Angelo Pereira (2002), na condição de solteiro, com orientação homossexual, ao adotar um menino com um ano e meio de vida, assume posição um pouco diferente dos entrevistados. Para Ângelo, pais emocionalmente estáveis não fazem sexo na frente dos filhos, mas “um beijinho ainda rola” (p.62). Em sua opinião, as crianças pequenas sabem que papai é homem, que a empregada é mulher, mas não imaginam o que as pessoas fazem na privacidade de seus quartos. Só com mais idade as crianças percebem que seus pais fazem sexo. Com base nessas constatações, defende que, para seu filho, ele [pai] não faz sexo, já que afeto e sexo são duas coisas distintas.

A expulsão do afeto do relacionamento homoafetivo, tal como defendida pelos entrevistados, assemelha-se a um pacto de recusa, conforme postulado por Benghozi (2010, p.166), para quem esse pacto diz respeito ao “não reconhecimento psíquico, um mecanismo de defesa obrigatório no trabalho de reconhecimento adotivo”. As adoções internacionais, nas quais as diferenças físicas, inclusive as de cor-da-pele, são minimizadas ou negadas pelos pais adotivos, são exemplos desse processo. É como se se instalasse um trabalho de reconhecimento adotivo induzido por uma interiorização do vínculo. Para Benghozi, o vínculo de adoção existe e é reconhecido por adotantes e adotados, o que o diferencia do pacto de negação, descrito por René Kaës. No pacto de recusa o *como se* é gradativamente partilhado entre a criança e os pais, favorecendo a formação do vínculo, apesar do caráter dúbio. Por analogia a esse conceito, é possível interpretar que a pouca tolerância da sociedade às manifestações de afeto entre os homossexuais leva à reação de recusa e expulsão das manifestações de afeto entre os adotantes, seja no ambiente social ou mesmo no familiar. Poderíamos pensar que as exteriorizações de afeto seriam mais livres no ambiente doméstico, porém em lares homoafetivos também recebem interdição. Tal comportamento pode gerar a seguinte representação: *Somos diferentes, mas temos uma moralidade preservada, assim como as outras famílias; portanto, não somos danosos à formação da criança.* Os entrevistados esperam que, de algum modo, o fortalecimento de vínculos seja beneficiado e valorizado devido a essa conduta que expulsa do relacionamento familiar o afeto homoerótico. Nisso subjaz a ideia de que quanto mais a homoafetividade ficar invisível, menos abalará os pilares da heteronormatividade.

Curiosamente, assim como ocorre nos julgamentos do senso comum, o exercício parental fica diretamente associado a um julgamento moral na concepção dos entrevistados, sobre o que Mathias assim se expressa:

Mesmo um pai, uma mãe, um homem e uma mulher... se for, o cara, ficar traindo a esposa a todo o momento, ou a esposa o marido, já pensou que moral que ela têm pra conversar com o filho...logo ele escuta na cara, ele escuta na cara [o filho ofender o pai ou a mãe sobre o comportamento infiel apresentado]... Então, imagine a pessoa sendo honesta já escuta bobagem, imagine se não for.

Desse modo, sobre a condição da homossexualidade, recai um senso moral ainda mais rigoroso, conforme expõem Etienne e Mathias:

Eles vão falar um dia pra mim, pra ele, vocês são gay... vai...
É num momento de raiva e de discussão, no futuro podem falar...

Imagine se a gente [na condição de gays] não levar uma vida regrada...

É interessante notar que a interdição do afeto, influenciada pelo juízo moral predominante na sociedade, cria nos adotantes a sensação de *serem iguais às outras famílias*. Nesse processo, muitas vezes assumem posições mais rígidas, que, no seu entender, os aproximam das famílias heterossexuais. Esse momento talvez seja importante para dar maior estabilidade ao grupo familiar que se forma e que se baseará neste pacto para justificar que sua função socializadora será cumprida adequadamente. Assim, o pacto de recusa se mostra válido no início da convivência para minimizar possíveis desconfortos nos pais em razão da natureza da configuração familiar, beneficiando a convivência de pais de filhos.

No entanto, vencida a fase de adaptação, a recusa do afeto ou da explicitação de que o casal forma um par conjugal deve ser superada. Caso contrário, a criança fica aprisionada a uma condição que dificulta a apreensão do caráter singular de sua família e a conjugalidade vivenciada pelos pais. A criança tem acesso a uma meia verdade, o que pode limitar sua integração na dinâmica afetiva mantida pelos pais como um casal, não tendo como simbolizar satisfatoriamente que os pais estão juntos porque sentem afeto um pelo outro na condição de casal e não de amigos.

Isso tudo pode instalar o que Micheline Enriquez (2001) chama de uma idealização de recusa, ou seja, frente à não preparação da criança para o entendimento de que os pais formam um par amoroso, ela pode alimentar a noção

de que não há vida afetiva permeando o relacionamento dos pais e que o relacionamento funciona por meio apenas de uma solidariedade fraternal, o que distorce a realidade fática do casal. A idealização e a recusa, se não trabalhadas no campo real, segundo Enriquez (2001), pode levar à intolerância, à diversidade e a uma interpretação truncada da realidade a fim de manter o ideal de uma ilusão, que nesse caso seria “meus pais vivem juntos como amigos e não como casal”. Um possível efeito de tal situação é o recalque maciço da curiosidade e da criatividade, o que impede a criança de dar continuidade a sua investigação para saber as origens de seu nascimento, de onde ela vem, de onde vêm seus pais, enfim qual é a dinâmica da vida de qualquer pessoa. No caso específico de uma família homoafetiva, dificultaria ainda a compreensão de que um relacionamento afetivo conjugal formado por pessoas do mesmo sexo não procria, mas pode ser considerado como uma variação do comportamento humano, não sendo, portanto, marginal ou repudiável.

Relacionadas à questão da vivência homoerótica, surgem outras situações, expressas nas falas dos adotantes, concernentes à sexualidade e às formas como lidam com o próprio corpo:

Eu mesmo, eu ando nu perto deles, tomo banho, fico nu, o Mathias, não! Inclusive o Nicolas teve curiosidade, ele disse, eu vi o seu pipi [fala para Etienne]! E o dele [Mathais] eu não vejo? Como que é?
... Eu fico [nu], eu tomo banho com eles, eu fico de zorba, eu fico pelado. Por que não? Meu órgão é igual ao deles. Não tem diferença, então eu me sinto à vontade.

Etienne

Eu falo que eu não gosto, que eu não me sinto bem [ficar nu perante as crianças]... Eu fui criado assim, eu não tenho essas... liberdades
Eu não gosto dessas coisas...

Ah, isso é um problema dele [Etienne ficar nu na frente das crianças] se ele acha, se sente bem assim, eu não me sinto.

Mathias

Etienne diz que é uma pessoa espontânea, não se sentindo constrangido em se despir na frente das crianças. Com tal postura, acredita que auxilia os meninos a resolverem sua curiosidade quanto à anatomia dos órgãos sexuais. Segundo ele, as crianças, com tais experiências, são ajudadas no processo de identificação sexual e podem lidar melhor com suas fantasias. Mathias, porém, assume atitude mais

reservada, falando que não se sente à vontade para se despir na frente dos meninos. Alega que essa atitude de reserva em relação ao próprio corpo foi um padrão de comportamento aprendido em sua família de origem. Esses relatos revelam a diversidade de comportamentos e reações que podem existir em um mesmo grupo familiar. Não se pode, nesse caso, enaltecer ou criticar os comportamentos dos adotantes. É importante considerar como as diferentes representações psíquicas foram internalizadas por eles com relação à sexualidade, como lidam com o próprio corpo e como irão se posicionar perante as crianças. As posturas divergentes podem auxiliar os filhos na incorporação de valores e de comportamentos diferenciados. Isso pode contribuir de forma significativa para a aquisição de um repertório vivencial mais rico e para a compreensão das variações comportamentais existentes na sociedade.

5.3.17 Concepções sobre a orientação sexual dos filhos

As fantasias em relação à homossexualidade de um dos filhos aparece de forma explícita nas entrevistas. Os participantes assim apresentam tais preocupações, conforme já mencionado anteriormente:

Olha,... também a gente não pode dizer, porque... É só o tempo que vai mostrar, né... Eu queria filhos hétero! [ênfase], mas se for homo, o que eu posso fazer, ou bi, né? O que eu posso fazer, vou ter que aceitar, como eu fui aceito... Eu acho que todos os pais querem filhos héteros...

Etienne

É... a gente espera que seja hétero. Mas se não for, o que, que vai fazer, se não for, vai ter que aceitar... Ainda ontem falei pro Marcel. Eu falei pro Marcel, eu brinquei... Eu perguntei, porque que você fica tanto atrás daquele menininho na escola, só fica atrás daquele menininho...

Mathias

O desejo de que os filhos desenvolvam orientação heterossexual parece associar-se aos efeitos da homofobia. Contudo, tal desejo indica, também, uma necessidade de reparação, que os filhos não padeçam o que eles próprios já sofreram. Para tanto, falam que os homossexuais ainda são alvo de preconceito e discriminação. Entre adotantes e adotandos essas preocupações têm efeitos

persecutórios. Os pais se inquietam pelo fato de a criança ter um amigo predileto na escola. A criança, alvo dessas preocupações, faz questão de realçar que não é nem será gay. Nas palavras de Etienne:

Mas o Marcel sempre fala pra mim, eu não sou homossexual, viu? Eu não sou gay!

As preocupações com um possível comportamento homossexual do filho levam os adotantes a exibirem posições antagônicas e pouco assertivas. Conforme destacado anteriormente, esquecem que a criança, com apenas sete anos de idade, ainda não está em condições de fazer escolha de um objeto amoroso. No entanto, as perguntas que lhe são feitas antecipam tais preocupações e podem gerar confusões internas na criança.

Aí o Etienne perguntou pra ele, você gosta do menino, Marcel? O Etienne perguntou pra ele, né! [momento em que abordaram essa questão com a criança].

Mathias

Você acha o menino bonito, você gosta de ficar pertinho assim...

Etienne

A ambiguidade se acentua quando é dito para a criança que ela será aceita caso se concretize a orientação homossexual. Expõe Mathias:

... Você se lembra que você perguntou pra ele se ele gostava do menino, ele falou: não! Só colega [respondeu a criança]... **Ai eu falei, ué, mas se ele gostar também, ele vai... ele vai... continuar sendo nosso filho, vou gostar dele do mesmo jeito, falei pra ele... Ai, ele ficou quieto.[grifo nosso]**

Temos aí uma dupla mensagem, pois todos os questionamentos foram desencadeados pelo incômodo que o comportamento do menino mais velho gerou nos adotantes. Após deixarem explícito que não estavam satisfeitos com a amizade exclusiva dele com outro menino, emitem a mensagem de uma possível aceitação. A dupla mensagem situa a homossexualidade como algo a ser expulso da vida familiar, mas também assume conotação de um mal irremediável.

Intrigante ainda é a comparação existente entre as duas crianças:

Não dá pra gente saber [se o filho será homossexual]... Mas tem hora que passa na mente da gente **que o Marcel tem algo... de homossexualidade...** mas... Eu não sei se pela carência que ele tem... O Nicolas é diferente. **[grifo nosso]**

Etienne

Esse só o tempo mesmo que vai dizer. Não tem outro jeito. O Nicolas já não... **O Nicolas é terrível, já abraça as meninas, abraça as mulher, a atitude do Nicolas é bem diferente do Marcel, a gente já vê...** que é... Não sei se é porque ele é menor. Eu não sei. O Marcel é mais reservado, se aproxima mais dos homens. **[grifo nosso]**

Mathias

Eu não sei por quê. Eu também abraçava as meninas [risos] e eu sou homossexual [risos] então eu não posso dizer. Eu não abraçava os meninos, então, eu não posso dizer... [que Marcel será gay].

Etienne

O olhar dos adotantes para o comportamento das crianças é influenciado pelas representações internas que eles carregam a respeito da homossexualidade. Há uma preocupação com Marcel, pois ele tem afinidade com pessoas do sexo masculino. O comportamento de Nicolas, porém, é enaltecido como um contraponto às reações do irmão, principalmente porque não rejeita afagos e outras manifestações de afeto das figuras femininas, o que seria indício, na visão dos pais, da garantia da heterossexualidade.

Nesse sentido, observa-se uma rígida concepção essencialista em torno da homossexualidade, como apresentado por Etienne, e um medo de doar ao filho a própria homossexualidade associada a uma possível crítica social, conforme expõe Mathias. Seguem falas que revelam tais concepções:

Ele [Marcel] não apresenta características de homossexual, jeito de andar, jeito de falar... porque o homossexual, a maioria apresenta é o jeito de andar, é o jeito de falar, o jeito de agir, ele não aparenta isso, é só a parte afetiva que a gente percebe... mas eu não sei... Mas se for, a gente vai ter que passar por isso, né... Eu sei que vão... vai ter gente alá... porque o pai é... encaminhou a criança...

Alá o exemplo que o pai deu [risos] adotou pra virar... pra ficar que nem eles... tem gente pra falar de tudo nesse mundo...

A questão da homossexualidade remete à necessidade do entendimento de um pacto denegativo na dinâmica familiar. Pressupõe-se que a denegação seja a base para as representações homofóbicas incorporadas pelos adotantes. A

homofobia articulada aos processos sociais assume representação psíquica e atravessa a educação das crianças, imprimindo um viés sexualizado, de caráter significativo naquilo que os pais transmitem para o filho sobre tal questão. Para descrever processos dessa natureza, Kaës (1997) fala sobre o fenômeno do retorno do recaiado nos grupos. Para o autor, o que foi recaiado retorna como sintoma individual – a problemática do porta-sintomas- ou partilhado por vários sujeitos-sintoma do grupo. As identificações se apoiam nos sintomas na medida em que são partilhados, adquirindo um valor sexual significativo, mas escamoteado. Assim, o recaiado que volta pode referir-se especificamente ao grupo como conjunto ou como um objeto. Porém, acontece de o recaiado se relacionar mais especificamente a um membro do grupo, na medida em que ele representa um risco posto em jogo num plano intersubjetivo profundo. O conflito intrapsíquico de um elemento do conjunto pode mobilizar, por identificação projetiva, tais conflitos nos outros membros do grupo. Esse processo não diz respeito ao grupo enquanto tal, mas ao objeto que é representado pelo próprio vínculo, ou seja, os investimentos mútuos sobre o vínculo e o objeto que ele representa.

Além disso, o conceito de alianças inconscientes traz uma noção sobre a formação dos sintomas, cumprindo, assim, no mais elevado grau, a função de ignorar ou apagar os sentidos ligados ao próprio sintoma. Com tais pressupostos, é possível refletir como as questões da homofobia transitam nos vínculos existentes entre os adotantes e as crianças, repousando mais especificamente na criança, o que poderia representar um retorno do que foi recaiado e ligado à homossexualidade dos próprios pais. O binarismo gay/não gay concernente à orientação sexual pode estar presente na escolha amorosa futura das crianças, sem que seja influenciada pelos adotantes, mas os adotantes parecem não preservá-las de seus próprios fantasmas, uma vez que desejam filhos heterossexuais. Provavelmente, em uma justificativa racional, eles poderiam dizer que com um comportamento heterossexual seria mais fácil as crianças serem aceitas pela sociedade, poupando-as de maiores sofrimentos. Por outro lado, de forma inconsciente, eles procuram repetir na própria família o que as famílias tradicionais almejam quando esperam filhos héteros, uma vez que consideram a homossexualidade uma variação de segunda categoria. Pode haver, também, um caráter destrutivo da homofobia implicado na fundação da própria família. Nesse caso, hipoteticamente, existiria a seguinte representação do casal: *embora eu esteja*

com você, eu o ataco porque você é homossexual uma vez que nossa relação não encontra legitimidade nas normas sociais. É como se emergisse uma recusa inconsciente quanto às próprias origens do par, atrelada a uma sexualidade fantasmaticamente internalizada como desviante. Nesse sentido, por analogia, poderiam os adotantes carregar a seguinte representação: *nós moramos juntos, portanto, resolvemos parcialmente conflitos ligados à homossexualidade, porém, devido à não aceitação inconsciente dessa representação, eu ataco em você aquilo que não aceito em mim.* Em outra possibilidade interpretativa, pensando-se na questão dos pactos denegativos, pode-se retornar a uma dificuldade de aceitação de um par em relação à família de origem do outro, tal como ocorre na posição de Etienne, que não aceita o grupo de origem de Mathias. Ou seja, *recuso, expulso aquilo que gerou – fundou a própria homossexualidade do companheiro,* responsabilizando defensivamente a família do companheiro. Refletir sobre essas possibilidades interpretativas ajuda-nos a entender os conflitos e as divergências que podem tumultuar a vida do casal estudado. No entanto, de modo contrário, não se pode deixar de reconhecer que os vínculos afetivos que mantêm a própria união são alimentados pelos pactos denegativos. Desse modo, se o grupo familiar permanece unido aos fantasmas que atuam na manutenção do pacto, esses fantasmas não deixam de atuar e de promover conflitos e consequentemente interferir nas habilidades parentais em construção.

5.3.18 O futuro: expectativas, desejos, renúncias e projetos

Os entrevistados acreditam em mudanças futuras e almejam uma aceitação mais ampla da adoção por homossexuais. O acúmulo de experiências com as crianças é destacado pelos colaboradores como importante para o enriquecimento do repertório parental. Seguem as falas dos entrevistados:

Eu acho que daqui a dez anos, a coisa vai tá tão diferente de hoje... mais evoluída... Sei lá até a cabeça da gente muda, vai mudando com o passar do tempo... vai se adequando à nova realidade. Eu só sei que a gente vai ter muito mais experiência pra tá lidando... É a gente... eu pretendo que eles estudem, sim, que façam... escola.

Mathias

Vai ser tudo novo, vai ter muita coisa nova... Que eles se tornem homens... não digo de *opção sexual* [quis dizer orientação sexual] **mas homens... de respeito, de caráter, trabalhadores...** Depois vá pra faculdade... a gente vai torcer... O que eu digo... é [curso na área da saúde não, somente medicina se tiverem interesse) não façam o mesmo curso que eu, não quero... Eu sempre tive um sonho de ser médico, eu queria ser médico...

Etienne

A nossa profissão eu acho que não deve, não!

Mathias

Observa-se expectativa de reparação por parte dos adotantes em relação ao futuro e àquilo que procuram oferecer às crianças. Eles esperam que elas estudem, mas não escolham a mesma profissão deles, com a qual dizem ter pouca satisfação, não vendo perspectiva de crescimento profissional. Etienne deseja que pelo menos um dos filhos escolha a carreira médica. Ele explica que queria ser médico, mas não realizou seu sonho devido às dificuldades financeiras. As expectativas em relação ao futuro das crianças ratificam um processo psíquico bastante comum encontrado nas relações intersubjetivas de pais e filhos, ou seja, o desejo de continuidade ou de reparação dos ideais parentais não realizados. À medida que os filhos crescem, os pais reatualizam suas experiências emocionais e revivem nos filhos as diferentes etapas de sua própria vida. Nesse processo, ocorrem também a transmissão psíquica inter e transgeracional e a manutenção do mito familiar. Esse último permite a ancoragem e a perpetuação do ideal da família nos integrantes de um grupo. No cotidiano, pelos cuidados com os filhos, os pais revivem as experiências primitivas, como, por exemplo, os estágios fusionais nos primeiros anos de vida, e as etapas posteriores de diferenciação e de separação das figuras parentais. Esse processo subjetivo de construção de alteridade implica desafios, requerendo certa maleabilidade dos pais, principalmente no sentido de que os filhos não sejam tomados apenas como extensão de seu psiquismo, ou mesmo como um objeto de gozo narcísico deles (LEVY, 2011).

Kaës (2001) ensina que não nos é dado escolher o grupo ao qual seremos inseridos quando nascemos, assim como não nos é dado escolher ter ou não ter um corpo. É sob tais condicionantes que viemos ao mundo, pelo corpo e pelo grupo, sendo o mundo corpo e grupo. Todo esse processo faz com que a subordinação que nos ata ao grupo seja a teia que nos prende a uma realidade intersubjetiva, sendo

essa pré-condição para o surgimento do humano. De acordo com Kaës (2001, p. 13-14):

O grupo precede o sujeito do grupo: isso significa que, de certa maneira, não nos é dado escolher não ser incluído no agrupamento, assim como não nos é dado escolher e ter um corpo: é assim que vimos ao mundo, pelo corpo, e o mundo é corpo e grupo. A subordinação ao grupo funda-se na inelutável rocha da realidade intersubjetiva como condição de existência do sujeito humano. O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e nos mantêm como servidores e herdeiros de seus 'sonhos de desejos insatisfeitos', de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias. De nossa pré-história tramada antes de nascermos, o inconsciente nos tornará contemporâneos, mas só passaremos a ser pensadores pelos efeitos a *posteriori*. Essa pré-história em que se constitui o originário, a de um começo do sujeito antes de seu advento, se inscreve na intersubjetividade... o sujeito é primeiro um 'intersujeito.'[...] É nesse conjunto que o recebe, nomeia, que o sonhou, que o investe, o situa e o fala, que o sujeito do grupo se torna sujeito falante e sujeito falado, não só pelo efeito da língua, mas pelo efeito do desejo daqueles que – como a mãe, em primeiro lugar – também se fazem porta-vozes do desejo, do interdito, das representações do conjunto. Não existe psique humana sem que essas ações psíquicas ocorram, e somente sob essas condições é que o sujeito pode utilizar a linguagem e a fala das gerações que o precedem, as predisposições significantes que herda e de que se apropria em parte para seus próprios fins.

Tem-se aí uma noção plástica e dinâmica da constituição subjetiva que envolve a condição humana. Assim, é necessário cuidado ao analisar uma família homoafetiva em que circulam valores e conteúdos heterossexistas e homofóbicos, que atravessam a relação de pais e filhos, como no caso apresentado. Com base nas formulações Kaës, é possível arriscar a seguinte interpretação: se de um lado as representações negativas sobre a homossexualidade podem ser transmitidas intergeracionalmente, de outro, elas não necessariamente se manifestam em estado puro, sendo também influenciadas por questões sociais e políticas mais amplas, que estão presentes na sociedade atual.

.Assim, o espaço intersubjetivo viabilizado pela família será o campo em que o permitido, o possível e o recalcado se debatem, requerendo uma ressignificação do vivido em uma outra história, daquilo que se deseja e daquilo que se consegue psiquicamente doar ao filho.

Não podemos afirmar que Etienne e Mathias tenham se rendido cegamente às expectativas de suas famílias de origem que almejavam filhos heterossexuais. Isso não ocorre, já que eles transgridem valores e normas ligados à noção de família, porém, quando se veem na condição de formar uma família, recuperam, como fonte inspiradora, valores e ideais da sua genealogia, até mesmo no que se refere à heterossexualidade. Não se pretende com este estudo criar parâmetros para analisar se tais aspirações são positivas ou negativas, mas sim verificar como os aspectos ligados a esses processos subjetivos agiram e ainda agem na formação do par conjugal e no exercício da parentalidade.

5.3.19 Opiniões sobre as possíveis contribuições da Psicologia às famílias LGBTTs

Quanto às possíveis contribuições da Psicologia às famílias LGBTTs, os entrevistados expuseram:

Eu acho muito bacana... eu acho jóia. É alguma dúvida que a criança fala, que a gente não consegue decifrar muito bem... e muitas vezes a gente não tem condição de pagar um psicólogo. Tem muitas pessoas, muitos casais que tem medo e não tem uma..., tem vontade, mas não tem coragem, né. [adotar]. Se essas pessoas que tem... que tem uma união, que fosse... assim, tivesse um contato mais com o Fórum, com a parte de psicologia, entendeu?

Acho que tinha que ser mais divulgado isso. A Psicologia poderia ajudar muito sim, nessa parte, aí, de desinibir as pessoas a perder esse medo.

Enfim, eu acho que adoção é uma coisa muito boa que você, que a criança passa a ter um lar uma nova família.

Mathias

As possíveis contribuições da Psicologia às famílias homoafetivas não foram bem demarcadas pelos participantes; eles apenas sugerem uma maior efetividade no atendimento clínico de apoio a outros candidatos homossexuais à adoção.

Ao longo das entrevistas, eles também manifestaram algumas insatisfações com o trabalho efetuado por psicólogos, seja quanto aos acompanhamentos realizados no âmbito do Poder Judiciário, seja quanto às inúmeras problematizações a respeito do desenvolvimento da criança criada por casais homoafetivos. Os contatos com os representantes das instituições que trabalham com adoção geraram reações ambíguas. Os adotantes reconhecem a importância do trabalho

desenvolvido por psicólogos e assistentes sociais, principalmente na fase de adaptação, mas não deixam de destacar insatisfação com a supervigilância a que são expostos, o que incluiu entrevistas e acompanhamento mensais no Fórum. Tal imprecisão quanto às contribuições da Psicologia, pode, também, estar associada ao pouco conhecimento de suas diferentes áreas de abrangência. Normalmente, o trabalho a que os candidatos à adoção têm acesso é o de avaliação psicológica. Os acompanhamentos podem ser entendidos apenas como um desdobramento desse processo de avaliação, no qual os candidatos são investigados de forma sistemática, para que ao final do processo obtenham um parecer quanto à aptidão ou não para o pedido, o que cria obstáculos para a relação de pais e profissionais. Pode ocorrer de a espontaneidade ficar tolhida e o ambiente persecutório se fortalecer, haja vista o temor de um possível parecer negativo ao final das avaliações e dos acompanhamentos. Desse modo a relação entre profissionais e pais pode ser constituída por várias fases, desde um clima inicial de confiança nos primeiros encontros, até uma situação de desconfiança e mesmo irritação quando se problematizam questões relativas às particularidades da composição familiar e seus efeitos em possíveis problemas na educação da criança. Nesse aspecto é possível ressaltar que tal relação também estará afetada pelas eventuais dúvidas e inseguranças das equipes interprofissionais que ainda não encontram referências mínimas para lidar com tais pedidos de adoção.

Diante dessas considerações, é provável que haja dificuldade para a formação de um vínculo de rede entre as famílias, profissionais e instituições envolvidas (BENGHOZI, 2010). O vínculo rede tem uma instância psíquica e de contenção, sendo formado entre a família demandante por adoção e a rede composta por profissionais que porventura venham a trabalhar com a adoção por casais homoafetivos. O papel de suporte e continente afetivo representado por esse vínculo auxilia a família a construir um novo enredo, respeitando-se para tanto suas características e os desafios que essa configuração familiar pode ter para remalhar vínculos familiares e comunitários, obtendo-se assim a continência e a provisão requeridas pelos filhos.

Outro aspecto importante: a relação instável com os profissionais envolvidos pode desencadear comportamentos defensivos ou de autossuficiência. Nas palavras de Etienne:

Mas, muitas vezes é melhor, nada melhor do que a gente entender, eu acho que a gente entende certas coisas mais do que vocês [psicólogos], né? Eu acho que algumas coisas que acontece... A gente por ser homossexual a gente consegue entender melhor certas coisas, porque o heterossexual não entende, não vai conseguir nunca entender cem por cento algumas coisas que a gente sente e entende. Por mais que se estude.

Etienne

Em outro momento da entrevista, Etienne amplia o olhar em relação aos próprios argumentos e admite que uma intervenção interessante seria um trabalho que permitisse a troca de experiência entre os pais adotivos homossexuais e outros que tenham interesse em adoção. Ele expõe:

Entrevistas com pessoas que já adotaram, eu acho que isso é legal...
O que tenho a dizer é isso também, que tem que ser mais divulgado. E que até a televisão mesmo quando mostra a Lei da Adoção, homossexual não é falado.

O papel avaliativo da área de Psicologia gera incômodos; valoriza-se, porém, um trabalho coletivo que permita a troca de experiências e estratégias para tornar visível a adoção por casais homossexuais.

Também se verifica a responsabilidade devido ao pioneirismo da adoção:

Se nós chegamos..., daqui a alguns anos... Esses casos que existem tem que dar certo, que se der errado complica... Porque se der errado, já, já, é um pouco negativo, né? Não deu... Se dentro de dez, oito não der certo... é porque o homem [homossexuais que efetuam adoção conjunta] não serve mesmo, ou a mulher, né, então tem que dar certo tem que ser muito bem trabalhado, pra dar certo, e a pessoa tem que saber bem o que ela quer. Porque senão ela joga tudo pra baixo, em vez de tá ajudando, tá pondo um dedinho lá, e destruir um pouco...

Etienne

A ideia da troca de experiências em grupo mostra-se interessante para Etienne, que a considera um trabalho possível no campo psicológico, para além dos acompanhamentos e avaliações. Sem dúvida o compartilhamento das experiências adotivas mostra-se interessante e pode ajudar a dirimir fantasias e sentimentos persecutórios ligados aos conteúdos fantasmáticos que operam no desejo de ter filho e família ou às eventuais dificuldades com as instituições envolvidas com as

questões da adoção, como abrigos e Justiça. A preparação para adoção preconizada na nova Lei de Adoção surge como uma possibilidade de sanar essa lacuna. No entanto, a preparação deve extrapolar o formato de palestras ministradas por especialistas da área, pois, apesar de a transmissão de informações ser importante, fixar apenas essa estratégia como possibilidade de preparação pode adquirir caráter formalista e inibir a troca de experiências significativas entre os participantes, deixando-os como receptores passivos dos conteúdos apresentados, sem que tais informações sejam problematizadas ou tenham condições de ser assimiladas de modo crítico e de acordo com o repertório vivencial de cada família.

A adoção conjunta por casais homoafetivos reúne, além de sua originalidade, outros desafios aos seus atores. As preocupações com eventuais preconceitos e discriminações e a falta de regulamentação jurídica instalam nos adotantes, após o acolhimento da criança, uma sobrecarga emocional e autovigilância no sentido de torná-la bem-sucedida. Arriscamo-nos a afirmar que tal sentimento é partilhado também pelas equipes de Psicologia, Serviço Social e demais operadores do Direito, quando emitem posições favoráveis a esse tipo de adoção. Ser considerado um modelo positivo, do ponto de vista da família, ou dos profissionais que se manifestam sobre essas adoções implica desafios e maiores expectativas no sentido de que tais casos sejam bem-sucedidos, além de outros aspectos que já se fazem presentes no campo da adoção.

6 DISCUSSÃO:

Os dados obtidos permitem observar que alguns aspectos levantados na história dos entrevistados não são exclusivos da adoção efetuada por casais homoafetivos, estando presentes também em outras configurações de adoção, como as tardias, monoparentais, inter-raciais (MALDONADO, 1997; VARGAS, 1998; LEIVIZON, 1999; PEITER, 2011; WEBER, 2001; ALMEIDA, 2003 CAMARGO 2006). Entre esses aspectos, podem ser citados os problemas da fase de adaptação, os conflitos desencadeados na dinâmica familiar e conjugal após o acolhimento das crianças, o crescimento acelerado dos adotandos no primeiro ano com a família, a dificuldade para lidar com as origens, a busca da criança por referências que a ajudem a edificar uma autoimagem positiva, as fantasias em relação aos genitores biológicos, e os consequentes fantasmas que se interpõem na constituição dos vínculos afetivos entre adotantes e adotados. No que tange às especificidades da adoção por casal homoafetivo, particularmente no caso analisado, destacam-se algumas características:

- Facilidade das crianças para reconhecer os adotantes como suas figuras parentais, visto que nomearam, já no início da convivência, ambos os adotantes como seus pais. O fato de os pais serem do mesmo sexo não inibiu ou gerou qualquer dificuldade para a dupla paternidade referente à construção dessa especificidade do parentesco. Característica semelhante também foi destacada por Zambrano (2006), ao pesquisar a constituição de parentalidades em famílias homo e pluriparental, ou seja, formada por transexuais e travestis. O uso da palavra *pai* seguido do prenome dos adotantes se colocou como uma estratégia interessante para designar os lugares do parentesco a serem assumidos no lar, favorecer o reconhecimento da criança e edificar de um sentimento paterno e filial.

- Ressignificação da família ao longo do desenvolvimento dos adotandos. Conforme observamos na experiência dos adotantes, uma das crianças (Marcel) se deparou com os padrões heterossexuais que marcam intensamente as formações familiares no entorno social. Sob tal influência, o menino mais velho solicitou explicações aos pais a respeito da peculiaridade de sua estrutura familiar. O feminino, na representação dessa criança, estava marcado como uma escolha amorosa *natural* das pessoas do sexo masculino, o que suscitou indagação. Houve por parte dos pais, e mais especificamente do pai que se deparou com tal

questionamento (Etienne), postura assertiva no sentido de informar à criança que a família ou o casal se constituía por meio da escolha amorosa de um pai pelo outro e, portanto, sem a participação do feminino. Tal assertividade se mostra importante para que a criança possa elaborar os conteúdos que fazem parte de sua história de vida. Recentemente os adotantes nos informaram que Nicolas, o menino mais novo – atualmente com cinco anos e meio de idade –, perguntou da barriga de qual dos pais havia nascido. Nessa oportunidade, os adotantes esclareceram que ele havia nascido da barriga da genitora biológica. Desse modo, aproveitaram o ensejo para trazer à tona outros detalhes sobre a origem das crianças, por exemplo as circunstâncias de seu nascimento e a participação de um homem em sua concepção. Observa-se, assim, que o desenvolvimento da criança adotiva é permeado por diferentes fases, nas quais ela passa a indagar sobre a realidade que a cerca. Em tais situações, os pais podem dar informações que ajudem os filhos a conhecer a realidade de suas origens. Essa revelação da adoção se mostra importante para que a criança construa um vínculo duplo, de conotação filiativa e afiliativa, que por sua vez a levará a entrar em contato com as especificidades da família adotiva, que se apresenta organizada de forma diferente das demais. Esse contato com a realidade permite uma melhor integração da origem das crianças e a constituição de um vínculo mestiçado, que respeita os componentes de sua história de vida (BENGHOZI, 2010). Além disso, as particularidades de uma história de adoção e as características de uma conjugalidade homoafetiva permitem enfatizar à criança que as relações da parentalidade e da conjugalidade nessa formação familiar estão baseadas em relações afetivas, não sendo impostas por laços biológicos ou sanguíneos, ou mesmo pela necessidade de reprodução, e, conseqüentemente, pela responsabilidade legal de cuidar de um filho biológico, como acontece nas famílias tradicionalmente constituídas. Essa especificidade também pode ajudar a criança adotiva a ampliar as concepções sobre a própria família, ficando mais propensa a aceitar outros padrões que se distanciem de sua própria família. Enfim, entrar em contato com esses aspectos possibilita às crianças conhecer sua história de vida e de adoção, por meio de uma explicação lógica, que lhes favoreça a integralidade e a ressignificação de sua constituição subjetiva (DOLTO, 1991).

- Introjeção processual das imagos parentais. Os pais adotivos necessitam de tempo até que consigam incorporar com maior espontaneidade os sentidos da

parentalidade. A originalidade da formação familiar exige um período de acomodação a tal realidade. Após um ano de acolhimento das crianças, Etienne e Mathias revelam que não se sentem muito à vontade quando Marcel e Nicolas os chamam de pais, pois ainda se sentem impactados internamente com esse tratamento. Nesse sentido, o tempo psíquico se desdobra em uma ordem diferente da cronológica e do processo que tramita na justiça. O trabalho psíquico de apropriação da imago parental implicará o enfrentamento da homofobia que convencionalmente coloca a dimensão homossexual incompatível com o exercício da parentalidade. Tal desafio à parentalidade se associa também ao fato de que historicamente o exercício da parentalidade esteve associado a gênero (HOUZEL, 2004), levando à presunção de que à figura feminina cabem os cuidados básicos, e à figura masculina compete o exercício da proteção e da manutenção socioeconômica do lar. Outros aspectos se interpõem a esse trabalho psíquico referente à introjeção da imago parental, e podem estar relacionados à fase do próprio estágio de convivência, quando surge o fantasma da perda ou da intercorrência de algum percalço até o final do processo adotivo que leve a um possível fracasso nessa tentativa de filiação e parentalidade. Tal sensação se intensifica até mesmo pelo fato de que essa modalidade de adoção ainda não está devidamente regulamentada na lei, fragilizando os vínculos, ficando a sentença submetida à interpretação de um juiz.

- Ansiedade pelo término do processo adotivo. Inicialmente, tal ansiedade analisada em conjunto com o fato de os requerentes não se sentirem totalmente à vontade no papel de pais poderia denotar uma incoerência, pois a ampliação do estágio de convivência poderia trazer-lhes maior segurança até o término da adoção. No entanto se as questões que podem gerar instabilidade em uma adoção homoafetiva e a falta de referências técnicas e teóricas que pudessem subsidiar as decisões judiciais forem analisadas, a ansiedade se mostra perfeitamente aceitável. Desse modo, o que se deve destacar não é a dimensão individualizada da ansiedade de um dos pais ou do casal, mas uma problematização que vise dar destaque ao manejo da própria ansiedade em âmbito institucional, no sentido de tornar o tempo de acompanhamento um período de reflexão bastante produtivo para que os adotantes se sintam acolhidos em seus medos e expectativas e possam expressar de modo menos defensivo suas fantasias e inseguranças quanto ao exercício da parentalidade, conforme sugerido por Weber (2001) ao ressaltar o

trabalho de acompanhamento e preparação dos candidatos e pais adotivos. Assim, poderia ser feito um trabalho mais sistematizado e efetivo de maneira a justapor os interesses dos candidatos à adoção às necessidades das crianças que estão nas instituições de acolhimento à espera de adoção.

- Intensos conflitos na dimensão da conjugalidade, desencadeados pelo exercício da parentalidade após a chegada das crianças. A acolhida dos meninos ativa conflitos não elaborados na dinâmica conjugal, os quais colocam em risco a manutenção do relacionamento conjugal e a permanência das crianças na família. Com o passar do tempo, as tensões diminuem e a estabilidade é recuperada, sem que, no entanto, ocorra um enfrentamento das dificuldades emocionais que tensionaram os vínculos conjugais e a malhagem familiar. Tal acomodação, na verdade, se dá a partir das bases em que se opera o pacto conjugal, remetendo à dimensão de um pacto denegativo, conforme expõe Kaës (2001), ou seja, os sujeitos “expulsam” da relação aquilo que é impossível conhecer e acessar de forma consciente; evitando-se, assim, a colusão narcísica e permitindo-se, por consequência, a manutenção do vínculo. Para o casal, expor conflitos pode colocá-lo frente a um risco iminente de ruptura do pacto conjugal, pois o não dito, o que não está devidamente simbolizado retorna, e o retorno do que recalcado provoca tensão. Conflitos de ordem inconsciente não são exclusivos de casais homoafetivos. Gomes (2007), por exemplo, constatou as interferências dos conflitos de casal nos sintomas apresentados pela criança, sendo que esses invariavelmente provocam as demandas de atendimento em clínicas psicológicas. No caso analisado observa-se a interposição de conflitos decorrentes da conjugalidade que se associam à parentalidade, pois esses irrompem após a entrada das crianças na família. Os conflitos provocam tensão na malhagem afiliativa, provocando a tensão e a fantasia da ruptura da malhagem que se forma, o que requer uma continência grupal, oriunda do próprio grupo familiar, ou comunitária e institucional (BENGHOZI, 2010).

- Tendência ao distanciamento da família de origem por parte dos adotantes. Após as experiências iniciais de congraçamento dos membros da família extensa com a adoção, observou-se um afastamento dos familiares de Etienne, havendo a hipótese de esse afastamento ter sido influenciado pela necessidade de consolidação dos papéis parentais. A busca por isolamento após alguns meses do início do estágio de convivência parece ter propiciado um ambiente protegido das influências da família de Etienne. O contato com esse grupo familiar representava,

de algum modo, potencial ataque aos vínculos que se constituía entre adotantes e adotandos. Esse aspecto se relacionou à prática da parentalidade e à necessidade de maior liberdade para conduzir a educação e os cuidados das crianças. A busca por autonomia suscita um caráter defensivo, porém essa reação se modifica à medida que a convivência avança e os adotantes começam a conquistar seus lugares na ordem simbólica do parentesco, o que lhes permite viver maior tranquilidade sem que se sintam tão ameaçados com possíveis interferências dos avós. A reaproximação se instala por meio de outras necessidades cotidianas (descanso dos pais e organização do lar), o que leva os adotantes a restabelecerem laços afetivos com os familiares de Etienne e permitem que as crianças, alternadamente, durmam na casa dos avós nos finais de semana.

- Receptividade social satisfatória em relação aos adotantes e adotados. Após o acolhimento das crianças, não se observaram grandes dificuldades de relacionamento no meio social. Os adotantes acreditam que eventuais formas de discriminação e preconceito, caso existam, são veladas. Manifestações isoladas ocorreram, no entanto sem repercussões negativas na vida dos participantes ou dos filhos. De modo geral, a inscrição das crianças na família potencializa as motivações dos adotantes em relação à vida, o que favorece melhor integração social. A chegada dos filhos estimula maior integração social com vizinhos, instituições, amigos, e com outros parentes da família extensa. Quando os adotantes reúnem familiares em aniversários dos meninos, reencontram muitos familiares que há muito tempo não tinham qualquer ligação com o casal. Tal estreitamento de relações com a comunidade em geral, após a adoção, foi mencionado por Ângelo Pereira (2002), ao relatar sua experiência de adoção na condição de pai solteiro e homossexual.

- Maior sensibilidade às interferências externas na educação dos filhos. Os adotantes rejeitam as intervenções de terceiros, estranhos ao meio familiar, nos cuidados das crianças. Queixam-se de que as pessoas acreditam que dois homens não teriam repertório e experiências suficientes de maternagem para cuidar de crianças pequenas. Em razão dessa cobrança social, passam também a exigir um rigoroso padrão de excelência das instituições que atendem os filhos, principalmente creches. Alegam que essa cobrança ocorre por temerem ser responsabilizados injustamente pela justiça caso algo ruim aconteça às crianças nessas instituições. De forma defensiva, mostram-se apegados à dimensão de gênero, o que é denotado pela ênfase que dão ao espanto das pessoas quando percebem que os meninos

têm dois pais. Julgam que dois homens em união conjugal, que exercem a parentalidade, são valorizados por encarnarem simbolicamente características de força e autoridade, aspectos considerados importantes na educação de uma criança. Nesse sentido, esmeraram-se no desempenho das práticas da parentalidade quanto ao efetivo exercício dos cuidados exigidos por duas crianças pequenas. Para tanto, tomam como referência funções e papéis disponibilizados em famílias tradicionais, quer no zelo com os cuidados básicos que oferecem às crianças, quer na organização do lar, ou seja, um trabalha fora e assume a manutenção financeira da casa, e o outro toma para si as tarefas do lar e os cuidados dos filhos, muito embora tenha a mesma formação e experiência profissional do companheiro.

- Sobrecarga emocional em razão da experiência peculiar de adoção. O peso da responsabilidade em razão da singularidade da família, bem como aspectos da homofobia levam os adotantes a desenvolverem sentimentos e preocupações vigilantes quanto à orientação sexual dos filhos. Esperam que eles tenham comportamento heterossexual. Nesse sentido, algumas manifestações equivocadamente ligadas à homossexualidade são fontes de interdição e intervenção imediata na educação da criança. Os adotantes alegam que não gostariam que os filhos sofressem preconceito social, todavia não conseguem uma visão global para problematizar essa questão com uma das crianças quando a preocupação aparece. A questão adquire caráter individual, sendo a intervenção reduzida à esfera do privado. Perde-se, portanto, a oportunidade de problematizar as regras colocadas socialmente, que estereotipam a heterossexualidade como centro e única norma aceitável das condutas humanas.

- Ambiguidade de posições em relação à Justiça. Os sentimentos frente à Justiça são antitéticos: de um lado predominam a desconfiança e o temor do preconceito, por outro são valorizados o apoio e o atendimento recebidos dos representantes do Poder Judiciário. O processo de acompanhamento reveste-se de sentimentos persecutórios em relação ao controle institucional na vida privada dos adotantes. De um lado, esperam acolhimento e legitimidade para o pedido de adoção; por outro, almejam autonomia para educar os filhos como gostariam e sem maiores interferências. Tal sentimento dificulta a construção de um *vínculo rede*, conforme proposto por Benghozi (2010). A constituição de vínculo entre os profissionais, as instituições e a família homoafetiva poderia auxiliar em uma relação de maior confiança e consequentemente amparar os adotantes nos

momentos de crise ou de transformação do continente familiar. Se houvesse esse vínculo rede, seria mais fácil compreender que eventuais dificuldades vivenciadas pela família não precisam ser interpretadas como fracasso ou inviabilidade do exercício parental, mas podem ser tomadas como um elemento importante para a simbolização de novos ritos que contribuam para a reconstrução da história familiar sem que haja necessidade de negar os condicionantes da transmissão psíquica que atuam no projeto parental e familiar (KAËS, 2001).

- Autocensura às manifestações de afeto em família. Os adotantes evitam entre eles qualquer expressão de carinho e afeto diante das crianças. Essa posição parece assemelhada a um pacto de recusa tal como descrito por Benghozi (2010). A recusa do afeto homoerótico pode ser interpretada como uma possibilidade de igualar a condição da família homoafetiva à família de composição heterossexual, pois nesse caso teria a suposta função de preservar a criança da homossexualidade dos adotantes. Assim, estabelecer-se-ia uma aparente crença de que a criança não seria influenciada pela orientação sexual dos pais, e os valores morais estariam garantidos. Nesse caso, apesar da função psíquica do pacto de recusa e de um possível elemento organizador no momento do processo de adaptação e introjeção da função paterna, há a necessidade de transposição dos elementos que movem esse acordo, não no sentido de expressar necessariamente carinho na frente dos filhos, mas de disponibilizar informações para que as crianças compreendam a dimensão homoerótica que une seus pais enquanto um casal. Tais informações podem ajudar as crianças a entenderem que as relações familiares são organizadas por carinho, afeto e intimidade próprios de um casal, e que esses não se mantêm apenas por um sentimento de amizade fraternal, pois tal distorção pode levar a criança a uma posição ambígua e paradoxal frente à realidade que a cerca na família (DOLTO, 1991; HAMAD, 2002).

- Fidelidade aos padrões morais e educativos. Apesar da configuração familiar inovadora, os adotantes demonstram interesse de criar os filhos por meio de padrões educativos mais tradicionais, perpassando esses valores: a própria heterossexualidade, a importância de formação religiosa em uma comunidade cristã, evangélica e valorização da união como importante elemento na vida familiar. Desse modo, observa-se que a família não rompe com os valores cultuados nos modelos tradicionais de família e que ancoram psiquicamente a conjugalidade e parentalidade. Do mesmo modo, o desejo de filhos e de formar família se assenta em elementos

fantasmáticos também observáveis nos pais de orientação heterossexual: o desejo de continuidade (os adotantes almejam que os filhos sejam homens de bem e bons cidadãos), a necessidade de suplantar o que se herdou na genealogia familiar de origem, e projeção de que os filhos tenham profissões diferentes das deles, pois acreditam que não foram bem-sucedidos em suas escolhas profissionais. Assim, considera-se que os processos subjetivos que promoveram a inscrição das crianças na família homoafetiva estudada se desenrolam até o momento resgatando heranças, promovendo o retorno do que está recalcado e mantendo pactos e alianças inconscientes que mantêm a união do casal. Do mesmo modo, são esses aspectos psíquicos que influenciam a constituição dos vínculos filio-parentais em diferentes arranjos familiares que se mostram visíveis na contemporaneidade.

7 Considerações Finais

A adoção conjunta por casais homoafetivos é uma realidade no contexto da Justiça brasileira, muito embora careça de regulamentação específica. Por isso, o campo em que as práticas acontecem é permeado por incertezas e desafios, o que não impede que novas experiências paulatinamente se consolidem, tanto no terreno da homoafetividade como no da pluriparentalidade.

Neste estudo pudemos verificar que o momento de inserção da criança na família homoafetiva e a fase de adaptação geram fragilidades psíquicas e desencadeiam potencial risco ao vínculo que se forma entre os pais e os filhos. Essa instabilidade gerada no momento de acolhimento de uma criança com fins de adoção também foi verificada em famílias heterossexuais, conforme estudado por Vargas (1998). A crise instala fantasias e coloca em risco até mesmo o vínculo conjugal dos adotantes. Isso se deve aos laços não consolidados e aos conteúdos fantasmáticos que circulam no desejo de filho e de formar família, que são reatualizados no momento da chegada da criança ao lar.

A falta de regulamentação jurídica acentua os sentimentos persecutórios entre pais e profissionais que trabalham com a adoção, ficando os candidatos em união homoafetiva que desejam adotar conjuntamente à mercê de jurisprudência e dependentes do entendimento do operador do Direito e dos demais profissionais da área, que podem manifestar-se contrariamente ao pedido de adoção, ou em caso de aceite do pedido podem manter uma atitude de supervigilância em relação à família em razão de suas particularidades. O período de estágio de convivência eleva as ansiedades dos candidatos e dos profissionais, tendo em vista a possibilidade de *devolução* da criança e/ou indeferimento do pedido de adoção. É possível que paire um clima de inquietação em tais relações, e ainda um medo de responsabilização por um eventual fracasso, o que pode ser vivenciado por todos os atores envolvidos: pais e candidatos à adoção, e também profissionais. Tais inquietações podem suscitar os seguintes questionamentos: quem assumirá o ônus, caso a adoção da família homoafetiva seja mal sucedida? O que será dito à criança, frente a tal situação? Essas são indagações sem respostas pontuais, que certamente atuam no imaginário dos atores implicados nesse universo. É importante salientar que esses questionamentos são também inerentes às outras modalidades de adoção, independentemente da orientação sexual dos pais adotivos e dos arranjos mantidos

pela família. É também necessário destacar que a condição de heterossexualidade apresentada pela família não tem sido termômetro para adoções bem-sucedidas, não evitam a devolução da criança após a inserção em família substituta com fins de adoção, tampouco impedem rupturas de vínculos após a concretização da adoção (VARGAS, 1998; PEITER, 2011)

Diante desses aspectos, fica evidente a necessidade de aprofundamento do tema, pois, apesar de sua recente visibilidade, são extremamente reduzidos os espaços disponibilizados para sua discussão e troca de experiência entre as famílias homoafetivas, as que já adotaram e as que pretendem se candidatar à adoção.

Romper a barreira do silêncio visando à discussão mais qualificada dos aspectos sociais, psíquicos e legais, envolvidos nessa demanda pode ser uma primeira tarefa. No momento, as discussões ainda são incipientes e, quando ocorrem, são normalmente pautadas pelo senso comum ou pelo fundamentalismo religioso. Tais posições tradicionais insistem em disseminar que a formação moral e psíquica da criança será prejudicada caso ela seja criada por pessoas do mesmo sexo. E ainda que a humanidade correrá riscos caso a família homoafetiva seja legitimamente reconhecida e lhe seja concedido o direito à parentalidade. Valores com tais conotações geralmente não relevam as pesquisas científicas, reduzindo o tom do debate às aparências e às superficialidades que se ancoram em ideologias que visam apenas à normalização da sociedade.

O discurso jurídico e científico começa a incorporar as questões concernentes às novas formações vinculares, porém sua inserção no campo institucional ainda é tímida. É fato que os desafios existem e precisam ser encarados com a devida competência teórica e técnica nos diversos campos de conhecimento. Resguardadas tais implicações, o debate não ocorrerá sem que haja uma boa dose de ousadia e criatividade.

O compartilhamento de experiências entre as famílias homoafetivas e de outras configurações de pluriparentalidade tem se apresentado como perspectiva promissora no campo da adoção. Os números ainda reduzidos e dispersos no território nacional tendem a deixar essas famílias isoladas, o que dificulta a criação de grupos que poderiam implementar redes de apoio, encarnando o que Pierre Benghozi (2010) denomina vínculo de rede a serem tecidos entre profissionais, pais e candidatos à adoção, construindo malhagens que possam dar suporte às famílias

quando essas se deparam com crises e vulnerabilidades, bem como promover e estimular outras vocações adotivas.

Experiências nesse sentido já são registradas por algumas Universidades, como a Unesp de Assis, com a promoção de Jornadas de Adoção, nas quais participam famílias adotivas, docentes da Universidade, estudantes de Psicologia, profissionais do judiciário e da rede de apoio e Comunidade em Geral.³⁷

Os dados deste estudo permitem considerar que as crianças acolhidas pelo casal homoafetivo aqui apresentado, apesar da originalidade da formação familiar, crescem e socializam-se contando com o apoio familiar em que foram inseridas. Marcel e Nicolas – as crianças- inscrevem-se em uma genealogia familiar na qual se tornam herdeiros e depositários das representações imaginárias dos pais adotivos. Etienne e Mathias – os pais adotivos- gradativamente conquistam o reconhecimento social da família e estão prestes a conquistar, na Justiça, o reconhecimento legal e definitivo da adoção

Nessa busca de legitimidade e visibilidade, adotantes e adotandos lançam mão de atributos já disponibilizados na cultura para firmarem suas identidades de pais e filhos, espelhando-se nos modelos e estruturas familiares que circulam na atualidade.

Nesse sentido, podemos refletir, com base nos conceitos de Kaës (2001), sobre quais seriam as reais mudanças desencadeadas na sociedade contemporânea caso a concretização das adoções por casais homoafetivos não enfrentassem mais barreiras sociais e jurídicas. Kaës ensina que o limite da modernidade é aquele no qual cada geração se desliga da precedente, mas ao mesmo tempo se coloca em posição de herdeira da que a precedeu. Portanto, o vínculo carregado de uma dimensão paradoxal também se estende ao universo das adoções dos casais homoafetivos, uma vez que essa modalidade de constituição de vínculos se mostra arrojada e inovadora, mas ao mesmo tempo tão semelhante às outras configurações de adoção.

³⁷ Em 8 de novembro de 2011, ocorreu a II Jornada de Adoção, promovida pelo Departamento de Psicologia Clínica do Campus da Unesp de Assis/SP. O evento contou com a presença de duas famílias formadas por um casal de homens e dois de seus cinco filhos, e outra formada por uma travesti, seu companheiro e a filha adotiva deles de cinco anos de idade. Ambas as famílias tiveram a oportunidade de compartilhar com os participantes do evento suas experiências de adoção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.R. **A construção do afeto em branco e negro na adoção: limites e possibilidades de satisfação.** 2003. 210 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Universidade Estadual Paulista, Assis.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANGHER, A. J. (Org.) **LOBOmecum: acadêmico de direito.** 10 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

ANATRELLA, T. **À propôs d'une folie.** Le monde. 26 juin. 1999.

ARAÚJO, M. F. **Família igualitária ou democrática? As transformações atuais da família no Brasil.** 1993. 185p. Dissertação (Mestrado Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. **Casamento e sexualidade. A revisão dos mitos na perspectiva de gênero.** 1999. 188 p. Doutorado (Psicologia Social). Universidade de São Paulo.

_____. A abordagem de gênero na clínica com casais. In: **GOMES, I. C (Coord). Família, diagnóstico e abordagens terapêuticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

_____. **Família, democracia e subjetividade.** Org & Demo, Marília, v9 n1/2 p.111-124, jan./dez., 2008.

_____. **FAMÍLIA, MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E DEMOCRACIA: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil.** Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180 – 198, jan/jun. 2011.

Associação de Pais e futuros pais gays e lésbicas, 1997. **Petit guide bibliographique à l'usage des familles homoparentales et des autres, Paris.** Disponível em: <<http://www.apgl.asso.fr/.htm>> Acesso em: 12 nov. 2010.

BARBERO, G. H. **Homossexualidade e perversão na psicanálise.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BENGHOZI, P. **Violência na família: destruição nos continentes genealógicos familiares.** In: Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, p. 109-117, 2003.

_____. **Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços.** In: Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, p. 101-109, 2005. (<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a08.pdf>)

_____. **Adoption: de L'événement au processus. L'adoption est un lien affiliatif: pacte de re-co-naissance et pacte de désaveu.** Dialogue. Dépôt legal: Paris, 2007.

_____. **Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos:** casal, família, grupo, instituição e campo social. São Paulo: Vetor, 2010.

_____. **Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços.** In: Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol. 17, n.2,p.101-109,2005<<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a08.pdf.htm>>. Acesso em: 12 maio 2010.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs). **Psicologia social do racismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERENSTEIN, I. **Do ser ao fazer. curso sobre vincularidade.** São Paulo: Via Lettera, 2011.

BERNARDI, D. C. F. Violência na Família. In: NAZARETH, E. R. (Coord.). **Direito de Família e Ciências Humanas.** Caderno de Estudos n.º 1. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1.997.

_____. Histórico da inserção do profissional psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - um capítulo da Psicologia Jurídica no Brasil. In: BRITO, L. M. T. (Org.). **Temas de Psicologia Jurídica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1.999.

_____. **Prefácio.** CARVALHO, M. C. N.; MIRANDA, V. R. (org.). **Psicologia Jurídica: temas de aplicação.** Curitiba: Juruá, 2.007.

_____. A construção de um saber psicológico na esfera do Judiciário Paulista: um lugar falante. In: FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R; JORGE. M. R. T. **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLEGER, J. **Psicologia da Conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

_____. **Pisco-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

_____. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOUGRAB, J.; DESCHAVANNE, E.; THOMPSON, C. **L'homoparentalité: réflexions sur le mariage et l'adoption**. Paris: La documentation française, 2007.

BORRILLO, D. **Homofobia. História e crítica de um preconceito**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria especial dos direitos humanos; Ministério da educação, assessoria de comunicação social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

_____. Presidência da república. Secretaria especial dos direitos humanos. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Governo Federal, dez/jan. 2008.

BUTLER, J. **O parentesco é sempre tido como heterossexual**. 2003. Cadernos Pagu (21) 2003, pp. 219-260.

CAMARGO, M. L. **Adoção tardia: mitos, medos e expectativas**. Bauru: Edusc, 2006.

CASTAÑEDA, MARINA. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. Trad. Hervot, B. M.; TEIXEIRA FILHO, F. S. São Paulo: A Girafa, 2007.

CeCIF (Org). **101 perguntas e respostas sobre adoção**. São Paulo: CeCIF, 2001.

_____. **101 perguntas e respostas sobre abandono e institucionalização.** São Paulo: CeCIF, 2002.

_____. **101 Perguntas e respostas sobre alternativas de convivência familiar: família de apoio, guarda, e apadrinhamento afetivo.** São Paulo: CeCIF, 2003.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.../conanda/htm Acesso em: 11 out. 2010.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CROCHK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

DIAS, M. B. **Conversando sobre homoafetividade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. **As uniões homoafetivas na justiça.** Disponível em: WWW.arpenbrasil.org.br/index.php?option=com_content 2009. Acesso em: 05 fev 2012.

DOLTO, F. **Quando os pais se separam.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ENRIQUEZ, M. O delírio como herança. In: KAËS, R. et al (Orgs) **Transmissão da vida psíquica entre gerações.** Casa do Psicólogo, 2001.

FAIMBERG, H. A telescopagem das gerações. a propósito da genealogia de certas identificações. In: KAËS, R. et al (Orgs) **Transmissão da vida psíquica entre gerações.** Casa do Psicólogo, 2001.

FARIAS, M. O. **Adoção por homossexuais: concepções de psicólogos judiciais.** 2007, 204 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista. Bauru.

FERNANDES, M. A. **Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FLAVIGNY, C. **Le désir d'enfant des homosexuel(le)s.** Le Journal des psychologues, mars, 2002.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro. PUC/NAU, 1996.

FREIRE, F. **Abandono e adoção.** Contribuições para uma cultura de adoção III. Curitiba: Terra dos Homens, Vicentina, 2001.

FREUD, S. **Totem e Tabu e outros trabalhos** (1913-1914). Obras psicológicas completas de Sigund Freud. Trad. Jorge Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIL, A. C. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, I. C. **Uma clínica específica com casais: contribuições teóricas e técnicas.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2007.

_____(Coord). **Família, diagnóstico e abordagens terapêuticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GROSS, M. **Que sais-je? L' homoparentalité.** 2 ed. Paris: PUF, 2005.

GROSSI, M. P. **Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil.** Cad. Pagu, n.24 Campinas jan./jun. 2005.

GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias.** Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KAËS, R.; FAIMBERG, H. (et al). **Transmissão da vida psíquica entre as gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Filiação e afiliação – alguns aspectos da reelaboração do romance familiar nas famílias adotivas, nos grupos e nas instituições. In: TRINDADE-SALAVERT, I. **Os novos desafios da adoção**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

_____. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. Trad. Luis Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2011.

LACAN, J. **A família**. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha. 2 ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1981.

LACERDA, M. et al. **Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002, 15(1), pp. 165-178 Psicologia: Reflexão e Crítica, 2002, 15(1), pp. 165-178.

LEGENDRE, P. **L' inestimable objet de La transmission. étude sur le principe généalogique em occident**. Paris: Fayard, 1985.

Lei 12.010/09 **Nova Lei de Adoção** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/.../Lei/L12010.htm>>. Acesso em: 11out.2010.

LEVINZON, G.K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 1999.

LEVY, L. **A psicanálise e a homoparentalidade**. Cadernos de psicanálise SPCRJ, V. 27, n.30, 2011.

MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração**. São Paulo: Saraiva, 1997.

MANDELBAUM, B. **Psicanálise da família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. (coleção clínica psicanalítica).

Manual de comunicação LGBT. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Realização: ABGLT. Disponível: <www.abglt.org.br> Acesso em nove de jun. 2011.

MATOS, O. C. F. **A escola de frankfurt: luzes e sombras do iluminismo.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MELLO, L. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MISKOLCI, R. **Desejo e Solidão.** Disponível em www.clam.org.br/publique/media/RichardMisk.pdf. Acesso em: 06 jan 2012.

MOSCHETA, M. dos S.; SANTOS, M. A. **Metáforas da vida a dois: sentidos do relacionamento conjugal produzidos por um casal homoafetivo.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana. V. 17, n.2, p. 217-232, 2007.

MOGUILLANSKY, R. Representação, relação de objeto e vínculo. Uma visão pessoal sobre a noção de vínculo. In: **GOMES, I. C (Coord). Família, diagnóstico e abordagens terapêuticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

_____. **Psicanálise vincular.** vol 1: fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família. São Paulo: Zagodoni, 2011.

NADAUD, S. **Homoarentalité, une nouvelle chance pour la famille?** Paris: Fayard, 2002.

OSORIO, L. C. **Casais e famílias:** uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PASSOS, M. C. **Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família.** Psicologia. Clínica. Rio de Janeiro, v.17, n.2, 2005.

PEITER, C. **Adoção: vínculos e rupturas:** do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni, 2011.

PEREIRA, A. **Retrato em branco e preto: manual prático para pais solteiros.** São Paulo: Summus, 2002.

PERES, A. P. A.B. **A adoção por homossexuais: fronteiras da família na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PICHON-RIVIÈRE. **Teoria do vínculo.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs). **Psicologia social do racismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/planonacional.pdf.htm>>. Acesso em 11 out. 2010.

POSTER, M. **Teoria crítica da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Programa Saúde da Família. Disponível: <http://www.portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?ld_area=149.htm>. Acesso em: 11 out. 2010.

PUGET, J.; BERENSTEIN, I **Psicanálise do casal.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RIZZINI, I. **A preocupação com a infância e a normalização da sociedade no início do século.** Rio de Janeiro: Santa Ursula, 1993.

ROUDINESCO, E; PLON, M. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANCHES PERES, R., & SANTOS, M. A. **Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia.** Interações,10 (20), 109-126, 2005a.

_____. Sobre a elaboração e utilização de estudos de caso na pesquisa científica e na prática profissional em Psicologia. In C. P. Simon, L. L. Melo-Silva & M. A. Santos (Orgs.). **Formação em Psicologia: Desafios da diversidade na pesquisa e na prática profissional** (p. 117-130). São Paulo: Vetor, 2005b.

SCHETTINI FILHO, L. **Adoção: origem, segredo e revelação**. Recife: Bagaço, 1999.

_____. Compreendendo os pais adotivos. Recife: Bagaço, 1998.

SANTIAGO, M. R. **A união homoafetiva na legislação brasileira**. Disponível em: WWW.juspodivm.com.br/.../%7BD377F163-50E3-4E6B-B210. Acesso em 5 de jan 2012.

SANTOS, M. A.; BROCHADO JUNIOR, J. U; MOSCHETA, M. S. **Grupo de pais de jovens homossexuais**. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.) v.3 n.1 Ribeirão Preto, ago. 2007.

SILVA, M. C.P. **A HERANÇA PSÍQUICA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA**. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP, 2003.

SILVA JUNIOR, E. D. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais no Brasil**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/.htm> Acesso em: 11 out. 2010.

SOUZA, E. R. **Maternidade e (homo) sexualidade: práticas excludentes?** *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. VII, n1 p.69-86 jan jun 2004.

TEIXEIRA-FILHO, F.S.; TOLEDO, L.G.; GODINHO, P.H. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentalidade. In: GROSSI, M.; UZIEL, A.P.; MELLO, L. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

TORRES, A. F. **Adoção nas relações homoparentais**. São Paulo: Atlas, 2009.

UZIEL, A. P. **Parceria civil: o direito e o desejo de ter filhos**. In: ÁVILA, M.B.; PORTELLA, A.P.; FERREIRA, V. (Orgs). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VARGAS, M.M. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WEBER, L.N.; KOSSOBUDZKI, L. H. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do estado do Paraná, 1996.

WEBER, L.N.D. **Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2001.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Estudos feministas, ano 09, 2º semestre, fev. pp.460-482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf.html>>. Acesso em: 3 maio 2011.

WINTER, J.-P. Débat avec sabine Prokhoris. **Le nouvel observateur**, 2002, nº 1859,

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** 4ed. Porto Alegre : Bookman, 2010.

ZAMBRANO, E. **Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais**. Horizonte Antropológico. v.12 n.26 Porto Alegre jul./dez. 2006.

ANEXOS

1 ABORDAGEM COM OS PAIS ADOTIVOS

1.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – **PAIS ADOTIVOS**

Eu

recebi, do pesquisador responsável, esclarecimentos quanto ao projeto de pesquisa: ***OS PROCESSOS DE SUBJETIVOS NO ACOLHIMENTO E NA ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS: um estudo de caso***, que se fará sob a responsabilidade do pesquisador Maurício Ribeiro de Almeida. Fui informado/a de que a pesquisa tem como objetivo analisar a formação de famílias homoafetivas, ou seja, constituídas por pessoas do mesmo sexo. O trabalho pretende também investigar as alterações geradas na família pelo acolhimento e pela adoção da criança. Além desses elementos, visa levantar a história de vida, o relacionamento com a família de origem e a vida conjugal dos adotantes e, ainda, as relações mantidas com os filhos adotivos e com a comunidade. Assim, esperamos contribuir para a compreensão da família homoparental/homoafetiva.

Participarei, como entrevistado/a, de cinco entrevistas, de uma hora cada, sendo duas individuais, isto é, um/a companheiro/a separado/a do/a outro/a, e as restantes em conjunto. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas pelo pesquisador. Fui esclarecido/a de que não haverá entrevista com meu(s) filho(s).

As entrevistas serão realizadas em meu domicílio, ou em outro local por mim indicado. Compreendi que posso livremente interromper minha participação a qualquer momento, sem necessidade de justificar minha decisão. Entendi que será preservado o sigilo de minha identidade.

Estou ciente de que os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos ou publicados em revistas científicas, porém será garantido o sigilo de minha identidade e asseguradas, assim, minha privacidade. Entendi também que posso pedir explicações adicionais ao pesquisador.

Terminado o estudo, as gravações e as respectivas transcrições ficarão em posse do pesquisador responsável, o qual garantirá a preservação e o cuidado das informações pelo período necessário para a checagem dos dados.

Devidamente informado/a e esclarecido/a, manifesto aqui meu consentimento em participar do estudo.

Assinatura do/a
participante _____
Telefone para
contato _____
Bauru, ____/____/____.

Assinatura do pesquisador
responsável _____

Telefone do pesquisador responsável para contato 914) 32223673 (14) 97164044
e-mail: mauricio928@uol.com.br.

Comitê de Ética de Pesquisa do Inst. Lauro de S. Lima (fone): 14- 3103-5921

Obs: recebi uma via do presente termo para arquivo pessoal.

2 Roteiro geral de entrevistas: entrevista individual com os pais adotivos:

- 2.1 Fale-me de sua família de origem (pai, mãe, irmãos e outros que conviviam com o grupo). Quais foram as experiências mais importantes em sua infância e adolescência?
- 2.2 Como foi seu relacionamento com seus pais e irmãos na infância e na adolescência?
- 2.3 Qual foi a reação de seus pais e irmãos quando perceberam que você não apresentava um comportamento heterossexual?
- 2.4 Atualmente, quais são as formas de contato e o tipo de relacionamento que você mantém com seus familiares (pai, mãe e irmãos)?
- 2.5 De modo geral, qual é a sua opinião sobre família?
- 2.6 Quando você pensa em sua família, quais são as imagens e os sentimentos que lhe vêm à mente?

3 Entrevista conjunta com os/as parceiros/as (pais/mães adotivos)

Primeira etapa: Constituição da parceria amorosa, dimensões da família formada pela parceria e acolhimento da criança.

- 3.1 Falem um pouco da história de vocês: como se conheceram, há quanto tempo estão juntos? O que pensam da vida em comum?
- 3.2 Como surgiu o interesse por filhos e a idéia de adoção?
- 3.3 Como ocorreu a entrada da criança na família de vocês? Há quanto tempo estão com a criança? O processo legal de adoção foi concluído? Procurem lembrar como foram as primeiras experiências no que se refere aos cuidados da criança.
- 3.4 Quais foram as informações que receberam sobre a criança antes de assumi-la? Como era a família de origem dela?
- 3.5 Seus pais e irmãos ajudam a cuidar de sua criança? Que tipo de relacionamento seu filho mantém com sua família? Como são as formas de tratamento entre eles?
- 3.6 Assim que levaram a criança para casa, como ela se dirigia a vocês? Como ela os chama atualmente? Na presença de outras pessoas ocorre alguma mudança de tratamento por parte dela?
- 3.7 Normalmente, como vocês se referem à criança? Qual é a forma de tratamento mais comum?

3.8 Como era a vida de vocês, enquanto casal, antes da chegada da criança?

Quais mudanças ocorreram após o acolhimento e a adoção?

3.9 Quais são as atividades e os momentos mais importantes vivenciados em sua família atual?

3.10 Vocês poderiam falar de um momento marcante na experiência de adoção? Em relação às experiências acumuladas na história de adoção, quais situações procurariam repetir, e quais gostariam de modificar, caso passassem novamente pela experiência de adoção?

3.11 O que pensam sobre a família de origem de seu/sua filho/a? Como pretendem proceder a esse respeito?

3.12 Na opinião de vocês, o que favorece e o que dificulta a adoção por casais homossexuais?

4 Entrevista conjunta com os/as parceiros/as (pais/mães adotivos)

- 2ª Etapa: Processos de socialização e educação dos filhos: interação família-sociedade, enfrentamento do preconceito, especificidades da vivência homoparental, como: educação dos filhos e expectativas quanto ao futuro.

4.1 Como sua família e a comunidade reagiram quando vocês adotaram?

4.2 Vocês se lembram de ter passado por alguma situação de constrangimento assim que assumiram a criança? Como lidaram com essa situação?

4.3 Na experiência de adoção, qual foi a situação mais difícil que enfrentaram? O que fizeram a respeito?

4.4 A partir de suas experiências destaquem quais são as características pessoais que gays, lésbicas, transexuais e travestis devem apresentar para educar uma criança?

4.5 Como seu filho encara o fato de ter dois pais ou duas mães, que se consideram um casal?

4.6 Em relação à educação do seu filho como pretendem conduzi-la? Quais são os procedimentos e as atitudes que consideram mais importantes e o que devem evitar?

4.7 O que seu filho sabe sobre a parceria formada por vocês? O que vocês pensam que devem falar a esse respeito?

4.8 Vocês trocam carinho ou demonstram alguma forma de afeto na frente da criança? O que pensam sobre isso?

4.9 No futuro próximo, como acha que seu filho vai encarar a orientação sexual e a parceria amorosa mantida por vocês?

4.10 O que pensam ou esperam da orientação sexual do seu filho?

4.11 Em relação ao futuro, aproximadamente dez anos, pensem e respondam:

4.11.1 No que se refere à união de vocês, como se imaginam?

4.11.2 Quanto à educação dos filhos quais são seus sonhos e expectativas?

4.12 Quais seriam, na opinião de vocês, as contribuições mais importantes da Psicologia às famílias compostas por pessoas *LGBTT*?

4.13 Há outros comentários que gostariam de fazer?

5 - ABORDAGEM COM OS PROFISSIONAIS: PSICÓLOGOS OU ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO PODER JUDICIÁRIO

5.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. PSICÓLOGOS/ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NO JUDICIÁRIO

Eu _____ recebi, do pesquisador responsável, esclarecimentos quanto ao projeto de pesquisa: ***OS PROCESSOS SUBJETIVOS NO ACOLHIMENTO E NA ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS: um estudo de caso.*** que se fará sob a responsabilidade do pesquisador Maurício Ribeiro de Almeida. Fui informada/o que a pesquisa tem como objetivo analisar a formação de uma família homoafetiva, ou seja, constituída por pessoas do mesmo sexo, ou seja, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (*LGBTT*). Além desse elemento, visa localizar as famílias homossexuais, cujos/as parceiros/as acolheram ou adotaram conjuntamente nas Varas da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça/SP. Almeja ainda, realizar um breve levantamento sobre as concepções dos/as psicólogos/as e/ou assistentes sociais judiciários sobre essa configuração de adoção.

Assim, consinto em responder a um roteiro de perguntas sobre o tema. Esse formulário será preenchido por um/a representante da equipe de psicologia ou de serviço social. Compreendi que posso livremente interromper minha participação nesse estudo a qualquer momento, sem necessidade de justificar minha decisão. Entendi que será preservado o sigilo de minha identidade e de todos os membros da equipe desta Comarca.

Fui informado/a ainda de que, posso solicitar explicações adicionais ao pesquisador. Estou ciente de que os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos ou publicados em revistas científicas, porém será garantido o sigilo de minha identidade e de minha equipe.

Terminado o estudo, os dados ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, o qual garantirá a preservação e o cuidado das informações pelo período necessário para a checagem dos dados.

Devidamente informado/a e esclarecido/a, manifesto aqui meu consentimento em participar do estudo.

Assinatura do/a representante da Equipe de Psicologia ou S. Social _____

Telefone _____ para contato _____ Cidade, _____, _____/_____/_____.

Ass. do pesquisador responsável _____ telefone (14) 32223673

(14) 97164044 e-mail: mauricio928@uol.com.br.

Comitê de Ética de Pesquisa do Inst. Lauro de S. Lima (fone): (14) 3103-5921

Obs: recebi uma via do presente termo para arquivo pessoal.

6 Questionário de levantamento junto às Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

6.1 Adoções na Comarca:

6.1.1 Nos últimos vinte anos, ocorreram adoções de crianças ou adolescentes efetivadas conjuntamente por pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais) nessa Comarca-Sede, ou em outra Comarca da Circunscrição?

Obs: As perguntas de número 6.1.2 a 6.1.8 somente serão respondidas se a resposta à 6.1.1 for positiva.

6.1.2 Cidade e Comarca onde se deu a adoção:

6.1.3 Qual é número total dos casais (parcerias) que efetivaram essa adoção conjuntamente?

6.1.4 Qual a identidade de gênero apresentada pelos pais/mães que adotaram conjuntamente. (gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais?)³⁸

³⁸ Identidade de gênero refere-se à maneira como a pessoa se reconhece socialmente, apoiando-se em referências masculinas e de feminilidade presentes em uma sociedade. A orientação sexual, por sua vez, mantém ligação com o conceito de gênero, porém, se refere de modo específico ao modo como o sujeito lida com o seu objeto de desejo. Assim, sua orientação sexual pode ser: hétero, homo ou bissexual.

- 6.1.5 Como as equipes lidaram com as particularidades dessas avaliações? Houve a necessidade de alterar ou implementar algum procedimento para atender as especificidades dessas demandas?
- 6.1.6 Quais foram os argumentos que as equipes de psicologia e serviço social utilizaram para fundamentar os pareceres dos laudos?
- 6.1.7 Esses pais/mães se inscreveram para o Cadastro de Adoção, ou primeiro efetuaram o acolhimento da criança, e posteriormente entraram com o pedido legal de adoção?
- 6.1.8 Em linhas gerais, relate como se deu o processo de adaptação dessas crianças nas famílias.

6.2 Situação dos candidatos aprovados conjuntamente para adoção que esperam a chegada da criança

6.2.1 Nos últimos vinte anos ocorreram avaliações de pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais) que solicitaram inscrição em parceria (como casal) para o Cadastro de Adoção nessa Comarca, ou demais Comarcas pertencentes à Sede de Circunscrição?

Obs: As perguntas de número 6.2.2 a 6.2.5 somente serão respondidas se a resposta à 6.2.1 for positiva

- 6.2.2 Quantos foram os casos aprovados?
- 6.2.3 Quantos foram os casos desaprovados?
- 6.2.4 Existem candidatos que aguardam a chegada de uma criança ou adolescente?
- 6.2.5 Em caso afirmativo, especificar:

- nome da(s) Comarca(s) em que estão inscritos:
- quantidade de parcerias (casais) cadastradas:
- identidade de gênero apresentada pelos pretendentes: gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais:

Perfil da criança desejada, quanto à:

- idade:
 - sexo:
 - cor da pele:
 - condições de saúde:
-

- tempo que aguardam na fila de adoção:

6.2.6 O que você pensa a respeito da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais)?

6.2.7 Em relação às equipes que atuam em sua Comarca – psicologia e serviço social, há consenso em relação à adoção conjunta por parceiros homossexuais? Qual é a posição das Equipes à esse respeito?

7 Carta de apresentação ao Juiz da Vara da Infância e Juventude da Vara Central e Secretário Executivo da Comissão Estadual de Adoção Internacional – CEJAI/SP.

Nome do Juiz:

Juiz Titular da Vara Central da Infância e Juventude e Secretário Executivo do Grupo de Atendimento à Comissão Estadual de Adoção Internacional – CEJAI/SP.

Senhor Juiz,

Como pesquisador regularmente matriculado no Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, nível de Doutorado, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, peço sua especial atenção para o que se segue:

Desenvolvo pesquisa que visa investigar os processos subjetivos em experiências de famílias homossexuais, a partir do acolhimento e adoção de crianças. Na primeira fase desta pesquisa, faremos um levantamento do número total das adoções efetuadas por casais homossexuais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Após o mapeamento desses casos, e de um breve levantamento acerca das concepções dos psicólogos do Tribunal de Justiça, faremos um convite aos pais e mães adotivos que vivenciam experiência homoafetiva, para que, caso se interessem, compartilhem suas experiências de vida e de adoção nesse estudo.

Assim, solicitamos a autorização de V. Exa., para o desenvolvimento dessa pesquisa nas 56 Comarcas Sede de Circunscrição do interior e da Capital do T.J do Estado de São Paulo. Pedimos também se digne autorizar que o pesquisador envie os documentos necessários ao trabalho diretamente às equipes das respectivas Comarcas.

MAURÍCIO RIBEIRO DE ALMEIDA
Psicólogo Judiciário

Atenciosamente,

8 Carta convite aos adotantes e pais e às mães adotivos:

Prezados pais e mães:

Venho convidá-los a participar de uma pesquisa por mim desenvolvida, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Instituto de Psicologia da USP. Seu endereço residencial e/ ou e-mail foi-me fornecido pela equipe de Psicologia e Serviço Social do Tribunal de Justiça da Comarca em que residem, mediante autorização prévia dada por vocês.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a constituição da família homoparental ou pluriparental, com ênfase nas repercussões geradas pelo acolhimento e adoção de uma criança.

Eu gostaria de saber se vocês se interessam em participar como colaboradores desse trabalho. Caso aceitem, organizarei cinco entrevistas na residência de vocês, ou em outro local indicado, que possa garantir a privacidade e sigilo das informações concedidas. Algumas entrevistas serão realizadas individualmente com cada um de vocês e outras em conjunto com o casal, todas elas gravadas.

Em breve entrarei em contato para confirmar sua participação.